

Ministério Público da União  
Ministério Público Federal

# RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas  
Ordinárias Anual

Exercício de 2012

Março de 2013



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

**Procurador-Geral da República**

**ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS**

**Vice-Procuradora-Geral da República**

**DEBORA MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA**

**Vice-Procuradora-Geral Eleitoral**

**SANDRA VERÔNICA CUREAU**

**Corregedor-Geral**

**EUGÊNIO JOSÉ ARAGÃO**

**Ouvidora-Geral**

**ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**

**Secretário-Geral**

**LAURO PINTO CARDOSO NETO**

**Secretário-Geral Adjunto**

**DANILO PINHEIRO DIAS**

**Comissão do Processo de Contas do Exercício de 2012**

**Port. SG/MPF nº 1.565 de 20/12/2012.**

**NASCIMENTO FILHO ALMEIDA**

**ÁLVARO ANDRÉ SANTARÉM AMORIM**

**DANILO SEOANE CALDAS NASCIMENTO**

**KALY CHRISTINE DA ROCHA MARIQUITO RIBEIRO**

**Apoio técnico**

**ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA – AMGE**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SA**

**SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO – SPO**

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP**

**PROCURADORIAS DA REPUBLICA NOS ESTADOS**

**PROCURADORIAS REGIONAIS – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 5ª REGIÃO**

**Revisão Textual**

**ALLANA DE ALBUQUERQUE SOUSA SILVA**

**MARCIO LIMA MEDEIROS**

**Organização e Diagramação**

**ÁLVARO ANDRÉ SANTARÉM AMORIM**

**GABRIEL NUNES OLIVEIRA**

**NASCIMENTO FILHO ALMEIDA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012 e 124/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e Norma de Execução AUDIN/MPU nº 01/2012.

**Unidades Consolidadas:** O MPF como unidade Consolidadora é composto em sua estrutura com se seguintes Unidades Gestoras: a Procuradoria Geral da República (sede), as cinco Procuradorias Regionais da República e 27 Procuradorias da República nos Estados e Distrito Federal.

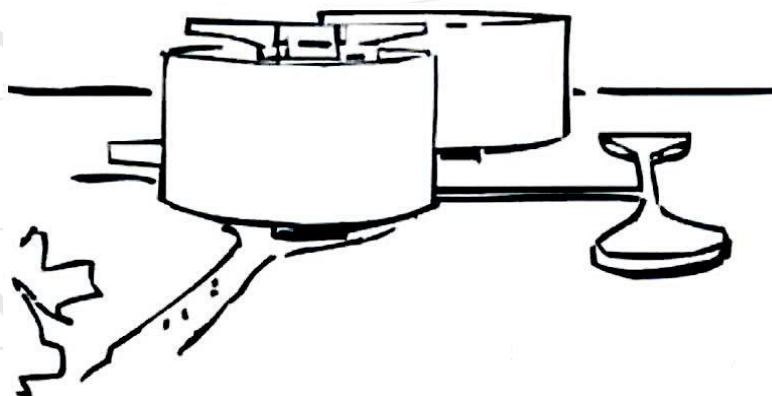
Brasília-DF, 25 de Março de 2013.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>I – ITEM 1- DA PARTE “A”</b> .....	<b>13</b>
1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado – Quadro A.1.2.....	13
1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	17
1.3 – Organograma Funcional.....	18
1.3.1 – Organograma Funcional 2012.....	18
1.3.2 – Organograma Funcional 2013.....	19
1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	20
1.4.1 Subprocesso Finalístico - Atuação como fiscal da lei.....	24
1.4.2 Subprocesso Finalístico - Atuação na área cível.....	24
1.4.3 Subprocesso Finalístico - Atuação na área criminal.....	25
1.5 – Macroprocessos de Apoio.....	27
1.5.1 Subprocesso de Apoio - Atendimento ao Público.....	28
1.5.2 Subprocesso de Apoio - Suporte técnico pericial à atuação do MPF.....	29
1.5.3 Subprocesso de Apoio - Contratação de bens e serviços.....	30
1.5.4 Subprocesso de Apoio – Gestão documental.....	31
1.5.5 Subprocesso de Apoio – Programação orçamentária.....	32
1.5.6 Subprocesso de Apoio – Acompanhamento da execução orçamentária.....	33
1.5.7 Subprocesso de Apoio – Comunicação interna e externa.....	34
1.5.8 Subprocesso de Apoio – Implementação e acompanhamento de ações de comunicação.....	35
1.5.9 Subprocesso de Apoio – Avaliação de desempenho.....	36
1.5.10 Subprocesso de Apoio – Elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal.....	37
1.5.11 Subprocesso de Apoio – Treinamento de pessoal.....	38
1.5.12 Subprocesso de Apoio – Desenvolvimento de sistemas.....	39
1.5.13 Subprocesso de Apoio – Planejamento e gerenciamento das necessidades de TIC.....	40
1.6 – Principais Parceiros.....	41
<b>II – ITEM 2- DA PARTE “A”</b> .....	<b>42</b>
2.1 – Planejamento das Ações do MPF.....	42
2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	56
2.2.1 Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	57
2.2.2 Revisão de Macroprocessos.....	60
2.2.3 Adequações nas estruturas.....	62
2.2.4 Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e resultados alcançados.....	65
2.2.5 Outras estratégias relevantes para o atingimento dos objetivos estratégicos.....	67
2.3 Execuções do Plano de Metas ou de Ações.....	75
2.3.2 Assessoria de Gestão da Estratégia do MPF.....	75
2.3.4 MPF Digital.....	76
2.3.5 Sistema Único.....	77
2.3.6 Portal da Transparência do MPF.....	77
2.3.7 Sistema de Informações Gerenciais.....	77
2.3.8 Processo Eletrônico.....	78
2.3.9 Política de Comunicação.....	78
2.3.10 Salas de Atendimento ao Cidadão.....	79
2.3.11 Ouvidoria.....	79
2.3.12 Fortalecimento da Asspa.....	79

2.3.13 Desenvolver .....	80
2.3.14 Gestão por Competências.....	80
2.3.15 Gestão Socioambiental .....	80
2.3.16 Segurança Institucional.....	81
2.3.17 Inquérito Civil Eletrônico (e-MPF).....	81
2.3.18 Interlocução Institucional .....	81
2.3.19 Descentralização e Desconcentração das CCRs .....	82
2.3.20 Sistema Pericial Flexível .....	82
2.3.21 Engajamento nas Ações de Combate à Corrupção .....	82
2.4 – Informações sobre Indicadores .....	83
2.4.1 APRESENTAÇÃO EXECUTIVA DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF .....	88
<b>III – ITEM 3 DA PARTE “A” .....</b>	<b>96</b>
3.1 – Estrutura de Governança .....	96
3.1.1 Estrutura Deliberativa.....	96
3.1.2 Estrutura Consultiva - Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança - SIGE.....	100
3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	102
3.4 – Sistema de Correição.....	104
<b>IV – ITEM 4 DA PARTE “A” .....</b>	<b>108</b>
4.1 – Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	108
4.1.1 – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	108
4.1.2 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	109
4.2 – Execução Orçamentária e Financeira da Despesa .....	128
4.2.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários .....	131
4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	134
<b>V – ITEM 5 DA PARTE “A” .....</b>	<b>137</b>
5.1 – Reconhecimento de Passivos .....	137
5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	137
5.3 – Transferências de Recursos.....	138
5.4 – Suprimento de Fundos .....	147
<b>VI – ITEM 6 DA PARTE “A” .....</b>	<b>192</b>
6.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	192
6.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	200
6.3 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	237
6.4 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	300
<b>VII – ITEM 7 DA PARTE “A” .....</b>	<b>301</b>
7.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	301
<b>VIII – ITEM 8 DA PARTE “A” .....</b>	<b>328</b>
8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	328
<b>IX – ITEM 9 DA PARTE “A” .....</b>	<b>330</b>

9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	330
9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	332
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício .....	333
10.1.3 Deliberações do OCI Atendidas no Exercício .....	333
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	443
10.1.5 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	447
10.2 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	448
11.1 – Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	449
11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ....	450
<b>I – ITEM 12 DA PARTE “A” .....</b>	<b>451</b>
12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....	451
<b>XIII – CONCLUSÃO.....</b>	<b>453</b>
Considerações finais .....	453
<b>XIV – ANEXO 1 .....</b>	<b>455</b>
1 - Itens da DN TCU nº 119/2012 , Anexo II, Parte A, que NÃO SE APLICAM à realidade do MPF:.....	455
2 - Itens da DN TCU nº 119/2012, Anexo II, Parte A, que SE APLICAM à realidade do MPF, porém não houve informações no exercício: .....	455



## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

### A

AMGE – Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ANP – Agência Nacional do Petróleo

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

ASSPA – Assessoria de Pesquisa e Análise

AUDIN – Auditoria Interna

### B

BI – Business Intelligence

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPM – Business Process Management

### C

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CBP – Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa

CCR – Câmara de Coordenação e Revisão

CGU – Controladoria-Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CMPF – Corregedoria do Ministério Público Federal

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COD – Capacidade Operacional da Despesa

CODC – Capacidade Operacional da Despesa Corrigida

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COORJU – Coordenadoria Jurídica

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

## D

DEPEI – Desdobramento de Planejamento Estratégico Institucional

DN – Decisão Normativa

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPF – Departamento de Polícia Federal

## E

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União

## F

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

## G

GND – Grupo de Natureza da Despesa

GRU – Guia de Recolhimento da União

GTTI – Grupo Técnico de Tecnologia da Informação

## I

ICP – Inquérito Civil public

Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

## L

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOMPU – Lei Orgânica do Ministério Público da União

## M

MME – Ministério de Minas e Energia

MP – Ministério Público

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPF – Ministério Público Federal

MPM – Ministério Público Militar

MPT – Ministério Público do Trabalho

## N

Naops – Núcleos de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

## P

PC – Polícia Civil

PDI – Plano de Desempenho Individual

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PF – Polícia Federal

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PGR – Procuradoria Geral da República

PIC – Procedimento Investigatório Criminal

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMGA – Projeto de Modernização da Gestão Administrativa

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

PPD – Planejamento e Programação da Despesa

PR – Procuradoria da República

PR/AC – Procuradoria da República no Acre

PR/AL – Procuradoria da República em Alagoas

PR/AM – Procuradoria da República no Amazonas

PR/AP – Procuradoria da República no Amapá

PR/BA – Procuradoria da República na Bahia

PR/CE – Procuradoria da República no Estado do Ceará

PR/DF – Procuradoria da República no Distrito Federal

PR/ES – Procuradoria da República no Espírito Santo

PR/GO – Procuradoria da República no Estado de Goiás

PR/MA – Procuradoria da República no Estado do Maranhão

PR/MG – Procuradoria da República em Minas Gerais

PR/MS – Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul  
PR/PA – Procuradoria da República no Estado do Pará  
PR/PB – Procuradoria da República na Paraíba  
PR/PE – Procuradoria da República em Pernambuco  
PR/PI – Procuradoria da República no Estado do Piauí  
PR/PR – Procuradoria da República no Estado do Paraná  
PR/RJ – Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro  
PR/RN – Procuradoria da República no Rio Grande do Norte  
PR/RO – Procuradoria da República no Estado de Rondônia  
PR/RR – Procuradoria da República em Roraima  
PR/RS – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul  
PR/SC – Procuradoria da República em Santa Catarina  
PR/SE – Procuradoria da República em Sergipe  
PR/SP – Procuradoria da República no Estado de São Paulo  
PR/TO – Procuradoria da República no Estado do Tocantins  
PRDCs – Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão  
PRM – Procuradoria da República no Município  
PRR – Procuradoria Regional da República  
PRR1 – Procuradoria Regional da República da 1ª Região  
PRR2 – Procuradoria Regional da República da 2ª Região  
PRR3 – Procuradoria Regional da República da 3ª Região  
PRR4 – Procuradoria Regional da República da 4ª Região  
PRR5 – Procuradoria Regional da República da 5ª Região

## R

RA – Relatório de Auditoria  
RAP – Restos a Pagar  
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil  
RG – Relatório de Gestão

## S

SA – Secretaria de Administração  
SADP – Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual

SEJUD – Secretaria Jurídica e de Documentação  
SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira  
SETI – Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação  
SG – Secretaria Geral  
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas  
SGT - Subcomitê Gestor de Tabelas  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICOM – Subcomitê de Comunicação Social  
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal  
SIGPLAN – Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento  
SIORG – Sistemas de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação  
STIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação  
STJ – Superior Tribunal de Justiça

## T

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## U

UA – Unidade Administrativa  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicional  
UO – Unidade Orçamentária

## Introdução

Este Relatório de Gestão 2012 traz de forma sucinta as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Federal (MPF). Em 2012, destaca-se a execução do Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (DEPEI) que buscou alinhar todos os Órgãos, Unidades Gestoras, Secretarias e Unidades Nacionais. A iniciativa está alinhada ao processo de modernização em curso na instituição, desde 2010, que culminou com a elaboração do seu primeiro Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2011-2020).

Neste relatório é possível encontrar os macroprocessos finalísticos e seus subprocessos, bem como os macroprocessos de apoio e seus subprocessos. Estes últimos, em grande parte, detalhados conforme trabalho de mapeamento e redesenho de processos que tem sido realizado pela instituição.

Em 2012, foram produzidas mudanças em estruturas organizacionais para alinhamento à estratégia da instituição com vistas ao atendimento do aumento da demanda de trabalho, por meio da otimização da alocação de cargos efetivos e com a transformação de funções de confiança e cargos de comissão.

Para o alcance dos objetivos estratégicos, vários projetos de impacto institucional nacional estão sendo executados conforme metodologia de gestão de projetos e acompanhamento do escritório de projetos do MPF em fase de construção e amadurecimento.

A mensuração dos indicadores estratégicos é novidade neste relatório. No Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, foram definidos 32 indicadores, sendo que, em 2012, 14 encontraram-se com qualidade adequada de mensuração.

Este relatório contempla também as informações de correição ordinária e do acompanhamento do estágio probatório de 2012. Nesse período, foram correicionados 954 gabinetes pela Corregedoria do Ministério Público Federal (CMPF).

Por fim, foram abordadas os dados relativos à gestão e execução orçamentária, com detalhamento das despesas realizadas, composição do quadro de servidores ativos, investimentos com construção de novas sedes, gastos com contratos de prestação de serviços, entre outras informações pertinentes à temática.

# I – ITEM 1- DA PARTE “A”

## 1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado – Quadro A.1.2

### QUADRO A.1.2

#### Poder e Órgão de Vinculação

**Poder:** Função Essencial a Justiça

**Órgão de Vinculação:** Ministério Público da União

**Código SIORG:** 10802304

#### Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora

**Denominação completa:** Ministério Público Federal

**Denominação abreviada:** MPF

**Código SIORG:**

**Código LOA:** 34.101

**Código SIAFI:** 200097

**Situação:** Ativa

**Natureza Jurídica:** Órgão Público

**CNPJ:** 99.999.999/9999-99

**Principal Atividade:** Administração Pública em Geral

**Código CNAE:** 8411-6/00

**Telefones/Fax de contato:**

(061) 31055100

**E-mail:** sic@pgr.mpf.gov.br

**Página na Internet:** <http://www.pgr.mpf.gov.br>

**Endereço Postal:** SAF SUL Quadra 04, Conjunto “C” – Brasília-DF CEP: 70.050-900.

#### Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas

Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Secretaria Geral	26.989.715/0050-90	200097	Ativa	–
Secretaria de Gestão de Pessoas	26.989.715/0054-14	380004	Ativa	–
Secretaria de Administração	26.989.715/0052-52	200100	Ativa	–
Procuradoria da República no Acre	26.989.715/0006-17	200069	Ativa	–
Procuradoria da República em Alagoas	26.989.715/0007-06	200093	Ativa	–
Procuradoria da República no Amapá	26.989.715/0009-60	380005	Ativa	–
Procuradoria da República no Amazonas	26.989.715/0008-89	200071	Ativa	–
Procuradoria da República na Bahia	26.989.715/0010-01	200031	Ativa	–
Procuradoria da República no Ceará	26.989.715/0011-84	200082	Ativa	–
Procuradoria da República no Distrito Federal	26.989.715/0012-65	200023	Ativa	–
Procuradoria da República no Espírito Santo	26.989.715/0013-46	200038	Ativa	–
Procuradoria da República no Goiás	26.989.715/0014-27	200066	Ativa	–
Procuradoria da República no Maranhão	26.989.715/0015-08	200078	Ativa	–
Procuradoria da República no Mato Grosso	26.989.715/0018-50	200064	Ativa	–
Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul	26.989.715/0017-70	200040	Ativa	–
Procuradoria da República em Minas Gerais	26.989.715/0016-99	200035	Ativa	–

Procuradoria da República no Pará	26.989.715/0019-31	200075	Ativa	-
Procuradoria da República no Paraná	26.989.715/0023-18	200053	Ativa	-
Procuradoria da República na Paraíba	26.989.715/0020-75	200087	Ativa	-
Procuradoria da República em Pernambuco	26.989.715/0021-56	200090	Ativa	-
Procuradoria da República no Piauí	26.989.715/0022-37	200080	Ativa	-
Procuradoria da República no Rio de Janeiro	26.989.715/0024-07	200043	Ativa	-
Procuradoria da República no Rio Grande do Norte	26.989.715/0025-80	200085	Ativa	-
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	26.989.715/0028-22	200061	Ativa	-
Procuradoria da República em Rondônia	26.989.715/0026-60	200046	Ativa	-
Procuradoria da República em Roraima	26.989.715/0027-41	380006	Ativa	-
Procuradoria da República em São Paulo	26.989.715/0031-28	200049	Ativa	-
Procuradoria da República em Santa Catarina	26.989.715/0029-03	200058	Ativa	-
Procuradoria da República no Sergipe	26.989.715/0030-47	200022	Ativa	-
Procuradoria da República no Tocantins	26.989.715/0056-86	200201	Ativa	-
Procuradoria Regional da República – 1ª Região – DF	26.989.715/0064-96	200208	Ativa	-
Procuradoria Regional da República – 2ª Região – RJ	26.989.715/0066-58	200045	Ativa	-
Procuradoria Regional da República – 3ª Região – SP	26.989.715/0058-48	200204	Ativa	-
Procuradoria Regional da República – 4ª Região – RS	94.953.767/0001-89	200102	Ativa	-
Procuradoria Regional da República – 5ª Região – PE	41.227.448/0001-20	200207	Ativa	-

#### Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

##### Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

O art. 61, § 1º, II, d, da Constituição de 1988, hoje vigente dispõe sobre as normas gerais para organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Artigo 3º dos Decretos-Leis nº 896, de 27/12/1938, nº 9.608, de 09/08/1946, nº 93840, de 22/12/1986, criou em cada Estado da Federação, no território do Acre e no Distrito Federal o exercício de um Procurador da República;

Lei nº 8.152, de 28/12/1990, criou a Procuradoria da República no Estado de Roraima e do Amapá;

Lei 8252, de 25/10/1991, criou as Procuradorias Regionais da República da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e a Procuradoria da República no Estado do Tocantins;

##### Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

A Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, aprova o Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Em 20 de maio de 1993, foi sancionada a Lei Orgânica do Ministério Público da União (LOMPU) - Lei Complementar nº 75/1993, cuja edição veio prevista nos arts. 61, § 1º, II, d, e 128, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Portaria PGR nº 135/2013 - Criou 32 novas PRMs; Portaria PGR nº 217/2012 – Criou a PRM de Quixadá no Ceará; Portaria PGR nº 498/2012 – Criou três novas PRMs.

##### Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

**1) cartilhas** - Por dentro do MPF; Por dentro das eleições; Avaliação de desempenho funcionária; Direitos do Cidadão (vol. II); Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher; Diretrizes para uma polícia cidadã; Conheça seus direitos e deveres; Direito à saúde mental;

Dicas de segurança - situações do dia a dia; Suporte à gestão de projetos; Planejamento Estratégico Institucional - informações úteis para o dia a dia de trabalho; Inquéritos civis em matéria ambiental e patrimônio cultural; ASSPA/PGR - Sistema Nacional de Pesquisa e Análise; Alimentação do bebê - manual da mamãe; Substâncias psicoativas - Manejo de situações no ambiente de trabalho; Gestão Ambiental na PGR; Plano de Desempenho Individual (PDI)

**2) Manuais** - Manual do Servidor; Manual de Redação e Estilo do MPF; Interesse Público - Manual de Redação e Estilo, Normas e padrões de utilização; Regulamento Geral do Plan-Assiste; Mídia Training (versão online); Roteiro pedagógico para trabalhar o gibi da Turminha do MPF na sala de aula; Manual de identidade visual do Programa de Gestão Ambiental; Manual de Cerimonial do MPF.

**3) Livros** - Ministério Público – Brasil - Ministério Público - Brasil (edição luxo); Realizações do MPF 2009/2011- Roteiro de Atuação; Controle Externo da Atividade Policial; Clipping 2006 a 2008 (Dr. Antonio Fernando); Planejamento Estratégico 2011-2020: Uma construção coletiva (Secretaria Geral - Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica).

**4) Outros** - Gibi da Turminha do MPF; Informativo Gestão Estratégica; Calendário MPF 2010; Calendário MPF 2011; Calendário MPF 2012; Calendário Rádio PGR; Folheteria temática do MPF (kit de 12 folders) - Direito de todos / Direitos do cidadão / Defesa da Democracia / Direitos do consumidor / Defesa da Constituição / Meio Ambiente / Combate ao crime / Patrimônio Cultural / Dinheiro público / Índios e Comunidades / Trabalho Conjunto entre as nações - Folheteria temática do MPF (versão em espanhol); Folder "Seu voto"; Guia da Secom.

#### Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

##### Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
380004	Secretaria de Gestão de Pessoas
200100	Secretaria de Administração
200069	Procuradoria da República no Acre
200093	Procuradoria da República em Alagoas
380005	Procuradoria da República no Amapá
200071	Procuradoria da República no Amazonas
200031	Procuradoria da República na Bahia
200082	Procuradoria da República no Ceará
200023	Procuradoria da República no Distrito Federal
200038	Procuradoria da República no Espírito Santo
200066	Procuradoria da República no Goiás
200078	Procuradoria da República no Maranhão
200064	Procuradoria da República no Mato Grosso
200040	Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul
200035	Procuradoria da República em Minas Gerais
200075	Procuradoria da República no Pará
200053	Procuradoria da República no Paraná
200087	Procuradoria da República na Paraíba
200090	Procuradoria da República em Pernambuco

200080	Procuradoria da República no Piauí
200043	Procuradoria da República no Rio de Janeiro
200085	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
200061	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
200046	Procuradoria da República em Rondônia
380006	Procuradoria da República em Roraima
200049	Procuradoria da República em São Paulo
200058	Procuradoria da República em Santa Catarina
200022	Procuradoria da República no Sergipe
200201	Procuradoria da República no Tocantins
200208	Procuradoria Regional da República – 1ª Região – DF
200045	Procuradoria Regional da República – 2ª Região – RJ
200204	Procuradoria Regional da República – 3ª Região – SP
200102	Procuradoria Regional da República – 4ª Região – RS
200207	Procuradoria Regional da República – 5ª Região – PE

**Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
380004, 200100, 200069, 200093, 200071, 380005, 200031, 200082, 200023, 200038, 200066, 200078, 200064, 200040, 200035, 200075, 200053, 200087, 200090, 200080, 200043, 200085, 200061, 200046, 380006, 200049, 200058, 200022, 200201, 200208, 200045, 200204, 200102, 200207	<b>(00001)</b>

## 1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Ministério Público Federal (MPF) integra o Ministério Público da União (MPU), que compreende também o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O MPU e os ministérios públicos estaduais formam o Ministério Público brasileiro (MP).

Compete ao MP a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático. As funções do MP incluem também a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição.

O Ministério Público tem autonomia na estrutura do Estado: não pode ser extinto ou ter atribuições repassadas a outra instituição. Seus membros têm liberdade para atuar segundo suas convicções, com base na lei. São as chamadas autonomia institucional e independência funcional do Ministério Público, asseguradas pela Constituição.

Os instrumentos de atuação do Ministério Público estão previstos no artigo 129 da Constituição Federal, dentro do capítulo "Das funções essenciais à Justiça". As funções e atribuições do MPU estão dispostas na Lei Complementar nº 75/93.

### **MISSÃO do MPF:**

**Promover a realização da Justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito.**

### **VISÃO do MPF:**

**Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.**

### **VALORES do MPF:**

**Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e efetividade.**

## 1.3 – Organograma Funcional

### 1.3.1 – Organograma Funcional 2012

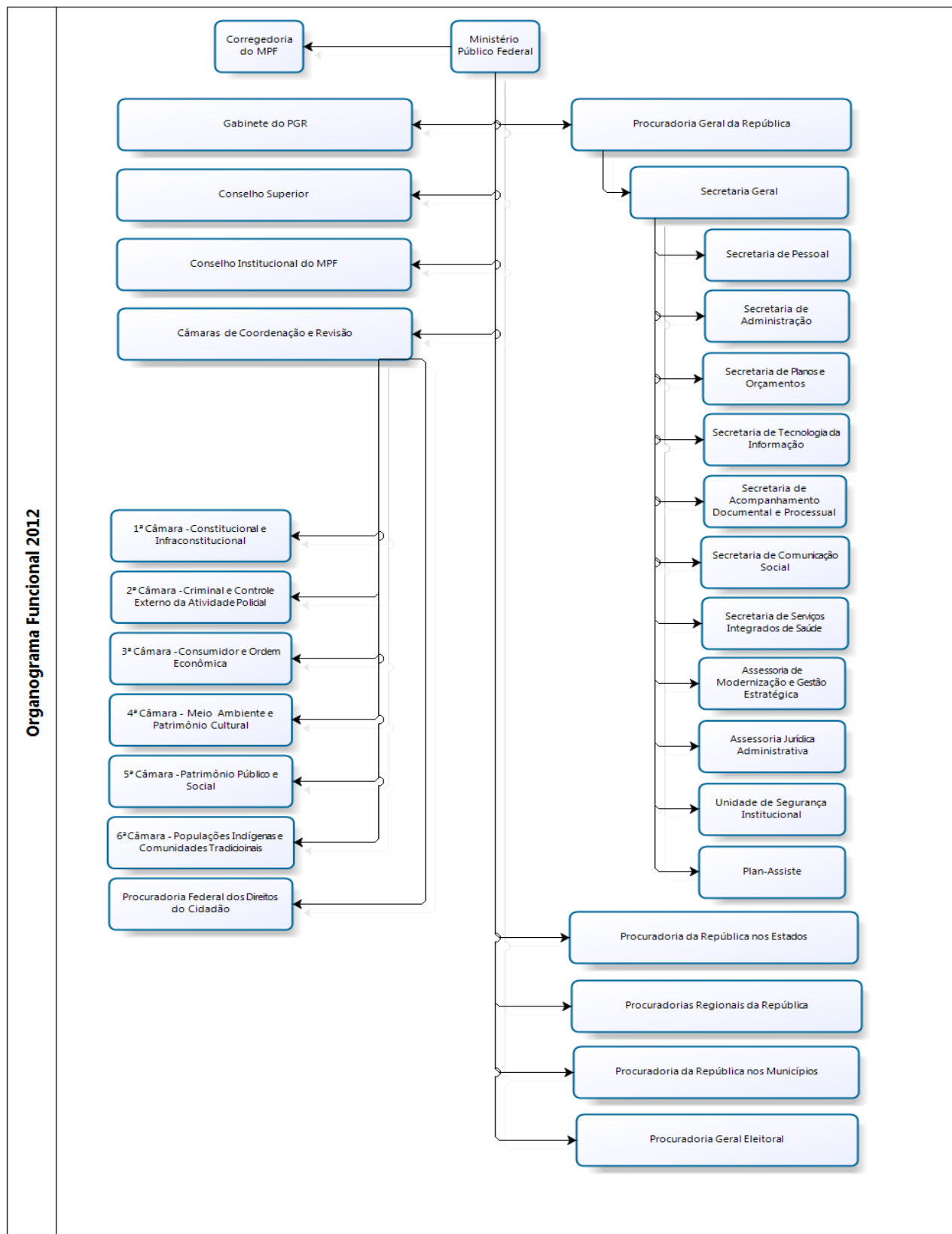


Fig. 1 – Organograma funcional 2012

### 1.3.2 – Organograma Funcional 2013

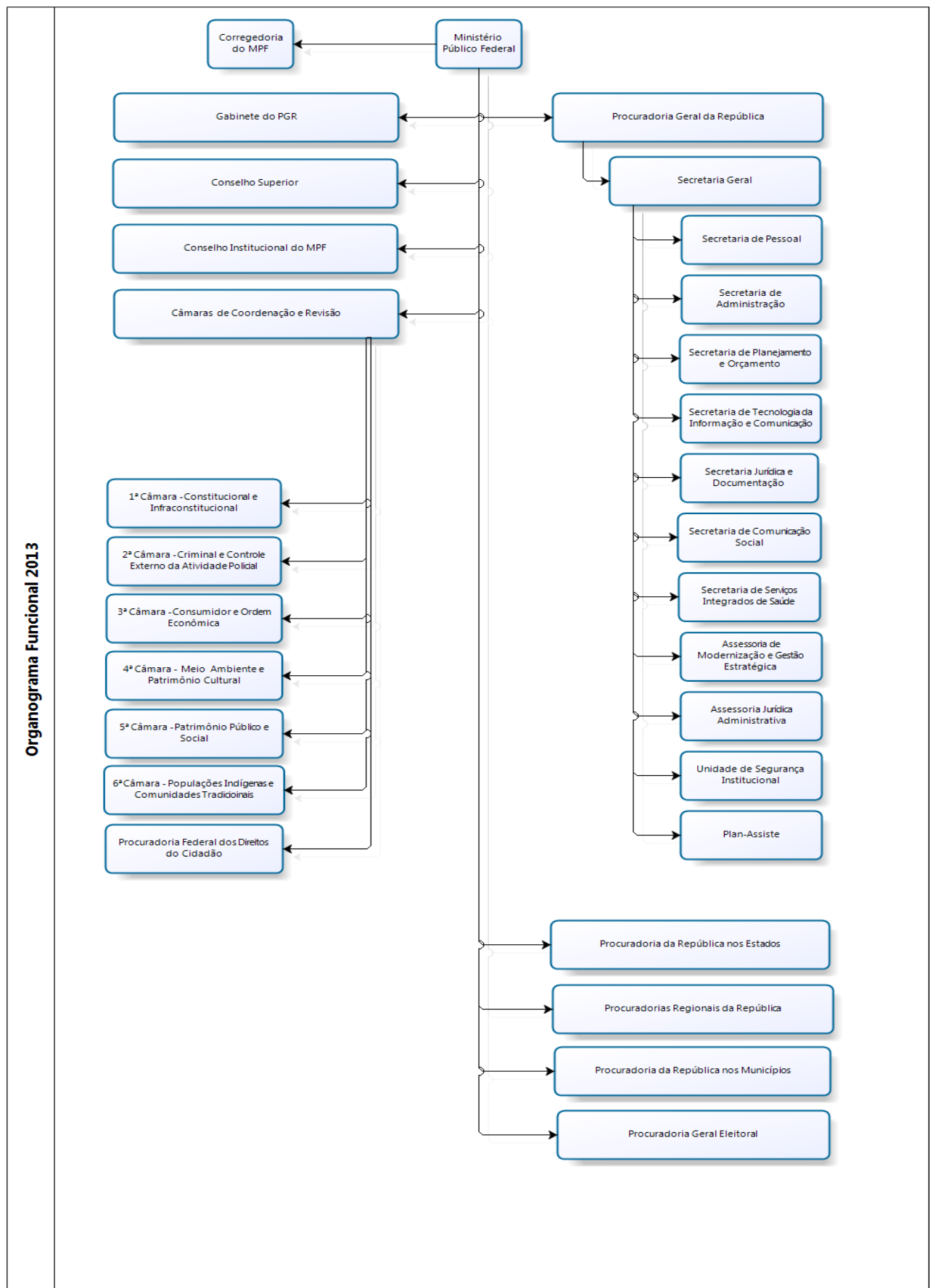


Fig. 2 – Organograma funcional 2012

## 1.4 – Macroprocessos Finalísticos

O Ministério Público Federal tem como macroprocesso finalístico a de Defesa dos Interesses da Sociedade. Ilustramos abaixo os subprocessos que compõe o macroprocesso finalístico.



Fig. 3 – Macroprocessos finalísticos do MPF

O Ministério Público Federal atua por iniciativa própria ou mediante provocação, em todo o Brasil e em cooperação com outros países, nas seguintes temáticas: i) constitucional; ii) criminal e controle externo da atividade policial; iii) consumidor e ordem econômica; iv) meio ambiente e patrimônio cultural; v) patrimônio público e social; vi) populações indígenas e comunidades tradicionais; vii) direitos do cidadão; viii) e eleitoral.

A instituição ingressa com ações em nome da sociedade, oferece denúncias criminais e deve ser ouvida em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais.

Também atua fora da esfera judicial, sobretudo na defesa de direitos difusos, como meio ambiente e segurança pública, por meio de instrumentos como inquéritos civis públicos, recomendações, Termos de Ajustamento de Conduta e audiências públicas.

O MPF pode intervir em todas as fases do processo eleitoral. Nessa área, coordena, os membros dos Ministérios Públicos Estaduais nos casos das eleições municipais.

O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, do Ministério Público Federal, da atuação do MP na área eleitoral, o Procurador-Geral Eleitoral, e o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos casos de grave violação a direitos humanos, o Procurador-Geral da República pode pedir a transferência do processo para a Justiça Federal.

Apresentamos abaixo o quadro resumo das atividades do SUBPROCESSO FINALÍSTICO - Atuação Judicial na Defesa dos Interesses da Sociedade.

<b>Quadro resumo de atividades da Atuação judicial</b>
Receber, conferir, cadastrar e realizar triagem preliminar
Realizar triagem refinada
Distribuir processos aos assessores
Analisar os autos
Verificar necessidade de apoio técnico
Suporte técnico pericial à atuação
Suporte de pesquisa e análise á atuação
Analisar informações complementares
Elaborar minuta de peça processual
Realizar conferência e revisão da minuta
Realizar revisão formal
Analisar minuta (Cível, Constitucional e Criminal)
Analisar e aprovar parecer / peça
Determinar ajustes na minuta
Preparar processo para devolução ao Órgão
Protocolar parecer no Órgão competente
Disponibilizar imagem no sistema e arquivar
Receber autos da Justiça Federal
Verificar atribuição do MPF

Devolver a origem
Realizar triagem inicial
Cadastrar informações no sistema
Realizar exame e classificação dos autos
Indicar Procurador/Ofício Titular
Distribuir segundo critérios do MPF
Registrar no sistema e enviar processo físico ao Gabinete
Verificar necessidade de redistribuição
Verificar necessidade de informações complementares
Providenciar informações complementares
Elaborar manifestação e orientar encaminhamento
Enviar para a COORJU
Atualizar sistema e encaminhar a Justiça Federal
Realizar acompanhamento periódico
Finalizar autos no sistema

Apresentamos a seguir o quadro resumo das atividades do SUBPROCESSO FINALÍSTICO - Atuação extrajudicial na Defesa dos Interesses da Sociedade.

<b>Quadro resumo de atividades da Atuação Extrajudicial</b>
Identificar correlação
Analisar documentação quanto a correlação, matéria e tema
Determinar juntada ao processo original
Determinar atuação em peça de informação PA, ICP ou PIC
Autuar e encaminhar o procurador responsável
Analisar peça de informação
Analisar processo e levantar informações necessárias
Verificar necessidade de informações adicionais
Analisar informações adicionais
Instruir PA ou PIC
Elaboração de peça oferecendo a denúncia
Elaborar peça interpondo ação civil pública
Elaborar proposta de transação penal (Juizado especial criminal)
Encaminhar à justiça (Juizado especial criminal)

Elaborar instrumento
Determinar conversão em PA, PIC ou ICP
Elaborar parecer de declínio
Encaminhar para órgão competente
Requisitar instauração de inquérito policial
Encaminhar ao DPF
Verificar a origem do conflito
Encaminhar o conflito para a Câmara
Dar ciência aos procuradores
Notificar o procurador suscitante
Encaminhar para a justiça federal
Elaborar parecer de promoção de arquivamento
Determinar arquivamento na unidade
Comunicar arquivamento à Câmara
Arquivar processos na unidade
Encaminhar para justiça federal
Receber o processo da justiça
Tomar ciência e devolver para o arquivo
Encaminhar processo à Câmara / PFDC
Dar ciência ao procurador e arquivar processo
Expedir portaria designando novo procurador

### 1.4.1 Subprocesso Finalístico - Atuação como fiscal da lei

Quando um processo em andamento na Justiça Federal envolve interesse público relevante, como um direito coletivo ou individual indisponível, o Ministério Público Federal deve ser ouvido, mesmo que não seja autor da ação.

Essa é a atuação como fiscal da correta aplicação da lei (*custos legis*), obrigatória, também, nos mandados de segurança contra ato de autoridade pública federal ou equiparada e nos processos de competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesmo não sendo parte no processo, o MPF pode recorrer na condição de *custos legis*.

### 1.4.2 Subprocesso Finalístico - Atuação na área cível

O Ministério Público Federal atua na área cível, também denominada tutela coletiva, quando defende interesses difusos<sup>1</sup>; coletivos<sup>2</sup> e individuais homogêneos<sup>3</sup>. Nesses casos, o MPF age por meio da ação civil pública, da ação civil coletiva ou da ação de improbidade administrativa.

Antes de propor as ações perante o Judiciário, o MPF adota medidas administrativas, como o inquérito civil público ou o procedimento administrativo cível, usados para coletar provas.

Comprovada a existência de irregularidades, o MPF pode propor, antes de ingressar com a ação, a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O TAC, no entanto, não pode ser usado nas ações de improbidade administrativa.

Quando atuam na tutela coletiva, os procuradores defendem direitos referentes a temas como ordem econômica e consumidores; meio ambiente e patrimônio cultural; criança, adolescente, idoso e portador de deficiência; comunidades indígenas; educação e saúde; previdência e assistência social; patrimônio público e social; cidadania; direitos humanos e violência policial.

---

<sup>1</sup> *Interesses difusos: que não são específicos de uma pessoa ou grupo de indivíduos, mas de toda a sociedade, como o direito de todos respirarem ar puro.*

<sup>2</sup> *Interesses coletivos: de um grupo, categoria ou classe ligados entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica.*

<sup>3</sup> *Interesses individuais homogêneos: que têm um fato gerador comum, atingem as pessoas individualmente e da mesma forma, mas não podem ser considerados individuais, como os direitos do consumidor.*

O MPF atua majoritariamente na ação civil pública. Se as irregularidades também forem consideradas crime, cópias dos procedimentos são encaminhadas aos procuradores que atuam na área criminal.

As ações de improbidade administrativa são ajuizadas pelo MPF contra agentes públicos que lesam a União, inclusive quando o fato ocorre em âmbito estadual ou municipal, se há dinheiro da União envolvido. As ações de improbidade também podem ser propostas contra todos os que contratam com a Administração Pública (pessoas físicas ou jurídicas).

São exemplos de atos que podem gerar ação de improbidade: enriquecimento ilícito, dispensa ilegal de licitação, operações financeiras ilícitas, fraude em concurso público, superfaturamento e uso particular de bens públicos. Todos os casos estão descritos nos artigos 8º, 9º e 10º da Lei 8.429/1992.

Por meio da ação de improbidade, são aplicadas apenas sanções civis e políticas. Por isso, cópias da ação são encaminhadas aos procuradores da área criminal, para que esses avaliem se denunciam ou não os envolvidos.

Decisão do Supremo Tribunal Federal de 15 de setembro de 2005 considerou inconstitucional o foro privilegiado para agentes públicos, em casos de improbidade administrativa. O foro privilegiado é assegurado apenas em ações penais, e a ação de improbidade é da área cível.

### 1.4.3 Subprocesso Finalístico - Atuação na área criminal

Na área criminal, compete ao Ministério Público Federal promover a ação penal pública perante a Justiça Federal, como nos casos de delitos que causem prejuízo aos bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas (INSS e Banco Central, por exemplo) ou das empresas públicas (Caixa Econômica Federal e Correios, entre outras).

São exemplos desses crimes: saque ilegal de FGTS e de seguro-desemprego; emissão de moeda falsa; contrabando; sonegação de tributos federais; sonegação de contribuição previdenciária; trabalho escravo; formação de cartel; lavagem de dinheiro; fraudes bancárias; pedofilia na internet; crimes praticados por agentes da Receita Federal, da Polícia Federal ou de qualquer órgão federal.

O MPF também propõe ações nos casos que envolvem autoridades com foro privilegiado, que só podem ser julgadas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais superiores, conforme o caso.

Depois de concluir pela existência de indícios de crime, o procurador responsável pelo caso instaura procedimento investigatório criminal, para coletar provas, e pode pedir investigações à Polícia Federal. Quando há comprovação de crime, denuncia o envolvido a Justiça Federal, que decide sobre a abertura do processo penal.

A instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público Federal foram regulamentadas pela Resolução do Conselho Superior do MPF nº 77, de 14 de setembro de 2004.

Também compete ao Ministério Público Federal o controle externo da atividade policial. Por isso, a prisão de qualquer pessoa deve ser comunicada ao MPF quando feita pela Polícia Federal ou quando se tratar de autoridade com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça.

## 1.5 – Macroprocessos de Apoio

Apresentamos abaixo os macroprocessos de apoio do MPF:

- Gestão de Pessoas.
- Gestão de Tecnologia da Informação;
- Suporte Institucional.

No exercício de 2011, foram objeto de estudo, mapeamento ou redesenho de processos os seguintes subprocessos integrantes dos macroprocessos de apoio:

- Comunicação interna e externa
- Organização de eventos
- Gestão de contratos de bens e serviços
- Contratação de bens e serviços
- Acompanhamento da execução contratual
- Gestão de Patrimônio
- Registro e controle patrimonial
- Incorporação de patrimônio
- Desfazimento de bens patrimoniais
- Gestão de materiais
- Gestão de transportes
- Gestão processual e documental
- Gestão processual
- Gestão documental
- Gestão documental do Gabinete do PGR
- Gestão arquivística
- Gestão de viagens
- Gestão orçamentária e financeira
- Realização do ciclo orçamentário
- Execução orçamentária e financeira
- Gestão de engenharia e arquitetura
- Gestão da manutenção predial
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura
- Acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura
- Gestão da informação
- Segurança institucional
- Assistência e promoção de saúde
- Processo administrativo do plano de saúde (financeiro)
- Recrutamento e seleção de pessoal
- Recrutamento e seleção de servidores
- Recrutamento e seleção de membros
- Recrutamento e seleção de requisitados / sem vínculo
- Recrutamento e seleção de estagiários
- Pagamento de pessoal
- Concessão de benefícios
- Desenvolvimento de pessoal
- Treinamento de pessoal
- Concessão de bolsa de pós graduação
- Desligamento de pessoal
- Gestão do quadro de pessoal
- Movimentação de pessoal
- Cadastro de pessoal
- Substituição de chefia
- Concessão de licenças e afastamentos
- Concessão de férias
- Realização de concurso de remoção
- Instauração de processo administrativo
- Avaliação de desempenho
- Gestão de estágio
- Recrutamento e seleção de estagiário
- Acompanhamento do estagiário
- Desligamento de estagiário
- Prospecção tecnológica
- Gestão de sistema de informação
- Suporte operacional de TI
- Gestão da infraestrutura
- Segurança da informação
- Controle de acesso
- Gestão de incidentes
- Segurança física dos ativos da informação
- Cópia de segurança
- Gestão dos controles de segurança
- Alinhamento das necessidades de TI

A seguir, apresentaremos um rol de 13 subprocessos de apoio estabelecidos pelo MPF como prioritários para o exercício de 2012 e que passaram por um processo de estudo, mapeamento ou redesenho das atividades.

### 1.5.1 Subprocesso de Apoio - Atendimento ao Público

O SUBPROCESSO DE APOIO - Atendimento ao Público tem como objetivo:

- ouvir, orientar e solucionar demandas da sociedade;
- prestar informações sobre os processos judiciais e extrajudiciais que tramitam na Unidade;

<b>Quadro resumo de atividades do Atendimento ao Público</b>
Receber denúncias / representações e cadastrar informações no sistema
Analisar denúncia / representação
Orientar o cidadão e encaminhar ao órgão competente
Verificar tipo de solicitação
Identificar processo no sistema
Verificar necessidades de esclarecimento específico
Receber solicitação e consultar sistema quanto ao andamento
Prestar informação ao solicitante e registrar no sistema
Disponibilizar informação ao solicitante
Reduzir a termo ou receber petição apresentada
Prestar esclarecimento sobre as providências a serem adotadas
Verificar identificação de matéria, tema e correlação
Encaminhar à Ouvidoria, ou PRDC, ou ao procurador responsável pelo atendimento
Analisar a documentação e determinar encaminhamento

## 1.5.2 Subprocesso de Apoio - Suporte técnico pericial à atuação do MPF

O SUBPROCESSO DE APOIO - Suporte técnico pericial à atuação do MPF tem como objetivo:

- analisar a consistência ou produzir provas para subsidiar a atuação dos membros.

<b>Quadro resumo de atividades do Suporte técnico pericial à atuação do MPF</b>
Cadastrar solicitação de perícia
Analisar admissibilidade da demanda
Justificar não atendimento e registrar em sistema
Propor soluções alternativas
Comunicar ao demandante e registrar em sistema
Acompanhar perícia externa
Elaborar relatório do acompanhamento
Encaminhar relatório ao demandante
Disponibilizar produto pericial
Registrar na base de dados pericial
Verificar a melhor opção de atendimento
Encaminhar demanda para PRR/PR/PRM
Estabelecer prioridade e equipe pericial
Elaborar plano de trabalho
Realizar análise da demanda
Verificar necessidade de complemento de informações
Comunicar membro responsável para formalizações
Obter documentação complementar
Realizar perícia de campo
Analisar informações complementares
Emitir documento pericial

### 1.5.3 Subprocesso de Apoio - Contratação de bens e serviços

O SUBPROCESSO DE APOIO - Contratação de bens e serviços tem como objetivo:

- suprir as necessidades administrativas;
- primar pela melhor aplicação dos recursos públicos para bens e serviços.

<b>Quadro resumo de atividades da Contratação de bens e serviços</b>
Elaborar minuta de Termo de Referência
Triagem
Avaliar pertinência da contratação
Comunicar solicitante
Analisar solicitação de crédito orçamentário e aguardar disponibilidade
Solicitar orçamento e remanejamento
Crédito disponibilizado
Agrupar solicitações
Ajustar Termo de Referência / projeto básico
Pesquisa de mercado
Analisar a possibilidade de adesão às atas de registro de preço
Aderir às atas
Autorizar adesão
Definir forma de contratação
Elaborar minuta de contrato
Realizar análise jurídica de minuta de contrato
Autorizar a contratação
Ratificar dispensa / inegibilidade
Publicar dispensa / inegibilidade
Assinar nota de empenho
Formalizar contrato
Encaminhar ordem de fornecimento
Elaborar minuta do edital
Realizar análise jurídica de edital
Realizar ajuste
Realizar licitação

Adjudicar e publicar
Homologar a licitação
Reavaliar e identificar erros
Assinar e publicar ata de registro de preço
Comunicar solicitante

#### 1.5.4 Subprocesso de Apoio – Gestão documental

O SUBPROCESSO DE APOIO – Gestão documental tem como objetivo:

- realizar o tratamento e o gerenciamento dos registros das atividades elaboradas para o cumprimento e por exigência funcional e institucional do MPF no interesse e segurança da função pública.

<b>Quadro resumo de atividades da Gestão Documental</b>
Receber documentação
Coletar documentação
Realizar triagem
Interface com a Gestão arquivística e Comunicação interna e externa
Preparar a documentação
Digitalizar
Remontar a documentação física
Realizar o processamento de reconhecimento de caracteres
Gravar mídia
Analisar a documentação e verificar ação a ser tomada
Consultar situação no sistema
Elaborar a certidão
Providenciar o encaminhamento a unidade solicitante
Enviar ao Gabinete do membro para encaminhamento
Identificar o número do processo
Realizar a indexação
Emitir capa
Autuar processo administrativo

Coletar processos judiciais e documentos para remessa
Verificar tipo de documentos para entrega
Distribuir

### 1.5.5 Subprocesso de Apoio – Programação orçamentária

O SUBPROCESSO DE APOIO – Programação orçamentária tem como objetivo:

- elaborar um orçamento adequado às demandas internas e externas.

<b>Quadro resumo de atividades da Programação orçamentária</b>
Propor diretrizes orçamentárias
Propor o cronograma de elaboração da proposta orçamentária
Analisar proposta de diretrizes e cronograma de elaboração
Disponibilizar diretrizes orçamentárias
Elaborar proposta de orçamento das unidades
Analisar propostas apresentadas
Consolidar proposta orçamentária das unidades
Consolidar proposta com foco na PLDO
Providenciar ajustes na proposta de orçamento
Analisar proposta orçamentária
Apresentar proposta orçamentária ao conselho superior do MPF
Apresentar proposta MPU à SOF e discutir limites
Realizar ajustes no orçamento
Renegociar proposta com a SOF
Consolidar proposta com limites
Encaminhar proposta MPU consolidada para a SOF
Acompanhar tramitação no Congresso Nacional
Provisionar mensalmente 1/12 do orçamento para as unidades
Receber 1/12 da LOA aprovada no SIAFI
Comunicar áreas quanto à aprovação do orçamento
Detalhar orçamento no SIAFI

### 1.5.6 Subprocesso de Apoio – Acompanhamento da execução orçamentária

O SUBPROCESSO DE APOIO – Acompanhamento da execução orçamentária tem como objetivo:

- realizar o acompanhamento e avaliação do orçamento do MPF.

<b>Quadro resumo de atividades do Acompanhamento da execução orçamentária</b>
Interface com programação orçamentária e acompanhamento da execução orçamentária
Verificar se houve contingenciamento ou necessita suplementação
Calcular valor a ser contingenciado por unidade orçamentária
Reprogramar orçamento
Solicitar publicação de portaria pela PGR no DOU
Encaminhar portaria para STN / MF
Comunicar as áreas
Consultar no SIAF a execução do orçamento pelas áreas
Analisar orçamento previsto vs. realizado
Encaminhar form. eletrônico com análise qualitativa
Preencher formulário da análise qualitativa
Consolidar avaliação
Apresentar avaliação ao SG
Identificar variações significativas
Solicitar esclarecimento às áreas responsáveis
Elaborar justificativa das variações
Confirmar orçamento para o restante do exercício
Consolidar as informações recebidas
Apresentar informações ao SG
Analisar proposta de ajuste no orçamento
Determinar ajuste no orçamento
Atualizar orçamento
Comunicar as unidades
Inserir a execução física das ações da LOA no SigPlan
Verificar a conformidade dos dados lançados
Emitir relatório periódico
Encaminhar relatório para o SG

Identificar necessidade de crédito
Lançar no sistema SIOF
Interface com o sistema SOF
Elaborar a minuta de portaria e anexos de publicação
Assinar portaria
Encaminhar portaria para publicação
Publicar decreto (Presidente da República)
Acompanhar tramitação
Ajustar o orçamento
Comunicar as unidades

### 1.5.7 Subprocesso de Apoio – Comunicação interna e externa

O SUBPROCESSO DE APOIO – Comunicação interna e externa tem como objetivo:

- divulgar as atividades da instituição para seus diversos públicos (interno ou externo).

<b>Quadro resumo de atividades da Comunicação interna e externa</b>
Realizar levantamento interno para identificar as necessidades de serviços de comunicação interna
Verificar a necessidade de envolver a SECOM
Analisar demanda e definir escopo de atendimento
Verificar necessidade de revisão da matéria
Realizar monitoramento da divulgação externa
Avaliar as principais divulgações
Disponibilizar plano de ação para aprovação
Desenvolver projeto piloto e submeter para aprovação
Disponibilizar para revisão interna
Verificar necessidade de revisão pelo solicitante
Disponibilizar para aprovação
Disponibilizar para produção
Conferir prova do material
Distribuir material conforme plano de ação
Avaliar as principais campanhas

### 1.5.8 Subprocesso de Apoio – Implementação e acompanhamento de ações de comunicação

O SUBPROCESSO DE APOIO – Implementação e acompanhamento de ações de comunicação tem como objetivo:

- promover ações e divulgar atividades da instituição para seus públicos de interesse.

<b>Quadro resumo de atividades da Implementação e acompanhamento de ações de comunicação</b>
Solicitar demanda de comunicação
Analisar demanda de comunicação
Verificar a necessidade de planejamento
Realizar briefing com área demandante
Definir estratégia de ação com equipe
Elaborar plano de ação
Encaminhar para aprovação
Encaminhar e distribuir para execução
Realizar ajustes
Obter aprovação caso necessário
Realizar/Lançar ação de comunicação
Verificar necessidade de avaliação
Definir estratégia e reunir informações
Elaborar material informativo
Obter aprovação, se necessário
Divulgar internamente
Divulgar externamente
Atender demandas derivadas da divulgação ou novas
Monitorar repercussão interna ou na mídia

### 1.5.9 Subprocesso de Apoio – Avaliação de desempenho

O SUBPROCESSO DE APOIO – Avaliação de desempenho tem como objetivo:

- avaliar as competências dos servidores, mensurando e analisando seu desempenho.

<b>Quadro resumo de atividades da Avaliação de desempenho</b>
Planejar processo de avaliação de desempenho
Solicitar estratégias de conscientização para avaliação de desempenho
Tomar providências para execução do planejamento
Preparar orientações e divulgação da avaliação de desempenho
Interface com a comunicação interna e externa
Liberar acesso à avaliação de desempenho no sistema
Acompanhar lançamento no sistema
Reforçar realização da avaliação
Verificar se possui condições de avaliar
Apresentar justificativa via sistema
Avaliar justificativa
Repetir avaliação anterior
Encaminhar à comissão de avaliação
Analisar demanda
Emitir parecer quanto ao procedimento a ser adotado
Analisar e dar encaminhamento definido pela comissão
Realizar avaliação de desempenho parcial e fornecer feedback
Realizar avaliação de desempenho final
Formalizar ciência servidor / chefia
Verificar se o recurso procede
Ajustar avaliação de desempenho
Comunicar os envolvidos
Consolidar resultado da avaliação e comunicar interessado
Identificar e propor oportunidade de melhoria
Elaborar relatório consolidado da avaliação de desempenho

### 1.5.10 Subprocesso de Apoio – Elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal

O SUBPROCESSO DE APOIO – Elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal tem como objetivo:

- avaliar as necessidades de desenvolvimento de pessoal e elaborar plano de ações para proporcionar aprendizagem aos colaboradores do MPF.

<b>Quadro resumo de atividades da Elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal</b>
Definir cronograma de elaboração do plano
Solicitar propostas para formulário de levantamento de necessidade de treinamento
Elaborar e revisar itens do formulário de levantamento de necessidade de treinamento
Elaborar e revisar itens do formulário de levantamento de necessidade de treinamento
Consolidar formulário de avaliação de necessidade de treinamento
Solicitar preenchimento do formulário de levantamento de necessidade de treinamento
Indicar necessidade de treinamento
Consolidar necessidades de treinamento
Identificar existência de suporte organizacional ao treinamento
Definir ações de suporte ao treinamento
Solicitar providências para suporte ao treinamento
Estabelecer ações e estratégias de aprendizagem
Elaborar plano de desenvolvimento de pessoal com a área de gestão de pessoas das unidades
Submeter plano para aprovação superior
Validar plano de desenvolvimento e submeter para aprovação do SG
Aprovar plano de desenvolvimento pessoal
Divulgar plano de desenvolvimento de pessoal aprovado
Elaborar modelos de instrumentos relacionados a treinamento
Divulgar modelos a serem adotados

### 1.5.11 Subprocesso de Apoio –Treinamento de pessoal

O SUBPROCESSO DE APOIO – Treinamento de pessoal tem como objetivo:

- capacitar os servidores do MPF, de acordo com as necessidades Institucionais.

<b>Quadro resumo de atividades do Treinamento de pessoal</b>
Divulgar treinamento
Relacionar os interessados e encaminhar ao órgão
Comunicar inscritos no treinamento
Interface com a área de treinamento de pessoal
Identificar necessidade de treinamento não prevista
Solicitar treinamento, via sistema
Identificar treinamentos para realizar conforme plano
Analisar solicitação de treinamento
Emitir parecer quanto à realização do treinamento
Analisar e definir quanto à realização do treinamento
Comunicar demandante e justificar
Autorizar providências para realizar treinamento
Interface com a área de treinamento de pessoal
Elaborar projeto do treinamento
Interface com a área de gestão documental
Instruir processo de treinamento
Verificar necessidade de contratação para o treinamento
Registrar treinamento no sistema e comunicar participante

## 1.5.12 Subprocesso de Apoio – Desenvolvimento de sistemas

O SUBPROCESSO DE APOIO – Desenvolvimento de sistemas tem como objetivo:

- prover, manter, monitorar e aperfeiçoar soluções de software para suporte.

<b>Quadro resumo de atividades do Desenvolvimento de sistemas</b>
Gestão das solicitações de alterações nos sistemas informatizados
Prospecção tecnológica
Elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico
Monitoramento de operações, rede e segurança da informação
Planejar o atendimento às demandas
Informar aos solicitantes o prazo médio para atendimento
Informar e demonstrar para o usuário
Analisar a solução
Encaminhar para o comitê de TI
Informar o usuário
Priorizar a demanda
Informar a priorização ao usuário
Definir forma de atendimento
Prospecção tecnológica
Analisar infraestrutura para o projeto
Verificar se há infra-estrutura disponível
Gestão de infraestrutura de TIC
Implantar solução
Enviar para a contratada
Realizar manutenção / desenvolvimento
Providenciar manutenção corretiva
Realizar teste da solução
Solicitar homologação do demandante
Analisar o sistema
Gestão de infraestrutura de TIC
Registrar no sistema de TIC
Disponibilizar sistema para produção

Elaborar projeto para atendimento a demanda
Enviar para contratada
Realizar desenvolvimento
Implementar funcionalidade do sistema
Testar funcionalidades do sistema
Solicitar ajustes no sistema
Solicitar homologação do demandante
Analisar o sistema
Gestão de infraestrutura de TIC
Formalizar entrega do sistema
Disponibilizar sistema em produção
Registrar o produto no catálogo
Registrar no sistema de atendimento

### 1.5.13 Subprocesso de Apoio – Planejamento e gerenciamento das necessidades de TIC

O SUBPROCESSO DE APOIO – Planejamento e gerenciamento das necessidades de TIC tem como objetivo:

- padronizar o processo de apresentação e aprovação das necessidades de TIC.

<b>Quadro resumo de atividades do Planejamento e gerenciamento das necessidades de TIC</b>
Solicitar necessidades de TIC / Revisão da solicitação
Preencher / revisar a solicitação no sistema
Avaliar a solicitação / revisão de TI
Verificar disponibilidade orçamentária
Suspender status do pedido no sistema
Aprovar solicitação no sistema
Consolidar proposta orçamentária da STI
Cancelar pedido no sistema
Aprova a proposta e encaminha para as unidades do MPF
Receber as informações das unidades e validar
Solicitar a liberação de recursos

## 1.6 – Principais Parceiros

O Ministério Público Federal possui parceiros institucionais que colaboram na consecução de seus objetivos.

Destacamos que os órgãos do Poder Judiciário, assim como as agências reguladoras, compõem ativamente o rol de instituições que participam da atuação institucional do MPF. Apresentamos a seguir, alguns dos parceiros institucionais relacionados aos macroprocessos finalísticos, destacados em Pesquisa de Percepção com os Membros do MPF realizada em 2012:

- Escola Superior do MPU (ESMPU);
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Receita Federal (PF);
- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Polícia Federal (PF);
- Polícia Civil (PC);
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) ;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Ministério Público Militar (MPM);
- Promotorias de Justiça.

## II – ITEM 2- DA PARTE “A”

### 2.1 – Planejamento das Ações do MPF

O planejamento das ações do MPF em 2012 foi pautado no Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2011-2020). Apresentamos abaixo o Mapa Estratégico do MPF:



Fig. 4 – Mapa Estratégico do MPF

Em 2012, destacou-se o objetivo estratégico de proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável por meios dos projetos destacados como estratégicos para o MPF. Entre eles, o Projeto Desdobramento de Planejamento Estratégico (DEPEI) foi destacado para aprimorar a atuação institucional do MPF de forma estruturada, orgânica e sistêmica. Após a conclusão do Planejamento Estratégico Institucional, surgiu a necessidade de desdobrar a estratégia para todos os órgãos e unidades gestoras do MPF com o objetivo de envolvê-los e identificar as contribuições que lhes cabiam.

O Projeto Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional foi instituído por meio da Portaria PGR nº 725/2011 e finalizado em dezembro de 2012, contemplando a construção de planejamentos temáticos de cada Câmara de Coordenação e Revisão, da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão; planos de ação da Corregedoria e da Função Eleitoral; painéis de contribuição das Procuradorias Regionais da República; Procuradorias da República nos Estados; Secretarias Nacionais; Unidades e Assessorias do PGR; alinhados ao Planejamento Estratégico vigente do MPF.

O DEPEI foi conduzido pela Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE) da Secretaria Geral com a premissa de buscar a disseminação da estratégia em cada setor do MPF, definindo qual a contribuição e papéis de cada uma das partes na construção da estratégia. O grande desafio nesse processo foi garantir o alinhamento nas pontas.

A primeira etapa da modernização, executada em 2011, por meio do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa (PMGA), serviu para mobilizar e descongelar o estado em que se encontrava o MPF, enquanto a segunda etapa (DEPEI), executada principalmente em 2012, teve o intuito de atingir os níveis tático e operacional e aprimorar as condições para o desenvolvimento de um novo modelo de gestão alinhado à estratégia do MPF.



Fig. 5 – Estágios de desenvolvimento de uma organização em transformação

Outra frente de trabalho abrangida pelo DEPEI foi capacitar 120 servidores, representantes de todas as unidades gestoras do MPF, abordando os seguintes conteúdos: planejamento estratégico, comunicação, liderança, gestão do conhecimento, gestão de projetos, gestão da

mudança e cultura organizacional, e utilização do software de gestão estratégica e de projetos do MPF.

#### ETAPAS DO DESDOBRAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPF

Etapa	Descrição da etapa
I - Construção do Mapa de Requisitos e Diagnóstico.	Reuniões para levantamento do mapa de requisitos e análise dos resultados da primeira parte do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa (PMGA – Parte I).
II - Elaboração do Plano de Comunicação	Elaboração de Plano para determinar as necessidades de informação e de comunicação do projeto. Proposição de ações para disseminar as informações de forma adequada e oportuna entre as partes interessadas, visando a “internalização” das culturas de planejamento, bem como capacitação específica.
III - Elaboração de Painéis de Contribuição das Secretarias	Elaborar o Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF 2011-2020 por meio de painéis de contribuição para sete secretarias nacionais (Secretaria de Planos e Orçamento, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual, Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e PLAN-ASSISTE), além da Unidade de Segurança Institucional e da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura.
IV - Elaboração de Painéis de Contribuição das Assessorias	Elaborar o Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF 2011-2020 por meio de cinco painéis de contribuição: para Função Eleitoral e assessorias especializadas do PGR (Gabinete, Assessoria de Articulação Parlamentar, Assessoria de Cooperação Jurídico-Internacional e Assessoria de Pesquisa e Análise).
V - Elaboração de Planejamentos Temáticos	Elaborar o Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF 2011-2020 por meio de Mapas Estratégicos Temáticos para 6 (seis) Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Corregedoria-Geral (CG).

<b>VI - Elaboração de Painéis de Contribuição das PRRs e PRs</b>	Elaborar o Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF 2011-2020 por meio de painéis de contribuição para 5 (cinco) Procuradorias Regionais da República e 27 (vinte e sete) Procuradorias da República.
<b>VII - Confeção do PETI</b>	Confeccionar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).
<b>VIII - Confeção do PDTI</b>	Confeccionar o Plano Diretor de Informática (PDTI) para o MPF.
<b>IX - Estruturação de Unidades Estratégica</b>	Auxiliar na estruturação de funções de Unidades de Gestão Estratégica aos servidores de todas as unidades responsáveis por um painel de contribuição ou mapa estratégico.

O planejamento estratégico e o seu respectivo desdobramento em 2012 buscou fortalecer as atribuições do MPF estabelecidas pela Constituição Federal, em seu artigo 127, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Tendo em vista seu papel dentro do planejamento estratégico do Ministério Público Federal (MPF), a Secretaria de Planos e Orçamento (SPO), em 2012, contribuiu diretamente com a Sustentabilidade Orçamentária, dando apoio às demais Secretarias e órgãos do MPF no desenvolvimento e execução de seus objetivos estratégicos e de contribuição.

Uma das principais conquistas do MPF foi o alinhamento do orçamento ao Planejamento Estratégico 2011-2020, por meio do novo ordenamento administrativo, visando a sustentabilidade orçamentária por meio da transparência e da qualidade do gasto e da gestão. Dessa forma, os investimentos monitorados e executados por meio da SPO, foram guiados em 2012 com vistas ao aperfeiçoamento da capacidade de planejamento de médio e longo prazo e na programação da despesa de acordo com as prioridades estratégicas, respeitando a legislação orçamentária.

Nesse sentido, o MPF trabalhou em 2012 na avaliação do planejamento e no aprimoramento execução orçamentária das unidades gestoras do MPF. O primeiro passo foi a aprovação do Plano Plurianual 2012/2015 do Ministério Público Federal pelo Conselho Superior do MPF. Nele estão identificadas as ações orçamentárias, os planos orçamentários e os planos internos que indicam, através de produtos e metas, as prioridades estabelecidas e os respectivos resultados físicos e financeiros. Em 2012, o trabalho voltou-se para o alinhamento orçamentário da Procuradoria-

Geral da República (PGR). Nos anos que se seguem, a promoção do alinhamento orçamentário prosseguirá com foco no aperfeiçoamento nas unidades gestoras nos estados.

Conforme figura abaixo, o planejamento estratégico define as prioridades de longo prazo do Ministério Público Federal, e em decorrência dessas prioridades é efetuado o planejamento orçamentário de médio prazo (PPAs) e de curto prazo (LOAs). Essa é a estrutura básica do alinhamento entre estratégia e orçamento. O tema estratégico sustentabilidade orçamentária inscrito no planejamento estratégico do MPF, em conjunto com seus objetivos estratégicos resultaram, em 2012, em uma melhoria na tomada de decisão pelos órgãos superiores do MPF quanto à alocação de recursos.



Fig. 6 – Integração planejamento e orçamento

O novo ordenamento administrativo alinha-se às prioridades do Planejamento Estratégico do MPF, ocorrendo ajustes como forma de promover a eficiência e eficácia nos gastos da instituição.

Ressalta-se que entre 13 e 17 de agosto em 2012, o MPF promoveu encontro com os procuradores-chefes das Procuradorias Regionais da República e Procuradorias da República, secretários regionais e estaduais, coordenadores de administração das unidades e servidores que atuam na área de orçamento. O objetivo do encontro foi assegurar a transparência, o alinhamento estratégico e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária. Como resultado do encontro, foram alinhadas informações pertinentes ao orçamento do MPF, apresentadas às unidades do MPF as diretrizes do Novo Ordenamento Administrativo Institucional, discutidas as especificações do Plano Plurianual da instituição, a reprogramação orçamentária do exercício de 2012, discutidos os limites do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2013 e os parâmetros da programação do exercício de 2013. A figura abaixo elucida o processo de alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Orçamentário.

# Integração entre Planejamento e Orçamento

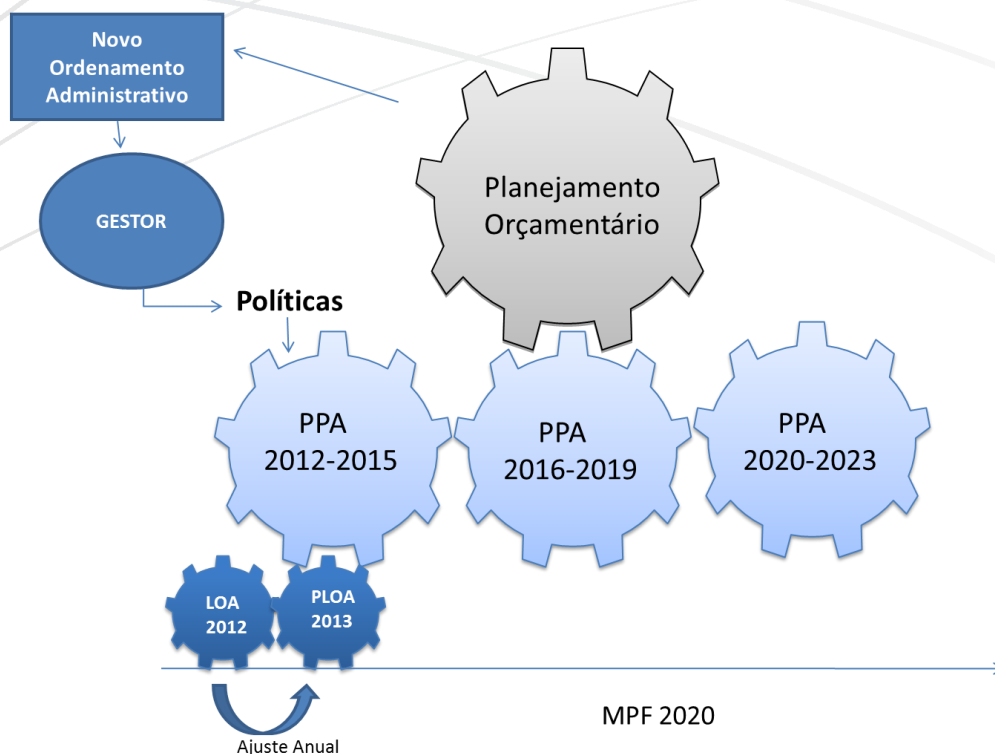


Fig. 7 – Ciclo de integração entre planejamento e orçamento

O novo ordenamento administrativo sofre consequências e alinha-se ao planejamento orçamentário, integrando-se a um processo contínuo de aperfeiçoamento da capacidade de planejamento de longo, médio e curto prazo, da programação das despesas de acordo com as prioridades estratégicas do MPF e da avaliação tempestiva dos resultados obtidos, sempre respeitando a legislação orçamentária.

Com a finalidade de atingir as prioridades e objetivos institucionais alinhados ao orçamento, o MPF dispõe ainda de indicadores de contribuição específicos da área orçamentária, acompanhados pela alta administração ao longo de toda a implementação do PEI 2011-2020. Esses indicadores são apurados anualmente com a finalidade de:

- promover a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão orçamentária;
- acompanhar e avaliar a execução orçamentária;
- auxiliar o planejamento da Administração Superior do MPF; e

· mensurar os resultados e os impactos decorrentes da execução da programação orçamentária de forma alinhada ao planejamento estratégico.

Em 2012, restaram fortalecidas a gestão e a qualidade do gasto, a transparência e os investimentos realizados, conforme as prioridades da Administração Superior e o Planejamento Estratégico. Seguem abaixo os indicadores de contribuição da área orçamentária integrantes do PEI, com as metas de contribuição para o período de 2012 (meta inicial) a 2020 (meta final) e as seus respectivos resultados:

- Percentual de Planejamento e Programação da Despesa (PPD) = Provisão Recebida/Programação Inicial (Meta de 2012: acima de 90%. Meta de 2020: acima de 97,5%. Resultado do 1º Semestre de 2012 foi 92,76 e o resultado do 2º semestre de 2012 foi 99,07);
- Percentual de Capacidade Operacional da Despesa (COD) = Despesa Liquidada/ Provisão Recebida (Meta de 2012: acima de 60%. Meta de 2020: acima de 80%. Resultado do 1º Semestre foi de 77,91%; Resultado do 2º Semestre foi de 68,82%);
- Percentual de Capacidade Operacional da Despesa Corrigida (CODC) = Despesa liquidada+Inscrições em restos a pagar/ Provisão recebida (Meta de 2012: acima de 90%. Meta de 2020: acima de 97,5%. Resultado de 2012 foi de 97,11% );
- Percentual de realização da execução meta, do produto e do plano interno=(Execução meta-Produto-Plano Interno) / Projeção meta – Produto – Plano Interno (Meta de 2012: acima de 70%. Meta de 2020 100%. a mensuração inicia-se em 2013)
- Percentual da Capacidade Operacional da Despesa de Investimento (COD Investimento)= Despesa liquidada de investimento/Provisão recebida de investimento (Meta 2012: acima de 60%. Meta 2020: acima de 80%. Resultado de 2012 foi de 13%).
- Percentual da Capacidade Operacional da Despesa Corrigida de Investimento (CODC investimento) = Despesa liquidada de investimento+Inscrições em restos a pagar de investimento/Provisão recebida de investimento (Meta 2012: acima de 90%. Meta de 2020: acima de 97,5%. Resultado de 2012 foi de 99,8%).

Outra frente de destaque de 2012 no fortalecimento da estratégia institucional, integrante do processo de modernização, foram os planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. A seguir, apresentaremos os mapas temáticos de atuação e os respectivos indicadores.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da Justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

**Missão:** Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de direito.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e efetividade.

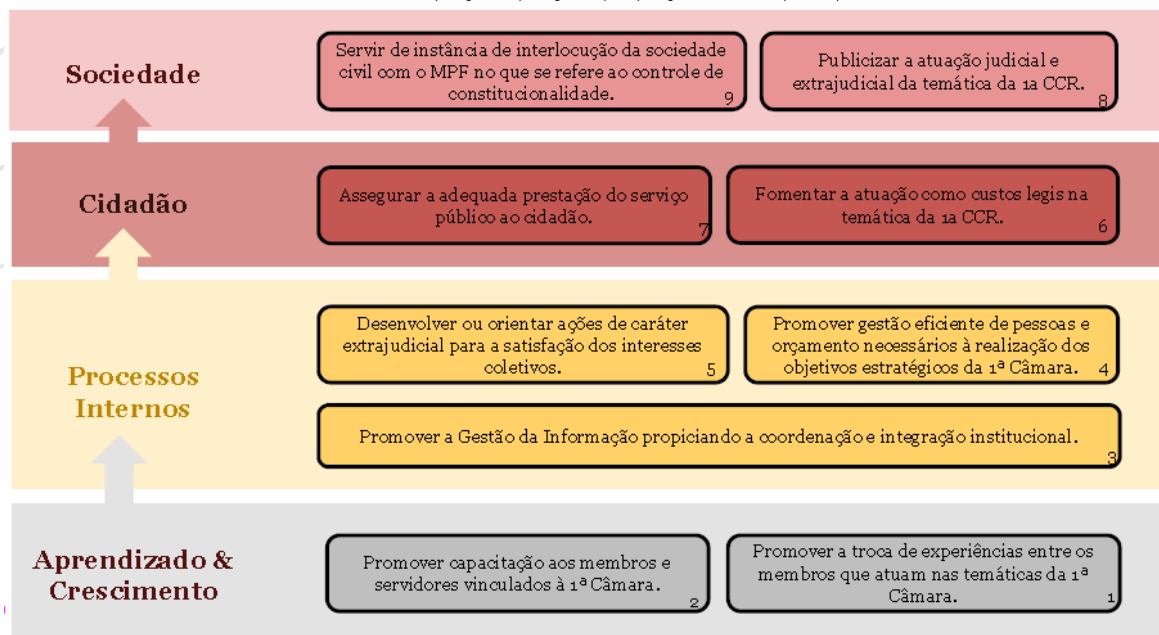


Fig. 8 – Mapa Temático da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (Temática Constitucional)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (Constitucional):

- índice de capacitação dos membros;
- índice de capacitação dos servidores;
- realização de encontros nacionais ou regionais;
- manualização dos fluxos de informação críticos;
- número de programas, projetos e ações com orçamento aprovado;
- número de recomendações expedidas e TACs firmados;
- número de manifestações de não intervenção;
- reclamações dos cidadãos;
- prestação de contas à sociedade;
- número de instrumentos de comunicação realizados.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da Justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

**Missão:** Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de direito.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa, efetividade.

**Diretriz:** Direito penal como instrumento de garantia dos Direitos Humanos.

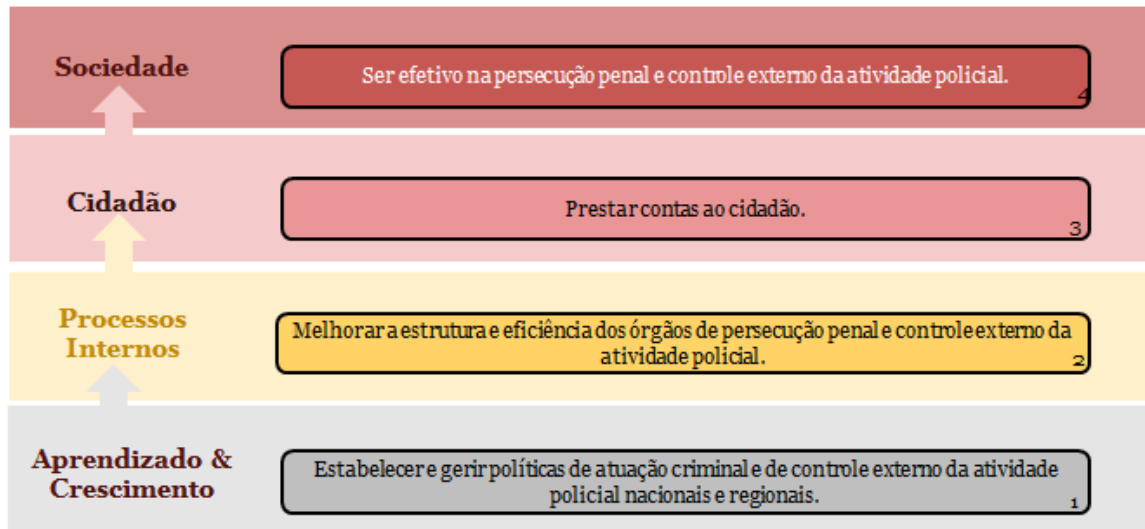


Fig. 9 – Mapa Temático da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Criminal e Controle Externo da Atividade Policial)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Criminal e Controle Externo da Atividade Policial):

- cumprimento de metas definidas nos encontros nacionais;
- cumprimento de metas definidas nos encontros regionais;
- cumprimento de metas definidas nos encontros temáticos;
- cumprimento de metas definidas nos grupos de trabalho;
- declínio de atribuição;
- correspondência da estrutura às atividades prioritárias (pessoas, orçamento e ofícios);
- prescrição nas fases pré-processual e processual;
- celeridade dos processos de persecução penal e controle externo da atividade policial;
- comunicação do ajuizamento de denúncias ao cidadão;
- emissão de relatórios de prestação de contas para a sociedade.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido pela excelência da promoção da defesa do consumidor, contribuindo com soluções eficientes para a melhoria da regulação econômica.

**Missão:** Zelar pela realização do Estado de Direito econômico, a bem da igualdade e da liberdade e em defesa do consumidor, do equilíbrio de mercado e da distribuição de renda.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, ética, independência funcional, unidade, iniciativa, efetividade, interação com os poderes públicos e conectividade dos cidadãos.

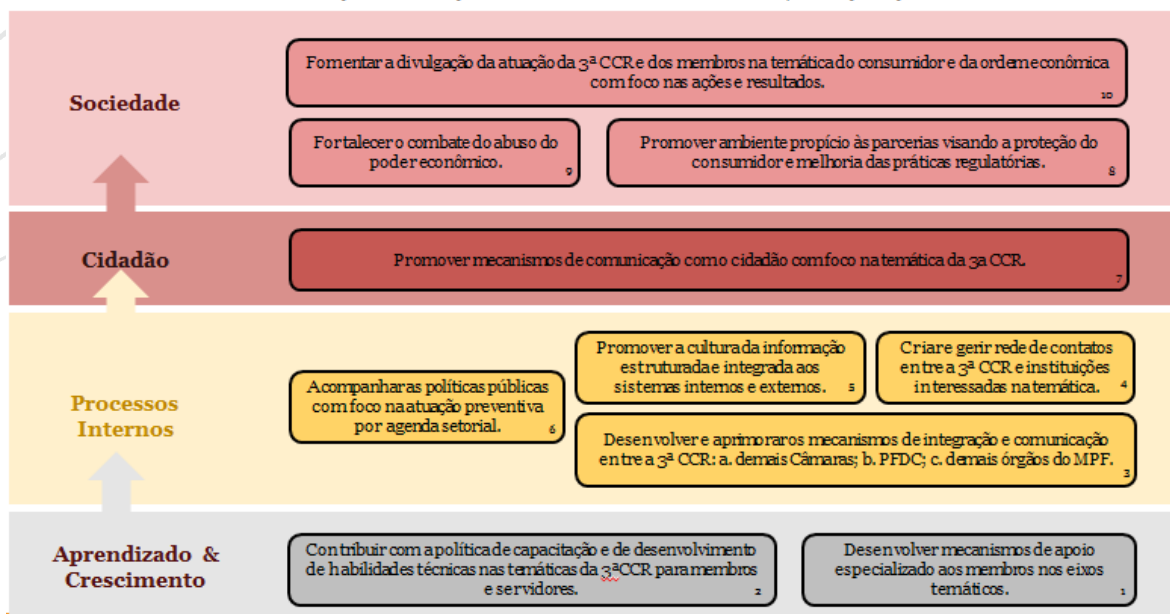


Fig. 10 – Mapa Temático da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (Consumidor e Ordem Econômica)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (Consumidor e Ordem Econômica):

- produção mensal por perito de documentos técnico-jurídicos;
- horas-aula por aluno por ano;
- reuniões para proposta de trabalho e estabelecimento de diretrizes comuns aos procuradores;
- índice de parceria e termos de cooperação firmados com instituições interessadas identificadas;
- redução do tempo de instrução do procedimentos administrativos ou inquéritos civis públicos relacionados ao sistema de informação interno;
- requisitos de qualidade aceitáveis do sistema de informação externo (forma, frequência e idade);
- monitorar políticas públicas identificadas;
- incidências de matérias da 3ª Câmara no clipping-MPF;
- Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas da Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

- acessos à página da 3ª CCR com foco no valor gerado pela atuação da Câmara e dos membros.



Fig. 11 – Mapa Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural):

- atualização e elaboração de roteiros de atuação da 4ª CCR;
- membros e servidores capacitados;
- consolidar os resultados da atuação nacional;
- tempo conclusão da análise pericial;
- julgamentos favoráveis às teses do MPF e MPEs na matéria da 4ª CCR;
- implementação de roteiro/ manual de atuação do tema prioritário;
- percentual de comunicações ao noticiante de propositura de ações, celebração de TACs e envios de recomendações;
- atuação preventiva relativamente à principal atividade econômica com risco iminente de impacto ambiental e ao patrimônio cultural;
- quantidade de mensagens recebidas relativas à temática da 4ª CCR;
- participação do MPF em conselhos na temática da 4ª CCR.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da Justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

**Missão:** Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de direito.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e eficiência.

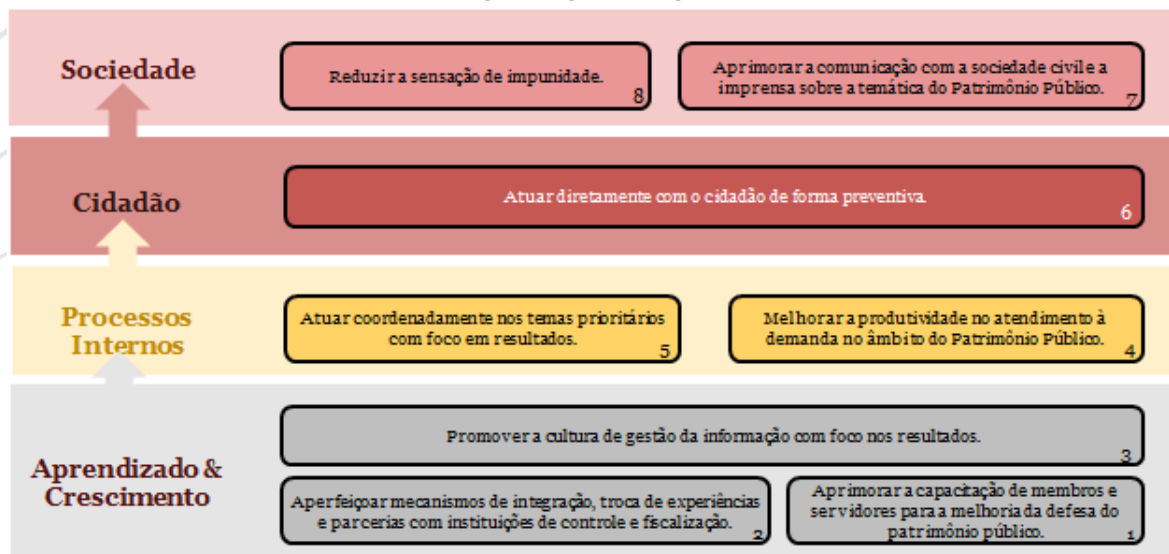


Fig. 12 – Mapa Temático da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (Patrimônio Público e Social)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (Patrimônio Público e Social):

- número de pessoas capacitadas por ano;
- reuniões com a participação da 5ª CCR;
- relatórios anuais por procurador de acordo com a taxonomia do CNMP;
- crescimento do número de Ações Cíveis Públicas, Termos de Ajustamento de Conduta e Recomendações por Procuradores que atuam no Patrimônio Público;
- ações de improbidade administrativa ajuizadas em defesa do patrimônio público;
- mensurar o crescimento do total bruto anualmente bloqueado em razão de ações de improbidade ou cautelares ajuizadas pelo MPF;
- alcance das cartilhas e tutoriais elaborados pela 5ª CCR;
- replicação de notícias do MPF na matéria da 5ª CCR por meios de divulgação externos;
- desvio de verbas públicas federais.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da Justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

**Missão:** Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de direito.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e efetividade.

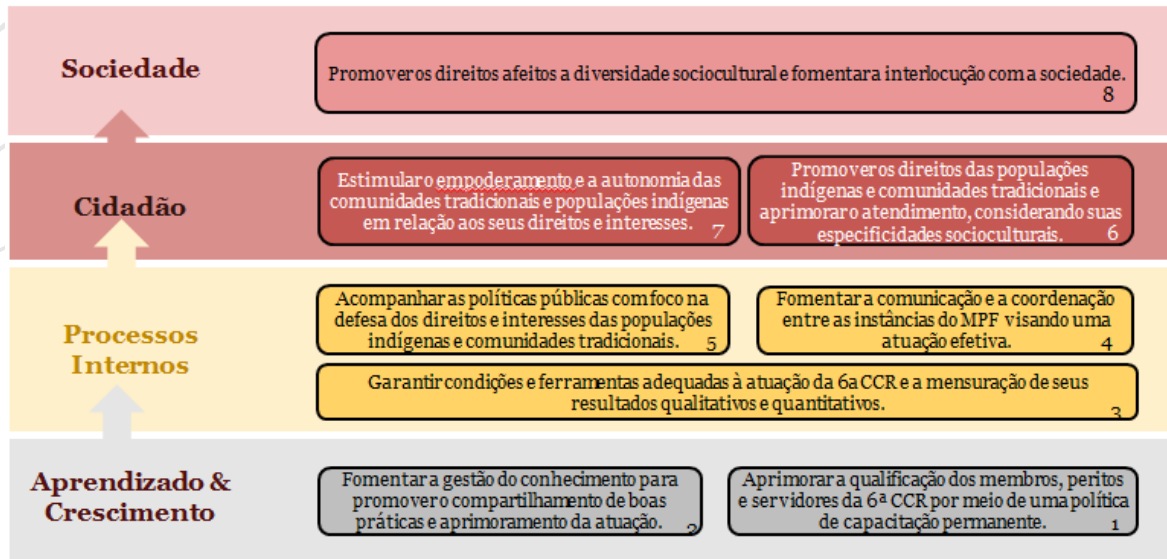


Fig. 13 – Mapa Temático da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais):

- capacitações de membros na temática da 6ª CCR;
- capacitações de peritos na temática da 6ª CCR;
- capacitações de servidores na temática da 6ª CCR;
- participação nos encontros nacionais e regionais da 6ª CCR (membros);
- participação nos encontros nacionais e regionais da 6ª CCR (servidores);
- iniciativas judiciais e extrajudiciais na temática da 6ª CCR;
- cumprimento das metas estipuladas no encontro nacional da 6ª CCR;
- grupos de trabalho construídos de acordo com as prioridades estabelecidas pela 6ª CCR;
- produção de documentários sobre a temática;
- número de consultas públicas / audiências realizadas na temática;
- divulgação de ações exitosas.

**Visão:** Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da Justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

**Missão:** Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado democrático de direito.

**Valores:** Autonomia institucional, compromisso, transparência, ética, independência funcional, unidade, iniciativa e eficiência de

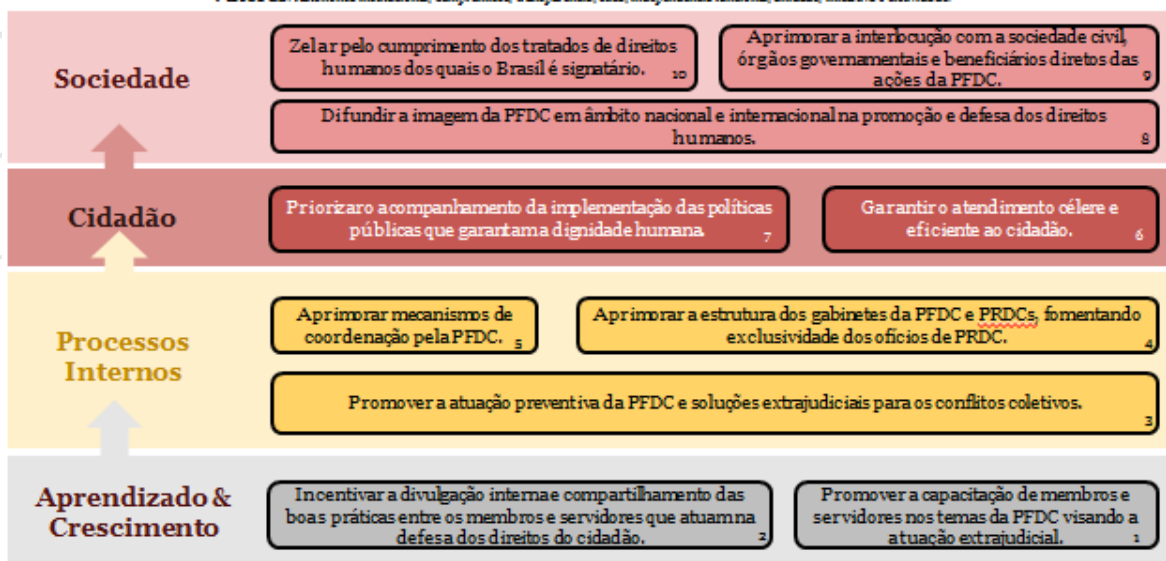


Fig. 14 – Mapa Temático da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Segue abaixo a lista de indicadores do planejamento temático da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão:

- unidades capacitadas nos temas da PFDC;
- número de boas práticas inseridas no sítio da PFDC;
- número dos instrumentos de atuação extrajudicial (TACs, Recomendação, Audiência Pública, ICP/PA, reuniões);
- adequação da estrutura da PFDC e PRDCs;
- cumprimento de resoluções / encaminhamentos definidos nos encontros nacionais e regionais de Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão (PRDCs);
- instalação de salas de atendimento ao cidadão nas unidades do MPF (dotadas de meios materiais e humanos adequados);
- procedimentos de acompanhamento instaurados em temas eleitos prioritários nos encontros nacionais e regionais;
- número de convênios, audiências públicas e termos de cooperação firmados e registros de participações em reuniões e eventos na área de direitos humanos;
- monitoramento e divulgação de recomendações recebidas na área de direitos humanos.

## 2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Em 2011, durante a construção coletiva do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), foram levantadas cerca de 230 iniciativas a partir do encaminhamento de sugestões das unidades à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica.

Essas iniciativas foram avaliadas pelo Comitê de Apoio ao Projeto de Modernização da Gestão Administrativa, formado por 33 membros voluntários, responsáveis por refinar o conteúdo do PEI. O trabalho resultou na seleção de 21 projetos estratégicos. Essa seleção deu-se conforme o grau de vinculação aos objetivos estratégicos e de sua repercussão nesses objetivos.

Em 2012, com os projetos já definidos, coube às áreas responsáveis o início da implantação dos mesmos.

Os estágios dos projetos estão refletidos no gráfico abaixo:

		FASES			
		Aguardando Diretrizes	Planejamento inicial	Execução	Encerramento
PROJETOS	Interlocução Institucional		Assessoria de Gestão Estratégica no MPF	MPF Digital e Base Legis Conclusão prevista: 12/13	Wiki do MPF
	Descentralização e Desconcentração das CCRs		Sistema de Informações Gerenciais	Gestão Socioambiental Conclusão prevista: 10/15	Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF
	Sistema pericial flexível		Fortalecimento da ASSPA	Sistema Único Conclusão prevista: 06/15	Ouvidoria
	Engajamento nas ações de combate à corrupção		Inquérito Civil Eletrônico (e-MPF)	Política de Comunicação Conclusão prevista: 07/13	Portal da Transparência
				Desenvolver Conclusão prevista: 12/14	Processo Eletrônico (integração STF, STJ e TSE)
				Salas de Atendimento ao Cidadão Conclusão prevista: 06/15	
				Gestão por Competências Conclusão prevista: 06/14	
				Segurança Institucional Conclusão prevista: 12/14	

Fig. 15 – Fases dos projetos estratégicos do MPF

Entendendo que o projeto é um empreendimento temporário, planejado, realizado de maneira coordenada para alcançar objetivos específicos com características singulares. Os projetos estratégicos, por sua vez, são aqueles diretamente vinculados à missão, à visão, aos objetivos estratégicos e/ou às prioridades definidas pelo Procurador-Geral da República.

Na gestão de projetos do MPF, o Subcomitê Consultivo de Projetos, formado pelos secretários nacionais do MPF, é responsável pela função técnica de analisar a viabilidade dos projetos e a disponibilidade de recursos.

Ao Comitê de Gestão Estratégica, compete desempenhar a função política de gerenciamento do portfólio, ou seja, estabelecer priorização dos projetos e garantir o alinhamento à estratégia.

O Escritório de Projetos, sob responsabilidade da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica, centraliza e coordena o gerenciamento de projetos e programas no âmbito do MPF. Ele possibilita a condução dos projetos de forma alinhada com os interesses da alta direção. A estrutura do escritório de projetos possibilita a centralização das informações e condução dos projetos, facilitando o alinhamento dos objetivos dos projetos com os objetivos da organização, assim como a disseminação das informações desses projetos.

Ainda em fase de estruturação, o Escritório tem instituído padrões de documentos e o fluxo de trabalho da gestão de projetos. E de forma proativa, também atua no monitoramento da situação de todos os projetos que estão sob sua gestão.

O suporte aos projetos inclui tanto os projetos estratégicos, quanto os táticos e operacionais. Atualmente o Escritório de Projetos está monitorando um portfólio de 37 projetos em execução, sendo 17 estratégicos e 20 tático-operacionais.

### 2.2.1 Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista que a estratégia adotada pelo MPF para atingir os objetivos estratégicos se dá por meio do monitoramento e do acompanhamento dos projetos estratégicos, destaca-se que a avaliação dos riscos foi realizada em conformidade com a metodologia de gestão de riscos dos projetos estratégicos com base na metodologia de projetos. Dessa forma, os riscos são avaliados individualmente para cada projeto estratégico. Apresentamos abaixo, os itens que constam na avaliação de riscos de cada projeto estratégico desde 2011:

- Identificação dos riscos: processo de levantamento dos fatos que podem afetar o projeto e o registro de suas características;
- Realização de análise qualitativa dos riscos: processo de priorização de riscos para análise ou ação adicional, mediante avaliação e combinação de sua probabilidade e impacto;

- Realização de análise quantitativa de riscos: processo de análise numérica (custos, prazo, estimativa de perdas) dos impactos dos riscos identificados nos objetivos gerais do projeto;
- Planejamento de respostas aos riscos: processo de desenvolvimento de opções e ações para aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos do projeto.

Os riscos também são avaliados a cada solicitação de mudança de escopo ou cronograma dos projetos estratégicos.

As mudanças no escopo dos projetos seguem o seguinte fluxo de avaliação e informação:

<b>Circunstância</b>	<b>Gerente do projeto</b>	<b>Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica</b>	<b>Subcomitê Consultivo de Projetos</b>	<b>Secretário-Geral</b>
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem o escopo, mas sem comprometer o orçamento e/ou prazo final e/ou objetivos do projeto.	Analisa	Aprova	É informado	É informado
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem o escopo e comprometer o orçamento e/ou prazo final.	É informado	É informado	Analisa	Aprova
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem o escopo e comprometer o objetivo do projeto.	Analisa	É informado	É informado	Aprova

As mudanças no cronograma dos projetos seguem o seguinte fluxo de avaliação e informação:

<b>Circunstância</b>	<b>Gerente do projeto</b>	<b>Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica</b>	<b>Subcomitê Consultivo de Projetos</b>	<b>Secretário-Geral</b>
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem a entrega dos pacotes do projeto sem comprometer no prazo final na frente do projeto.	Aprova	É informado	É informado	É informado
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem a entrega dos pacotes de trabalho do projeto e comprometer no prazo final da frente de trabalho.	Analisa	Aprova	É informado	É informado
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem no prazo final do projeto.	Analisa	É informado	É informado	Aprova

As mudanças no orçamento dos projetos seguem o seguinte fluxo de avaliação e informação:

<b>Circunstância</b>	<b>Gerente do projeto</b>	<b>Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica</b>	<b>Subcomitê Consultivo de Projetos</b>	<b>Secretário-Geral</b>
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem o orçamento dos elementos de despesa sem comprometer o orçamento final do projeto.	Aprova	É informado	É informado	É informado
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem orçamento final do projeto.	É informado	É informado	Analisa	Aprova
Quando riscos, problemas ou mudanças impactarem no remanejamento de recursos financeiros entre projetos.	É informado	É informado	Propõe	Aprova

### 2.2.2 Revisão de Macroprocessos

O MPF utiliza a Notação de Modelagem de Processos de Negócio (em inglês Business Process Modeling Notation ou BPMN) para desenhar o fluxo de trabalho das diversas áreas da instituição, o que facilita o entendimento dos usuários.

A gestão de processos no MPF segue um ciclo de execução que se inicia com a definição da metodologia, o mapeamento e perpassa por questões como o estudo e a avaliação de indicadores de desempenho para que haja a implantação de melhorias. Dessa forma, os processos são reavaliados e passam a ser controlados e monitorados de forma contínua.

No que se refere a revisão de macroprocessos, o MPF utiliza a metodologia de gerenciamento de processos de negócio (em inglês Business Process Management ou BPM), que é uma das principais metodologias utilizadas em todo o mundo para melhoria dos macroprocessos e processos de negócio. É um conceito que utiliza métodos, técnicas e ferramentas para analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar processos de trabalho da instituição. O BPM é uma abordagem moderna, com foco na otimização dos resultados, capaz de viabilizar a gradativa construção de um Ministério Público Federal eficiente e de alta qualidade. Para isso, o MPF por meio da Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual (SADP) implantou o Escritório de Processos do MPF, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: definição e manutenção de padrões, metodologias e ferramentas para a gestão de processos e a garantia de sua adoção no MPF; guarda de todo o conhecimento sobre processos; disseminação e capacitação nas melhores práticas; execução direta ou auxílio à execução, descentralizada, das iniciativas de BPM.

O Memorando-Circular MPF/PGR/SG nº 59 de 22/6/2012 determinou a criação de Grupos de Trabalhos nas Secretarias Nacionais para atuar no gerenciamento de processos do MPF, de forma parcial e integrada, por meio da criação, validação e publicação de manuais de normas e procedimentos e da implementação de processos redesenhados com o auxílio de Escritório de Processos do MPF.

O escritório de processos atuou em 2012 nas seguintes secretarias:

- Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual
- Secretaria de Administração
- Secretaria de Comunicação Social
- Secretaria de Expediente
- Secretaria de Planos e Orçamento

- Secretaria de Gestão de Pessoas
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria Geral

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual incidu sobre os seguintes fluxos:

- Gestão Processual - Entrada dos processos;
- Gestão Processual - Saída dos processos;
- Gestão Documental - Expediente: entrada dos documentos;
- Gestão Documental - Expediente: saída de documentos;
- Gestão Documental - Autuação;
- Gestão Documental - Criação de código de unidade protocolizadora;
- Gestão Documental - Editoração e Veiculação.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Administração, incidu sobre o fluxo de contratação de bens e serviços.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Comunicação Social, incidu sobre os seguintes fluxos:

- Implementação e Acompanhamento de Ações de Comunicação;
- Redação Jornalística.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Expediente, incidu sobre o fluxo de gestão documental do Gabinete do PGR.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Planos e Orçamento, incidu sobre os seguintes fluxos:

- Programação Orçamentária;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria de Gestão de Pessoas, incidu sobre os seguintes fluxos:

- Pagamento de Pessoal;
- Movimentação de Pessoal;
- Concessão de Benefícios;
- Avaliação de Desempenho;
- Concurso Público.

A atuação do escritório de processos na Secretaria de Tecnologia da Informação incidiu sobre os seguintes fluxos:

- Gestão das Solicitações de Alterações nos Sistemas Informatizados;
- Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas;
- Gestão da Infraestrutura de TIC;
- Prospecção Tecnológica;
- Planejamento e Gerenciamento das Necessidades de TIC;
- Suporte Operacional.

A atuação do escritório de processos, na Secretaria Geral, incidiu sobre o fluxo da Gestão da Manutenção Predial.

### 2.2.3 Adequações nas estruturas

#### 2.2.3.1 Criação de Procuradorias da República nos Municípios

Foram 36 criadas Procuradorias da República nos Municípios em 2012, sendo 32 pela Portaria PGR nº 135/2012, 3 pela Portaria PGR Nº 498/2012, e 1 pela Portaria PGR nº 217/2012: União dos Palmares/AL, Tefé/AM, Irecê/BA, Teixeira de Freitas/BA, Crateús/CE, Iguatu/CE, Quixadá/CE, Tauá/CE, Linhares/ES, Serra/ES, Luziânia/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Uruaçu/GO, Bacabal/MA, Manhuaçu/MG, Paracatu/MG, Teófilo Otoni/MG, Muriaé/MG, Unai/MG, Coxim/MS, Bela Vista/MS, Barra do Garças/MT, Paragominas/PA, Redenção/PA, Tucuruí/PA, Patos/PB, Arcoverde/PE, Ouricuri/PE, Floriano/PI, Parnaíba/PI, Guaira/PR, Pau dos Ferros/RN, Guajará-Mirim/RO, Itapeva/SP, Osasco/SP, Araguaína/TO.

Essas criações estão alinhadas às prioridades de lotação de membros definidas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, em 4 de dezembro de 2012, e a necessidade de criação de novas PRMs, com base em estudos realizados pela AMGE/SG, que culminaram na elaboração e publicação da 2ª Edição da Carta de Conjuntura das Procuradorias da República nos Municípios.

Essa edição teve como objetivo trazer informações atualizadas, principalmente quanto: às demandas ainda existentes de instalação de PRMs em localidades onde a Justiça Federal se faz ou se fará presente através de instalação de Varas Federais de competência plena, à revisão do fluxo de implantação de PRMs, à atualização dos índices/indicadores descritos na primeira edição.

### 2.2.3.2 Reestruturação administrativa de unidades

Com base em diagnóstico elaborado durante a construção do Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 e em etapas posteriores do desdobramento da estratégia institucional, em 2012, foram realizadas mudanças em estruturas organizacionais nas seguintes unidades administrativas: Procuradorias Regionais da República; Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional; Corregedoria do MPF; Ouvidoria; Gabinetes de Subprocuradores-Gerais da República; Auditoria Interna do Ministério Público da União; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Procuradoria da República do Mato Grosso; Conselho Superior do MPF; Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República; Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral; e 6ª Câmara.

Entre as modificações da estrutura organizacional, destaca-se a dos gabinetes de suprocurador-geral da República, por meio da Portaria PGR nº 813, assinada no dia 27 de dezembro de 2012. Funções de confiança e cargos em comissão foram alocados e transformados para atender o aumento da demanda de trabalho. As mudanças entraram em vigor a partir do dia 1º de março de 2013. As reestruturações atendem ao objetivo do Planejamento Estratégico Institucional de adequar a estrutura para uma atuação eficiente e segura, pois verificou-se, a partir de dados estatísticos, que nos últimos quatro anos houve um crescimento significativo de processos na instância superior, especialmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Nota Técnica nº 23/2012 realizada pela Assessoria de Estatística, da Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual (SADP), analisou a distribuição dos processos entre os gabinetes da PGR e relacionou os dados com a quantidade de pessoas que trabalham nesses locais. Foi verificado que, entre outubro de 2009 e setembro de 2012, houve um aumento de 82% (de 95.340 para 173.883) no número de entrada de processos nesses gabinetes. A saída de processos nesse mesmo período passou de 90.829 para 167.274.

O processo de reestruturação das unidades do MPF, incluiu os gabinetes dos procuradores da República, e atende aos diagnósticos realizados sobre a adequação da força de trabalho às demandas da instituição. A iniciativa dá continuidade ao processo de fortalecimento que pretende contemplar todos os gabinetes ao longo dos próximos anos, levando em conta a disponibilidade orçamentária.

Outras reestruturações importantes ocorreram no âmbito da estrutura organizacional da Ouvidoria do MPF e núcleos de apoio à PFDC. A Ouvidoria do Ministério Público Federal passou a contar com uma estrutura organizacional, estabelecida pela Portaria PGR nº 817, de 27 de dezembro de 2012. Definido como projeto estratégico do MPF, a Ouvidoria é um órgão de

controle interno das atividades desempenhadas pelos membros, órgãos, servidores e serviços auxiliares na instituição, além de identificar as necessidades e as demandas dos cidadãos. A Ouvidoria do MPF tem as atribuições de promover a qualidade do serviço prestado pela instituição e de ser um canal de fomento de participação da sociedade.

Destaca-se também como parte da reestruturação da instituição, a Portaria PGR nº 814, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu os Núcleos de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Naops) em todas as Procuradorias Regionais da República. Os Naops têm como objetivo descentralizar as atividades de revisão de atos das Procuradorias Regionais da República e, ainda, integrar a atuação na área. Eles são formados por três membros titulares e até três membros suplentes, eleitos pelos membros integrantes das respectivas PRRs para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

Dentre as atribuições dos Naops, destacam-se as competências para proceder a revisão das promoções de arquivamento e das decisões de declínio de atribuição relativas a inquéritos civis, procedimentos administrativos e peças informativas, bem como para dirimir conflitos de atribuição no âmbito da respectiva região, acompanhar as políticas públicas na área de direitos humanos e manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que se dediquem direta ou indiretamente à promoção, proteção, defesa e ao estudo dos direitos, bens, valores ou interesses na área dos direitos humanos e cidadania.

A criação dos Núcleos de Apoio Operacional integram o desdobramento do Planejamento Estratégico, mediante a desconcentração do poder revisional sediado em Brasília por meio do empoderamento dos procuradores regionais da República que integram os Naops. Isso proporciona mais agilidade e transparência aos processos internos de decisão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Essa iniciativa integra as ações voltadas ao alcance do objetivo estratégico do MPF que visa desenvolver uma atuação integrada, coordenada e regionalizada entre os órgãos e unidades do MPF.

Os resultados dos Naops devem ser acompanhados, de acordo com decisão do Conselho Superior (5ª Sessão de 07/06/2011), para futura análise sobre a viabilidade de descentralização de algumas atividades das Câmaras de Coordenação e Revisão. Segundo deliberação, as ações devem ser analisadas no intuito de se comprovar efetivamente uma maior eficiência na atuação, integração e coordenação de atividades entre os membros do Ministério Público Federal.

Ressalta-se, ainda, que a Portaria PGR nº 003/2013 padronizou a organização das secretarias nacionais, com a criação de um gabinete e uma assessoria técnica. O novo desenho organizacional

das secretarias fortalece os cargos de direção, chefia e assessoramento, sendo mais enxuto com redução de níveis hierárquicos, até no máximo três (secretário, subsecretário ou coordenador e chefe de Divisão), como forma de aproximar, integrar e tornar mais célere o processo de tomada de decisão.

As mudanças nas Secretarias Nacionais do MPF integrantes da modernização institucional entraram em vigor em março de 2013. Além disso, em 2012, a estrutura foi debatida e construída juntamente com os gestores de cada área em reuniões e oficinas de trabalho para se chegar a um modelo adequado à complexidade, tamanho e desafios de cada secretaria, a partir de diretrizes e estudos definidos pela Secretaria Geral com apoio e suporte da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE). Segue abaixo o quadro que apresenta alterações de nomenclatura das secretarias em 2012 e 2013:

NOMENCLATURA DAS SECRETARIAS NACIONAIS	
2012	2013
Secretaria de Administração	Secretaria de Administração
Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual	Secretaria Jurídica e de Documentação
Secretaria de Comunicação Social	Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Gestão de Pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planos e Orçamento	Secretaria de Planejamento e Orçamento
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
Secretaria de Tecnologia da Informação	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

#### 2.2.4 Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e resultados alcançados

No que se refere as estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados destacam-se:

- a elaboração de vídeo institucional;
- a publicação do livro “Planejamento Estratégico – Uma Construção Coletiva”;
- a promoção de eventos voltados para o desdobramento do planejamento estratégico;

- a publicação de boletim eletrônico “Modernize-se”, especializado em comunicar desenvolvimentos da estratégia do MPF;
- a promoção do Dia da Estratégica (realizada nas 33 unidades gestoras);
- a elaboração de carta destinada a todos os membros e servidores do MPF;
- matérias divulgadas na intranet.

O Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico gerou 75 eventos-chave os quais necessitaram de comunicação dirigida aos seus participantes, além de divulgação interna a membros e servidores do MPF relativas a gestão estratégica. Para a comunicação dirigida, foram elaboradas mensagens com instruções para os agentes de execução da estratégia sobre como apoiar as realizações das oficinas nos estados e com informações aos participantes. Dessa forma, foram encaminhados aproximadamente 150 e-mails padrões decorrentes apenas do desdobramento da estratégia.

Com o intuito de dar transparência aos resultados obtidos pela modernização, em 2012, foi publicado o livro “Planejamento Estratégico – Uma Construção Coletiva”, distribuído a todas as unidades e lançado durante o evento intitulado Dia da Estratégia.

O processo de Modernização do MPF tem sido registrado em vídeos institucionais. Em 2012, foi elaborado o vídeo “Desdobrando a estratégia”, com a participação de membros e servidores, que conta como foi realizado o desdobramento da estratégia institucional.

No ano de 2012, destaca-se também, como atividade nacional de comunicação o “Dia da Estratégia”, evento realizado nas 33 unidades gestoras do MPF. Um grande esforço de coordenação foi realizado visando o alinhamento da iniciativa em todas as unidades participantes. Foi preparada uma proposta de organização do evento, com plano de ação composto por atividades e prazos, incluindo a elaboração de roteiro para o dia do evento, a distribuição do Livro “Planejamento Estratégico 2011-2020”, a sugestão produção de mural de fotos, entre outras iniciativas.

Destaca-se como atividade inovadora a elaboração de carta destinada a todos os membros e servidores do MPF, convidando para o evento do Dia da Estratégia e destacando pontos importantes do processo de modernização da instituição. Foram encaminhadas pelo correio 9.573 cartas para 954 membros e 8.615 servidores em atividade no MPF.

Ressalta-se também o boletim eletrônico Modernize-se que visa levar ao público interno temas importantes para o desenvolvimento da cultura de gestão estratégica e de projetos, bem como dos resultados alcançados decorrentes dos esforços da Secretaria Geral para a modernização do MPF. Em 2012, foram produzidos 4 edições, com matérias, que tocaram em temas sensíveis e importantes para a gestão estratégica do MP, especialmente aqueles que geram expectativas para o público interno e para toda instituição como:

- Modernização do MPF entra em nova fase;
- Os novos desafios do MPF;
- Plano de Ação Eleitoral prevê estudo para reestrutura organizacional das PRes;
- Lotação de novos membros do MPF representa convergência institucional;
- Você sabe o que é um Painel de Contribuição?;
- Sistema Channel estimula a transparência e o trabalho colaborativo;
- Terminam as oficinas do Projeto de Desdobramento. Quais os próximos passos?;
- Subcomitês debatem temas importantes para o MPF.

Foram produzidas, ainda, 168 matérias relacionadas à modernização que foram publicadas na intranet.

Ademais, desde 2010, o MPF conta com informativo impresso intitulado “Gestão Estratégica” elucidando sobre a gestão da estratégica, de projetos, de processos prioritários da instituição distribuídos a todos os membros e servidores. Em 2012 foram publicados 10 exemplares com tiragem média de 10.000 exemplares.

### 2.2.5 Outras estratégias relevantes para o atingimento dos objetivos estratégicos

Outra estratégia relevante para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a implantação do Software de Gestão Estratégica e de Projetos – Channel. A partir de julho de 2012, o Ministério Público Federal passou a contar com o Sistema Channel, sistema genuinamente web em que não há necessidade de instalação para a sua utilização. O Channel possibilita o acompanhamento online das iniciativas de cada área, por meio dos indicadores, cronogramas e riscos assinalados. Todos os projetos, painéis de contribuição e mapas estratégicos serão monitorados na plataforma.

Destaca-se que o software apresenta visões diferenciadas de acordo com o perfil do usuário: gestor, gerente, colaborador e cliente. Em um único ambiente, é possível gerenciar ou

acompanhar o andamento do Painel de Contribuição, bem como os projetos estratégicos ou de contribuição do MPF.

Destaca-se ainda, outra estratégia relevante para o atingimento dos objetivos estratégicos executada no ano de 2012, a promoção de consultas públicas realizadas em 21 estados. As consultas públicas foram realizadas entre 20 e 24 de abril de 2012 para dar subsídio às discussões voltadas à elaboração dos mapas estratégicos das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - parte do Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico conduzido pela AMGE. A adesão dos estados superou as expectativas iniciais, totalizando 21 estados. Mais de 1500 pessoas participaram das consultas públicas, sendo São Paulo o estado com maior adesão (204 participantes). A iniciativa foi tão exitosa e rica em informações que constam na maioria dos Painéis de Contribuição das Procuradorias Regionais da República e nas Procuradorias da República no estados como ação a ser realizada anualmente.

#### 2.2.5.1 Política do MPF para a área criminal

Alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional, em 2012, foi construída a Política Criminal do Ministério Público Federal pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, que atua nessa temática.

A Política Criminal do Ministério Público Federal foi definida sob a diretriz de que o direito penal é instrumento de garantia de direitos humanos, e resolveu priorizar a persecução penal, notadamente contra o crime organizado, a corrupção, a lavagem de dinheiro e o desmatamento. A política criminal envolve quatro grandes temas: 1. corrupção; 2. direitos humanos; 3. medidas processuais; 4. medidas estruturantes.

Em 2012, o Colegiado da 2ª CCR deliberou ainda sobre os Grupos de Trabalho que foram agrupados em dois grandes temas: (1) enfrentamento da corrupção de verbas federais, notadamente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura; e (2) proteção dos direitos humanos. Em relação ao tema corrupção, foram mantidos os Grupos de Trabalho de Enfrentamento da Corrupção, Apropriação e Desvio de Verbas Federais nos Municípios; de acompanhamento do Projeto Tentáculos, que aborda fraudes contra a Caixa Econômica Federal; Lavagem de Dinheiro; Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; Moeda Falsa; Crimes Econômicos; Recursos Repetitivos; Crime Organizado; Fraudes com Títulos Públicos; Intercameral de Ação Estratégica – Petróleo, com a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão; Intercameral de Cooperação Jurídica, com a

Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria Geral da República; e Delação Premiada.

Já em relação ao tema proteção de direitos humanos, foram mantidos os Grupos de Trabalho sobre Enfrentamento da Escravidão Contemporânea; Crimes Cibernéticos, que aborda pedofilia, racismo, contra religião, e de consciência; Justiça de Transição, que aborda crimes da ditadura militar; Intercameral sobre Violação de Direitos Indígenas, em conjunto com a 4ª e a 6ª Câmaras; e Controle Externo da Atividade Policial, tendo sido excluído o Grupo de Trabalho sobre Proteção da Mulher Vítima de Violência Doméstica, a efetivação da Lei Maria da Penha, em parceria com os Ministérios Públicos estaduais. No que tange às prioridades, no tema corrupção foram propostos para atuação Crimes Fiscais; Contrabando e Descaminho; Desmatamento; Roubo a empresas públicas; Fraudes às Licitações e Enfrentamento à Corrupção, Apropriação e Desvio de Verbas Federais nos Municípios. No tema direitos humanos, foi proposta atuação em relação ao Tráfico Internacional de Pessoas. Também foram feitas propostas para temas processuais, a saber: Dosimetria; Execução Penal; Medidas Cautelares; e Prescrição; e estruturantes: Sistema Nacional de Registros de Antecedentes Criminais com acesso ao Ministério Público; Cooperação Internacional, com enfoque no mecanismo IberRede; Estreitamento dos Laços com os Programas de proteção a Vítimas e Testemunhas Federal e dos Estados; Seletividade; e Banco de Peças.

#### 2.2.5.2 Agenda com as agências reguladoras

Em 2012, a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, que acompanha assuntos relativos aos direitos do consumidor e da ordem econômica, priorizou o aprimoramento das relações do MPF com as agências reguladoras, por meio da definição de agendas de trabalho.

A agenda de transportes da 3ª Câmara priorizou acompanhamento das políticas públicas para melhoria tanto do setor como das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Destaca-se a participação na Oficina Internacional – Governança no Setor de Transportes e reunião com a direção das agências. Consequência da estratégia da Câmara no engajamento das diretrizes do Governo Federal com foco em fortalecer os mecanismos que auxiliam na ampliação da concorrência, adequação dos preços e qualidade da prestação do serviço público de transporte.

A representatividade da 3ª Câmara no estabelecimento de relações institucionais com diversas autoridades, órgãos e entidades, de forma a dar visibilidade à atuação temática nos diversos segmentos que compreendem a defesa do consumidor e da ordem econômica. Em 2012, foram realizadas reuniões com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), entre outras.

A atuação e o acompanhamento da 3ª CCR na área de telecomunicações teve como foco o monitoramento ativo das atividades desenvolvidas no referido setor foi possível averiguar e contribuir ativamente nos debates mais prioritários, tanto na fase da elaboração quanto na fase de implementação das políticas públicas, principalmente no que se refere à regulação e sua efetividade.

Em relação à atuação na área de energia e petróleo, as atividades desenvolvidas foram ao encontro das demandas dos procuradores, investigações promovidas pelo grupo de trabalho de energia e combustíveis, além de consultas e debates com auditores da SEFID/TCU e resultados de reuniões técnicas realizadas com a própria agência reguladora. O propósito era conhecer a política energética definida pela Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e Ministério de Minas e Energia (MME) e acompanhar sua implementação pela agência reguladora setorial, Agência Nacional de Petróleo (ANP), buscando avaliar a regulação aplicada, verificando sua adequação e eficácia em relação aos objetivos propostos e a observância de boas práticas regulatórias pela autoridade reguladora, em especial, no monitoramento dos temas de referência definidos na agenda setorial.

#### 2.2.5.3 Grupo de Trabalho - GT Copa do Mundo da Fifa Brasil de 2014

O Grupo de Trabalho “Copa do Mundo Brasil de 2014”, criado em 2009 e vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (patrimônio público e social), tem como objetivo dar tratamento preventivo e uniforme às investigações que visam acompanhar a aplicação dos recursos públicos federais nos atos preparatórios para a realização da Copa do Mundo de 2014.

O grupo trabalha de forma proativa, integrada com os Ministérios Públicos estaduais e em parceria com instituições de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos estados e a Controladoria-Geral da União.

Em 2012, na pauta de debates esteve a reserva de assentos nos estádios destinados à Copa e a importância do cumprimento do Decreto 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, o GT trabalhou em uma série de medidas com vistas a efetiva aplicação da legislação sobre acessibilidade nas arenas da Copa.

Foi criado, em 2012, pelo CNMP, o Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público em relação aos Preparativos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, com o objetivo de apoiar e articular os trabalhos do MP na área. O trabalho do Fórum vai contribuir de forma a dar visibilidade ao trabalho, além de articular e permitir a troca das informações produzidas, funcionando como uma instância avançada para as ações.

O Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), também atuou buscando acessibilidade e reserva de assentos nos estádios da Copa do Mundo de 2014.

#### 2.2.5.4 Na defesa dos direitos do cidadão

Na pauta de debates da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), esteve a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10); a Política de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; a inclusão da disciplina “História e Cultura Afrobrasileiras e Indígenas” no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM; a questão racial no Projeto de Reforma do Código Penal; e direitos dos povos ciganos.

A PFDC e a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF promoveram a Semana da Consciência Negra nos dias 20 a 22 de novembro. A programação contou com atividades culturais, exibição de documentários e a realização do debate “Política de Ações Afirmativas: enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial na perspectiva da Lei sobre história e cultura afro-brasileira”.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão atuou, em 2012, no aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta com o Banco do Brasil, prevendo o cumprimento de medidas, tais como a aquisição de cadeiras de rodas especiais, computadores e outros equipamentos necessários às pessoas com deficiência e o oferecimento de vagas prioritárias às pessoas com deficiência em cursos realizados pela instituição financeira.

No ano de 2012, o Grupo de Trabalho Previdência e Assistência Social da PFDC concentrou sua atuação nos temas: reabilitação profissional; inspeção dos Conselhos Regionais de Medicina nas agências previdenciárias; aproximação com a Justiça do Trabalho; tempo de espera para o atendimento médico-pericial e estímulo à justificação administrativa, conforme preveem os regulamentos da Previdência.

Já o Grupo de Trabalho Alimentação Adequada, da PFDC, manteve diálogo com autoridades competentes para atuar: na busca ativa para a inclusão no Bolsa Família; na ampliação dos serviços públicos e inclusão produtiva das famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria; na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar; e na execução do repasse direto à escola de recursos federais. A PFDC compõe a Comissão Especial Alimentação Adequada, do CDDPH/SDH e acompanha, na qualidade de observadora, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

No ano de 2012, a PFDC participou de atividades sobre a Justiça de Transição brasileira, ocasiões em que foram debatidas com a sociedade civil e com representantes de órgãos governamentais as ações e políticas brasileiras voltadas à memória, à verdade e à justiça relativas às violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, com destaque para: tombamento e desapropriação de locais usados pela repressão; criação de espaços de memória; oitiva de agentes da ditadura; viabilização da identificação de ossadas localizadas nos cemitérios de Perus e Vila Formosa/SP; localização e identificação das ossadas dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia/PA. Nessa temática, a PFDC conta, ainda, com a atuação de seu Grupo de Trabalho Memória e Verdade.

Por intermédio da PFDC, o Ministério Público Federal celebrou com a Comissão Nacional da Verdade da Presidência da República, Acordo de Cooperação Técnica com vistas ao intercâmbio de informações entre os órgãos, coleta de declarações e materiais, visando alcançar os objetivos comuns previstos respectivamente na Lei nº 12.528/2011, que criou o órgão, e na Lei Complementar nº 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, mediante a disponibilização de informações e documentos entre os partícipes.

Com apoio do Instituto Alana e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o GT realizou Audiência Pública “Publicidade Infantil: Regulamentação Prevista pelo Projeto de Lei 5921/2001”, em agosto de 2012, na Procuradoria Geral da República, para debater o Projeto de Lei que trata sobre a proibição da publicidade dirigida ao público infantil. O Instituto Alana é uma

organização sem fins lucrativos que tem como missão fomentar e promover a assistência social, a educação, a cultura, a proteção e o amparo da população.

#### 2.2.5.5 MPF na defesa do meio ambiente

Por meio da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Ministério Público Federal participou de forma significativa na Rio + 20. Em 2012, foi realizada a Audiência Pública “O Outro lado do Rio – Reflexões sobre a proposta brasileira para a Rio +20”, sobre a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para levar à população uma visão crítica do MPF em relação ao posicionamento do governo federal sobre a Rio +20.

A participação do MPF nos eventos oficiais da Rio +20, localizados no Rio Centro, ocorreu de duas formas: participação nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, mediante o credenciamento, junto ao Itamaraty, de membros do MPF para os diferentes painéis. Os membros do MPF também estiveram presentes em eventos paralelos coordenados pelo Secretário das Nações Unidas para a Rio + 20, além de eventos apoiados pela Escola Superior do Ministério Público da União.

O MPF participou como coorganizador do painel Defending the public: participation, future generations, and sustainable development no evento Fair Ideas: Sharing Solutions for a Sustainable Planet – International Institute for Environment and Development, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E, ainda, membros do MPF participaram do World Congress on Justice, Governance and Law for Environmental Sustainability, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) na cidade de Mangaratiba/RJ.

Com vistas a levar à população uma visão crítica do MPF em relação ao posicionamento do governo federal sobre a Rio +20, foi realizada a Audiência Pública “O Outro lado do Rio – Reflexões sobre a proposta brasileira para a Rio +20”, sobre a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O evento objetivou apresentar à população uma visão crítica do MPF das propostas brasileiras para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável — Rio +20. Para tal, foram realizadas exposições sobre o tema por membros do Ministério Público, representantes da sociedade civil e do meio acadêmico.

Em 2012, foi realizado o 19º Encontro Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Público, onde Procuradores da República de todo o Brasil, que atuam nesta área, reuniram-se para debater

pontos críticos ligados ao novo Código Florestal, à implementação de Unidades de Conservação, à Ação Penal como instrumento de preservação, ao MPF como Indutor de Políticas Públicas, aos impactos ambientais e paisagísticos na orla marítima, e à proteção ao patrimônio arqueológico.

O painel de abertura abordou as mudanças advindas com as alterações do Código Florestal, em que ficou clara a necessidade de uma atuação firme do Ministério Público Brasileiro na defesa do meio ambiente, fundada nas premissas adotadas pelo Brasil em tratados internacionais, e especialmente na Constituição, já que evidenciado o desrespeito a esse direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

Em vista da alteração do Código florestal foram encaminhadas ao Procurador-Geral da República cinco representações para propositura de Ações Diretas de inconstitucionalidade de vários artigos, contra as disposições inconstitucionais do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). As minutas servem de indicador do entendimento da Câmara sobre vários pontos, em especial referentes à ocupação: em Área de Preservação Permanente (APPs); no Pantanal Mato-Grossense; na área de Reserva Legal, nos topos de Morro, e na Zona Costeira.

A atuação do GT Amazônia Legal foi pautada na busca por avanços nos trabalhos de regularização da cadeia produtiva da pecuária, e, também, o de buscar a responsabilidade civil do INCRA pela gestão dos assentamentos com violação ambiental.

Dentro do trabalho de regularização da cadeia produtiva da pecuária foram realizadas diversas Audiências Públicas pelo interior do Estado do Pará. Com as audiências públicas, o MPF obteve notícias de que a gestão e criação de assentamentos pelo INCRA, com violação à legislação ambiental, é uma das principais causas do aumento do desmatamento no Pará.

Promovida pelo Supremo Tribunal Federal, entre os dias 24 e 31 de agosto, foi realizada Audiência Pública sobre o amianto, com a participação de especialistas de órgãos públicos, entidades da sociedade civil, representantes da indústria, de trabalhadores e de vítimas do amianto, entre outros, com o objetivo de analisar, do ponto de vista científico, a possibilidade de uso seguro do amianto da espécie crisotila e os riscos à saúde pública que o referido material pode trazer, bem como verificar se as fibras alternativas ao amianto crisotila são viáveis à substituição do mencionado material.

## 2.3 Execuções do Plano de Metas ou de Ações

A Execução do Plano de Metas ou de Ações no MPF pode ser observado por meio da situação de cada projeto estratégico.

### 2.3.1 Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto que visa ao alinhamento estratégico e à modernização do MPF por meio da elaboração de planejamentos temáticos para cada uma das CCRs, para a PFDC, para a Corregedoria Geral do MPF, assim como para a Tecnologia da Informação (TI). Envolve, ainda, a elaboração de planos de ação para a Função Eleitoral e a Corregedoria, e painéis de contribuição para as Procuradorias Regionais da República, Procuradorias da República, Secretarias Nacionais e Assessorias Especializadas (Gabinete do Procurador-Geral da República, Assessoria de Articulação Parlamentar, Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional e Assessoria de Pesquisa e Análise).

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE).

**GERENTE DO PROJETO:** Márcio Medeiros. Contato: 3105-6660.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Álvaro Amorim. Contato: 3105-5859.

**STATUS:** Encerrado.

**O QUE FOI REALIZADO:** Implantado o software de gestão estratégica e de projetos. Construídos 45 painéis de contribuição das Secretarias Nacionais, Assessorias, PRs e PRRs. Construídos sete temáticos das CCRs e PFDC. Definidos dois planos de ação, para a Corregedoria e a Função Eleitoral. Definido o Planejamento Estratégico de TI e elaboração do Plano Diretor de TI. Capacitação das Unidades de Gestão da Estratégia. Relatório final publicado no site da Modernização.

**CONCLUSÃO:** Dezembro/2012.

### 2.3.2 Assessoria de Gestão da Estratégia do MPF

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto destinado à implantação de assessoria para gestão da estratégia em cada unidade, englobando o monitoramento da sua execução e dos projetos estratégicos, a sua disseminação e a elaboração dos atos normativos e modelos de documentos pertinentes.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica.

**GERENTE DO PROJETO:** Márcio Medeiros. Contato: 3105-6660.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Álvaro Amorim. Contato: 3105-5859.

**STATUS:** Em planejamento.

**O QUE JÁ FOI REALIZADO:** Capacitação dos servidores de todas as unidades do MPF em competências essenciais à gestão da estratégia.

PRÓXIMAS ETAPAS: Definição de atribuições das unidades, desenho de estrutura orgânica e definição de cronograma de implantação.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: 1º semestre de 2014.

### 2.3.3 WIKI do MPF

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto voltado à implantação da tecnologia Wiki no MPF, que busca organizar, gerenciar e compartilhar o conhecimento acerca das atribuições, atividades e rotinas, entre membros e servidores do MPF, tornando o fluxo de informações mais dinâmico e eficiente.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual.

GERENTE DO PROJETO: Gustavo Ferreira. Contato 3105-6211.

GERENTE SUBSTITUTO: Daniel Coelho. Contato: 3105-5770.

STATUS: Encerrado.

O QUE FOI REALIZADO: Implantação do wiki; Inserção de conteúdos básicos pelas unidades; Divulgação da ferramenta.

CONCLUSÃO: Dezembro/2012.

### 2.3.4 MPF Digital

MACRO-DESCRIÇÃO: Visa coordenar as atividades voltadas à coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação das informações oferecidas pela Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (CBP). Este projeto tem por objetivo também integrar as fontes de informação jurídica da CBP em um espaço virtual para busca, acesso e recuperação de documentos e publicações oriundas do MPF, visando assim atender as necessidades informacionais dos membros e servidores do MPF, da comunidade acadêmica, das entidades e das bibliotecas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual.

GERENTE DO PROJETO: Fernanda Nahuz. Contato 3105-6272.

GERENTE SUBSTITUTO: Kênio de Andrade. Contato: 3105-6462.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Iniciadas as ações da Galeria Virtual dos Membros, do Software: OJS/PKP, do Repositório Institucional do MPF e dos softwares Dspace e OMP/PKP.

PRÓXIMAS ETAPAS: O escopo do projeto está em revisão. Desenvolver o Guia de Fontes de Informação Jurídica e a Ferramenta de Busca - MPF Digital.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Dezembro/2013.

### 2.3.5 Sistema Único

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto que visa ao desenvolvimento e implantação de sistema informatizado para otimizar o trâmite de documentos jurídicos e administrativos na instituição, atendendo à necessidade de padronização de procedimentos, integração e consolidação de informações, relatórios e estatísticas e unificação de sistemas de controle processual, bem como propiciando maior celeridade na produção das manifestações dos membros.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Secretaria de Tecnologia da Informação.

**GERENTE DO PROJETO:** Tiago César. Contato 3105-6640.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Rodrigo Brasil. Contato 5813.

**STATUS:** Em execução.

**O QUE JÁ FOI REALIZADO:** Implantação do sistema (versão judicial e administrativa) em todas as Procuradorias da República; Implantação da versão administrativa nas PRRs e na PGR; Capacitação dos usuário.

**PRÓXIMAS ETAPAS:** Implantação da versão judicial nas PRRs e na PGR (funcionalidades necessárias e desejáveis); Implantação da versão de integração; Implantação da versão extrajudicial na PGR.

**PREVISÃO DE CONCLUSÃO:** Junho/2015.

### 2.3.6 Portal da Transparência do MPF

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto destinado a aperfeiçoar e disponibilizar o Portal da Transparência do MPF, disponibilizando dados de ordem administrativa e de atuação institucional de seus membros.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Secretaria de Tecnologia da Informação.

**GERENTE DO PROJETO:** Cristiane de Freitas. Contato 3105-5960.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Uanderson de Sousa. Contato: 3105-5810.

**STATUS:** Encerrado.

**O QUE JÁ FOI REALIZADO:** Portal criado e disponibilizado, atendendo à resolução nº 66/2011 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

**PRÓXIMAS ETAPAS:** Homologação pelas unidades gestoras das informações.

**CONCLUSÃO:** Março/2013.

### 2.3.7 Sistema de Informações Gerenciais

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto que implementa o uso de inteligência corporativa por meio da ferramenta Business Intelligence (BI), com vistas a aperfeiçoar a gestão orçamentário-financeira, gestão de recursos humanos, os contratos e ativos das unidades do MPF. Também tem por escopo consolidar informações operacionais de bancos de dados existentes para subsidiar a tomada de decisões gerenciais e estratégicas, organizar e aperfeiçoar dados estatísticos referentes aos feitos judiciais e extrajudiciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Tecnologia da Informação.

GERENTE DO PROJETO: Uanderson de Sousa. Contato: 3105-5810.

STATUS: Em planejamento.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Realizados levantamentos iniciais sobre necessidade de informações das Secretarias Nacionais.

PRÓXIMAS ETAPAS: Definição dos modelos multidimensionais de consulta e rotinas de cargas; Desenvolvimento dos modelos; Disponibilização de consultas, gráficos e *dashboards* (painéis de controle) filtrados pela ferramenta MicroStrategy, Criação de *dashboards* para dispositivos móveis.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Não definido.

### 2.3.8 Processo Eletrônico

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto destinado à implementação adequada do processo eletrônico nas unidades do MPF, bem como à tramitação desses processos entre a Instituição e os órgãos do Poder Judiciário.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual e Secretaria de Tecnologia da Informação

GERENTE DO PROJETO: Viviane Falcão. Contato 3105-6363.

STATUS: Encerrado.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Sistema implantado na 4ª região, pendente só do envio de manifestação, e no TSE (em fase de testes). Termo de Cooperação assinado com o STJ e em fase final de análise com o STF.

CONCLUSÃO: A ser definido.

### 2.3.9 Política de Comunicação

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que objetiva estabelecer uma Política de Comunicação Nacional, sendo esta um marco regulatório para a comunicação institucional e um instrumento que garanta o alinhamento das ações de comunicação ao planejamento estratégico e aos valores inerentes ao MPF e à administração pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Comunicação Social.

GERENTE DO PROJETO: Lidiane Matos. Contato: 3105-6415.

GERENTE SUBSTITUTO: Renata Martinelli. Contato: 3105-6466.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Projeto apresentado e aprovado pelo SICOM, que solicitou alguns ajustes de escopo. Realizadas pesquisas qualitativa e quantitativa sobre a comunicação. Elaborada minuta da Política e apresentada ao SICOM.

PRÓXIMAS ETAPAS: Realização de consulta interna; redação final do texto e aprovação.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Março/2013.

### 2.3.10 Salas de Atendimento ao Cidadão

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto destinado à implantação de política de atendimento ao cidadão e à criação das denominadas “Salas de Atendimento ao Cidadão” nas unidades do MPF. Prevê a identificação das necessidades e das demandas dos cidadãos, com o intuito de buscar soluções para as questões apresentadas, assim como de oferecer informações e sugestões cabíveis, criando um canal de comunicação entre a Instituição e a sociedade, visando ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

**GERENTE DO PROJETO:** Cristina Vilela. Contato 3105-5851.

**STATUS:** Em execução.

**O QUE JÁ FOI REALIZADO:** Realizado levantamento e consulta pública sobre normatização e estrutura de atendimento ao cidadão em todas as unidades do MPF; Definido croqui básico da sala de atendimento; Escrita minuta da política de atendimento ao cidadão.

**PRÓXIMAS ETAPAS:** Aprovação da política de atendimento ao cidadão; Definição das estruturas das salas; Cronograma de implantação; Acompanhamento da implantação.

**PREVISÃO DE CONCLUSÃO:** junho/2015

### 2.3.11 Ouvidoria

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto mandatório que prevê a criação legal da Ouvidoria do MPF e sua instalação.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Ouvidoria e Secretaria de Tecnologia da Informação.

**GERENTE DO PROJETO:** Mariela Dias. Contato: 3105-5444.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Jairo da Silva. Contato: 3313-5601.

**STATUS:** Encerrado.

**O QUE FOI REALIZADO:** Instituída a ouvidoria pela Portaria MPF n. 519, de 30 de agosto de 2012; Instalação física da ouvidoria; e Desenvolvimento de sistema para atendimento.

**CONCLUSÃO:** Dezembro/2012.

### 2.3.12 Fortalecimento da Asspa

**MACRO-DESCRIÇÃO:** Projeto destinado ao fortalecimento, estruturação e ampliação da Assessoria de Pesquisa e Análise (ASSPA) nas unidades do MPF, inclusive mediante investimento em sistemas de informação, expansão da base de dados e convênios, dotação de quadro adequado e maior capilarização.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Assessoria de Pesquisa e Análise.

**GERENTE DO PROJETO:** Renato Barbosa. Contato 3212-8547.

**GERENTE SUBSTITUTO:** Maria Aparecida. Contato: 3212-8547

**STATUS:** 1º Semestre de 2014.

**O QUE JÁ FOI REALIZADO:** Em planejamento

PRÓXIMAS ETAPAS: Em proposta.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: 1º semestre de 2014.

### 2.3.13 Desenvolver

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que visa intensificar ações de treinamento, desenvolvimento e educação, necessárias à atuação do MPF e alinhadas ao planejamento estratégico.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Gestão de Pessoas.

GERENTE DO PROJETO: Isabela Medeiros. Contato 3105-6223.

GERENTE SUBSTITUTO: Nadya Rodrigues. Contato: 3105-6355.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Alinhamento do modelo de LNT ao Planejamento Estratégico; Identificação de necessidades de TD&E.

PRÓXIMAS ETAPAS: Apresentação do projeto às áreas parceiras; Definição da metodologia; Repasse da metodologia aos RHs; Orientação aos gestores da PGR.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Junho/2015.

### 2.3.14 Gestão por Competências

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que visa instituir modelo de gestão de pessoas mais adequado à realidade de trabalho do MPF. Tem como objetivo migrar os subsistemas de gestão de pessoas para o sistema de competências, mais moderno e condizente com a realidade da instituição.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Gestão de Pessoas.

GERENTE DO PROJETO: Cibele Araújo. Contato 3105-6704.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Revisão das competências; Identificação de parceiros.

PRÓXIMAS ETAPAS: Entrega do dicionário; Treinamento; Avaliação geral.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Junho/2014.

### 2.3.15 Gestão Socioambiental

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto voltado à promoção de ações e desenvolvimento de atitudes que, seguindo as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), assegurem o uso racional dos recursos, a gestão adequada dos resíduos, licitações sustentáveis, qualidade de vida no trabalho, sensibilização e capacitação de membros e servidores.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Administração.

GERENTE DO PROJETO: Eduardo Coelho. Contato: 3105-8633.

GERENTE SUBSTITUTO: Hellen Martins. Contato: 3105-8633.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Elaborada minuta da Portaria do Comitê de Gestão Socioambiental. Composição do Comitê Nacional de Gestão Socioambiental, parcialmente. Diagnóstico socioambiental das unidades.

PRÓXIMAS ETAPAS: Criação do modelo de gestão socioambiental do MPF; Estabelecimento de sistema interno de certificação; Ações de estímulo à adesão ao programa pelas unidades do MPF.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Outubro/2015.

### 2.3.16 Segurança Institucional

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que visa implementar a política de segurança institucional por meio da adoção de medidas de segurança no âmbito do MPF.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Unidade de Segurança Institucional.

GERENTE DO PROJETO: Eliana Silva. Contato 3105-6323.

GERENTE SUBSTITUTO: Regina Bueno. Contato: 3105-6631.

STATUS: Em execução.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Estabelecida a política de segurança institucional.

PRÓXIMAS ETAPAS: Diagnóstico de segurança; Estabelecimento de metodologia para gerenciamento de riscos; Estabelecimento de padrões de procedimento de segurança; Realização de campanhas, eventos e capacitações sobre segurança;

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Dezembro/2015.

### 2.3.17 Inquérito Civil Eletrônico (e-MPF)

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto voltado a regulamentar e criar o sistema e-MPF, para o uso de meio eletrônico na abertura, instauração e tramitação de inquérito civil e de procedimento administrativo..

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual.

GERENTE DO PROJETO: Gustavo Souza. Contato: 3105-6211.

GERENTE SUBSTITUTO: Viviane Falcão. Contato: 3105-6363.

STATUS: Em planejamento.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: A ser definido.

### 2.3.18 Interlocução Institucional

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto voltado à criação de regulamentos, métodos e mecanismos de diálogo institucional no âmbito das unidades do MPF, com representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como com a sociedade civil e a comunidade internacional. Visa também favorecer uma melhor interação da Instituição com as propostas legislativas e criar instrumentos de atuação que capacitem para maiores contribuições ao processo legislativo, inclusive no que diz respeito à redação de anteprojetos de lei e notas técnicas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Não definido.

GERENTE DO PROJETO: Não definido.

STATUS: Aguardando definições. Será incluído na pauta do CGE para discussão.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Aguardando definições.

PRÓXIMAS ETAPAS: Aguardando definições.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Aguardando definições.

### 2.3.19 Descentralização e Desconcentração das CCRs

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que tem como intuito descentralizar e otimizar a atividade de coordenação e revisão, para atender de modo mais adequado e célere às necessidades regionais e locais.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Não definido.

GERENTE DO PROJETO: Não definido.

STATUS: Aguardando definições após a finalização do Mapa Temático das Câmaras.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Aguardando definições.

PRÓXIMAS ETAPAS: Aguardando definições.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Aguardando definições.

### 2.3.20 Sistema Pericial Flexível

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto que visa à criação de um sistema pericial racional e flexível, de modo a atender às especificidades locais e à variação de demandas, proporcionando, mediante boas práticas, o apoio técnico especializado e adequado à atividade finalística.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Não definido.

GERENTE DO PROJETO: Não definido.

STATUS: Aguardando definições após a finalização do Mapa Temático das Câmaras.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Aguardando definições.

PRÓXIMAS ETAPAS: Aguardando definições.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Aguardando definições.

### 2.3.21 Engajamento nas Ações de Combate à Corrupção

MACRO-DESCRIÇÃO: Projeto voltado para o planejamento do combate à corrupção e à improbidade administrativa, por meio da criação de núcleos especializados em unidades de atuação institucional.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Não definido.

GERENTE DO PROJETO: Não definido.

STATUS: Aguardando definições após a finalização do Mapa Temático das Câmaras.

O QUE JÁ FOI REALIZADO: Aguardando definições.

PRÓXIMAS ETAPAS: Aguardando definições.

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: Aguardando definições.

## 2.4 – Informações sobre Indicadores

O Planejamento Estratégico do MPF definiu 32 indicadores estratégicos para monitorar o desempenho institucional, são eles:

Nº	Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo
1	Implantação do planejamento estratégico	Mensurar o número de unidades com planejamento estratégico implantado e alinhado ao do MPF.	Nº de unidades gestoras, Câmaras, PFDC e Secretarias com PE implementados / Nº de unidades.
2	Cumprimento da estratégia	Avaliar o grau de cumprimento das metas estratégia.	Nº de metas cumpridas / Nº de metas do planejamento estratégico.
3	Capacitação Estratégica	Mensurar o percentual de ações de capacitação diretamente relacionadas ao planejamento estratégico (capacitação para atender aos objetivos estratégicos - conceito amplo).	Nº de ações alinhadas ao planejamento estratégico / Nº de ações realizadas.
4	Rotatividade de membros (evasão)	Medir o percentual de turnover de membros na instituição.	$\frac{\text{Nº de membros que se desligaram do MPF}}{((\text{Nº de membros do quadro efetivo do MPF no início do período} + \text{Nº de membros do quadro efetivo do MPF no final do período}) / 2)}$

5	Rotatividade de servidores (evasão)	Medir o percentual de turnover de servidores na instituição.	Nº de servidores que se desligaram do MPF / ((Nº de servidores do quadro efetivo do MPF no início do período + Nº de servidores do quadro efetivo do MPF no final do período) / 2).
6	Clima Organizacional (membros)	Medir o nível de satisfação dos membros com a instituição.	Nº de membros satisfeitos com a instituição / Nº de respondentes da pesquisa.
7	Clima Organizacional (servidores)	Medir o nível de satisfação dos servidores com a instituição.	Nº de servidores satisfeitos com a instituição / Nº de respondentes da pesquisa.
8	Implementação do Planejamento Estratégico de TI	Avalia o alcance das metas propostas no PETI.	Nº de metas cumpridas / Nº de metas do PETI.
9	Cumprimento da LOA	Relação entre executado e provisionado.	Despesa Liquidada + restos a pagar / Provisão recebida.
10	Planejamento orçamentário	Relação entre o planejado e o provisionado.	Provisionado / Planejado.
11	Repercussão na Mídia	Medir o total de matérias veiculadas de forma espontânea pelas diversas mídias.	Número de publicações espontâneas na mídia que citam o MPF ou suas unidades no período.
12	Comunicação Interna	Mensurar a satisfação com os canais de comunicação interna do MPF (sentido amplo, não apenas SECOM).	Nº de membros e servidores satisfeitos com as ações de comunicação / Nº de membros e servidores que avaliaram as ações.
13	Acesso ao banco de "boas práticas" (Wiki)	Mensurar a utilização da ferramenta proposta.	Número de acessos / Número de membros e servidores.

14	Gestão ambiental	Adequação das unidades aos níveis de gestão ambiental estabelecidos.	Número de unidades adequadas / número de unidades.
15	Transparência	Medir o grau de transparência das Unidades do MPF em relação à atividade fim e à execução orçamentária.	Nº de usuário satisfeitos com a transparência/ Nº de respondentes da pesquisa.
16	ASSPA (Assessoria de Pesquisa e Análise)	Adequação das unidades aos critérios de implantação das unidades ASSPA.	Número de unidades adequadas / número de unidades.
17	Segurança Institucional	Adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos.	Número de unidades adequadas / número de unidades.
18	Demandas periciais reprimidas	Identificar o percentual de demandas periciais aguardando perícia.	Quantidade de perícias pendentes há 6 meses / perícias solicitadas.
19	Acessibilidade	Medir o grau de eficiência da estrutura física de trabalho e o grau de acesso às instalações físicas pelas pessoas com deficiência.	Número de Unidades adequadas / número de Unidades (criar níveis e adequar ao tipo de unidade: própria X alugada).
20	Quantitativo de membros	Mensurar quantitativo de procuradores existentes com relação ao quantitativo fixado pelas instâncias competentes.	Número de Procuradores existentes/número de procuradores definidos a partir dos critérios fixados pelas instâncias competentes.
21	Quantitativo de servidores	Mensurar quantitativo de servidores existentes com relação ao quantitativo fixado pelas instâncias competentes.	Número de servidores existentes/número de servidores definido a partir dos critérios fixados pelas instâncias competentes.

22	Alinhamento entre as instâncias	Apurar o número de pareceres favoráveis em 2º e 3º graus à tese da ação ou recurso interposto pelo MPF.	$A=(PF/PT)*100$ A= Afinidade PF= Pareceres Favoráveis PT= Pareceres Totais
23	Ações coordenadas	Mensurar o número de procedimentos instaurados a partir de provocações das CCRs e PFDC medido por tema (tabela do CNMP) e por ofício.	$Ia=(Pcp/Pr)*100$ IA= Índice de acolhimento Pc= Procedimento instaurado por provocação Pr= Provoações
24	Finalização de feitos extrajudiciais	Aferir a finalização dos feitos extrajudiciais de competência do MPF pela resolução extrajudicial do problema.	Número de arquivamentos por solução do problema / número processos extrajudiciais no período, excluídos arquivamentos por declínio de competência.
25	Cumprimento de Recomendações	Mensurar a efetividade de Recomendações.	recomendações cumpridas no período / total de recomendações expedidas no período.
26	Cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta - TACs	Mensurar a efetividade de TACs.	TACs cumpridos no período / total de TACs expedidos no período.
27	Prescrição nos procedimentos administrativos	Avaliar a prescrição nos procedimentos administrativos.	Números de feitos administrativos prescritos / número de procedimentos administrativos finalizados.
28	Prescrição em processos judiciais	Avaliar o número de ações judiciais extintas em razão da prescrição.	Número de decisões judiciais extintas pela prescrição/ número de processos julgados.

29	Participação legislativa	Avaliar o grau de participação da instituição nos projetos legislativos de interesse do MPF.	Número de projetos de interesse do MPF com posicionamento das áreas interessadas / Número de projetos de interesse do MPF.
30	Percepção de Imagem do MPF	Mensura a percepção da sociedade acerca da atuação do MPF.	Média da pesquisa
31	Procedimentos instaurados ex-officio	Quantificar o número de procedimentos instaurados por iniciativa do MPF sem provocação externa.	$DEX = (PcEX/Pc) * 100$ DEX= Demandas ex officio PcEX= Procedimento instaurado ex-officio Pc= Procedimentos
32	Proximidade física com o cidadão	Medir a distância média ponderada, conforme critérios demográficos entre a sede do município e a da PRM ou PR.	Em fase de estudo

## 2.4.1 APRESENTAÇÃO EXECUTIVA DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

Apresentamos a seguir, resumo executivo de análise da mensuração dos indicadores estratégicos instituídos pela Portaria Nº 687 PGR/MPF, de 20/12/11, para o decênio 2011-2020. Destacamos que entre todos os 32 indicadores estratégicos, 14 estão com qualidade adequada de mensuração.

Espera-se que, em 2013, sejam implantados todas as rotinas e métodos de trabalho que consolidem a mensuração dos 18 indicadores restantes que estão com a mensuração em construção.








Entre indicadores mensurados apenas o indicador 29 - Participação legislativa obteve resultados abaixo da meta. Sabe-se que a falta de posicionamento das áreas interessadas prejudica a defesa dos interesses do MPF em processos legislativos.

Devido à necessidade de uma reavaliação dos processos de trabalho, para solucionar o problema, será proposto ao Comitê de Gestão Estratégica (CGE), integrante do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE<sup>4</sup>), a designação de um ou mais Procuradores da República para apoiar a reavaliação de alguns métodos de trabalho e avaliar análises técnicas de proposições legislativas afeitas ao MPF.

---

<sup>4</sup> O SIGE é regulamentado pela Portaria PGR 733, de dezembro de 2011, com início de funcionamento em 2012. Esse sistema tem caráter consultivo e apoia a organização e o alinhamento estratégico das unidades do MPF. O SIGE é composto por subcomitês temáticos que auxiliam o Procurador Geral da República na tomada de decisão.

### 2.4.1.1 Indicadores da Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Nº	Indicador	Responsável	Status	Comentários
1	Implantação do planejamento estratégico	AMGE		A consolidação deste indicador contabiliza que 46 % das unidades do MPF que estão com planejamentos implementados e gerenciados no Channel. Meta: 100% até 2016.
2	Cumprimento da estratégia	AMGE		Os Planejamentos Estratégicos Temáticos e Painéis de Contribuição foram finalizados em dezembro de 2012. O acompanhamento do cumprimento da estratégia inicia-se em 2013 por meio do CHANNEL.
3	Capacitação estratégica	SGP		O valor mensurado no 4º trimestre de 2012 foi 37,9%. A meta sugerida pela SGP para o indicador é de 40% dos cursos do trimestre. O resultado médio do ano de 2012 foi 46,8% de capacitações estratégicas entre todas as capacitações.
4	Rotatividade de membros (evasão)	SGP		Os indicadores 4 e 5 são de polaridade “quanto menor o resultado melhor para a organização” (↓). O resultado da rotatividade de membros foi de 0,4% em 2012, ficando positivamente abaixo de 1% ao ano. O resultado da rotatividade de servidores foi de 3,78% em 2012, ficando positivamente abaixo da meta de 5% ao ano. Indicador alimentado no Channel de forma automatizada com os dados do GPS.
5	Rotatividade de servidores (evasão)	SGP		
6	Clima Organizacional (membros)	SGP		Os indicadores de clima serão implementados durante a execução do projeto de pesquisa de clima organizacional. A proposta do projeto foi aprovada pelo Secretário-Geral e a previsão de encerramento do projeto é junho de 2013.
7	Clima Organizacional (servidores)	SGP		

Legenda:





Indicador com monitoramento implementado e resultado acima da meta.



Resultado abaixo da meta ou monitoramento com necessidade de aperfeiçoamento.


### 2.4.1.2 Indicadores da Perspectiva Processos Internos

Nº	Indicador	Responsável	Status	Comentários
8	Implementação do PETI	STI		O indicador consolidará o resultado dos indicadores do Planejamento Estratégico de TI. Previsão de início de mensuração em 2013.
9	Cumprimento da LOA	SPO		O valor mensurado no 2º semestre de 2012 foi 97,11%, superando a meta é de 95% no período. O indicador está sendo automatizado no Channel com informações do SIAFI.
10	Planejamento orçamentário	SPO		O valor mensurado no 2º semestre de 2012 foi 99,07%, superando a meta de 91%.
11	Repercussão na Mídia	SECOM		O valor mensurado em novembro de 2012 foi 95,82% de publicações favoráveis (neutras e positivas) ao MPF em um total de 718 notícias. O valor mensurado em dezembro de 2012 foi 99,5% de publicações favoráveis ao MPF em um total de 990 notícias.
12	Comunicação Interna	SECOM		O indicador será implementado durante a execução do projeto de pesquisa de clima organizacional. Foi adicionada uma nova dimensão (comunicação Interna) junto à 'Pesquisa de Clima Organizacional' para mensurar os resultados deste indicador.
13	Acesso ao banco de "boas práticas" (Wiki)	SADP		O valor mensurado em dezembro de 2012 foi de 173 mil acessos. Todos os períodos ficaram com resultados acima das metas sugeridas pela SADP.
14	Gestão ambiental	SA		Mensuração em construção. A previsão de mensuração do indicador Gestão ambiental pelo Secretário de Administração é setembro de 2014. De forma alternativa, até que o indicador seja mensurado, serão adotados cinco indicadores de desempenho semestral (Adesão à A3P, Coleta Seletiva, Educação Ambiental, Consumo Consciente, Licitação Sustentável).
15	Transparência	SECOM		Mensuração em construção.

16	ASSPA	ASSPA		O resultado foi de 53% das unidades ASSPA adequadas ao final de 2012.
17	Segurança Institucional	USI		O valor mensurado no 2º semestre de 2012 foi de 28,04% ultrapassando a meta para o período de 25% de unidades adequadas aos níveis de segurança institucional estabelecidos.


Legenda:  Indicador com monitoramento implementado e resultado acima da meta.




 Resultado abaixo da meta ou monitoramento com necessidade de aperfeiçoamento.

 Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas.



### 2.4.1.3 Indicadores da Perspectiva Processos Internos

Nº	Indicador	Responsável	Status	Comentários
18	Demandas periciais reprimidas	SADP		Mensuração em construção. A previsão de início de mensuração é de fevereiro de 2013. Indicador aguarda implantação do Sistema Único nas Câmaras de Coordenação e Revisão. Até a finalização da implantação do Único nas CCRs as informações deste indicador serão obtidas por meio de memorando requerido pela SADP.
19	Acessibilidade	SA		O valor mensurado no 2º semestre de 2012 foi 57,89% de unidades com estrutura física adequada a pessoas com deficiência e a meta definida é 50% até 2016 e 100% até 2020.
20	Quantitativo de membros	SGP		A mensuração indicou no 2º semestre de 2012 o quantitativo de 87,74% de procuradores existentes com relação ao quantitativo fixado como ideal pelas instâncias competentes. A meta fixada é 99% até 2020 e a meta parcial para 2012 foi sugerida pela SGP em 80%.
21	Quantitativo de servidores	SGP		A mensuração indicou no 2º semestre de 2012 o quantitativo de 97,75% de servidores existentes com relação ao quantitativo fixado como ideal pelas instâncias competentes. A meta fixada é 80% até 2014 e 95% até 2020.
22	Alinhamento entre as instâncias	SADP		Mensuração em construção. A previsão de início de mensuração estava prevista para fevereiro de 2013, no entanto, a mensuração aguardará a implantação do Sistema Único nas 2º e 3º instâncias.
23	Ações coordenadas	SADP		Mensuração em construção. A previsão de início de mensuração estava prevista para fevereiro de 2013.
24	Finalização de feitos extrajudiciais	SADP		Mensuração em construção. Com previsão para fevereiro de 2013, a mensuração aguardará alterações de rotinas do Sistema Único.
25	Cumprimento de Recomendações	SADP		Mensuração em construção. Com previsão para fevereiro de 2013, a mensuração aguardará ajuste do Sistema Único.


26	Cumprimento de TACs	SADP		Mensuração em construção. Com previsão para fevereiro de 2013, a mensuração aguardará ajuste do Sistema Único.
----	---------------------	------	---	--

- Legenda:
-  Indicador com monitoramento implementado e resultado acima da meta.
  -  Resultado abaixo da meta ou monitoramento com necessidade de aperfeiçoamento.
  -  Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas.




#### 2.4.1.4 Indicadores da Perspectiva Processos Internos

Nº	Indicador	Responsável	Status	Comentários
27	Prescrição nos procedimentos administrativos	SADP		Mensuração em construção. Com previsão para fevereiro de 2013, a mensuração aguardará ajuste do Sistema Único.
28	Prescrição em processos judiciais	SADP		Mensuração em construção. Com previsão para fevereiro de 2013, a mensuração aguardará ajuste do Sistema Único.
29	Participação legislativa	ASSART		A mensuração indicou um resultado no 4o trimestre de 2012 de 4% de projetos legislativos de interesse do MPF com posicionamento das áreas interessadas ficando abaixo da meta de 10%. A falta de posicionamento das áreas interessadas prejudica a defesa dos interesses do MPF em processos legislativos. Meta: 100% até 2020.

Legenda:  Indicador com monitoramento implementado e resultado acima da meta.

 Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas.

### 2.4.1.5 Indicadores da Perspectiva Sociedade

Nº	Indicador	Responsável	Status	Comentários
30	Percepção de Imagem do MPF	Secom		Mensuração em construção. Previsão de início de mensuração em junho de 2013. Indicador aguarda pesquisa de percepção de imagem. Está em andamento o processo de contratação da empresa responsável pela pesquisa na modalidade Tomada de Preço. A seção pública ocorreu no dia 7 de Dezembro de 2012.
31	Procedimentos instaurados ex-officio	SADP		Mensuração em construção. Previsão de início de mensuração em junho de 2013.
32	Proximidade física com o cidadão	SADP		Mensuração em construção. A SADP sugere a alteração do indicador por outro que comunique melhor os esforços em busca do objetivo. Sugestão ao Comitê de Gestão Estratégica de substituir o indicador “Proximidade física com o cidadão” por “Implantação de sala do cidadão nas unidades do MPF”.

Legenda:



Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas.

## III – ITEM 3 DA PARTE “A”

### 3.1 – Estrutura de Governança

#### 3.1.1 Estrutura Deliberativa

O Ministério Público Federal (MPF) ramo que compõe o Ministério Público da União (MPU), possui três agentes de controle na estrutura de governança: Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, com atribuição de controle externo, Corregedoria do MPF, de competência interna e foco nos Procuradores da República, e Auditoria Interna do MPF, AUDIN, cuja alçada é o controle interno da Administração do MPF.

#### CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Art. 130-A da Constituição Federal de 1988, atribui ao Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, a seguinte competência quanto ao exercício do controle externo sobre o MPF:

Art. 130-A.

[...]

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso,

determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

### **CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

A Corregedoria do MPF, no que se refere às suas competências como órgão fiscalizador, é normatizada pelo Art. 63 e seguintes da Lei Complementar nº 75/1993, verbis:

Art. 63. A Corregedoria do Ministério Público Federal, dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

[...]

Art. 65. Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público Federal:

I - participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Superior;

II - realizar, de ofício, ou por determinação do Procurador-Geral ou do Conselho Superior, correições e sindicâncias, apresentando os respectivos relatórios;

III - instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo conseqüente;

IV - acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público Federal;

V - propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público Federal que não cumprir as condições do estágio probatório.

### **AUDITORIA INTERNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

A Auditoria Interna do MPF (AUDIN) atendendo o preceito constitucional do Art. 70 em matéria de controle interno, tem sua finalidade e competência fixada conforme arts. 1º e 3º da Portaria PGR/MPU nº 200, de 28 de abril de 2009:

CF/88:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade,

economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

PT PGR/MPU Nº 200:

Art. 1º A Auditoria Interna, órgão de controle interno do Ministério Público da União, diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República, dirigida pelo Auditor-Chefe, tem as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União;

III - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

[...]

Art. 3º À Auditoria Interna do Ministério Público da União compete:

I - assessorar o Procurador-Geral da República quanto à legalidade e a regularidade dos atos de gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal dos órgãos e unidades do Ministério Público da União, encaminhando a devida impugnação quando entender necessário;

II - orientar os dirigentes e gestores de recursos públicos do Ministério Público da União quanto à gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, efetuando o respectivo acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação;

III - exercer o acompanhamento, o controle e a fiscalização da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, inclusive quanto à economicidade, eficiência e eficácia de seus resultados;

IV - realizar auditorias sobre a gestão de recursos do Ministério Público da União decorrentes de

convênios, acordos, ajustes, contratos ou outro instrumento similar que tenha sido firmado com órgãos públicos, privados ou organismos nacionais e internacionais;

V - verificar a exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias e pensões;

VI - apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais disponibilizados ao Ministério Público da União e, quando for o caso, comunicar ao Procurador-Geral da República;

VII - desempenhar outras atribuições de sua competência determinadas pelo Procurador-Geral da República.

### *3.1.2 Estrutura Consultiva - Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança - SIGE*

O Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE), criado pela Portaria PGR 733, de dezembro de 2011, iniciou seu funcionamento em 2012, com a realização de 16 reuniões durante todo o ano. Com caráter consultivo, o SIGE é responsável pela organização e alinhamento estratégico do Ministério Público Federal por meio do Comitê de Gestão Estratégica, de subcomitês temáticos e um grupo técnico. Ele representa o início de novo modelo de gestão que visa o alinhamento estratégico de todas as ações do MPF, auxiliando o procurador-geral da República Roberto Gurgel na tomada de decisão.

O Comitê de Gestão Estratégica (CGE) é vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral da República e tem como objetivo de assessorar as atividades relativas à modernização da gestão administrativa do MPF e promover o alinhamento dos subcomitês e das unidades ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e aos Planejamentos Temáticos do MPF. Ele é constituído por membros da carreira do MPF, que têm mandato de dois anos, permitida recondução. O comitê é composto por representantes indicados pelo PGR, Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), Corregedoria, CCRs, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Secretaria-Geral, Procuradorias da República e Regionais.

Entre suas atribuições, compete ao CGE propor ao Procurador-Geral da República alterações na priorização de metas do PEI e dos Planejamentos Temáticos do MPF; orientar os órgãos institucionais, garantindo o alinhamento das metas, projetos e ações, ao PEI e aos Planejamentos Temáticos do MPF; garantir o alinhamento e a convergência do planejamento estratégico das diversas áreas do MPF; além de propor ao Secretário-Geral alterações na priorização de projetos, ações, iniciativas e alocação de recursos ao planejamento estratégico institucional e temáticos; sugerir estudos de avaliação do impacto da implantação de Procuradorias da República em Municípios; e apreciar matérias diversas de relevância estratégica.

Composto pelos procuradores-chefes das unidades gestoras do MPF, o Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA) está ligado ao CGE e tem como objetivo propor alterações e estudo para melhorias às ações do Planejamento, além de servir como elo do sistema com as diversas unidades. Entre as principais ações desenvolvidas pelo SGA, está a sugestão de priorização de lotação dos novos procuradores ao Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF).

Formado pelos titulares das Secretarias Jurídica e de Documentação; administração; Comunicação Social; Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento; e Tecnologia da Informação, o Subcomitê Consultivo de Projetos analisa a viabilidade orçamentária, tecnológica e de recursos humanos das propostas de projetos.

Um subcomitê específico atua como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a comunicação social. O SICOM é formado por membros e servidores da área e tem trabalhado na institucionalização de política de comunicação para todo o MPF. O subcomitê também auxilia na integração das assessorias de comunicação e orienta projetos nacionais da área.

Com o objetivo de uniformizar tabelas processuais, taxonomia e terminologia de classes, assuntos e movimentações judiciais e extrajudiciais, o Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT) é integrado por membros dos diversos níveis da carreira do MPF, além de procuradores e servidores convidados. As reuniões têm apoio da Secretaria Jurídica e de Documentação (SEJUD).

A Tecnologia da Informação conta com um subcomitê consultivo no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a área. O Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI) propôs, em 2012, o Plano Estratégico e o Plano Diretor de TI (PETI e PDTI), bem como tem auxiliado no estabelecimento de políticas sobre o assunto. O grupo é formado membros do MPF indicados pelo PGR, CSMPE, Corregedoria, CCRs, PFDC, PRs e PRRs.

O SETI tem o apoio do Grupo Técnico de Tecnologia da Informação (GTTI), constituído por Coordenadores de TI dos estados e regionais e pelo Secretário de TI. O grupo emite pareceres, elabora propostas e recomenda a adoção de soluções ou equipamentos ligados à área da Tecnologia da Informação.

### 3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
↗ A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
↗ Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
↗ A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
↗ Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
↗ Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
↗ Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
↗ As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
↗ Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
↗ Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>					
↗ Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
↗ Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
↗ É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
↗ É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
↗ A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
↗ Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
↗ Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
↗ Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
↗ Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
↗ Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
↗ As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
↗ As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		

⤴ As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
⤴ A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
⤴ As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
⤴ A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
⤴ A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
⤴ A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
⤴ O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
⤴ O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
⤴ O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

**Análise Crítica: Não há o que se falar em Análise, basta dizer que a Aditoria do MPU contribui em muito para orientar esta Unidade Consolidadora em todas as Unidades Gestoras que compõem o MPF.**

#### Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

### 3.4 – Sistema de Correição

A Correição Ordinária, realizada anualmente em todas as unidades do Ministério Público Federal, institucionalizada pelo Regimento da Corregedoria do MPF (art. 11 da Resolução nº 100/09 do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF), e regulamentada pelo Ato Ordinatório CMPF nº 1/13, destina-se a verificar a regularidade do serviço, a eficiência, a pontualidade do membro do MPF no exercício de suas funções e o cumprimento das obrigações legais (art. 236 da LC 75/93). Além disso, são levantadas dificuldades e necessidades de cada unidade e gabinete, com o objetivo de apresentar sugestões a serem encaminhadas aos Órgãos Superiores do Ministério Público Federal.

Para realização das correições na primeira instância – Procuradorias da República nos Estados (PR) e Municípios (PRM), a Corregedoria conta com suas Unidades Descentralizadas (UD) instaladas nas Procuradorias Regionais da República (PRR), coordenadas por Procurador Regional da República designado para a função de Corregedor Auxiliar, cabendo-lhe dar apoio ao Corregedor-Geral do MPF no planejamento, na supervisão e na execução das correições na respectiva base territorial (art. 4º, caput, §§ 1º e 2º, incisos I, II, III, IV e V, da Resolução nº 100/09 do CSMPF).

O planejamento, a supervisão e a execução das correições nas Procuradorias Regionais da República e na Procuradoria Geral da República, são realizados exclusivamente pela Corregedoria.

A designação da comissão de correição ordinária, composta por membros integrantes da lista de Corregedores Auxiliares, presidida, sempre que possível, pelo Corregedor-Geral ou por um de seus suplentes, observa o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, do Ato Ordinatório CMPF nº 1/13 e as regras do art. 247, § 1º, da LC nº 75/93.

A Corregedoria conta com a seguinte estrutura para atender às suas demandas (Resolução nº 100/09 do CSMPF):

Gabinete;

Assessoria Administrativa;

Assessoria de Estágio Probatório;

Assessoria de Comissões;

Assessoria de Planejamento e Informação;

Unidades Descentralizadas da Corregedoria nas Procuradorias Regionais da República.

No quadro que segue registra-se o quantitativo de unidades e respectivos gabinetes correccionados no ano de 2012:

<b>Quantidade</b>	<b>Unidades MPF</b>	<b>Gabinetes</b>
1	Procuradoria Geral da República	59
6	Câmara de Coordenação e Revisão	6
1	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	1
5	Procuradoria Regional da República	197
27	Procuradoria da República nos Estados	404
156	Procuradoria da República nos Municípios	287
<b>Total</b>		<b>954</b>

Os principais resultados observados em relação às atividades correccionais promovidas pela Corregedoria advêm das conclusões dos relatórios gerais de correição.

Podem ser divididos em duas partes, a primeira delas decorrente de orientações e recomendações da própria Corregedoria aos membros correccionados nos assuntos que dizem respeito, basicamente, à atividade fim do MPF: necessidade de padronização das rotinas empregadas; de regularização dos feitos sob a responsabilidade dos membros, sejam judiciais ou extrajudiciais, mediante a adequação aos prazos legais e aos procedimentos previstos nos normativos internos da Instituição (Resoluções, Portarias, etc); de assiduidade e comprometimento compatíveis com o cargo, bem como adoção de medidas tendentes a preservar os bens da instituição e a evitar possíveis desvios de função por parte de servidores.

A segunda decorre do encaminhamento dos relatórios de correição ao Conselho Superior, ao Secretário Geral e aos órgãos revisionais do MPF, bem como aos responsáveis pelas chefias administrativas das unidades correccionadas. Compete a esses órgãos, com base no diagnóstico fornecido pelos relatórios de correição que identificam as dificuldades enfrentadas pelos membros, especialmente os que se encontram em estágio probatório: adotar as medidas necessárias no âmbito de suas respectivas atribuições, seja pela implementação de medidas administrativas ou edição dos normativos pertinentes; avaliar quanto ao grau necessário de regulamentação e padronização das rotinas a serem cumpridas pelos membros; e no caso específico do CSMPF, definir a forma de distribuição dos novos procuradores em função das

vagas já existentes, ou até redefinir a distribuição anterior, bem como decidir pela instalação de novas unidades do MPF.

### Sistema de Acompanhamento do Estágio Probatório

O acompanhamento do estágio probatório dos Procuradores da República é feito com o auxílio de Corregedores Auxiliares, membros da Comissão Permanente de Acompanhamento do Estágio Probatório, nos termos dos arts. 23 e 24 do Regimento da Corregedoria (Resolução nº 100/09 do CSMPF) e do Ato Ordinatório CMPF nº 3/12. Nesse sistema, o Corregedor-Geral designa, por meio de portaria, os Corregedores Auxiliares que irão compor a referida comissão permanente, conforme o disposto no art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, do Ato Ordinatório CMPF nº 3/12 e as regras do art. 247, § 1º, da LC nº 75/93.

Os Procuradores da República em estágio probatório, além de serem correccionados pela comissão de correição, recebem pelo menos uma vez por ano de exercício visita do Corregedor Auxiliar que o acompanha. Para cada estagiário visitado, o membro da referida comissão elabora um relatório de visita (art. 11, parágrafo único, do Ato Ordinatório CMPF nº 3/12).

Na medida do possível, o Corregedor Auxiliar responsável pela avaliação do Procurador da República em estágio é quem correcciona o seu gabinete, possibilitando maior contato com o estagiário e a percepção dos reais problemas enfrentados por ele em sua atuação ministerial. Além disso, o estagiário pode manter contato com o Corregedor Auxiliar e com o Corregedor-Geral para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem durante o exercício de seu mister.

O processo de acompanhamento é feito da seguinte forma: os membros da comissão elaboram Relatório Individual Circunstanciado (contendo a avaliação dos trabalhos produzidos e a avaliação do desempenho funcional do Procurador da República em estágio), que subsidiam os Relatórios Parcial e Final, elaborados pelo Corregedor-Geral, que os encaminha ao Conselho Superior do MPF.

No quadro seguinte, registra-se o quantitativo de acompanhamento realizado em 2012:

Encerrados		Em Andamento	
Com proposta de vitaliciamento	Com proposta de não vitaliciamento	Com proposta de vitaliciamento	Com proposta de exoneração
5	1	66	0

Nesse contexto, o sistema de acompanhamento do estágio probatório tem os seguintes resultados observados: comunicação efetiva entre os sistemas de correção e de acompanhamento do estágio probatório; maior proximidade com os Procuradores da República recém-empossados, além daqueles resultados mencionados no sistema de correção que são comuns a esse sistema.

## IV – ITEM 4 DA PARTE “A”

### 4.1 – Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

#### 4.1.1 – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do ppa – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	0089					
Título	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Órgão Responsável	Ministério Público da União					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
217.518.253	262.691.716	262.691.716	261.570.541		1.121.175	261.570.541

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	0581					
Título	Defesa da Ordem Jurídica					
Órgão Responsável	Ministério Público da União					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.012.133.139	2.068.413.990	1.990.223.608	1.826.342.809	2.464.339	163.880.799	1.823.878.470

## 4.1.2 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	09.272.0089.0181.0001					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
217.518.253	262.691.716	262.691.716	261.570.541		1.121.175	261.570.541
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	N/A	N/A	N/A	N/A	217.518.253	261.570.541

**ANÁLISE CRÍTICA:** Meta alcança em 100% de acordo com o planejado.

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.20TP.0001					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.208.415.332	1.224.255.675	1.224.196.038	1.221.869.852		2.326.186	1.221.869.852
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	N/A	N/A	N/A	N/A	1.224.255.675	1.221.869.852

Identificação da Ação						
Código	03.301.0581.2004.0001					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.084.608	22.084.608	22.084.566	21.926.774	540	157.792	21.926.234
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	21.736	23.283	22.084.608	21.926.234

**ANÁLISE CRÍTICA:** Meta alcança em 100% de acordo com o planejado.

Identificação da Ação						
Código	03.365.0581.2010.0001					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.222.504	14.477.504	14.477.504	14.447.820		29.684	14.447.820
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança Atendida	Unidade	2.398	2.439	14.477.504	14.447.820

**ANÁLISE CRÍTICA:** Meta alcança em 100% de acordo com o planejado.

Identificação da Ação						
Código	03.331.0581.2011.0001					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.191.104	986.104	986.104	980.346		5.758	980.346

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor Beneficiado	Unidade	1.902	674	986.104	980.346

#### Identificação da Ação

Código	03.306.0581.2012.0001
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Unidade Responsável	Ministério Público da União
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal

#### Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
78.179.520	80.964.520	80.958.655	80.918.403		40.253	80.918.403

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	9.176	9.190	80.964.520	80.918.403

**ANÁLISE CRÍTICA:** Embora não se tenha gastados todos os recursos projetados, lançou-se uma Meta fisicabem acima.

#### Identificação da Ação

Código	03.125.0581.2508.0001
Descrição	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei
Unidade Responsável	Ministério Público da União
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal

#### Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.500.000	14.620.367	9.578.610			9.578.610	

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade aparelhada	Unidade	279	205	14.620.367	

Identificação da Ação						
Código		03.131.0581.2549.0001				
Descrição		Comunicação e Divulgação Institucional				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.100.000	6.126.667	5.659.272	4.077.819		1.581.453	4.077.819
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Matéria veiculada	Unidade	10.800	28.181	6.126.667	4.077.819

**ANÁLISE CRÍTICA:** Embora não se tenha gastados todos os recursos projetados, lançou-se uma Meta física bem acima.

Identificação da Ação						
Código		03.128.0581.4091.0001				
Descrição		Capacitação de Recursos Humanos				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.350.000	3.350.000	2.654.423	2.022.461		631.962	2.022.461
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	3.654	4.638	3.350.000	2.022.461

**ANÁLISE CRÍTICA:** Embora não se tenha gastados todos os recursos projetados, lançou-se uma Meta física bem acima.

Identificação da Ação						
Código		03.062.0581.4264.0001				
Descrição		Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
351.418.562	363.479.197	335.265.443	251.119.832	2.440.662	84.145.611	248.679.170
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Parecer elaborado	Unidade	2.649.707	1.834.477	363.479.197	248.679.170

Identificação da Ação						
Código		03.091.0581.4515.0001				
Descrição		Ações Institucionais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	99.779	99.779			99.779
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ação desenvolvida	Unidade	50	1	1.000.000	99.779

Identificação da Ação						
Código		03.091.0581.6471.0001				
Descrição		Ações para Erradicação do Trabalho Escravo				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	7.935	7.935			7.935
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ação desenvolvida	Unidade	50	1	1.000.000	7.935

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.09HB.0001				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
228.921.509	235.762.680	220.388.706	220.081.588		307.118	220.081.588
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	N/A	N/A	N/A	N/A	235.762.680	220.081.588

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.1E30.0001				
Descrição		Modernização das Instalações do Ministério Público Federal				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.500.000	21.700.000	14.864.181	779.481		14.084.700	779.481
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Instalação Modernizada	Unidade	22	22	21.700.000	779.481

**ANÁLISE CRÍTICA:** Houve Limitação de Empenho em R\$ 4.400.000, porém alguns fatores de ordem técnica impediram a aplicação dos recursos necessários para o projeto de Modernização.

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.1I46.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.300.000	1.893.333	1.560.000			1.560.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	37	0	1.893.333	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.1067.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	566.667					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	8	0	566.667	

**ANÁLISE CRÍTICA:** Houve Limitação total de Empenho impedindo assim sua Execução.

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.1068.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	900.000	400.000	202.382	10.119	197.618	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	8	4	900.000	192.263

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.10TY.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.500.000	18.500.000	17.500.000			17.500.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	35	0	18.500.000	

**ANÁLISE CRÍTICA:**

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.11KE.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000	7.666.667	5.840.447			5.840.447	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	27	1	7.666.667	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.11SD.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém – PA				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
650.000	1.083.333					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	2	0	1.083.333	

**ANÁLISE CRÍTICA:** Houve Limitação total de Empenho impedindo assim sua Execução.

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.110E.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	600.000	473.899			473.899	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	3	0	600.000	

**ANÁLISE CRÍTICA:** Houve Limitação de Empenho no valor de R\$ 126.100,

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.1132.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
800.000	1.460.000	960.000			960.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	22	0	1.460.000	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.12AZ.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.166.667	1.000.000	5.000		995.000	5.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	25	0	1.166.667	5.000

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.1203.0101					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	5.540.000	4.190.000	327.616		3.862.384	327.616
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	11	2	5.540.000	327.616

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.13BP.0101					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília - DF					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
500.000	633.333	500.000			500.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	2	0	633.333	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.139W.0101				
Descrição		Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	2.166.667	332.191			332.191	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Reformado	% de execução física	27	0	2.166.667	

**ANÁLISE CRÍTICA:** Embora tenha havido Limitação de Empenho no valor de R\$ 1.100.000, a Unidade não Concluiu todo o processo Contratual para dar início à Reforma.

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.139Y.0101				
Descrição		Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Niterói - RJ				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.700.000	3.240.000	3.240.000			3.240.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Reformado	% de execução física	200	0	3.240.000	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.3106.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.700.000	5.440.000	4.439.999	241.308		4.198.691	241.308
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	47	5	5.440.000	241.308

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.3752.0001				
Descrição		Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.800.000	5.966.667	3.665.857	946.778	13.018	2.719.079	933.760
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procuradoria Implantada	Unidade	5	23	5.966.667	933.760

**ANÁLISE CRÍTICA:** Superada a Meta de implantação de Procuradorias, embora não se tenha executada toda a dotação, deixando parte em Restos a Pagar.

Identificação da Ação	
Código	03.122.0581.5269.0101
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cuiabá - MT
Unidade Responsável	Ministério Público da União

Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	400.000	400.000			400.000	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	2	0	400.000	

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		03.122.0581.7E53.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	4.400.000	2.400.000			2.400.000	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	17	0	4.400.000	

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		03.122.0581.7J45.0056				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.500.000	12.766.667	12.100.000	6.287.638		5.812.362	6.287.638

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física	24	13	12.766.667	6.287.638

#### Identificação da Ação

Código	03.122.0581.14ME.0101
Descrição	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo - RJ
Unidade Responsável	Ministério Público da União
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal

#### Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	1.300.000					

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Adquirido	Unidade		0	1.300.000	

**ANÁLISE CRÍTICA:** Houve Limitação total de Empenho impedindo assim sua Execução.

#### Identificação da Ação

Código	03.122.0581.13U5.0101
Descrição	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Maceió - AL
Unidade Responsável	Ministério Público da União
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal

#### Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

#### Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Adquirido	Unidade		0		

Obs.: Crédito especial reaberto por meio da portaria PGR nº 007, de 16/01/2012 e cancelado por meio da Lei nº 17.750, de 19/12/2012.

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.139B.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Arapiraca - AL				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	133.333					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física			133.333	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.139R.0101				
Descrição		Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Feira de Santana - BA				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	400.000					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

01	Edifício Reformado	% de execução física			400.000	
----	--------------------	----------------------------	--	--	---------	--

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.139V.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Mossoró - RN				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	333.333					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física			333.333	

Identificação da Ação						
Código		03.122.0581.13BX.0101				
Descrição		Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA				
Unidade Responsável		Ministério Público da União				
Unidade Orçamentária		Ministério Público Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	266.667					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de			266.667	

		execução física				
--	--	-----------------	--	--	--	--

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.14PJ.0101					
Descrição	Aquisição de Imóveis para o Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	1.666.667					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Imóvel Adquirido	Unidade			1.666.667	

Identificação da Ação						
Código	03.122.0581.1142.0101					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão -PR					
Unidade Responsável	Ministério Público da União					
Unidade Orçamentária	Ministério Público Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	116.667					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício Construído	% de execução física			116.667	

## 4.2 – Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério Público Federal	34.101	200097

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.654.855.094	1.641.864.719			450.141.966	394.607.303
	PLOA		1.819.395.799	1.783.380.290			450.156.966	399.688.147
	LOA		1.819.395.799	1.783.380.290			454.956.966	403.834.596
CRÉDITOS	Suplementares		72.390.665	76.533.053			9.885.000	28.740.000
	Especiais	Abertos	722.900					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-169.076.393	-182.745.571			-26.607.000	-48.313.458
Outras Operações								
<b>Total</b>		<b>1.723.432.971</b>	<b>1.677.167.772</b>			<b>438.234.966</b>	<b>384.261.138</b>	

Fonte: SIAFI/SIOP

**ANÁLISE CRÍTICA:** A programação do MPF nos exercícios de 2011 e 2012 tem sido aprovados em sua totalidade, isso se deve ao fato de não haver aplicação de excedente como forma de manobra política de diminuição na hora da negociação, comprova-se isto, a liberação de Crédito Suplementar diante da real necessidade.

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	60.204.332	63.223.593	800.000	826.364			
	PLQA	60.204.332	63.223.593	800.000	826.364			
	LOA	119.054.332	143.009.388	800.000	33.338.236			
CRÉDITOS	Suplementares	30.630.000	23.107.576		7.145.264			
	Especiais	Abertos				59.693.682		
		Reabertos		4.500.000	4.290.000			
	Extraordinários	Abertos	26.388.003		1.933.334			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	-9.750.000	-77.613.064	-3.170.000				
Outras Operações								
<b>Total</b>		<b>166.322.335</b>	<b>93.003.900</b>	<b>3.853.334</b>	<b>100.177.182</b>			

Fonte: SIAFI/SIOP

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.104.997.060	2.036.472.022	61.004.332	64.049.957			
	PLQA	2.269.552.765	2.183.068.437	61.004.332	64.049.957			
	LOA	2.274.352.765	2.187.214.886	119.854.332	176.347.624			
CRÉDITOS	Suplementares	82.275.665	105.273.053	30.630.000	30.252.840			
	Especiais	Abertos	722.900			59.693.682		
		Reabertos			4.290.000	4.500.000		
	Extraordinários	Abertos			28.321.337			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	-195.683.393	-231.059.029	-12.920.000	-77.613.064			
Outras Operações								
<b>Total</b>		<b>2.161.667.937</b>	<b>2.061.428.910</b>	<b>170.175.669</b>	<b>193.181.082</b>			

Fonte: SIAFI/SIOP

**ANÁLISE CRÍTICA:** A programação do MPF nos exercícios de 2011 e 2012 tem sido aprovados em sua totalidade, isso se deve ao fato de não haver aplicação de excedente como forma de manobra política de diminuição na hora da negociação, comprova-se isto, a liberação de Crédito Suplementar diante da real necessidade.

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200097	200234	34101.03.062.0581.4264			641.512
		200097	200009	34101.03.128.0581.4091			6.679
	Recebidos	200008	200097	34102.03.062.0581.4263			776.351
		200009	200097	34103.03.128.0581.4091			15.473
		200009	200097	34103.03.062.0581.4261			85.937
		200010	200097	34104.03.062.0581.4262			6.743.099
		200234	200097	34105.03.122.0581.20HP			73.434
		200234	200100	34105.03.122.0581.20HP			618.147
		200234	380004	34105.03.122.0581.20HP			129.974
		200234	200100	34105.03.128.0581.4091			9.988
Movimentação Externa	Concedidos	200097	170032	34101.03.062.0581.4264			191.036
		200097	090002	34101.03.062.0581.4264			19.789
		200097	254420	34101.03.062.0581.4264			40.288
		200097	200336	34101.03.062.0581.4264			82.455
	Recebidos	590001	200097	59101.03.301.2100.2004			573.555
		590001	200097	59101.03.131.2100.2549			222.221
		590001	200097	59101.03.032.2100.8010			225.516
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200097	200010	34101.03.122.0581.13BP	500.000		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	200097	160509	34101.03.122.0581.11KE	159.553		
	Recebidos						

Fonte:

## 4.2.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>153.876.004</b>	<b>139.914.642</b>	<b>152.163.757</b>	<b>137.195.253</b>
Convite	78.031	192.727	77.461	192.727
Tomada de Preços	652.074	816.003	644.477	810.924
Concorrência	10.456.029	9.833.831	10.445.910	9.833.831
Pregão	142.689.870	129.072.081	140.995.909	126.357.771
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>74.821.004</b>	<b>64.752.039</b>	<b>74.070.457</b>	<b>64.170.450</b>
Dispensa	46.227.237	38.567.433	45.489.076	38.006.027
Inexigibilidade	28.593.767	26.184.606	28.581.381	26.164.423
<b>Regime de Execução Especial</b>		<b>403.245</b>		<b>403.245</b>
Suprimento de Fundos	405.097	403.245	405.097	403.245
<b>Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>405.097</b>	<b>403.245</b>	<b>405.097</b>	<b>403.245</b>
Pagamento em Folha	1.835.418.862	1.767.569.920	1.835.418.862	1.767.569.920
Diárias	12.856.416	9.964.428	12.856.416	9.964.428
<b>Outros</b>	<b>9.969.865</b>	<b>10.444.944</b>	<b>9.968.319</b>	<b>10.439.203</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.087.347.249</b>	<b>1.933.049.220</b>	<b>2.084.882.910</b>	<b>1.989.742.500</b>

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesa de Pessoal</b>	<b>1.707.999.358</b>	<b>1.655.131.779</b>	<b>1.703.521.979</b>	<b>1.652.616.457</b>	<b>4.477.378</b>	<b>2.515.326</b>	<b>1.583.199.941</b>	<b>1.652.616.454</b>
319011-Vencimentos e Vantagens Fixas-P.física	1.182.386.434	1.140.547.819	1.181.119.934	1.139.385.101	1.266.500	1.162.718	1.181.119.934	1.139.385.101
319013-Obrigações Patronais	225.060.405	215.830.250	224.712.547	215.626.367	347.857	203.883	224.712.547	215.626.367
319001-Aposentadorias e Reformas-Militar	178.395.574	169.923.058	177.367.460	169.368.599	1.028.114	554.459	177.367.460	169.368.599
Demais elementos do grupo	122.156.945	128.830.652	120.322.038	128.236.387	1.834.907	594.266	120.322.038	128.236.387
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>421.563.681</b>	<b>373.693.258</b>	<b>372.251.370</b>	<b>324.896.367</b>	<b>49.312.310</b>	<b>48.796.890</b>	<b>367.798.095</b>	<b>321.639.946</b>
339039-Outros Serv.Terceiros-Pessoa Jurídica	143.355.224	122.137.779	108.832.125	87.550.113	34.523.099	34.587.666	108.285.932	87.183.920
339037-Locação de Mão de Obra	104.364.952	92.791.832	95.196.391	87.071.575	9.168.561	5.720.257	93.447.933	84.379.809
339046-Auxílio Alimentação	80.952.660	71.825.002	80.912.408	71.288.804	40.252	536.198	80.912.408	71.288.804
Demais elementos do grupo	92.890.845	86.938.645	87.310.446	78.985.875	5.580.398	7.952.769	85.151.822	78.787.413
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>	<b>56.950.317</b>	<b>85.829.775</b>	<b>11.377.641</b>	<b>14.387.899</b>	<b>107.916.295</b>	<b>71.441.875</b>	<b>11.366.576</b>	<b>14.337.599</b>
449051-Obras e Instalações-Op.Int.Orçament.	62.343.619	40.980.812	7.272.606	8.077.757	55.071.013	32.903.055	7.262.486	8.077.757
449052-Equipamentos e Material Permanente-	56.950.317	40.915.711	4.105.035	5.990.306	52.845.282	34.925.404	4.104.090	5.940.006

Op.Int.Orçament.								
339039-Outros Serv.Terceiros-Pessoa Jurídica	2.418.665	3.794.514	117.355	186.498	2.301.309	3.608.016	117.355	186.498
Demais elementos do grupo	651.856	138.738	8.902	133.338	642.954	5.400	8.902	133.338
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>570.000</b>	<b>95.887.182</b>	<b>70.000</b>	<b>1.148.500</b>	<b>500.000</b>	<b>94.738.682</b>	<b>70.000</b>	<b>1.148.500</b>
449061-Aquisição de Imóveis	570.000	95.887.182	70.000	1.148.500	500.000	94.738.682	70.000	1.148.500
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

## 4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>8.200.232</b>	<b>3.627.479</b>	<b>8.200.232</b>	<b>3.627.479</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	8.200.232	3.627.479	8.200.232	3.627.479
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>437.015</b>	<b>405.471</b>	<b>437.015</b>	<b>405.471</b>
Dispensa	1.330	4.106	1.330	4.106
Inexigibilidade	435.685	401.365	435.685	401.365
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>129.973</b>	<b>126.818</b>	<b>129.973</b>	<b>126.818</b>
Pagamento em Folha	129.973	126.818	129.973	126.818
Diárias				
<b>Outros</b>	<b>16.060</b>	<b>11.489</b>	<b>16.060</b>	<b>11.489</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>8.783.280</b>	<b>4.171.257</b>	<b>8.783.280</b>	<b>4.171.257</b>

Fonte:

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>9.456.354</b>	<b>7.086.076</b>	<b>8.783.281</b>	<b>4.171.258</b>	<b>673.073</b>	<b>2.914.818</b>	<b>8.783.281</b>	<b>4.171.258</b>
339039-Outros Serv.Terceiros-Pessoa Jurídica	8.646.768	6.613.496	8.108.391	3.706.172	538.377	2.907.324	8.108.391	3.706.172
339033-Passagens e Despesas com Locomoção	667.508	336.129	532.812	328.635	134.696	7.494	532.812	328.635
339036-Outros Serv.Terceiros-Pessoa Física	135.749	136.252	135.749	136.252	0,00	0,00	135.749	136.252
Demais elementos do grupo	6.329	199	6.329	199	0,00	0,00	6.329	199
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

## V – ITEM 5 DA PARTE “A”

### 5.1 – Reconhecimento de Passivos

Não se aplica.

### 5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2005	388.988	580.844	1.003.219	<b>4.351</b>
2007	532.266	745	533.333	<b>9.028</b>
2008	682.813	2.091	1.838.328,	<b>995.820</b>
2009	706.589	30	798.542	<b>10.119</b>
2010	2.079.152	3.870	2.093.146	<b>13.977</b>
2011	3.306.721	66.827	3.203.964	<b>35.928</b>
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2005	60.749.984	3.417.758	56.132.798	<b>0,00</b>
2007	162.066.168	18.664.351	143.390.263	<b>714</b>
2008	108.363.469	11.754.830	93.917.511	<b>537.699</b>
2009	92.303.671	10.985.595	80.739.271	<b>476.701</b>
2010	156.737.732	43.300.952	107.249.278	<b>6.155.659</b>
2011	220.407.592	2.796.825	180.578.570	<b>37.032.197</b>

Fonte:

**ANÁLISE CRÍTICA:** É procedimento padrão das Unidades Gestoras executoras deste MPF consultar os Gestores de Contratos acerca do não pagamento de algumas despesas Inscritas em Restos a Pagar não executados no exercício seguinte, e quando trata-se de empenho estimativo, na maioria das vezes é anulado o saldo remanescente, porém alguns empenhos normalmente ordinário, permanecem e são reinscritos, alegando o gestor que há interesse em se executar os serviços para os quais foi empenhada a despesa, o que não tem acarretado à instituição nenhum prejuízo financeiro, nem quanto ao bem a ser adquirido.

## 5.3 – Transferências de Recursos

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Procuradoria da República na Bahia									
CNPJ: 26.989.715/0010-01					UG/GESTÃO: 200031				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1		61.600.839/0001-55	280.355,04	280.355,04	137.176,30	238.310,04	28/12/10	27/12/11 3	1

### LEGENDA

#### Modalidade:

Convênio  
 Contrato de Repasse  
 Termo de Cooperação  
 Termo de Compromisso

#### Situação da Transferência:

Adimplente  
 Inadimplente  
 Inadimplência Suspensa  
 Concluído  
 Excluído  
 Rescindido  
 Arquivado

Fonte:

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

**Unidade Concedente ou Contratante**

**Nome:** Procuradoria da República no Distrito Federal

**CNPJ:** 26.989.715/0012-65

**UG/GESTÃO:** 200023/00001

**Informações sobre as Transferências**

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2011	CREA	-	-	-	-	13/06/2011	12/06/2013	1
4	01/2011	COOPERATIVA DE MATERIAL RECICLADO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOVA ESPERANÇA - COOPERNOES	-	-	-	-	29/08/2011	28/08/2013	1
1	01/2011	CAIXA	2.500,00/Ano	-	2.500,00	7.500,00	30/09/2011	29/09/2013	1

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- Convênio
- Contrato de Repasse
- Termo de Cooperação
- Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- Adimplente
- Inadimplente
- Inadimplência Suspensa
- Concluído
- Excluído
- Rescindido

Arquivado

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

**Unidade Concedente ou Contratante**

Nome: Procuradoria da República em Santa Catarina

CNPJ: 26.989.715/0029-03

UG/GESTÃO: 200058/00001

**Informações sobre as Transferências**

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	01/2010	04.310.564/0001-81	231.222,00	231.222,00	59.253,80	220.046,33	Jun/2010	Jun/2012	concluído

**LEGENDA**

**Modalidade:**

Convênio  
Contrato de Repasse  
Termo de Cooperação  
Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

Adimplente  
Inadimplente  
Inadimplência Suspensa  
Concluído  
Excluído  
Rescindido  
Arquivado

Fonte: Siafi2010/2011/2012

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ					
CNPJ:	26.989.715/0009-60					
UG/GESTÃO:	380005/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			01			30.353,26
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>			01			30.353,26
Fonte:						

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Procuradoria da República na Bahia					
CNPJ:	26.989.715/0010-01					
UG/GESTÃO:	200031					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-----	-----	1	137.176,30	101.133,74	-----
Contrato de Repasse	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Termo de Cooperação	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Termo de Compromisso	-----	-----	-----	-----	-----	-----
<b>Totais</b>	-----	-----	1	137.176,30	101.133,74	-----
Fonte:						

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante

<b>Nome:</b>	Procuradoria da República no Distrito Federal
<b>CNPJ:</b>	26.989.715/0012-65
<b>UG/GESTÃO:</b>	200023/00001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	1	1	2.500,00	171.831,64	103.662,02
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	1	2	0	0	0
Termo de Compromisso	0	1	0	0	0	0
<b>Totais</b>	0	3	3	2.500,00	171.831,64	103.662,02

Fonte: Contratos e rede interna da PR/DF.

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante

<b>Nome:</b>	Procuradoria da República em Santa Catarina
<b>CNPJ:</b>	26.989.715/0029-03
<b>UG/GESTÃO:</b>	200058/ 00001

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio			1	59.253,80	110.224,24	50.568,29
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>			1			

Fonte: Siafi 2010/2011/2012

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Procuradoria da República na Bahia					
CNPJ: 26.989.715/0010-01			UG/GESTÃO: 200031		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	430.355,04	238.310,04	150.000,00	55
Contrato de Repasse	-----	-----	-----	-----	-----
Termo de Cooperação	-----	-----	-----	-----	-----
Termo de Compromisso	-----	-----	-----	-----	-----
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>430.355,04</b>	<b>238.310,04</b>	<b>150.000,00</b>	<b>55</b>

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Procuradoria da República no Distrito Federal					
CNPJ: 26.989.715/0012-65			UG/GESTÃO: 200023/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	2.500,00/ano	7.500,00	2.500,00	100%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	1	0	0	0	0
Termo de Compromisso	1	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>2.500,00/ano</b>	<b>7.500,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Contratos e rede interna da PR/DF.

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Procuradoria da República em Santa Catarina					
CNPJ: 28.989.715/0029-03			UG/GESTÃO: 200058/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio			220.046,33		100%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: Siafi2010/2011/2012

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Procuradoria da República na Bahia					
CNPJ: 26.989.715/0010-01			UG/GESTÃO: 200031		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	137.176,30		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	101.133,74		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado			
	Contas NÃO	Quantidade			

	Prestadas	Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado			

Fonte: Siafi2010/2011/2012

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

**Unidade Concedente**

Nome: Procuradoria da República em Santa Catarina

CNPJ: 26.989+715/0029-03

UG/GESTÃO: 200058/ 00001

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	59.253,80		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	110.224,24		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	50.568,29		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado			

Fonte: Siafi2010/2011/2012

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse  
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Procuradoria da República na Bahia					
CNPJ: 26.989.715/0010-01			UG/GESTÃO: 200031		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			1	-----
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Quantidade	Contas Analisadas	1	-----
			Contas Não Analisadas	-----	-----
	Montante Repassado (R\$)			137.176,30	-----
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-----	-----
			Quantidade Reprovada	-----	-----
			Quantidade de TCE	-----	-----
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-----	-----
		Montante Repassado (R\$)	-----	-----	
2011	Quantidade de contas prestadas			1	-----
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1	-----
		Quantidade Reprovada		-----	-----
		Quantidade de TCE		-----	-----
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-----	-----
	Montante repassado (R\$)		101.133,74	-----	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-----	-----
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-----	-----
		Quantidade Reprovada		-----	-----
		Quantidade de TCE		-----	-----
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-----	-----
Montante Repassado		-----	-----		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-----	-----
		Montante Repassado		-----	-----

## 5.4 – Suprimento de Fundos

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$

1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
200100	Secretaria de Administração – PGR	0,00	3.843,84	22.317,45	26.161,29
200069	Procuradoria da República – Acre	0,00	0,00	1.355,39	1.355,39
200093	Procuradoria da República – Alagoas	0,00	4.746,54	2.328,08	7.054,62
200071	Procuradoria da República – Amazonas	0,00	4.899,32	6.013,39	10.912,71
380005	Procuradoria da República – Amapá	0,00	2.377,00	3.829,05	6.206,05
200031	Procuradoria da República – Bahia	9.800,37	0,00	0,00	9.800,37
200082	Procuradoria da República – Ceará	21.484,66	0,00	0,00	21.484,66
200023	Procuradoria da República – Distrito Federal	0,00	375,09	849,67	1.224,76
200038	Procuradoria da República – Espírito Santo	0,00	0,00	3.576,77	3.576,77
200066	Procuradoria da República – Goiás	8.274,07	9.310,58	3.787,74	21.372,39
200078	Procuradoria da República – Maranhão	1.800,00	0,00	0,00	1.800,00
200064	Procuradoria da República – Mato Grosso	0,00	9.620,00	36.693,56	46.313,56
200040	Procuradoria da República – Mato G. do Sul	0,00	647,00	934,80	1.581,80
200035	Procuradoria da República – Minas Gerais	0,00	5.382,41	11.810,28	17.192,69
200075	Procuradoria da República – Pará	10.083	4.809	7.013	21.905
200053	Procuradoria da República – Paraná	0,00	2.972,60	6.023,39	8.995,99
200087	Procuradoria da República – Paraíba	941	2.402	8.274	11.617
200090	Procuradoria da República – Pernambuco	12.606,63	450,00	5.125,95	18.182,58
200080	Procuradoria da República – Piauí	0,00	7.844,82	701,68	8.546,5
200085	Procuradoria da República – Rio	0,00	3.209,31	5.298,70	8.508,01

	Grande do Norte				
200061	Procuradoria da República – Rio Grande do Sul	9.930,33	0,00	0,00	9.930,33
200043	Procuradoria da República – Rio de Janeiro	0,00	0,00	13.012,96	13.012,96
200046	Procuradoria da República – Rondônia	0,00	1.155,00	8.717,53	9.872,53
380006	Procuradoria da República – Roraima	0,00	4.130,50	16.951,80	20.722,30
200058	Procuradoria da República – Santa Catarina	0,00	1.249,17	13.404,19	14.653,36
200049	Procuradoria da República – São Paulo	18.703,32	0,00	0,00	18.703,32
200022	Procuradoria da República – Sergipe	0,00	5.368,06	6.994,13	12.362,19
200201	Procuradoria da República – Tocantins	0,00	4.625,00	9.501,00	14.126,00
200208	Procuradoria Regional da República – 1ª Região DF	0,00	0,00	8.915	8.915
200045	Procuradoria Regional da República – 2ª Região – RJ	0,00	356,00	617,00	973,00
200204	Procuradoria Regional da República – 3ª Região – SP	4.514,38	0,00	7.959,32	12.473,70
200102	Procuradoria Regional da República – 4ª Região – RS	0,00	1.964,45	6.958,99	8.923,44
200207	Procuradoria Regional da República – 5ª Região – PE	0,00	1.085,00	2.297,45	3.382,45
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>	<b>98.138,09</b>	<b>82.803,38</b>	<b>220.903,48</b>	<b>401.844,95</b>

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200081				Nome da UG		PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Jutaíldson Carvalho	802374525-53	70	17/01/12	339036	prestação de serviços pessoa física.	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000084 /2012-82
Carlos Alberto Gonzalez	024777775-72	76	23/01/12	339030	Material de consumo	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000100 /2012-37
		77		339039	Prestação de serviços - PJ	1.000,00		
		78		339036	Prestação de serviços - PF	500,00		
Iara Maria Barbosa	008390235-02	178	05/03/12	339030	Material de consumo	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000424 /2012-75
		179		339039	Prestação de serviços - PJ	200,00		
		180		339036	Prestação de serviços - PF	200,00		

		207		339030	Material de consumo	1.000,00		
Maria José D. Silva	382024095-00	208	09/03/12	339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000508 /2012-17
		209		339036	Prestação de serviços pessoa física.	500,00		
		224		339030	Material de consumo	200,00		
Onalgísio Santos	108140605-44	225	12/03/12	339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000543 /2012-28
		226		339036	Prestação de serviços pessoa física	200,00		
		231		339030	Material de consumo	200,00		
Liandra Gonçalves	957922445-53	232	13/03/12	339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000000487 /2012-721
		233						

				339036	Prestação de serviços pessoa física	200,00		
Carlos Alberto Gonzalez	024777775-72	345	13/04/12	339030	Material de consumo	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	11400000806 /2012-07
		346		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	500,00		
		347		339036	Prestação de serviços pessoa física	500,00		
Iaraa Maria Barbosa	008390235-02	409	04/05/12	339030	Material de consumo	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	11400000987 /2012-63
		410		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	200,00		
		411		339036	Prestação de serviços pessoa física	200,00		
Maria José D. Silva	382024095-00	468	23/05/12	339030	Material de consumo	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001178 /2012-79
					Prestação de serviços pessoa			

		469		339039	jurídica	1.000,00		
		470		339036	Prestação de serviços pessoa física	500,00		
Carlos Alberto Gonzalez	024777775-72	584	28/06/12	339030	Material de consumo	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001459 /2012-21
		585		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	500,00		
		586		339036	Prestação de serviços pessoa física	500,00		
Onalgísio Santos	108140605-44	594	03/07/12	339030	Material de consumo	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001478 /2012-58
		595		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	200,00		
		597		339036	Prestação de serviços pessoa física	200,00		
Maria José D. Silva	382024095-00	623	09/07/12	339033	Despesas com	500,00	Decreto 6467, de	114000001568

					passagens e locomoção.		30/05/2008	/2012-49
Onalgísio Santos	108140605-44	654	23/07/12	339030	Material de consumo	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001620 /2012-67
		655		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	200,00		
		656		339036	Prestação de serviços pessoa física	200,00		
Alessandra Oliveira	534896835-87	662	25/07/12	339030	Material de consumo	150,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001689 /2012-91
		663		339036	Prestação de serviços pessoa física	450,00		
Daniel Azevedo Lobo	827513155-34	680	02/08/12	339036	Despesas eventuais de pronto pagamento prestação de serviços pessoa física.	123,20	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001103 /2012-98
Jutaidson Carvalho	802374525-53	705	09/08/12	339030	Despesas eventuais de pronto pagamento material de consumo.	200,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000001458 /2012-87

Maria José D. Silva	382024095-00	811	21/09/12	339030	Material de consumo	1.000,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000002155 /2012-81	
		812		339039	Prestação de serviços pessoa jurídica	1.000,00			
		813		339036	Prestação de serviços pessoa física	500,00			
Carlos Alberto Gonzalez	024777775-72	895	15/10/12	339033	Despesas com passagens e locomoção.	500,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000002326 /2012-49	
Jutaildson Carvalho	802374525-53	907	23/10/12	339036	Despesas eventuais de pronto pagamento prestação de serviços pessoa física..	60,00	Decreto 6467, de 30/05/2008	114000002358 /2012-78	
					<b>Total Utilizado pela UG</b>	19.783,2 0			
<b>Código da UG 2</b>	200082				<b>Nome da UG</b>		<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ</b>		
Grace Anne Azevedo Simões	464.096.103-00	676	03/12/12	339030	Despesas com Material de Consumo – PR/CE	2.000,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002119 /2012-81	

Grace Anne Azevedo Simões	464.096.103-00	677	03/12/12	339039	Despesas com outros serviços de terceiros – PJ – PR/CE	800,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002119 /2012-81
Aloisio Alcantra Alves Pereira	017.459.063-63	678	03/12/12	339030	Despesas com Material de Consumo – PRM/Sobral	800,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002121 /2012-50
Aloisio Alcantra Alves Pereira	017.459.063-63	679	03/12/12	339039	Despesas com outros serviços de terceiros – PJ – PRM/Sobral	500,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002121 /2012-50
Luis Sandoval Pinheiro da Silva	646.369.178-04	705	10/12/12	339030	Despesas com Material de Consumo – PR/CE	2.000,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002313 /2012-66
Luis Sandoval Pinheiro da Silva	646.369.178-04	705	10/12/12	339039	Despesas com outros serviços de terceiros – PJ – PR/CE	800,00	<i>Inadequação do CPGF ao perfil de despesa da UG.</i>	115000002313 /2012-66
					<b>Total Utilizado pela UG</b>			
<b>Código da UG 3</b>	200066				<b>Nome da UG</b>		<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO GOIÁS</b>	
BRUNO LEMOS LOURENÇO	176.884.398-84	2012NE 000002	19/01/20 12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 759,18	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do	131/2012-49

							gov. federal	
BRUNO LEMOS LOURENÇO	176.884.398-84	2012NE 000003	19/01/20 12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais.	R\$ 470,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	131/2012-49
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000041	01/02/12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 515,65	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	200/2012-14
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000042	01/02/12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 698,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	200/2012-14
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000195	23/05/12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 965,18	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos	1091/2012-52

							que recebem cartão de pagamento do gov. federal	
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000196	23/05/12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 538,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	1091/2012-52
FREDERICO DIEGO DE PAULA	012.081451-00	2012NE 000235	18/06/12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 974,96	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	1347/2012-21
FREDERICO DIEGO DE PAULA	012.081.451-00	2012NE 000236	18/06/12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 783,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	1347/2012-21
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000336	24/08/12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e	R\$ 1.199,10	Cidade onde PRM está localizada não	1859/2012-98

					eventuais		tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	
CLEIDE RAMIRO DOS SANTOS ROCHA	805.989.197-91	2012NE 000337	24/08/12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 590,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	1859/2012-98
FREDERICO DIEGO DE PAULA	012.081.451-00	2012NE 000375	25/09/12	339030 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 341,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	2104/2012-19
FREDERICO DIEGO DE PAULA	012.081451-00	2012NE 000376	25/09/12	339039 96	Despesas de pequeno vulto e eventuais	R\$ 440,00	Cidade onde PRM está localizada não tem muitos estabelecimentos que recebem cartão de pagamento do gov. federal	2104/2012-19

					Total Utilizado pela UG				
Código da UG 4	200				Nome da UG		PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA		
MÁRCIO ROGÉRIO MORAES BORGES	926.177.943-34	175	12/04/12	339030	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO – DEC. 93872 INCISO III	600,00	DECRETO 6.467 DE 30/05/2008	1.19.000.0006 10/2012-28	
MÁRCIO ROGÉRIO MORAES BORGES	926.177.943-34	177	12/04/12	339039	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO – DEC. 93872 INCISO III	600,00	DECRETO 6.467 DE 30/05/2008	1.19.00000060 9/2012-01	
JORSELINS RODRIGUES BARBOSA	269.236.532-15	569	13/11/12	339030	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO – DEC. 93872 INCISO III	600,00	DECRETO 6.467 DE 30/05/2008	1.19.000.0015 32/2012-89	
					Total Utilizado pela UG	1.800,00			
Código da UG 5	200075				Nome da UG		PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ		
MASPOLI TADEU RAMOS	03006913272	166	19/03/12	339030	Despesas eventuais	180	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	500/2012	
PAULO HENRIQUE XAVIER RAMOS	03688967909	165	15/03/12	339030	Despesas eventuais	330	Escassez de rede credenciada para uso	488/2012	

							do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	
FRANCISCO SILVEIRA DA COSTA	05518973845	438	29/06/12	339036	Despesas eventuais	670	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1139/2012
FRANCISCO SILVEIRA DA COSTA	05518973845	439	29/06/12	339030	Despesas eventuais	113	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1139/2012
FRANCISCO SILVEIRA DA COSTA	05518973845	487	18/07/12	339030	Despesas eventuais	1.000	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1225/2012
FRANCISCO SILVEIRA DA COSTA	05518973845	488	18/07/12	339036	Despesas eventuais	766	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1225/2012
FRANCISCO SILVEIRA DA COSTA	05518973845	489	18/07/12	339039	Despesas eventuais	450	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1225/2012
FABIO JOSE BRAGA MARTINS	18454704272	167	19/03/12	339030	Despesas eventuais	391	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	505/2012

FABIO JOSE BRAGA MARTINS	18454704272	168	19/03/12	339039	Despesas eventuais	85	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	505/2012
FABIO JOSE BRAGA MARTINS	18454704272	441	29/06/12	339030	Despesas eventuais	649	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	1144/2012
NELIA PAULA DA SILVA BARBOSA	29820995272	078	01/02/12	339030	Despesas eventuais	1.000	Agente Suprido sem CPGF emitido, suprimento de fundos concedido para atender despesas emergenciais.	142/12
NELIA PAULA DA SILVA BARBOSA	29820995272	402	19/06/12	339039	Despesas eventuais	492	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF em viagem ao interior do Estado.	1074/2012
CESAR AUGUSTO SOUZA	39665143204	337	17/05/12	339036	Despesas eventuais	700	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens ao interior do Estado.	880/2012
SAVIO COSME VASCONCELOS BARROS	57784957220	044	27/01/12	339030	Despesas eventuais	297	Escassez de rede credenciada para uso do CPGF nas viagens	145/2012

							ao interior do Estado.	
SOFIA CAROLINE DE CASTRO SOUZA	74423169215	204	02/04/12	339036	Despesas eventuais	1.500	Agente Suprido sem CPGF emitido, suprimento de fundos concedido para atender despesas emergenciais.	583/2012
JEFFERSON LIMA FEIJO	96413220287	332	16/05/12	339030	Despesas eventuais	1.460	Agente Suprido sem CPGF emitido, suprimento de fundos concedido para atender despesas emergenciais.	879/2012
					<b>Total Utilizado pela UG</b>			
<b>Código da UG 6</b>	200087			<b>Nome da UG</b>			<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA</b>	
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	43	13/02/12	339030	Atender despesas eventuais e de pequeno vulto, que exijam pronto pagamento. Art. 45 do Decreto nº 93.872/	187	O suprido trabalha no interior do estado, no município de Sousa/PB, e há escassez de estabelecimentos que trabalham com o	124000000216 /2012-20

					1986.		cartão. Art. 3º, §1º e §2º do do Decreto nº 6.370/2008.	
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	46	13/02/12	339039		120		124000000217 /2012-74
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	262	23/05/12	339039		50		124000000870 /2012-33
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	294	08/06/12	339039		100		124000000958 /2012-55
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	468	06/09/12	339030		14		124000001570 /2012-71
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	470	06/09/12	339039		150		124000001571 /2012-16
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	471	06/09/12	339039		200		124000001571 /2012-16
JOABSON DA SILVA PORTO	031.036.484-13	602	08/11/12	339039		120		124000001928 /2012-66
					<b>Total Utilizado pela UG</b>	941,00		
<b>Código da UG 7</b>	200090				<b>Nome da UG</b>		PROCURADORIA DA REPUBLICA EM PERNAMBUCO	
Fernando Augusto Mendes da Silva	919.358.904-25	2012NE 000133	12/03/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	2.660,95	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.000601/2 012-01

Fernando Augusto Mendes da Silva	919.358.904-25	2012NE 000299	04/05/20 12	33.90.3 9	Para atender despesas de pequeno vulto	567,85	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001112/2 012-68
Ilton da Costa Lagedo	342.239.164-91	2012NE 000137	13/03/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	144,00	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.000623/2 012-62
Ilton da Costa Lagedo	342.239.164-91	2012NE 000360	31/05/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	192,00	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001359/2 012-84
Ilton da Costa Lagedo	342.239.164-91	2012NE 000446	29/06/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	2.551,43	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001660/2 012-98
Ilton da Costa Lagedo	342.239.164-91	2012NE 000447	29/06/20 12	33.90.3 9	Para atender despesas de pequeno vulto	341,95	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001661/2 012-32
Kássio Ferreira Santos	626.196.674-53	2012NE 000037	12/01/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	2.476,27	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.000069/2 012-13
Kássio Ferreira Santos	626.196.674-53	2012NE 000040	12/01/20 12	33.90.3 9	Para atender despesas de	349,68	Dificuldade na utilização do cartão	1.26.000070/2 012-48

					pequeno vulto		nas cidades do interior do Estado	
Kássio Ferreira Santos	626.196.674-53	2012NE 000347	28/05/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	2.998,00	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001328/2 012-23
Severino Paulo Ferreira	187.730.364-04	2012NE 000136	13/03/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	143,00	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.000621/2 012-73
Severino Paulo Ferreira	187.730.364-04	2012NE 000359	31/05/20 12	33.90.3 0	Para atender despesas de pequeno vulto	181,50	Dificuldade na utilização do cartão nas cidades do interior do Estado	1.26.001360/2 012-17
					<b>Total Utilizado pela UG</b>	12.606,6 3		
<b>Código da UG 8</b>	200				<b>Nome da UG</b>		PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL	
FABIO ROSA DE SOUZA	01274342082	2012NE 000111	23/01/12	339030	Mat.Consumo	263,10	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 01/2012
FABIO ROSA DE SOUZA	01274342082	2012NE 000112	23/01/12	339039	Serviços Terc. PJ	120,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 02/2012

ANTONIO CARLOS MARCELINO	18842569020	2012NE 000176	08/02/12	339030	Mat.Consumo	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 03/2012
WAGNER FERREIRA VALLES	80958338000	2012NE 000196	09/02/12	339030	Mat.Consumo	108,93	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 04/2012
ALTAMIRO DE LIMA CANEZ	33689237068	2012NE 000289	01/03/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 05/2012
EDUARDO NEPOMUCENO DA SILVA	45166188004	2012NE 000324	05/03/12	339039	Serviços Terc. PJ	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 06/2012
ALAN FRACASSO DE LIMA	96285621004	2012NE 000450	22/03/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 07/2012
EDUARDO DENIS CASTALDI DA SILVA	08005400004	2012NE 000368	12/03/12	339039	Serviços Terc. PJ	681,31	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 08/2012
EDUARDO DENIS CASTALDI DA SILVA	08005400004	2012NE 000369	12/03/12	339030	Mat.Consumo	140,00	Decisão do Ordenador de	PAS 09/2012

							Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	
EDUARDO NEPOMUCENO DA SILVA	45166188004	2012NE 000394	14/03/12	339039	Serviços Terc. PJ	250,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 10/2012
ANTONIO CELSO RIBEIRO	42992133000	2012NE 000395	14/03/12	339030	Mat.Consumo	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 11/2012
WAGNER FERREIRA VALLES	80958338000	2012NE 000436	21/03/12	339030	Mat.Consumo	175,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 12/2012
LEONARDO MODESTI DONIN	00259649090	2012NE 000466	26/03/12	339039	Serviços Terc. PJ	92,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 13/2012
LEONARDO MODESTI DONIN	00259649090	2012NE 000466	26/03/12	339030	Mat.Consumo	101,90	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 14/2012
WAGNER FERREIRA VALLES	80958338000	2012NE 000537	10/04/12	339039	Serviços Terc. PJ	3.476,02	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 15/2012

JOAO LUIS DA SILVA SOARES	40128318015	2012NE 000573	18/04/12	339030	Mat.Consumo	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 16/2012
ALTAMIRO DE LIMA CANEZ	33689237068	2012NE 000563	17/04/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 17/2012
VALDOMIRO BERTOLETTI	59894075053	2012NE 000564	17/04/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 18/2012
ALTAMIRO DE LIMA CANEZ	33689237068	2012NE 000687	09/05/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 19/2012
FABIO ROSA DE SOUZA	01274342082	2012NE 000709	11/05/12	339039	Serviços Terc. PJ	16,80	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 20/2012
FABIO ROSA DE SOUZA	01274342082	2012NE 000708	11/05/12	339030	Mat.Consumo	71,79	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 21/2012
ALAN FRACASSO DE LIMA	96285621004	2012NE 000833	29/05/12	339033	Passagens e pedágios	195,10	Decisão do Ordenador de	PAS 22/2012

							Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	
WAGNER FERREIRA VALLES	80958338000	2012NE 000869	05/06/12	339039	Serviços Terc. PJ	1.272,28	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 23/2012
EDUARDO NEPOMUCENO DA SILVA	45166188004	2012NE 000906	06/06/12	339030	Mat.Consumo	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 24/2012
ALTAMIRO DE LIMA CANEZ	33689237068	2012NE 001018	26/06/12	339033	Passagens e pedágios	194,30	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 25/2012
LUIZ NEREU LEANDRO PEREIRA	25576747020	2012NE 001149	16/07/12	339030	Mat.Consumo	300,00	Decisão do Ordenador de Despesa, c/base no Dec. 6.467/2008	PAS 27/2012
						<b>Total Utilizado pela UG</b>	9.930,33	
<b>Código da UG 9</b>	200058				<b>Nome da UG</b>		<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA</b>	
Adriana F. Goes	563067251-72	000179	31.1.12	3390- 30	Pequeno vulto adm.	99,83	utilizamos	133000000262 /2012-10
Adriana F. Goes	563067251-72	000554	27.3.12	3390- 30	Pequeno vulto adm.	147,95	utilizamos	133000000767 /2012-84

Adriana F. Goes	563067251-72	001053	14.6.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	195,94	utilizamos	133000001667 /2012-75
Adriana F. Goes	563067251-72	001636	24.9.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	248,53	utilizamos	133000002785 /2012-09
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	000094	11.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	195,90	utilizamos	133000000118 /2012-83
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	000371	02.3.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	392,22	utilizamos	133000000491 /2012-34
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	000534	22.3.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	397,28	utilizamos	133000000736 /2012-23
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	000902	16.5.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	493,68	utilizamos	133000001390 /2012-81
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	001456	24.8.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	495,60	utilizamos	133000002472 /2012-42
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	001891	7.11.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	498,20	utilizamos	133000003274 /2012-04
Cairo Henkels	674635179-34	000375	02.3.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	196,37	utilizamos	133000000489 /2012-65
Cairo Henkels	674635179-34	001291	23.7.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	297,20	utilizamos	133000002118 /2012-18
Cairo Henkels	674635179-34	001837	26.10.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	297,46	utilizamos	133000003167 /2012-78
Carolina Ferreira Guimarães	037213929-90	000483	15.3.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	155,95	utilizamos	133000000658 /2012-67
Cassiano Denis Litwin	008191179-35	000275	10.2.12	3390-	Pequeno vulto adm.	299,50	utilizamos	133000000347

				30				/2012-06
Celso Silveira	556801609-78	000387	05.3.12	3390-30	Pequeno vulto transp.	41,95	utilizamos	133000000520 /2012-68
Celso Silveira	556801609-78	000388	05.3.12	3390-39	Pequeno vulto transp.	106,55	utilizamos	133000000519 /2012-33
Elena Muller	496757880-20	000744	25.4.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	109,32	utilizamos	133000001060 /2012-95
Elena Muller	496757880-20	001393	08.8.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	184,13	utilizamos	133000002303 /2012-11
Elena Muller	496757880-20	002034	26.11.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	263,84	utilizamos	133000003482 /2012-03
Enio Schaucoski	601070229-15	000197	02.2.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	325,79	utilizamos	133000000279 /2012-77
Enio Schaucoski	601070229-15	001111	29.6.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	383,83	utilizamos	133000001851 /2012-15
Enio Schaucoski	601070229-15	001881	6.11.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	387,83	utilizamos	133000003266 /2012-50
Gerusa Marta Sintlinger	709968819-72	000093	11.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	58,00	utilizamos	133000000109 /2012-92
Gerusa Marta Sintlinger	709968819-72	000799	04.5.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	63,60	utilizamos	133000001174 /2012-35
Gerusa Marta Sintlinger	709968819-72	001666	28.9.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	119,45	utilizamos	133000002864 /2012-30
Harley Anderson dos Santos	817265389-15	000268	9.02.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	153,60	utilizamos	133000000340 /2012-86

Harley Anderson dos Santos	817265389-15	000949	30.5.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	186,24	utilizamos	133000001502 /2012-01
Harley Anderson dos Santos	817265389-15	001785	17.10.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	188,13	utilizamos	133000003072 /2012-54
Hercílio Orestes de S. e Oliveira	776828669-34	000121	17.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	58,29	utilizamos	133000000148 /2012-90
Hercílio Orestes de S. e Oliveira	776828669-34	000745	25.4.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	120,62	utilizamos	133000001059 /2012-61
Hercílio Orestes de S. e Oliveira	776828669-34	001286	23.7.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	136,68	utilizamos	133000002119 /2012-62
Hercílio Orestes de S. e Oliveira	776828669-34	001848	30.10.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	147,09	utilizamos	133000003201 /2012-12
Igor Alves dos Santos	220781438-63	002062	30.11.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	180,06	utilizamos	133000003578 /2012-63
Marcio F. dos santos Ferreira	141693378-67	000164	27.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	133,62	utilizamos	133000000241 /2012-02
Marcio F. dos santos Ferreira	141693378-67	000199	02.2.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	535,57	utilizamos	133000000288 /2012-68
Marcio F. dos santos Ferreira	141693378-67	000266	09.2.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	591,40	utilizamos	133000000342 /2012-75
Marcos Antônio Squizzato de Oliveira	547793919-20	000098	13.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	200,00	utilizamos	133000000134 /2012-76
Marcos Antônio Squizzato de Oliveira	547793919-20	000586	02.4.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	300,00	utilizamos	133000000832 /2012-71
Marcos Antônio Squizzato de	547793919-20	001398	09.8.12	3390-	Pequeno vulto adm.	300,00	utilizamos	133000002308

Oliveira				30				/2012-35
Marcos Antônio Squizzato de Oliveira	547793919-20	002022	22.11.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	300,00	utilizamos	133000003457 /2012-11
Marcos Aurélio Ricardo	027409309-09	000046	10.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	199,78	utilizamos	133000000083 /2012-82
Marcos Aurélio Ricardo	027409309-09	000903	16.5.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	299,96	utilizamos	133000001393 /2012-14
Paulo Henrique Correia de Moura	937002100-00	000139	25.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	89,39	utilizamos	133000000166 /2012-71
Sérgio Luiz de Aguiar	378019379-53	000901	16.05.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	390,44	utilizamos	133000001392 /2012-70
Sérgio Luiz de Aguiar	378019379-53	001350	03.08.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	499,02	utilizamos	133000002236 /2012-26
Valesca Barreto	019069559-56	000045	10.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	45,74	utilizamos	133000000082 /2012-38
Valesca Barreto	019069559-56	000569	29.3.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	72,85	utilizamos	133000000810 /2012-10
Valesca Barreto	019069559-56	001139	04.7.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	99,55	utilizamos	133000001922 /2012-80
Valesca Barreto	019069559-56	001696	4.10.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	199,29	utilizamos	133000002912 /2012-61
Victor Hugo Garcia	037485469-63	000100	13.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	193,03	utilizamos	133000000142 /2012-12
Victor Hugo Garcia	037485469-63	000727	23.4.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	194,20	utilizamos	133000001091 /2012-46

Victor Hugo Garcia	037485469-63	001457	24.8.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	197,56	utilizamos	133000002470 /2012-53
Viviane de Souza Andreatta	716915100-68	000096	11.1.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	53,60	utilizamos	133000000121 /2012-05
Viviane de Souza Andreatta	716915100-68	000798	04.5.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	106,80	utilizamos	133000001173 /2012-91
Viviane de Souza Andreatta	716915100-68	001349	03.8.12	3390-30	Pequeno vulto adm.	185,21	utilizamos	133000002235 /2012-81
Willian Savi	822058099-20	000341	24.2.12	3390-30	Pequeno vulto infor.	247,79	utilizamos	133000000446 /2012-80
Willian Savi	822058099-20	000458	13.3.12	3390-30	Pequeno vulto infor.	325,00	utilizamos	133000000646 /2012-32
Willian Savi	822058099-20	001057	14.6.12	3390-30	Pequeno vulto infor.	394,21	utilizamos	133000001682 /2012-13
Willian Savi	822058099-20	001767	11.10.12	3390-30	Pequeno vulto infor.	395,54	utilizamos	133000003018 /2012-17
Willian Savi	822058099-20	002059	30.11.12	3390-30	Pequeno vulto infor.	477,20	utilizamos	133000003573 /2012-31
						<b>Total Utilizado pela UG</b>	14.653,36	
<b>Código da UG 10</b>	200204			<b>Nome da UG</b>			<b>PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 3ª REGIÃO - SP</b>	
Mercedes Siqueira Amaral Santos	270.827.108-36	39	18jan12	3390.39	Pagamento de seguro obrigatório	2.120,88	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de	01/2012

							seguro obrigatório	
Mercedes Siqueira Amaral Santos	270.827.108-36	196	11abr12	3390.4 7	Pagamento de taxa de inspeção veicular	931,56	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de taxa de inspeção veicular	05/2012
Maria Helena Gonçalves	035.159.888-07	33 168 169	16jan12 13mar12 13mar12	3390.3 33390. 30 3390.3 9	Despesas com transportes – pedágio, seguro obrigatório e combustível	0,00 42,14 117,86	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de pedágio e seguro obrigatório	02/2012
Maria Helena Gonçalves	035.159.888-07	242 243 244	02mai12 02mai12 02mai12	3390.3 03390. 33 3390.3 9	Despesas com transportes – pedágio, seguro obrigatório e combustível	230,00 47,90 254,04	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de pedágio e seguro obrigatório	08/2012
Mercedes Siqueira Amaral Santos	270.827.108-36	398 399 400	20jul12 20jul12 20jul12	3390.3 03390. 33 3390.3 9	Despesas com transportes – material, serviço e pedágios	0,00 0,00 0,00	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de pedágio	09/2012
Carlos Alberto Gomes	070.861.268-16	703 704	09nov12 09nov12	3390.3 33390. 39	Despesas com pedágios e serviços	0,00 0,00	Impossibilidade de uso do cartão para pagamento de pedágio	12/2012
Fabio Antonio Lopes dos Santos Martins	252.637.298-47	738 737	03dez12 03dez12	3390.3 33390.	Despesas com pedágios e serviços	0,00 120,00	Impossibilidade de uso do cartão para	13/2012

				39			pagamento de pedágio	
					<b>Total Utilizado pela UG</b>			
<b>Código da UG 11</b>	200049			<b>Nome da UG</b>		<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO</b>		
Nivaldo Chagas Junior	037.713.878-92	12ne60 7	14/03/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	037/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne62 1	19/03/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	038/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne62 2	19/03/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	039/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne71 1	16/04/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	040/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne71 6	16/04/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	041/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne72 2	17/01/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	300,00	Baixo valor	043/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne72 2	17/01/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	044/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne83 0	25/04/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	90,00	Baixo valor	045/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne83 3	25/04/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	046/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne85	26/04/12	339039	Desp.urgentes de	200,00	Baixo valor	047/2012

		5			pronto pagto			
Rodrigo B.P.Rios	898.168.385-91	12ne86 3	26/04/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	406,77	Baixo valor	048/2012
Rodrigo B.P.Rios	898.168.385-91	12ne86 3	26/04/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	50,00	Baixo valor	049/2012
Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne94 5	03/05/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	126,75	Baixo valor	050/2012
Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne94 8	03/05/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	288,05	Baixo valor	051/2012
João Carlos S.Nobre	348.569.512-20	12ne10 39	11/05/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	54,00	Baixo valor	052/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne10 64	18/05/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	054/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne10 65	18/05/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	055/2012
Ricardo U. Paula	014.184.036-60	12ne10 92	25/05/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	056/2012
Thiago L.R.Leite	215.347.078-16	12ne11 25	05/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	057/2012
Thiago L.R.Leite	215.347.078-16	12ne11 26	05/06/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	127,00	Baixo valor	058/2012
Alessandra M.S.Antunes	136.961.118-80	12ne11 30	05/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	92,00	Baixo valor	059/2012
Alessandra M.S.Antunes	136.961.118-80	12ne11 31	05/06/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	060/2012

Rogério F.B.P.Faria	291.971.598-40	12ne12 65	18/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	249,60	Baixo valor	061/2012
Rogério F.B.P.Faria	291.971.598-40	12ne12 66	18/06/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	60,00	Baixo valor	062/2012
Renato F.S.Gonçalves	218.123.448-56	12ne12 89	21/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	187,75	Baixo valor	063/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne13 11	26/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	148,20	Baixo valor	064/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne13 12	26/06/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	250,00	Baixo valor	065/2012
Luiz Vicente de Mello	559.065.918-34	12ne13 48	29/06/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	189,40	Baixo valor	066/2012
Luiz Vicente de Mello	559.065.918-34	12ne13 50	29/06/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	067/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne14 88	12/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	40,00	Baixo valor	068/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne15 22	13/07/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	160,00	Baixo valor	069/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne15 58	19/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	070/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne15 59	19/07/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	071/2012
Vilma M. Oliveira	024.877.478-62	12ne15 68	23/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	198,50	Baixo valor	072/2012
Vilma M. Oliveira	024.877.478-62	12ne15	23/07/12	339039	Desp.urgentes de	198,00	Baixo valor	073/2012

		67			pronto pagto			
Milton João de Castro	045.945.968-60	12ne16 04	25/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	300,00	Baixo valor	074/2012
Reginaldo S.C.Junior	046.267.808-30	12ne16 10	25/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	664,11	Baixo valor	075/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne16 25	25/07/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	077/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne16 26	25/07/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	078/2012
Antonio F. Da Silva	030.862.388-60	12ne17 19	02/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	271,18	Baixo valor	079/2012
Ailton Mata Lima	225.995.918-05	12ne17 51	02/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	55,00	Baixo valor	080/2012
Ailton Mata Lima	225.995.918-05	12ne17 52	02/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	50,00	Baixo valor	081/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne17 81	07/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	082/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne17 82	07/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	195,00	Baixo valor	083/2012
Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne17 98	10/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	133,95	Baixo valor	084/2012
Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne17 99	10/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	91,60	Baixo valor	085/2012
João Carlos S.Nobre	348.569.512-20	12ne18 00	10/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	086/2012

João Carlos S.Nobre	348.569.512-20	12ne18 01	10/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	087/2012
Thiago L.R.Leite	215.347.078-16	12ne18 07	13/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	088/2012
Thiago L.R.Leite	215.347.078-16	12ne18 08	13/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	089/2012
Alessandra M.S.Antunes	136.961.118-80	12ne18 57	23/08/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	160,00	Baixo valor	090/2012
Sergio M. Gerhardt	008.072.757-35	12ne18 58	23/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	73,00	Baixo valor	091/2012
Eldo C. Santos	012.417.117-63	12ne18 59	23/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	198,20	Baixo valor	092/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne18 82	28/08/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	82,00	Baixo valor	093/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne19 16	03/09/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	094/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne19 17	03/09/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	100,00	Baixo valor	095/2012
Vicente C. Fernandes	145.760.338-16	12ne19 18	03/09/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	198,75	Baixo valor	096/2012
Sonia R.G.Silva	071.382.668-12	12ne19 32	06/09/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	250,00	Baixo valor	097/2012
Nivaldo Chagas Junior	037.713.878-92	12ne20 43	14/09/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	250,00	Baixo valor	100/2012
Nivaldo Chagas Junior	037.713.878-92	12ne20	14/09/12	339039	Desp.urgentes de	110,00	Baixo valor	101/2012

		44			pronto pagto			
Luiz Vicente de Mello	559.065.918-34	12ne21 49	02/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	102/2012
Luiz Vicente de Mello	559.065.918-34	12ne21 50	02/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	103/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne22 32	04/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	104/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne22 33	04/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	105/2012
Milton João de Castro	045.945.968-60	12ne22 79	09/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	174,65	Baixo valor	106/2012
João Carlos S.Nobre	348.569.512-20	12ne22 87	10/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	89,90	Baixo valor	107/2012
João Carlos S.Nobre	348.569.512-20	12ne22 88	10/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	60,00	Baixo valor	108/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne22 91	10/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	150,00	Baixo valor	109/2012
Aquila A.S.Pantoja	264.553.578-09	12ne22 92	10/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	250,00	Baixo valor	110/2012
Viviani G. Souza	025.034.998-13	12ne22 98	11/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	199,88	Baixo valor	111/2012
Viviani G. Souza	025.034.998-13	12ne23 04	15/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	112/2012
Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne23 23	17/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	127,95	Baixo valor	113/2012

Fernando T.Borini	247.008.188-24	12ne23 24	17/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	120,00	Baixo valor	114/2012
Gilberto I.P.Silva	059.333.758-10	12ne23 37	23/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	150,00	Baixo valor	115/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne23 46	24/10/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	84,80	Baixo valor	116/2012
Adalberto Andrighetti	760.414.928-68	12ne23 47	24/10/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	180,00	Baixo valor	117/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne23 99	07/11/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	120/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne24 61	08/11/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	32,00	Baixo valor	121/2012
Helcio L.Fuziy	064.212.528-77	12ne24 62	08/11/12	339039	Desp.urgentes de pronto pagto	168,00	Baixo valor	122/2012
Fredy Milton Ring	034.782.968-62	12ne24 65	09/11/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	200,00	Baixo valor	123/2012
Reginaldo S.C.Junior	046.267.808-30	12ne24 96	21/11/12	339030	Desp.urgentes de pronto pagto	290,50	Baixo valor	124/2012
					<b>Total Utilizado pela UG</b>			
					<b>Total Utilizado pela UJ</b>			

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200100	Limite de Utilização da UG	30.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antônia Rosa Lopes	31369502168	8.000,00	0,00	6.199,53	6.199,53
Eduardo Venâncio de Camargo	72641550130	1.000,00	0,00	262,70	262,70
Louis Fernando Aldeberto Popov	78695066134	8.000,00	0,00	6.406,54	6.406,54
Maria de Lourdes Albuquerque Paiva	33380848115	5.000,00	1.643,80	3.537,54	4.551,34
Patrícia Otoni Resende	03270314680	5.000,00	880,04	2.257,29	3.137,33
Raquel Costa Ferreira	01690392185	1.000,00	0,00	936,91	936,91
Victor Borges Amâncio	02519650150	5.000,00	1.320,00	3.346,94	4.666,94
<b>Total Utilizado pela UG</b>			3.843,84	22.317,45	26.161,29
Código da UG 2:	200069	Limite de Utilização da UG:	5.000,00		
Fernando Borges de Paiva	040.586.312-87	1.000,00	0	299,68	299,68
Jonas Pinheiro de Souza	277.248.912-49	1.000,00	0	184,25	184,25
Edgar de Oliveira Silva	561.441.992-68	1.000,00	0	871,46	871,46
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0,00	1.355,39	1.355,39
Código da UG 3:	200093	Limite de Utilização da UG:	20.000,00		
Ana Paula Ricardo Montenegro	827.904.934-72	1.890,00	1000,00	0,00	1.000,00
Cícero Tenório da Silva	024.437.554-28	4.140,00	480,00	2.106,94	2.586,94
João Vilela dos Santos Junior	007.415.764-73	3.000,00	1.832,02	0,00	1.832,02
José Tiago Silva de Almeida	208.995.304-78	1.000,00	731,31	0,00	731,31
Rubens Farias Costa	020.869.664-40	1.500,00	480,00	221,14	701,14
Sérgio Mendes Silva	724.348.134-53	1.200,00	223,21	0,00	223,21
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.746,54	2.328,08	7.074,62
Código da UG 4:	200071	Limite de Utilização da UG:	30.000,00		
WAGNY ANDRADE MATOS	031.034.625-81	800,00	160,00	-	160,00
JOSÉ NAZARENO T. DA SILVA	035.583.217-82	2.000,00	560,00	1.421,47	1.981,47
IRINEU MAIA MANFREDO	089.915.102-72	2.000,00	609,70	1.020,00	1.629,70
LUIZ OTÁVIO G. DE SOUZA	135.045.842-20	2.000,00	1.004,40	939,59	1.943,99
VALDER DA S. MONTEFUSCO	273.161.062-04	2.000,00	796,48	1.081,79	1.878,27
HERICKSON BRANDÃO DE OLIVEIRA	407.262.822-00	500,00	320,00	171,00	491,00
FÁBIO COSTA MUNIZ	384.767.202-97	920,00	-	508,54	508,54
SERGIO ROBSON C. DA SILVA	445.112.052-72	2.000,00	1.138,74	781,00	1.919,74
AMYN SALECH PINTO ANTONY	857.258.702-00	1.150,00	60,00	90,00	150,00

JOÃO THIAGO CAVALCANTE	880.881.622-20	1.500,00	250,00	-	250,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.899,32	6.013,39	10.912,71
<b>Código da UG: 5</b>	380005	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>40.000,00</b>	
VILSON DE CARVALHO SENA	51191091287	15.793,00	2.182,00	2.618,96	4.800,96
RENATO TABOSA KOCH COUTINHO	89130600278	4.000,00	195,00	1.210,09	1.405,09
<b>Total Utilizado pela UG</b>			2.377,00	3.828,05	6.206,05
<b>Código da UG 5:</b>	200023	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>5.000,00</b>	
MARCIO ANTONIO FIGUEROA	21465894187	1.000,00	364,90	25,00	389,90
DANIEL RODRIGUES VERAS	69174512153	1.000,00	10,19	280,62	290,81
JEAN CESAR DE SOUSA PADILHA	72138122387	1.000,00	-	544,05	544,05
<b>Total Utilizado pela UG</b>			375,09	849,67	1.224,76
<b>Código da UG: 6</b>	200066	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>30.000,00</b>	
Frederico Diego de Paula	012.081.451-00	0,00	0,00	0,00	0,00
Roberto da Silva	130.303.611-87	10.000,00	5.721,00	3.612,74	9.333,74
Bruno Lemos Lourenço	176.884.398-84	0,00	0,00	0,00	0,00
Júlio Cesar e Silva	193.735.894-15	5.000,00	3.589,58	175,00	3.764,58
Cleide Ramiro dos Santos Rocha	805.989.197-91	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			9.310,58	3.787,74	13.098,32
<b>Código da UG: 7</b>	200038	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>10.000,00</b>	
Farley Juliano Ferreira Sales	4421657654	1.800	0	1.056,14	1.056,14
Marco de Pereira Binda	9002659733	1.200	0	453,57	453,57
Abenilton Hipolito de Araujo Junior	10713512733	1.200	0	34,9	34,9
Moacyr Nascimento Rebelo	77271084720	3.000	0	1.158,05	1.158,05
Pauline Bubach	08340370766	2.400	0	874,11	874,11
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0	3.576,77	3.576,77
<b>Código da UG: 8</b>	200066	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>60.000,00</b>	
ROBERTO DA SILVA	130.303.611-87	20.000,00	5.721,00	3.603,13	9.324,13
JULIO CESAR E SILVA	193.735.894-15	20.000,00	3.589,58	175,00	3.764,58
<b>Total Utilizado pela UG</b>			9.310,58	3.778,13	13.088,71
<b>Código da UG: 9</b>	200040	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>5.000,00</b>	
Márcio Gomes	859309381-72	1.000,00	647,00	53,90	793,90
Ricardo Thomas Kober	914754650-68	1.000,00	0,00	880,90	880,90
<b>Total Utilizado pela UG</b>			647,00	934,80	1.581,80
<b>Código da UG: 10</b>	200064	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>60.000,00</b>	

		UG:			
JULIO CESAR DA SILVA	07061247827	8.000,00	390,00	6.357,68	6.747,68
MARIA C. R. COSTA DA SILVA	14951770253	8.000,00	580,00	6.495,41	7.075,41
LUCIA SATIKO ATAKIAMA	20619138149	1.000,00	370,00	337,77	707,77
DANIELA SAMPAIO DE BARROS	28590662845	5.000,00	1320,00	1.666,52	2.986,52
MARIA JOSE DE MAGALHAES	42989400125	5.000,00	230,00	2.076,54	2.306,54
JOAO BAPTISTA V. JUNIOR	55756000178	20.000,00	4770,00	13.990,24	18.760,24
ALEXSANDRO PEREIRA LEITE	79068871153	5.000,00	1050,00	1.299,76	2.349,76
JORGE ANDRE SCHNEIDER	90795075120	8.000,00	910,00	4.469,64	5.379,64
<b>Total Utilizado pela UG</b>			9.620,00	36.693,56	46.313,56
<b>Código da UG: 11</b>	200035	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>60.000,00</b>	
ALAN JULIUS NAVARRO	060.265.386-07	3.085,00	--x--	555,70	555,70
ALFREDO ANTÔNIO DA SILVA	409.124.426-20	1.424,24	--x--	812,39	812,39
ANDRÉ G. GOMES. DO AMARAL	822.942.406-34	7.626,00	--x--	1.382,77	1.382,77
ANTÔNIO ROCHA NETO	056.824-916-02	2.000,00	--x--	40,00	40,00
BIANCA DE MATOS A. BARROSO	086.546.947-42	687,00	--x--	439,85	439,85
BRASDEMIR RODRIGUES SANTANA	338.678.366-04	5.796,00	--x--	879,95	879,95
CARLOS ALBERTO DAS N. FILHO	876.524.456-00	2.000,00	--x--	42,00	42,00
CANRLOS ANTÔNIO DE SOUZA	740.214.006-72	877,00	--x--	291,94	291,94
CARLOS H. DE SOUZA MOREIRA	702.157.586-68	2.000,00	129,00	93,00	222,00
FABIANA DE LIMA MARTINS	080.844.577-48	4.263,00	--x--	2.056,00	2.056,00
FERNANDO CESAR DE S. LIMA	334.450.016-34	1.200,00	195,00	145,00	340,00
FLÁVIA BOROSS Q. CAIIFA	048.717.486-00	1.213,00	130,00	1.081,55	1.211,55
GRACIELE CRISTINA CHAVES	045.677.006-27	2.000,00	97,00	146,28	243,28
HERBERT PEREIRA BRAGA	457.874.843-04	1.457,00	--x--	243,00	243,00
HUMBERTO ALVES	296.254.246-87	4.660,00	240,00	610,40	850,40
KARINA DE SOUZA ELER	878.790.186-20	2.127,00	1.228,30	764,59	1.992,89
KARINA EL-CORAB TROTTA LARA	993.034.266-49	2.000,00	110,00	159,70	269,70
MARCELINO OLIVEIRA SILVA	882.758.766-72	3.527,00	1.412,10	218,09	1.630,19
MARCELO RIBEIRO MOTTA	033.940.276-82	857,00	198,40	43,00	241,40
MÁRCIA HELENA FRANCISCO	517.519.176-49	1.010,00	--x--	287,50	287,50
MARCOS DA SILVA GERALDO	484.978.606-59	2.178,00	632,61		632,61
RODRIGO O. DA SILVA HORTA	003.363.746-66	1.460,00	440,00	209,67	649,67
VICTOR BARBOSA DUTRA	011.127.885-65	3.000,00	300,00	42,00	342,00
WILSON AKIO TAKEUTI	047.795.108-21	3.875,00	270,00	1.265,90	1.535,90
<b>Total Utilizado pela UG</b>			5.382,41	11.810,28	17.192,69
<b>Código da UG: 12</b>	200075	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>20.000,00</b>	
CARLA DANIELE LEONCIO MORAES	00110562151	4.991	940	1.579	2.519

JOANICE CORREA PACHECO GARCIA	10754164268	6.721	660	1.196	1.855
FABIO JOSE BRAGA MARTINS	18454704272	4.651	608	0,00	608
MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA COELHO	24321354234	819	90	0,00	90
VALTINHO RIBEIRO DOS SANTOS	26914832234	1.500	360	141	501
CLODOALDO ANTONIO DA SILVA CAVALCANTE	33850011291	8.432	580	1.417	1.997
CLOVIS LOUREIRO DA SILVA	37263544253	2.350	290	557	848
EGLIS LEAL DE MELO	56141076220	8.787	370	922	1.292
SAVIO COSME VASCONCELOS BARROS	57784957220	11.786	384	315	698
MESSIAS JOSE AMADOR DO NASCIMENTO	83493956215	2.321	527	885	1.413
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.809	7.012	11.821
<b>Código da UG: 13</b>	200087	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>50.000,00</b>	
LEONARDO MOTA MEIRA	85499200459	4.000	366	188	554
LEONALDO DE SOUSA SIMOES	51921340487	26.000	990	5.771	6.761
JOSE PEREIRA DOS SANTOS	84532220882	8.000	841	1.070	1.911
GRACE GALVAO RIBEIRO	75944758449	8.000	205	1.245	1.450
<b>Total Utilizado pela UG</b>			2.402	8.274	10.676
<b>Código da UG: 14</b>	2000085	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>20.000,00</b>	
RODRIGO AKIRA YAMASHITA	02021423964	12.000,00	2.223,27	2.308,62	4.531,89
LAELSON DE MELO AZEDO FILHO	03037386428	3.600,00	0,00	297,40	297,40
PAULO RICARDO SANTOS E ARAUJO	03445548480	3.600,00	200,00	631,66	831,66
IREVAL NASCIMENTO DE CARVALHO	04189408867	3.600,00	150,00	359,03	509,03
LUIZ HENRIQUE ALVES LOPES	15314928191	12.000,00	453,40	1.287,70	1.741,10
SAADIA DE FARIAS LOBO DA COSTA	84779365368	3.600,00	182,64	414,29	596,93
<b>Total Utilizado pela UG</b>			3.209,31	5.298,70	8.508,01
<b>Código da UG: 15</b>	200090	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>10.000,00</b>	
André Filipe Albuquerque de Andrade	052.912.114-07	1.000,00	0,00	324,99	324,99
Fernando Augusto Mendes da Silva	919.358.904-25	1.000,00	0,00	248,90	248,90
Ilton da Costa Lagedo	342.239.164-91	2.000,00	0,00	1.719,67	1.719,67
Iraíde Bezerra Silva Vieira de Oliveira	134.856.794-53	1.000,00	0,00	79,99	79,99
Ivson Feitosa de Oliveira Lima	026.859.384-19	1.000,00	350,00	250,00	600,00
Lucas Leal Saraiva	086.299.204-40	1.000,00	0,00	774,95	774,95
Paula Patrícia da Cunha Malta	986.898.354-15	1.000,00	0,00	879,42	879,42

Roberto Silva de Medeiros	708.431.984-00	1.000,00	100,00	592,05	692,05
Rocsmery de Brito dos Santos	236.312.952-00	1.000,00	0,00	255,98	255,98
<b>Total Utilizado pela UG</b>			450,00	5.125,95	5.575,95

<b>Código da UG: 16</b>	200080	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>20.000,00</b>	
Adriana Maria Lima de Paula	513.034.506-15	5.000,00	3401	701,68	4.102,68
Daniel Moura de Abreu	834.609.933-91	1.000,00	663,8		663,8
Agnaldo Araújo Soares	343.026.113-91	1.000,00	117,25		117,25
Fernando Antônio de Brito Nery	261.683.164-34	2.000,00	1.515,17		1.515,17
Luciano Moura Santos	003.024.563-09	3.000,00	2147,6		2.147,6
<b>Total Utilizado pela UG</b>			7.844,82	701,68	8.546,50

<b>Código da UG: 17</b>	200053	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>20.000,00</b>	
ALBERTO LORENO FRACASSO	03303286973	300	34,00	119,50	153,50
ALLAN KARDEC P. DE CARVALHO	02321292407	1750	0,0	207,04	207,04
CLAUDIA MARY SHIOZAWA	03304996966	750	80,00	165,60	245,60
DAMARIO BARBARA DA SILVA	55526055949	1200	350,00	206,92	556,92
EDER DOS SANTOS BUENO	60460253972	2400	265,00	43,04	308,04
EDILSON REGINALDO S. TIRADENTES	67011756949	1200	0,0	968,69	968,69
GERIMARIO DE SOUSA MOURA	21853660841	2300	740,00	290,00	1.030,00
HENRIQUE CEZAR MARTINS LEONCIO	00544288904	1800	0,00	705,08	705,08
JOSÉ ANTONIO TASSI	53069862934	1500	90,00	282,87	372,87
MAIRON LUCAS BASNIAK	92498981934	2400	35,00	0,0	35,00
MARCELO DE SOUSA PINTO	65100395915	1500	125,00	285,58	410,58
MARLENE BENVENHO	83639721934	1500	0,00	661,12	661,12
PAULA SASAKI	00665621981	1200	87,30	0,0	87,30
RUBEN ANDRE CONS JUNIOR	18432441953	3200	132,00	1.019,35	1.151,35
SIDNEI DA CRUZ BONFIM	59085371104	1450	60,00	180,47	240,47
SILVANA SOUZA DA SILVA	92573673987	2750	130,00	262,33	392,33
WESLEY PEREIRA RESENDE	97825077920	1500	89,30	241,30	330,60
WILSON JOSE DEMORI	83404490959	2300	755,00	384,50	1.139,50
<b>Total Utilizado pela UG</b>			2.972,60	6.023,39	8.995,99

<b>Código da UG: 18</b>	200043	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>50.000,00</b>	
Rubem Tostes Pereira	90315189720	2.000,00	-	1.170,26	1.170,26
Anderson Souza dos Santos	07446298707	1.000,00	-	435,00	435,00
Ulisses Manhães da Silva	07219991746	1.000,00	-	840,82	840,82
Márcio Luís Thomaz Badini	06567607882	1.000,00	-	650,25	650,25
Anicélio Tavares Martins	39749770749	2.000,00	-	1.221,40	1.221,40
Jefferson Mello de Castro	02307035770	1.000,00	-	411,60	411,60
Luciana Pereira Paschoal	07868548711	1.000,00	-	66,11	66,11
Paulo Roberto da Silva Vidal	03215018705	3.000,00	-	2.907,49	2.907,49

Paulo Ferreira Maia	35204354700	5.000,00	-	3.991,14	3.991,14
Fernando Houaiss Concentino	96265485768	1.000,00	-	354,30	354,30
Carlos Eduardo Ribeiro Maciel	02663162710	1.000,00	-	964,59	964,59
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0,00	13.012,96	13.012,96

<b>Código da UG: 19</b>	200046	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>40.000,00</b>	
BRUNA TREVISAN FERREIRA	05958821610	2.000,00	-	486,50	486,50
PERO JOSE FERREIRA DE ARAUJO	13865358268	2.000,00	80,00	954,05	1.034,05
SEBASTIAO CARVALHO DE SOUZA NET O	14278030215	2.000,00	-	2.064,02	2.064,02
EDSON LUIZ MATEUS	22536000915	2.000,00	0,00	1.190,64	1.190,64
DANIEL ARAGAO DA SILVA	67387560200	2.000,00	1.030,00	3.237,32	4.267,32
CLEOMAR LUIZ SAUSEN	98102370904	2.000,00	45,00	785,00	830,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			1.155,00	8.717,53	9.872,53

<b>Código da UG: 20</b>	380006	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>25.000,00</b>	
EMERSON WILSON DOS SANTOS PAZ	868.601.863-72	7.730,00	1.080,00	4.349,22	5.429,22
FRANCISCO AURISBERTO ALVES TEIXEIRA	644.368.532-68	10.240,00	2.010,50	7.732,48	9.742,98
SAMUEL PAULO FERREIRA	552.631.277-15	2.393,00	300,00	1.104,26	1.404,26
TALLES OBEDE ALVES	446.613.632-72	1.390,00	0,00	988,69	988,69
ADAILTON DUARTE DE LIMA	042.704.442-15	3.096,00	740,00	2.417,15	3.157,15
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.130,50	16.591,80	20.722,30

<b>Código da UG: 21</b>	200058	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>15.400,00</b>	
Valesca Barreto	019069559-56	500,00	0,00	417,43	417,43
Marcos Aurélio Ricardo	027409309-09	500,00	94,00	405,74	499,74
Gerusa Marta Sintlinger	709968819-72	250,00	38,00	203,05	241,05
Adriano Bernardi Pereira Duarte	933306500-87	2.500,00	68,00	2.404,88	2.472,88
Viviane de Souza Andreatta	716915100-68	400,00	40,00	305,61	345,61
Marcos Antônio Squizzato de Oliveira	547793919-20	1.100,00	0,00	1.100,00	1.100,00
Vitor Hugo Garcia	037485469-63	600,00	0,00	584,79	584,79
Hercílio Orestes de Souza e Oliveira	776828669-34	500,00	0,00	462,68	462,68
Paulo Henrique Correa de Moura	937002100-00	100,00	37,00	52,39	89,39
Marcio Francesco dos Santos Ferreira	141693378-67	1.300,00	343,62	916,97	1.260,59
Adriana Fernandes Goes	563067251-72	700,00	105,00	587,25	692,25
Enio Schaucoski	601070229-15	1.100,00	75,00	1.022,45	1.097,45
Harley Anderson dos Santos	817265389-15	600,00	0,00	527,97	527,97
Cassiano Denis Litwin	008191179-35	300,00	0,00	299,50	299,50
Willian Savi	822058099-20	2.000,00	290,00	1.549,74	1.839,74
Cairo Henkels	674635179-34	800,00	42,00	749,03	791,03
Celso Silveira	556801609-78	150,00	106,55	41,95	148,50

Carolina Ferreira Guimarães	037213929-90	200,00	0,00	155,95	155,95
Elena Muller	496757880-20	600,00	0,00	557,29	557,29
Sérgio Luiz de Aguiar	378019379-53	1.000,00	0,00	889,46	889,46
Igor Alves dos Santos	220781438-63	200,00	10,00	170,06	180,06
<b>Total Utilizado pela UG</b>			1.249,17	13.404,19	14.653,36
<b>Código da UG: 22</b>	200022	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>17.000,00</b>	
ARTHUR ALMEIDA PASSOS	026.894.785-60	2.000,00	453,72	662,92	1.116,64
EDILBERTO GEAN DA SILVA CARVALHO	574.457.455-72	7.000,00	2.457,39	2.180,71	4.659,01
EVERALDO BEZERRA DE ALBUQUERQUE JUNIOR	901.144.185-00	2.000,00	829,98	1.095,13	1.939,28
MANOEL FELIPE MESQUITA DE ALBUQUERQUE	714.281.434-91	4.000,00	1.426,97	1.908,43	3.351,15
PEDRO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR	815.730.305-20	2.000,00	200,00	1.146,94	1.346,94
<b>Total Utilizado pela UG</b>			375,09	849,67	12.224,76
<b>Código da UG: 23</b>	200201	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>200.000,00</b>	
Crisna de Freitas	195.837.451-20	25.000	0	498	498
Paulino Pereira da Silva	317.230.552-04	30.000	0	256	256
Valber Ferreira de Almeida	394.447.243-87	30.000	4.475	8.396	12.871
Wellington Antenor de Souza	805.504.796-00	30.000	150	350	500
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.625	9.500	14.125
<b>Código da UG: 24</b>	200208	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>20.000,00</b>	
EDUARDO ARAÚJO SOARES	587.603.341-34	2.000	0	1.946	1.946
JUAREZ ANDRÉ FREITAS LUSTOSA	022.252.051-59	3.500	0	1.339	1.339
RENATO JORGE VILELA DIAS	563.831.891-15	1.500	0	1.360	1.360
FELIPE EUGENIO O.VAZ SAMPAIO	011.181.571-17	3.000	0	1.994	1.994
MARIANA ARAÚJO VIANA	006.421.461-36	1.000	0	925	925
HUDSON ALVES DA SILVA	358.870.441,87	2.860	0	1.352	1.352
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0	8.916	8.916
<b>Código da UG: 25</b>	200045	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>2.000,00</b>	
Leonardo Augusto Abreu de Souza	07390296739	800,00	356,00	617,00	973,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			356,00	617,00	973,00
<b>Código da UG: 26</b>	200204	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>30.000,00</b>	
César do Nascimento	023.263.127-16	8.000,00	0,00	3.087,22	3.087,22
Fábio Antonio Lopes dos Santos Martins	252.637.298-47	8.000,00	0,00	4.427,88	4.427,88

Silvia Kazumi Kumoto Fukuoka	268.021.378-52	6.000,00	0,00	444,22	444,22
Wagner Andrade de Almeida	010.538.298-17	2.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0,00	7.959,32	7.959,32
<b>Código da UG: 27</b>	200102	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>40.000,00</b>	
REJANE TEREZINHA FORMIGHIERI	213.131.990-87	R\$ 9.500,00	R\$ 60,00	R\$ 2.262,85	R\$ 2.322,85
JORGE JUAN PORTELLA LEQUES	237.036.280-49	R\$ 6.600,00	R\$ 945,85	R\$ 923,70	R\$ 1.869,55
ERWIN KLOHS FILHO	293.032.140-72	R\$ 8.000,00	R\$ 790,00	R\$ 2.852,06	R\$ 3.642,06
LUIS HENRIQUE WASILEWSKI	579.696.710-04	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JULIANO ALVES CANTINI	801.579.630-04	R\$ 8.600,00	R\$ 168,60	R\$ 920,38	R\$ 1.088,98
<b>Total Utilizado pela UG</b>			R\$ 1.964,45	R\$ 6.958,99	R\$ 8.923,44
<b>Código da UG: 28</b>	200207	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>10.000,00</b>	
RICARDO CESAR DE MELO	024.622.564-58	R\$ 1.000,00	555,00	0	555,00
AUREA FREIRE AMORIM MUNIZ	179.121.994-20	R\$ 1.000,00	160,00	100,09	260,09
JOSE JODEILSON GOMES DE ANDRADE	428.111.714-87	R\$ 2.000,00	370,00	1.446,61	1.816,61
DOUGLAS GALENO DA SILVA	460.322.824-49	R\$ 1.000,00	0	98,77	98,77
RENATO DE MORAES CHAVES	832.343.734-34	R\$ 1.000,00	0	651,98	651,98
<b>Total Utilizado pela UG</b>			1.085,00	2.297,45	3.382,45
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>82.803,38</b>	<b>220.903,48</b>	<b>303.706,86</b>

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	207	98.138	637	82.803	861	220.903	401.844
2011	237	108.520	758	97.579	820	202.129	408.229
2010	265	104.785	658	94.493	265	179.014	378.293

Fonte:

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	120	18.987,60	133	21.359,72	162	25.422,01	23	26.221,29	0	0	0	0

Fonte:

## VI – ITEM 6 DA PARTE “A”

### 6.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>9483</b>	<b>9402</b>	<b>938</b>	<b>671</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1085	950	68	15
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8398	8452	870	656
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8398	8237	798	583
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	5	3	14
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	210	69	59
<b>1. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>424</b>	<b>135</b>	<b>113</b>
<b>3. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>9483</b>	<b>9826</b>	<b>1073</b>	<b>784</b>

Fonte:

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>67</b>
Exercício de Cargo em Comissão	35
Exercício de Função de Confiança	32
Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	Art. 84 § 2º da Lei 8.112/90 (1) e Art. 93 II Lei 8112/90 c/c art. 2º da Lei 6.999/82(1)
<b>Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>4</b>
Para Exercício de Mandato Eletivo	0
Para Estudo ou Missão no Exterior	4
Para Serviço em Organismo Internacional	0
Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>36</b>
De Ofício, no Interesse da Administração	4
A Pedido, a Critério da Administração	28
A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3

A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>3</b>
Doença em Pessoa da Família	1
Capacitação	2
<b>Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>50</b>
Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	14
Serviço Militar	0
Atividade Política	0
Interesses Particulares	34
Mandato Classista	2
<b>Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>160</b>

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>Cargos em Comissão</b>	<b>1327</b>	<b>1274</b>	<b>186</b>	<b>654</b>
Cargos Natureza Especial				
Grupo Direção e Assessoramento Superior				
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		820	123	383
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
Servidores de Outros Órgãos e Esferas		73	14	73
Sem Vínculo		381	49	198
Aposentados				
<b>Funções Gratificadas</b>	<b>2699</b>	<b>2591</b>	<b>187</b>	<b>1442</b>
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		2431	176	1360
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
Servidores de Outros órgãos e Esferas		119	10	69
Sem vínculo		41	1	13
<b>Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>4026</b>	<b>3865</b>	<b>373</b>	<b>2096</b>

Fonte:

Obs.: Das funções gratificadas tem 42 com servidores sem vínculo, sendo 41 com lotação efetiva e 1 ingresso no exercício. ( o valor total das funções já está com esse quantitativo ).

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>1798</b>	<b>3736</b>	<b>2533</b>	<b>967</b>	<b>153</b>
Membros de Poder e Agentes Políticos	48	431	298	121	52
Servidores de Carreira	1750	3305	2235	846	101
Servidores com Contratos Temporários					

<b>Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>227</b>	<b>151</b>	<b>111</b>	<b>90</b>	<b>38</b>
Cargos de Natureza Especial					
Grupo Direção e Assessoramento Superior	212	117	62	44	18
Funções Gratificadas	15	34	49	46	20
<b>Totais (1+2)</b>	<b>2025</b>	<b>3887</b>	<b>2644</b>	<b>1057</b>	<b>191</b>

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>62</b>	<b>1249</b>	<b>4821</b>	<b>2760</b>	<b>246</b>	<b>25</b>
Membros de Poder e Agentes Políticos						945		5	
Servidores de Carreira			24	62	1249	3876	2760	241	25
Servidores com Contratos Temporários									
<b>Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>89</b>	<b>509</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Cargos de Natureza Especial									
Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		22	422	7	1	
Funções Gratificadas			2	5	67	87	3		
<b>Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>67</b>	<b>1338</b>	<b>5330</b>	<b>2770</b>	<b>247</b>	<b>25</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

- 1 - Analfabeto;
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
- 3 - Primeiro grau incompleto;
- 4 - Primeiro grau;
- 5 - Segundo grau ou técnico;
- 6 - Superior;
- 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
- 8 – Mestrado;
- 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
- 10 - Não Classificada.

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012	260.768.233,18	191.847,32	21.702.710,93	14.240.428,35	14.432.616,92	3.609.082,82	15.864.728,59	44.793.701,13	-	375.603.349,24
	2011	256.914.050,28	205.669,34	21.683.683,26	14.428.778,19	10.313.047,99	4.086.354,52	15.975.721,62	20.700.839,61	-	344.308.144,81
	2010	266.123.969,51	133.369,79	22.870.209,25	13.788.156,28	13.653.974,85	3.824.422,16	15.752.436,91	16.320.066,44	9.000,00	352.475.605,19
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	317.945.154,51	2.380.992,24	39.969.273,85	25.484.575,03	37.364.214,36	1.061.278,05	282.649,93	2.531.031,41	5.407,20	427.024.576,58
	2011	355.132.679,01	2.218.800,26	45.394.696,87	30.433.400,59	42.668.550,69	1.298.543,37	209.732,67	8.313.535,64	20.304,45	485.690.243,55
	2010	374.165.000,35	3.818.827,79	47.697.518,49	34.623.294,56	49.411.758,73	1.907.476,31	287.777,74	4.376.254,26	32.725,68	516.320.633,91
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	12.782.632,22	522.728,27	1.464.049,85	1.236.793,68	1.042.560,17	71.362,86	113.966,27	63.428,85	-	17.297.522,17
	2011	12.195.362,51	551.286,26	1.360.913,00	1.227.729,26	1.028.050,72	61.117,92	72.841,88	776.834,43	-	17.274.135,98
	2010	15.388.553,90	550.807,36	2.040.316,41	1.727.469,57	1.619.771,31	56.097,68	134.201,67	567.369,36	-	22.084.587,26
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										

**Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior**

Exercícios	2012	66.602.478,25	46.412.932,58	9.604.213,11	7.756.307,71	8.801.494,72	518.903,58	52.458,00	404.511,93	-	140.153.299,88
	2011	68.093.091,82	49.234.952,84	10.059.362,17	7.983.744,72	9.657.500,80	424.243,83	57.406,36	3.823.247,67	-	149.333.550,21
	2010	70.716.413,45	53.463.017,83	10.693.936,89	9.150.472,88	11.990.799,90	372.667,48	55.200,95	1.906.806,96	-	158.349.316,34

**Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas**

Exercícios	2012	181.256.499,76	38.413.677,16	18.959.718,67	16.605.886,97	21.714.199,96	808.554,20	42.935,56	512.094,24	-	278.313.566,52
	2011	181.063.284,85	38.515.386,99	19.239.032,28	18.100.895,47	22.686.145,00	899.893,33	19.593,57	6.230.496,40	2.658,86	286.757.386,75
	2010	179.455.256,84	37.444.202,36	19.061.574,31	19.322.714,46	25.235.137,04	1.015.496,32	17.021,55	2.737.136,97	-	284.288.539,85

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>Integral</b>	<b>145</b>	<b>61</b>
Voluntária	60	57
Compulsória	3	0
Invalidez Permanente	82	4
Outras	0	0
<b>Proporcional</b>	<b>192</b>	<b>9</b>
Voluntária	127	1
Compulsória	7	0
Invalidez Permanente	58	8
Outras	0	0
<b>Totais (1+2)</b>	<b>337</b>	<b>70</b>

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>Aposentado</b>	<b>399</b>	<b>9</b>
Integral	382	9
Proporcional	17	0
<b>Em Atividade</b>	<b>104</b>	<b>5</b>
<b>Total (1+2)</b>	<b>503</b>	<b>14</b>

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	(1)725	(1)649	(2)664	(2)660
Concessão de aposentadoria	69	75	69	78
Concessão de pensão civil	15	24	12	20
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	50	4	50	5
<b>Totais</b>	<b>859</b>	<b>752</b>	<b>795</b>	<b>763</b>

(1) os valores refletem o ocorrido no período de 01/01 a 31/12 de cada exercício

(2) os valores refletem o ocorrido no exercício

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	(1)284	(1)256	(2)296	(2)360
Cancelamento de concessão	0	1	0	1
Cancelamento de desligamento	6	6	6	6
<b>Totais</b>	<b>290</b>	<b>263</b>	<b>302</b>	<b>367</b>

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	391	334	0	0
Concessão de aposentadoria	0	42	9	2

Concessão de pensão civil	2	9	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	35	5	1
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>420</b>	<b>15</b>	<b>3</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	284	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	1
Cancelamento de desligamento	6	0	0	0
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	182	55	0	0
Concessão de aposentadoria	14	16	0	0
Concessão de pensão civil	9	11	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	4	1	0	0
<b>Totais</b>	<b>209</b>	<b>83</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 6.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SA)													
UG/Gestão: 200100						CNPJ: 26.989.715/0050-90							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	20/2009	AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA (03.602.646/0001-37)	01/04/2009	31/09/2012	Formação de vigilância.						E
2012	V	O	22/2012	AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA (03.602.646/0001-37)	20/07/2012	19/07/13	Formação de vigilância.						A
2009	L	O	77/2009	CIDADE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA (26.414.755/0001-26)	11/5/2009	10/05/13	Não há exigências.						P

### LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE (PR/AC)**

UG/Gestão: 200069

CNPJ: 26.989.715-17

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	005/2008	08.785.473/0001-53	01/12/08	30/11/13	1	1					P
2011	L	O	001/2011	01.175.513/0001-04	11/04/11	10/04/13	2	2					P
2011	V	O	007/2011	02.764.609/0001-62	21/12/11	20/12/13	8	8					P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS (PR/AL)**

UG/Gestão: 200093

CNPJ: 26.989.715/0007-06

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	L	O	06/2011 serviços de limpeza e conservação	07.185.730/0001-53	10/07/2011	09/07/2012	07	07							E
2012	L	O	02/2012 serviços de limpeza e conservação	00.977.166/0001-62	10/07/2012	09/10/2012	07	07							E
2012	L	O	04/2012 serviços de limpeza e conservação	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	14	14							A
2010	V	O	12/2010 serviços de vigilância para os prédios da PR/AL e	11.179.264/0007-66	20/11/2010	19/11/2013	29	29							P

			PRM Arapiraca										
--	--	--	---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS (PR/AM)**

UG/Gestão: 200071 / 00001

CNPJ: 26.989.715/0008-89

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	12/2008	08.342.262/0001-46	30/05/2008	08/06/2013	13	13					P
2009	V	O	07/2009	08.342.262/0001-46	19/02/2009	19/02/2013	09	09					P
2008	L	O	11/2008	07.783.832/0001-70	16/12/2008	15/12/2013	06	06					P
2010	L	O	06/2010	09.493.146/0001-90	31/05/2010	31/05/2013	02	02					P

2012	V	O	06/2012	62.541.735/0001 -80	06/12/2012	06/12/2013	03	03						P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** GESTÃO DE CONTRATOS PR-AM

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAPÁ (PR/AP)**

UG/Gestão:380005

CNPJ:26.989.715/0009-60

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	L	O	02/2008	I.M.P DA SILVA 06.119.287/0001 -50	26/05/2008	26/05/2013		03			05			A
		O	04/2012	VIGEX Vigilância e	01/08/2012	31/07/2013					10			A

2012	V			Segurança LTDA. 12.753.624/0001 -69										
------	---	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Coordenadoria de Administração/Setor de Serviços Gerais/Procuradoria da República no Amapá

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA (PR/BA)**

UG/Gestão: 200031

CNPJ: 26.989.715/0010-01

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	33/2011	10.014.549/0001-99	06/01/2012	05/01/2014			84	80			P
2011	V	O	35/2011	10.014.549/0001-99	06/01/2012	05/01/2014			4	4			P
2011	L	O	19/2011	04.208.067/0001-77	06/07/2011	05/07/2013			20	20			P
2010	L	O	12/2010	<b>09.135.406/0001-56</b>	02/02/2011	01/02/2012			9	9			E
2012	L	O	11/2012	09.504.335/0001-11	20/03/2012	19/03/2013			9	9			A

2012	L	O	23/2012	09.504.335/0001-11	29/10/2012	28/10/2013			2	2			A
2009	V	O	28/2009	05.913.326/0001-23	30/11/2009	06/01/2012			59	59			E
2010	V	O	16/2010	05.913.326/0001-23	09/03/2010	06/01/2012			8	8			E
2010	V	O	29/2010	05.913.326/0001-23	25/08/2010	06/01/2012			17	17			E

**Observações:** Houve redução na quantidade de postos do Contrato 33/2011 em virtude da devolução do edifício anexo à antiga sede da Unidade.

#### **LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

#### **Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ (PR/CE)**

UG/Gestão: 200082

CNPJ: 26.989.715/0011-84

#### **Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	17/2010	Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda. (06.234.467/0001-82)	13 10 2010	12 10 2013	-	10	-	2	-	-	P
2011	L	O	10/2011	Clean Serv. Terceirização de Mão de Obra Ltda.	09 10 2011	08 10 2013	2	2	-	-	-	-	P

				(05.856.074/0001-48)									
2011	V	O	12/2011	Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda. - EPP (04.808.914/0001-34)	05 12 2011	04 12 2013	-	6	-	31	-	1	P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Contratos Administrativos – NCAMP-CA-PR/CE

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL (PR/DF)

**UG/Gestão:** 200023/00001

**CNPJ:** 26.989.715/0012-65

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	37/2009	04.689.445/0001-81 (MULTSERV)	01/01/2010	31/12/2013	29	29	00	00	00	00	P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Planilhas e Contratos da PR-DF, constantes da rede interna da PR/DF

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO (PR/ES)**

UG/Gestão: 20038/00001

CNPJ: 26.989.715/0013-46

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	L	O	01/2010	27.436.815/0001-74	01/01/10	31/12/13									P
2011	V	O	07/2011	32.401.341/0001-65	31/08/11	30/08/13									P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS (PR/GO)**

UG/Gestão:200066/00001

CNPJ:26.989.715/0014-27

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	18/2008	04.701.639/0001 -55	30/06/2008	29/06/2013			33	33			P
2008	V	O	17/2008	04.701.639/0001 -55	27/06/2008	26/06/2012			5	5			E
2012	V	O	19/2012	03.154.566/0001 -66	14/09/2012	14/09/2013			8	8			A
2008	V	O	16/2008	04.701.639/0001 -55	28/06/2008	25/06/2013			8	8			P
2010	L	O	13/2010	11.507.596/0001 -37	23/08/2010	22/08/2013	23	23					P
2008	L	O	20/2008	08.879.440/0001 -72	29/09/2008	28/09/2012	1	1					E
2012	L	O	17/2012	00.192.886/0001 -12	12/09/2012	03/12/2012	2	2					E
2012	L	E	26/2012	11.818.190/0001 -75	03/12/2012	03/03/2013	2	2					A

2007	L	O	07/2007	04.829.840/0001 -12	29/03/2007	28/09/2012	1	1					E
2012	L	O	21/2012	00.192.886/0001 -12	26/09/2012	03/12/2012	2	2					E
2012	L	E	27/2012	11.818.190/0001 -75	03/12/2012	03/03/2013	2	2					A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO (PR/MA)**

UG/Gestão: 200078

CNPJ:

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	E	05/2012	SH VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA 11.029.232/0001-99	17/12/2012	16/03/2013			04	04			A

2012	L	E	10/2012	SEITON SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA 10.295.964/0001-68	05/12/2012	04/03/2013			09	09			A
2011	V	O	06/2011	SH VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA 11.029.232/0001-99	01/06/2011	31/05/2013			14	14			P
2011	V	O	07/2011	MAFRA – SEGURANÇA PRIVADA LTDA 11.029.232/0001-99	01/06/2011	31/05/2013			8	8			P
2011	V	O	08/2011	CET - SEG SEGURANÇA ARMADA LTDA	01/06/2011	31/05/20130			4	4			P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Portal Transparência da PR/MA

**Unidade Contratante**Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (PR/MS)**

UG/Gestão: 200040

CNPJ: 26.989.715/0017-70

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	01/2009	02.401.411/0001-14	02/01/09	31/12/13	18	18					P
2011	V	O	01/2011	37.572.849/0001-40	01/01/11	31/12/12	30	30					E

**LEGENDA****Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Fonte:** Contratos PR/MS

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS (PR/MG)**

UG/Gestão: 200035

CNPJ: 26.989.715/0016-99

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	17/2011	TBI Segurança Ltda. (07.534.224/0001-22)	01/08/12	31/07/13		X					A
2010	L	O	14/2010	Trevoservis Ltda. (05.296.914/0001-65)	01/09/12	31/08/13	X						P

**Observações:**

- 1) No contrato de Vigilância (TBI), além do ensino fundamental é exigido Curso profissionalizante de vigilância armada reconhecido por órgão competente.
- 2) No contrato de Conservação e Limpeza (Trevoservis) é exigido comprovante mínimo de saber ler e escrever para as funções de servente, encarregado, auxiliar de serviços gerais e jardinagem.
- 3) Os contratos de Conservação/Limpeza e Vigilância são unificados para o estado, ou seja, uma única empresa (para cada contrato) atende a sede da PRMG (Belo Horizonte), as 13 unidades municipais e atenderá às 3 unidades municipais em implantação.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestão de Contratos da PR/MG

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ (PR/PA)**

UG/Gestão: 200075

CNPJ:26.989.715/0019-31

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	08/PRM-Altamira	08.064.978/0001-29	12/11/2007	04/11/2011	1	1					E
2007	L	O	10/PRM/Santarém	08.064.978/0001-29	04/12/2007	03/11/2012	2	2					E
2009	L	O	09/PR-PA	10.450.194/0001-80	14/09/2009	13/09/2013	3	3					A
2011	L	O	04/PRM/Marabá	06.028.733/0001-10	11/10/2012	10/10/2013	3	3					A
2012	L	O	05/PRM-Redenção	06.028.733/0001-10	23/07/2012	23/09/2013	1	1					A
2012	L	E	09/PRM/Paragominas	06.028.733/0001-10	04/11/2012	03/01/2013	1	1					A
2010	V	O	05/PRM/Altamira	09.211.205/0001-90	22/11/2010	21/11/2012			4	4			A
2010	V	O	06/PRM/Marabá	09.211.205/0001-90	29/11/2010	28/11/2012			4	4			A
2011	V	O	01/PRM/Santarém	09.211.205/0001-90	21/07/2011	21/07/2012			4	4			A
2011	V	O	08/PR-PA	09.211.205/0001-90	01/12/2011	30/11/2012			18	18			A
2012	V	O	03/PRM/Redenção	09.211.205/0001-90	23/07/2012	23/07/2013			4	4			A
2012	V	O	04/PRM/Paragominas	09.211.205/0001-90	06/08/2012	06/08/2013			4	4			A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA (PR/PB)**

UG/Gestão:200087/00001

CNPJ:26.989.715/0020-75

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
					Início	Fim							
2007	V	O	01/2007	02.322.136/0001-43	19/01/07	18/01/12		06					E
2007	V	O	07/2007	02.322.136/0001-43	01/07/07	30/06/12		16					E
2010	V	O	04/2010	02.322.136/0001-43	01/02/10	31/01/13		08					P
2010	L	O	05/2010	04.427.309/0001-13	01/02/10	31/01/12		02					P
2011	L	O	05/2011	35.519.164/0001-04	04/07/11	03/07/13		7					P
2012	V	O	05/2012	02.322.136/0001-43	19/01/12	30/06/12		02					E
2012	V	O	09/2012	02.322.136/0001-43	01/07/2012	30/06/13		18					A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO (PR/PE)**

UG/Gestão: 200090/00001

CNPJ: 26.989.715/0021-56

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	13/2011	HISTER HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA ME CNPJ: 70.244.082/0001-03	15/04/2011	14/04/2013	X							p
2011	V	O	35/2011	E & S SEGURANÇA LTDA – ME CNPJ: 04.896.282/0001-08	01/01/2012	31/12/2012			X					A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ (PR/PI)**

UG/Gestão: 200080/00001

CNPJ: 26.989.715/0022-37

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	16/2009	10.820.620/0001-20	10/12/2009	09/12/2013								A
2011	V	O	01/2011	10.674.819/0001-98	10/01/2011	09/01/2014								A
2011	V	O	08/2011	10.674.819/0001-98	21/07/2011	20/07/2013								A
2011	L	O	10/2011	10.820.620/0001-20	01/08/2011	31/07/2013								A

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ (PR/PR)**

UG/Gestão: 200053

CNPJ: 26.989.715/0023-18

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	156/2009	World Serv Serviços de Limpeza e Conservação (09.431.870/0001-90)	25/05/09	30/04/12	13	13					E
2010	L	O	180/2010	Recrutare Administração de Serviços (08.629.207/0001-31)	29/02/10	28/02/13	8	7					P
2011	V	O	198/2011	Palotina Oeste Segurança Privada (05.948.378/0001-35)	31/07/11	30/07/13	61	66					P
2011	L	O	203/2011	Labor Obras (08.431.911/0001-85)	30/08/11	29/08/13	9	10					P
2012	L	O	209/2012	Executiva Serviços	02/05/12	04/11/12	13	13					E

				Patrimoniais (06.156.739/0001-73)									
2012	L	E	<b>223/2012</b>	Higi Serv Limpeza e Conservação (78.570.397/0001-44)	<b>05/11/12</b>	<b>04/02/13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>					A

**Observações:** Os contratos 156/2009 e 209/2012 foram rescindidos unilateralmente pela Administração, por interesse público.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Comissão Permanente de Licitação da PR/PR.

**Unidade Contratante**Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (PR/MS)**

UG/Gestão: 200040

CNPJ: 26.989.715/0017-70

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	01/2009	02.401.411/0001-14	02/01/09	31/12/13	18	18					P
2011	V	O	01/2011	37.572.849/0001-40	01/01/11	31/12/12	30	30					E

**LEGENDA****Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Fonte:** Contratos PR/MS

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE (PR/RN)**

UG/Gestão: 200085/00001

CNPJ: 26.989.715/0025-80

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	SISERV SISTEMA INTEGRADO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME	07.931.724/0001-06	03/11/2010	02/05/2013	06	06	-	-	-	-	P
2011	V	O	FLASH SEGURANÇA LTDA	08.692.312/0001-15	01/01/2012	31/12/2012	19	19	-	-	-	-	E

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL (PR/RS)</b>													
UG/Gestão: 200061							CNPJ: 26.989.715/0028-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	6	COSTA & AMARAL ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (05.795.290/0001-20)	09/03/11	31/08/12	2	2					E
2011	L	O	7	FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (07.454.361/0001-57)	09/03/11	31/08/12	5	5					E
2011	L	O	8	POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA (08.543.708/0001-09)	09/03/11	31/08/12	6	6					E
2011	L	O	9	UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA (02.294.475/0001-63)	09/03/11	31/08/12	3	3					E
2011	L	O	10	VGT – SERVIÇOS E SEGURANÇA LTDA (09.463.158/0001-72)	09/03/11	31/08/12	5	5					E
2011	L	O	15	POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA (08.543.708/0001-09)	11/04/11	31/08/12	10	10					E
2012	L	O	17	UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA (02.294.475/0001-63)	01/09/12	31/08/13	32	32					A
2009	V	O	13	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA (03.994.920/0001-60)	19/09/09	19/09/13	17	17					P
2011	V		21	VIGILÂNCIA ASGARRAS S/A LTDA (04.281.402/0001-62)	19/09/11	19/09/13	31	31					P
2011	V		22	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA (03.994.920/0001-60)	19/09/11	19/09/13	18	18					P
2011	V		23	PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA (89.108.054/0001-89)	19/09/11	19/09/13	3	3					P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PR/RJ)</b>													
UG/Gestão: 200043						CNPJ: 26.989.715/0024-07							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	34/2010	10.413.205/0001-52	22/11/2010	21/11/2013	X	-	-	-	-	-	A
2006	V	O	25/2006	33.746.207/0001-69	01/12/2006	30/11/2012	X	-	-	X	-	-	E
2012	V	O	26/2012	33.746.207/0001-69	01/12/2012	30/11/2013	X	-	-	X	-	-	A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Contratos

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA (PR/RO)**

UG/Gestão: 200046/00001

CNPJ: 26.989.715/0026-60

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	10/2011	84.580.141/0001-10	11/07/11	10/07/13		1		1			P
2011	L	O	12/2011	84.580.141/0001-10	21/09/11	20/09/13		1					P
2011	V	O	13/2011	02.576.238/0004-38	10/11/11	09/11/13				10			A

Observações:

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestão de Contratos da PR/RO – Gudemberg Rita e Dennis Giovanni em 08 de fevereiro de 2013

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA (PR/RR)</b>													
UG/Gestão: 380006						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04/2010	84.013.994/0001-70	03/05/2010	02/05/2013	5	5	0	0	0	0	P
2012	V	O	07/2012	02.692.187/0001-67	28/06/2012	28/06/2013	7	7	0	0	0	0	A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenadoria de Administração da PR/RR

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: <b>Procuradoria da República em Santa Catarina (PR/SC)</b>													
UG/Gestão: 200058/00001						CNPJ: 26.989.715/0029-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	28/2007	79.488.482/0001-20	02.01.08	15.03.13	8	7					P
2008	V	O	13/2008	05.449.286/0001-00	30.05.08	29.05.13	4	4					P
2008	V	O	32/2008	05.449.286/0001-00	01.11.08	31.10.13	2	2					P
2008	V	O	44/2008	05.449.286/0001-00	05.01.09	04.01.14	12	12					P
2009	L	O	10/2009	79.488.482/0001-20	16.03.09	15.03.13	3	4					P
2009	V	O	15/2009	87.134.086/0002-04	04.05.09	03.05.13	2	2					P
2009	V	O	31/2009	87.134.086/0002-04	16.11.09	15.11.13	4	4					P

2009	L	O	34/2009	05.822.551/0001-54	07.01.13	06.01.13	2	2											P
2010	V	O	40/2010	10.364.152/0001-27	03.11.10	02.11.13	2	2											P
2010	V	O	41/2010	87.134.086/0002-04	03.11.13	02.11.13	1	1											P
2010	V	O	43/2010	87.134.086/0002-04	04.11.10	03.11.13	8	8											P
2010	L	O	49/2010	10.339.552/0001-82	03.12.10	02.12.13	9	9											P
2010	L	O	50/2010	05.822.551/0001-54	03.12.10	02.12.13	4	4											P
2010	V	O	57/2010	10.364.152/0001-27	10.01.11	09.01.14	4	4											P
2011	V	O	15/2011	05.497.780/0001-40	05.04.11	04.04.13	16	16											P
2012	L	O	14/2012	10.551.135/0001-07	11.07.12	10.07.13	1	1											A
2012	V	O	15/2012	05.449.286/0001-00	12.07.12	11.07.13	1	1											A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Contratos celebrados pela PR/SC

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (PR/SP)</b>														
UG/Gestão: 200049							CNPJ: 26.989.715/0031-28							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2007	V	O	CT 23/07	Servi – Segurança e Vigilância de Instalações Ltda. 01.437.326/0003-05	17/10/2007	16/10/2013								P
2011	L	O	CT 11/11	Arcolimp Serviços Gerais Ltda. 05.576.482/0001-46	18/02/2011	17/02/2013								P
2011	V	O	CT 42/11	COPSEG Segurança e Vigilância Ltda. 03.038.653/0001-58	11/07/2011	10/07/2013								P
2011	L	O	CT 62/11	Visa Clean Portaria e Higienização Ltda. 02.907.432/0001-06	01/01/2012	31/12/2013								P
2012	L	O	CT 08/12	Provac Serviços Ltda. 50.400.407/0001-84	11/02/2012	10/02/2013								A
2012	V	E	CT 29/12	Servi – Seg. e Vigilância de	02/04/2012	28/09/2012								E

				<b>Instalações Ltda. 01.437.326/0003-05</b>								
2012	V	E	<b>CT 32/12</b>	<b>Servi – Seg. e Vigilância de Instalações Ltda. 01.437.326/0003-05</b>	<b>13/04/2012</b>	<b>28/09/2012</b>						E
2012	V	E	<b>CT 46/12</b>	<b>Servi – Seg. e Vigilância de Instalações Ltda. 01.437.326/0003-05</b>	<b>29/09/2012 - Bauru 10/10/2012 – Assis e Santos</b>	<b>180 dias</b>						A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE (PR/SE)**

UG/Gestão: 200022/0001

CNPJ: 26.989.715/0030-47

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/2012	17/09/2013	5	5	-	-	-	-	A
2010	L	O	03/2010	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA. (03.906.867/0001-07)	14/07/2010	13/10/2012	5	5	-	-	-	-	E
2009	V	O	06/2009	E.S.V – EMPRESA SERGIPANA DE VIGILÂNCIA LTDA. (16.208.738/0001-89)	05/06/2009	04/06/2013	-	-	-	-	-	-	P

Observações:

O Contrato 06/2009 não tem exigência de escolaridade mínima para os postos de vigilância, e o número de vigilantes totaliza **18 trabalhadores** distribuídos em 6 postos diurnos e 3 noturnos.

O Contrato 04/2012 teve vigência iniciada em 18/09/2012. Os serviços (área L) tiveram início em 15/10/2012, conforme Ordem de Serviço.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Sistema de Controle de Contratos da PR/SE

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS (PR/TO)**

UG/Gestão: 200201/0001

CNPJ: 26.989.715/0056-86

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Contrato nº 13/2011	10.295.964/0001-68	13/12/2011	12/12/2012	F	F					P
2011	V	O	Contrato nº 14/2011	31.546.484/0005-26	13/12/2011	12/12/2012	M	M					P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO (PRR1)**

UG/Gestão: 200208

CNPJ: 26.989.715/0064-96

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	(L)	(O)	10/2011	01.708.458/0001-62	01/06/2011	31/05/2013	19	20	2	1			(P)
2008	(V)	(O)	08/2008 – Armada	04.559.666/0001-35	11/01/2008	17/03/2012			16	16			(P)
2009	(V)	(O)	15/2009 - Desarmada	04.559.666/0001-35	15/06/2009	17/03/2012			04	04			(P)
2012	(V)	(E)	10/2012 - Ambos	03.602.646/0001-37	28/03/2012	31/08/2012			20	20			(E)

2012	(V)	(O)	16/2012 - Ambos	03.602.646/0001-37	01/09/2012	31/08/2013			20	20		(A)
------	-----	-----	-----------------	--------------------	------------	------------	--	--	----	----	--	-----

**Observações:**

A empresa responsável pelos contratos 08/2008 e 15/2009 faliu, obrigando a Administração a firmar contrato emergencial (10/2012) até a realização da licitação com consequente nova contratação (16/2012).

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 2ª REGIÃO (PRR2)**

UG/Gestão: 200045

CNPJ: 26.989.715/0066-58

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	11/2010	33.746.207/0001-69	24/11/2010	23/11/2013	-	-	61	60	-	1	P
2013	L	O	01/2013	12.313.874/0001-88	01/02/2013	31/01/2014	18	15	1	4	-	-	A

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Contrato

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (PRR3)**

UG/Gestão: 200204

CNPJ: 26.989.715/0058-48

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	E	12/2011	29.231.555/0001-97	20/01/11	20/01/12	-	20	-	11	-	-	E
2012	L	O	5/2012	10.643.999/0001-40	19/01/12	20/01/13	31	25	-	7	-	-	A
2007	V	O	31/2007	00.332.087/0001-02	01/12/07	30/11/12	-	10	-	23	-	-	E
2012	V	O	20/2012	09.010.446/0001-71	01/12/12	30/11/13	-	11	14	13	-	-	A

**Observações:** O contrato de vigilância se refere a 14 postos e 24 funcionários.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Contratos Administrativos da PRR3.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO (PRR4)

**UG/Gestão:**200102

**CNPJ:** 94.953.767/0001-89

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	30/2008	91.221.390/0001-85	11/06/08	10/06/13	9	9					P
2011	V	O	08/2011	10.364.152/0002-08	01/09/11	01/09/13	5	5					P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO (PRR5)**

UG/Gestão: 200207

CNPJ: 26.989.715/0059-29

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	09/2011	07783832/0001-70	15/12/2011	14/12/2013	11	11					P
2011	V	O	04/2011	09081459/0001-31	20/09/2011	19/09/2013	10	10					P

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio - PRR5

## 6.3 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SA)</b>													
UG/Gestão: 200100						CNPJ: 26.989.715/0050-90							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	10	O	22/2009	AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRÍCOLA LTDA. (00.478.727/0001-89)	01/04/09	31/03/13	Técnico em segurança e curso bombeiro.						P
2010	9	O	21/2010	ALMEIDA FRANÇA ENGENHARIA LTDA. (24.784.167/0002-30)	10/02/10	09/02/13				x		x	P
2009	12	O	56/2009	APECE SERVIÇOS GERAIS LTDA. (00.087.163/0001-53)	21/12/09	20/12/13		x		x		x	P
2011	9	E	68/2011	BRATECNET TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA-EPP (05.470.641/0001-23)	23/11/2011	22/04/12		x					E

2012	9	O	21/2012	BRATECNET TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA-EPP (05.470.641/0001-23)	23/04/2012	22/05/13		x		x				A
2012	9	O	41/2012	BRATECNET TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA-EPP (05.470.641/0001-23)	23/11/12	22/11/13		x		x		x		A
2012	9	O	19/2012	CAP – PAISAGISMO, URBANISMO E COMÉRCIO LTDA (06.998.221/0001-87)	07/05/2012	06/05/13	x						x	A
2009	9	O	05/2009	CDT COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA (00.991.219/0001-08)	29/01/2012	31/07/12	Técnico em eletrônica e/ou telecomunicações.						E	
2012	9	O	25/2012	CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO ESERVIÇOS LTDA (06.998.221/0001-87)	15/08/2012	14/08/13	Técnico em eletrônica e/ou telecomunicação.						A	
2011	4	O	07/2011	CIDADE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA. (26.414.755/0001-26)	04/02/11	03/02/13	Não há exigências.						P	
2010	9	O	42/2010	DAMOVO DO BRASIL S.A. (56.795.362/0001-70)	07/05/10	06/05/13	Técnico em eletrônica.						P	
2011	9	O	72/2011	EMIBM ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.	23/12/11	22/12/12		x		x		x		E

				(37.071.313/0001-40)									
2011	12	O	58/2011	EXEMPLUS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA . (72.638.372/001-59)	17/10/11	16/10/13				x			P
2007	9	O	40/2007	FLORART PAISAGISMO LTDA. (36.831.212/0001-68)	28/03/07	27/03/12		x				x	E
2010	11	O	70/2010	INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO, MANTENEDORA DO CENTRO SALESIANO DO MENOR – ISJB (33.583.592/0048-34)	23/12/10	22/12/13	Não há exigências.					P	
2010	8	O	65/2010	INTERATIVA DEDETIZAÇÃO HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA. (05.058.935/0001-42)	04/11/10	03/11/13		x					P
2011	12	O	39/2011	JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS LTDA. (38.036.000/0001-14)	14/06/11	13/06/13				x			P
2012	12	O	37/2012	JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS LTDA. (38.036.000/0001-14)	14/11/2012	13/11/13	Curso profissionalizante.					A	
2008	12	O	68/2008	MATOS E RANGEL LTDA-ME (38.055.117/0001-45)	30/09/08	29/09/13	<u>Engenheiro Supervisor Senior:</u> nível superior <u>Técnico de áudio e vídeo:</u> experiência comprovada em manutenção de					P	

							sistemas de som ambiente (predial), sistema de som e imagem de auditórios e sistema de antena coletiva.					
2011	9	O	05/2011	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. (06.200.377/0001-70)	23/02/11	22/02/12	x					E
2012	9	O	03/2012	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. (06.200.377/0001-70)	23/02/12	22/02/13	Curso Técnico em Edificações (Encarregado) Demais profissionais apenas ensino fundamental.					A
2008	12	O	67/2008	NOVO MILLENIUM COMUNICAÇÃO LTDA. (04.315.829/0001-34)	12/09/08	11/09/12	Experiência comprovada em operação de sistemas profissionais de áudio em rádio pública, privada ou comunitária.					E
2008	9	O	84/2008	PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. (00.578.617/0001-99)	01/12/08	30/11/13	x		x		x	P
2011	6	O	47/2011	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (07.432.517/0001-07)	15/08/11	14/08/14	Não há exigências					A
2010	9	O	15/2010	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A. (90.347.840/0006-22)	17/02/10	16/02/13	x		x		x	P
2010	12	O	52/2010	UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (36.529.998/0001-63)	10/08/10	31/12/12			x			E

**LEGENDA**

Área:

1. *Segurança;*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

<ul style="list-style-type: none"> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ul>	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE (PR/AC)**

UG/Gestão: 200069

CNPJ: 26.989.715-17

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	005/2009	08.785.473/0001-53	15/05/09	14/05/2013	1	1					P
2009	7	O	008/2009	08.785.473/0001-53	07/07/09	06/07/13	2	2					P
2009	6	O	010/2009	63.605.430.0001-57	01/08/09	02/08/13	1	1					P
2009	5	O	14/2009	08.785.473/0001-	01/01/10	31/12/12			2	2			P

				53									
2011	4	O	002/2011	01.175.513/0001-04	11/04/11	10/04/13	1	1					P
2011	11	O	004/2011	61.600.839/0001-55	08/09/11	07/09/13			4	4			A
2012	6	O	002/2012	63.605.430/0001-57	14/06/12	13/06/13	2	2					A

**LEGENDA**

**Área:**

**Segurança;**

**Transportes;**

**Informática;**

**Copeiragem;**

**Recepção;**

**Reprografia;**

**Telecomunicações;**

**Manutenção de bens móveis**

**Manutenção de bens imóveis**

**Brigadistas**

**Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes**

**Outras**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS (PR/AL)</b>													
UG/Gestão: 200093							CNPJ: 26.989.715/0007-06						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	12	O	13/2007 serviços de aux. de carga e descarga	00.977.166/0001-62	16/08/2007	15/08/2012	02	02					E
2007	9	O	14/2007 serviços de servente prático	00.977.166/0001-62	16/08/2007	15/08/2012	01	01					E
2010	1	O	12/2010 serviços de vigilância para os prédios da PR/AL e PRM Arapiraca	11.179.264/0007-66	20/11/2010	19/11/2013	29	29					P
2011	9	O	06/2011 serviços de limpeza e conservação	07.185.730/0001-53	10/07/2011	09/07/2012	07	07					E
2011	4	O	07/2011 serviços	00.977.166/0001-	10/07/2011	09/07/2012	03	03					E

			de copeiragem	62	1								
2011	5	O	08/2011 serviços de recepcionista / telefonista	07.185.730/0001-53	10/07/2011	09/07/2012			03	03			E
2011	6	O	09/2011 serviços de reprografia	07.502.722/0001-93	23/08/2011	22/08/2013			03	03			P
2011	11	O	10/2011 serviços de adolescente aprendiz	61.600.839/0001-55	28/07/2011	27/07/2013	04	04					P
2012	9	O	02/2012 serviços de limpeza e conservação	00.977.166/0001-62	10/07/2012	09/10/2012	07	07					E
2012	4	O	02/2012 serviços de copeiragem	00.977.166/0001-62	10/07/2012	09/10/2012	03	03					E
2012	5	O	02/2012 serviços de recepcionista / telefonista	00.977.166/0001-62	10/07/2012	09/10/2012			03	03			E
2012	12	O	02/2012 serviços de aux. de carga e	00.977.166/0001-62	16/08/2012	09/10/2012	02	02					E

			descarga										
2012	9	O	02/2012 serviços aux. serviços gerais	00.977.166/0001-62	16/08/2012	09/10/2012	02	02					E
2012	9	O	04/2012 serviços de limpeza e conservação	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	14	14					A
2012	4	O	04/2012 serviços de copeiragem	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	05	05					A
2012	5	O	04/2012 serviços de recepcionista / telefonista	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013			03	03			A
2012	12	O	04/2012 serviços de aux. de carga e descarga	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	04	04					A
2012	9	O	04/2012 serviços de aux. serviços gerais	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	02	02					A
2012	9	O	04/2012 serviços de jardinagem	00.977.166/0001-62	10/10/2012	09/10/2013	02	02					A

**LEGENDA**

Área:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Segurança;  
 Transportes;  
 Informática;  
 Copeiragem;  
 Recepção;  
 Reprografia;  
 Telecomunicações;  
 Manutenção de bens móveis  
 Manutenção de bens imóveis  
 Brigadistas  
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
 Outras

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS (PR/AM)**

UG/Gestão: 200071 / 00001

CNPJ: 26.989.715/0008-89

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	4	O	01/2008	05.417.288/0001-18	21/01/2008	21/01/2011	03	03						E
2010	9	O	05/2010	02.037.069/0001-15	06/04/2010	05/04/2011	01	01						P
2009	12	O	10/2009	09.406.002/0001-50	21/10/2009	20/10/2011	01	01						P

2011	12	O	07/2011	09.406.002/0001-50	15/04/2011	14/04/2011	01	01						P
2008	6	O	10/2008	04.964.821/0001-07	02/05/2008	31/12/2011	01	01						E
2009	4	O	01/2009	09.493.146/0001-90	15/01/2009	29/04/2011	01	01						P
2011	11	O	10/2011	61.600.839/0001-55	25/07/2011	24/07/2011	04	04						P

**Observações:** Os contratos classificados na área 12 referem-se a serviços de mensageira, isto é, apoio operacional.

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Gestão de Contratos PR-AM

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA (PR/BA)</b>													
UG/Gestão: 200031							CNPJ: 26.989.715/0010-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	30/2011	13.301.161/0001-67	01/12/2011	30/11/2012			7	7			A
2011	9	O	27/2011	03.445.187/0001-25	03/10/2011	02/10/2012			2	2			A
2010	6/7/9	O	13/2010	10.956.539/0001-72	02/02/2010	01/02/2013			7	7			P
2010	6	O	25/2010	10.956.539/0001-72	06/07/2010	05/07/2012			1	1			P
2010	6/7	O	27/2010	10.956.539/0001-72	09/08/2010	08/08/2012			2	2			P
2010	11	O	14/2010	10.458.785/0001-02	11/02/2010	11/02/2012			3	3			P
2010	11	O	28/2010	10.458.785/0001-02	17/08/2010	16/08/2012			3	3			P
2012	4	O	28/2012	11.023.253/0001-05	01/12/2012	30/11/2013			1	1			A
2012	5	O	29/2012	11.756.919/0001-26	17/12/2012	16/12/2013			7	7			A

<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b>                  Segurança;                  Transportes;                  Informática;                  Copeiragem;                  Recepção;                  Reprografia;                  Telecomunicações;                  Manutenção de bens móveis</p>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Manutenção de bens imóveis  
 Brigadistas  
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizes  
 Outras

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ (PR/CE)</b>													
UG/Gestão: 200082						CNPJ: 26.989.715/0011-84							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	19/2010	Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda (06.234.467/0001-82)	13 10 2010	12 10 2013		1					P
2011	4	O	13/2011	Clean Serv. Terceirização de Mão de Obra Ltda. (05.856.074/0001-48)	23 11 2011	22 11 2013				2			P
2011	4	O	05/2011	Faz Empreendimentos e Serviços Ltda. (10.533.966/0001-48)	21 06 2011	20 06 2012		3		4			E
2010	9	O	09/2010	Faz Empreendimentos e Serviços Ltda. (10.533.966/0001-48)	21 06 2010	20 06 2012		1					E
2011	9	O	11/2011	Missão Serviços Técnicos Ltda – EPP (05.485.352/0001-06)	13 10 2011	12 10 2013		1					P
2010	5	O	11/2010	Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda. (06.234.467/0001-82)	02 08 2010	01 08 2013			3	2		1	P

2010	7	O	11/2010	Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda. (06.234.467/0001-82)	02 08 2010	01 08 2013			2			2	P
2010	9	O	10/2010	Skyserv Locação de Mão de Obra Ltda (04.271.959/0001-12)	21 06 2010	20 06 2012	2	2					E
2011	11	O	06/2011	Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE (61.600.839/0001-55)	01 08 2011	31 07 2013	4	4					A
2012	9	O	02/2012	ATITUDE Terceirização de Mão de Obra Ltda (09.019.150/0001-11)	21 06 2012	20 06 2013	2	2					A
2012	4	O	03/2012	ATITUDE Terceirização de Mão de Obra Ltda (09.019.150/0001-11)	21 06 2012	20 06 2013		3		4			A
2012	9	O	04/2012	ATITUDE Terceirização de Mão de Obra Ltda (09.019.150/0001-11)	21 06 2012	20 06 2013		1					A
2012	12	O	09/2012	ATITUDE Terceirização de Mão de Obra Ltda (09.019.150/0001-11)	10 10 2012	09 10 2013			2	2			A

**LEGENDA - Área:** 1 - Segurança; 2- Transportes; 3 – Informática; 4 – Copeiragem; 5 – Recepção; - 6 – Reprografia; 7 – Telecomunicações; 8 - Manutenção de bens móveis; 9 - Manutenção de bens imóveis; 10 – Brigadistas; 11 - Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12 – Outras - **Fonte: Coordenadoria de Administração**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL (PR/DF)**

UG/Gestão: 200023/00001

CNPJ: 26.989.715/0012-65

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	19/2012	10.704.092/0001-44 (SETER)	01/03/2012 2	28/02/2013 3	0	10	0	0	0	0	A
2011	06	O	26/2011	07.432.517/0001-07 (SIMPRESS)	16/02/2011 2	15/02/2012 5	00	00	01	01	00	00	A
2011	12	O	20/2011	09.267.699/0001-25 (C & P)	16/10/2011 1	15/10/2012 3	00	00	02	02	00	00	P
2011	11	O	25/2011	33.583.592/0048-34 (CESAM)	06/12/2011 1	05/12/2012 2	10	10	00	00	00	00	E
2009	10	O	01/2009	37.148.798/0001-23 (DF EXTINTORES)	10/09/2009 1	09/09/2010 2	00	00	08	10	00	00	E
2012	10	O	26/2012	05.922.287/0001-20 (MISTRAL)	10/09/2012 2	09/09/2013 3	00	00	10	10	00	00	A
2010	05	O	18/2010	07.855.231/0001-26 (ARAÚJO)	01/10/2010 0	30/09/2011 3	00	00	12	13	00	00	P

				JUNQUEIRA)									
2011	08	O	15/2011	(10.855.572/0001-06) CLIMATIZE	24/08/2011	23/11/2011	00	00	02	02	00	00	E
2012	09	O	28/2012	07.704.594/0001-60 (AJUSTEC)	12/12/2011	11/12/2011	05	05	05	05	00	00	A
2011	09	O	19/2011	37.071.313/0001-40 (EMIBM)	29/09/2011	27/11/2011	01	01	01	01	00	00	E
2009	09	O	15/2009	33.457.706/0001-36 (GEMATEC)	27/04/2011	14/09/2011	03	03	00	00	00	00	E
2011	09	O	18/2011	37.168.960/0001-75 (2MM)	29/09/2011	27/11/2011	05	05	00	00	00	00	E
2012	09	O	25/2012	10.952.035/0001-84 (LEÃO)	17/09/2011	16/09/2011	03	03	00	00	00	00	A
2012	11	O	29/2012	37.381.902/0001-25 (RENAPSI)	07/12/2011	06/12/2011	10	10	00	00	00	00	A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Planilhas e Contratos da PR-DF, constantes da rede interna da PR-DF

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO (PR/ES)**

UG/Gestão: 20038/00001

CNPJ: 26.989.715/0013-46

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	16/2012	10.868.000/0001-61	05/11/12	04/11/13	3	3					A	
2012	5	O	16/2012	10.868.000/0001-61	05/11/12	04/11/13				5	5			A
2012	7	O	16/2012	10.868.000/0001-61	05/11/12	04/11/13				1	1			A
2012	12	O	16/2012	10.868.000/0001-61	05/11/12	04/11/13				1	1			A
2012	12	O	16/2012	10.868.000/0001-61	05/11/12	04/11/13				4	4			A
2011	11	O	02/2011	33.583.592/0028-90	08/08/11	07/08/13	4	3						A
2012	11	O	06/2012	33.583.592/0028-90	11/06/12	10/04/14	4	1						A

Observações: \* Outros – Artífice

\*\* Outros – Auxiliar de Serviços Gerais

---

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

---

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS (PR/GO)**

UG/Gestão:200066/00001

CNPJ:26.989.715/0014-27

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	9	O	20/2007	07.829.840/0001-12	22/10/2007	30/03/2012			1	1			E
2012	9	O	13/2012	72.588.650/0001-00	21/06/2012	10/10/2012			1	1			E
2011	12	O	05/2011	08.874.511/0001-44	18/01/2011	26/03/2011			9	9			E
2012	12	O	12/2012	72.588.650/0001-00	21/06/2012	10/10/2012			10	10			E
2012	12	O	25/2012	13.062.767/0001-97	21/12/2012	21/12/2012			10	10			A
2010	12	O	09/2010	04.829.840/0001-12	13/04/2010	12/04/2011			1	1			P
2011	12	O	11/2011	02.752.319/0001-07	25/04/2011	25/04/2011			1	1			P
2009	5	O	12/2009	07.829.840/0001-12	17/08/2009	16/08/2011			2	2			P

2012	5	O	20/2012	00.192.886/0001-12	17/09/2012	17/09/2013			1	1			E
2012	7	O	13/2009	07.829.840/0001-12	17/08/2009	16/08/2013			2	2			P
2009	4	O	09/2009	03.790.751/0001-47	12/08/2009	12/08/2013			6	6			P
2008	4	O	03/2008	04.829.840/0001-12	07/01/2008	09/01/2013			1	1			P
2007	4	O	07/2007	04.829.840/0001-12	29/03/2007	28/09/2013			1	1			P
2012	4	O	21/2012	00.192.886/0001-12	26/09/2012	03/12/2013			1	1			E
2012	4	E	27/2012	11.818.190/0001-75	03/12/2012	03/03/2013			1	1			A
2010	12	O	12/2010	05.485.352/0001-06	28/07/2010	27/04/2013			2	2			P
2011	11	O	15/2011	33.583.592/0051-30	27/07/2011	27/07/2013			4	4			P
2012	9	O	15/2012	02.787.548/0001-59	09/07/2012	09/07/2013			2	2	1	1	A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Reprografia;  
 Telecomunicações;  
 Manutenção de bens móveis  
 Manutenção de bens imóveis  
 Brigadistas  
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
 Outras

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO (PR/MA)**

UG/Gestão: 200078

CNPJ:

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	11	O	14/2011	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE – 61.600.839/0001-55	29/07/2011 1	29/07/2011 3			04	04					P
2011	09	O	12/2011	Refrigeração Jesus de Nazaré LTDA – 08.174.540/0001-01	23/06/2011 1	22/06/2011 3			03	03					P
2011	6	O	10/2011	RR Comércio Serviço e Representação LTDA	01/06/2011 1	31/05/2011 2			01	01					E

				03.873.174/0001-57								
2011	7	O	10/2011	RR Comércio Serviço e Representação LTDA 03.873.174/0001-57	01/06/201 1	31/05/201 2			03	03		E
2011		O	10/2011	RR Comércio Serviço e Representação LTDA 03.873.174/0001-57	01/06/201 1	31/05/201 2			09	09		E
2012	4	E	10/2012	SEITON SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA 10.295.964/0001-68	05/12/201 2	04/03/201 3			01	01		A
2012	5	E	10/2012	SEITON SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA 10.295.964/0001-68	05/12/201 2	04/03/201 3			05	05		A
2012	6	E	10/2012	SEITON SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA 10.295.964/0001-68	05/12/201 2	04/03/201 3			01	01		A
2012	12	E	10/2012	SEITON SERVIÇOS	05/12/201	04/03/201			08	08		A

				PROFISSIONAIS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA 10.295.964/0001-68	2	3							
2011	09	O	13/2011	Lina Rosa Silva Pereira 86.850.971/0001-46	15/06/2011 1	14/06/2011 2			02	02			E
2011	09	O	09/2011	Lina Rosa Silva Pereira 86.850.971/0001-46	09/05/2011 1	08/05/2011 2			7	7			E
2012	09	O	03/2012	Lina Rosa Silva Pereira 86.850.971/0001-46	27/08/2011 2	26/08/2011 3			7	7			A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** PORTAL TRANSPARÊNCIA DA PR/MA

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO (PR/MT)**

UG/Gestão: 200064

CNPJ:

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	01/2009	SUL AMÉRICA PRESTADORA DE SERVIÇOS 01.424.685/0001- 66	20/01/13	19/01/2014								
2012	V	O	01/2012	UNIVERSAL SEGURANÇA LTDA 08.830.513/0001- 31	23/05/12	22/05/13								
2011	4	O		FR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA ME 13.811.176/0001- 75	02/01/13	01/01/14								

2012	4	O		NELISE F.PRADO & CIA LTDA 01.294.164.0001/3 1	27/06/12	26/06/13								
2011	5	O		FR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA ME 13.811.176/0001- 75	02/01/13	01/01/14								
2011	12	O	ESTAFETAS	RIBEIRO DOS SANTOS & CIA LTDA ME 08.900.850/0001- 58	02/01/13	01/01/14								

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (PR/MS)</b>													
UG/Gestão: 200040						CNPJ: 26.989.715/0017-70							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12*	O	07/2008	02.401.411/0001-14	03/03/08	31/12/12			2	2			E
2008	9	O	07/2008	02.401.411/0001-14	03/03/08	31/12/12	1	1					E
2008	12**	O	04/2008	02.401.411/0001-14	01/01/08	31/12/12	1	1					E
2009	4	O	01/2009	02.401.411/0001-14	02/01/09	31/12/13	6	6					P
2009	5	O	01/2009	02.401.411/0001-14	02/01/09	31/12/13			1	1			P
2008	5	O	16/2008	03.703.179/0001-31	24/11/08	31/12/12			1	1			E
2009	5	O	09/2009	02.818.890/0001-79	06/07/09	31/12/12			1	1			E
2009	5	O	11/2009	02.818.890/0001-79	17/08/09	31/12/12			1	1			E

				79									
2011	11			15.452.212/0001-									
		O	06/2011	87	01/08/11	31/07/13			4	4			P
2012	9			09.484.770/0001-									
		O	02/2012	21	01/01/12	31/12/13			2	2			P

**Observações:**

\* Apoio Administrativo

\*\*Garçom

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte: Contratos PR/MS**

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS</b> (PR/MG)													
UG/Gestão: 200035						CNPJ: 26.989.715/0016-99							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	14/2010	Trevoservis Ltda. (05.296.914/0001-65)	01/09/12	31/08/13	X	X					P
2010	5	O	14/2010	Trevoservis Ltda. (05.296.914/0001-65)	01/09/12	31/08/13				X			P
2009	6	O	24/2009	Geset Comércio, Assistência Técnica, Locações de Máquinas e Duplicadores Ltda. (03.914.523/0001-31)	01/11/11	31/10/12							E
2011	7	O	23/2011	Associação Municipal de Assistência Social – AMAS (21.126.040/0001-54)	01/12/12	30/11/13							P
2010	9	O	12/2010	Artebrilho Multiserviços Ltda. (07.655.416/0001-97)	03/05/12	02/05/13		X					P
2010	9	O	11/2010	TecnoTemp Comércio, Instalação e Manutenção Ltda. EPP (03.887.016/0001-56)	01/06/12	31/05/13		X					P

2011	11	O	19/2011	Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de Minas Gerais (06.974.176/0001-20)	01/08/12	31/01/13	X							P
2008	12	O	60/2008	Adminas Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda. (07.544.068/0001-80)	01/11/12	31/10/13					X			P

Observações:

- 1) Para o contrato da Trevoservis, para os cargos de copeiragem e garçom foram exigidos respectivamente ensino fundamental incompleto e completo.
- 2) O contrato de contínuo/mensageiro foi identificado como outros (12).
- 3) O contrato 11/2010 se refere à manutenção de ar condicionado.
- 4) O contrato 12/2010 ser refere à manutenção predial.
- 5) No contrato 11/2010 contratamos um técnico residente, cuja escolaridade exigida é ensino fundamental completo e curso específico para manutenção de sistema de ar condicionado. Além deste, contratamos as funções de Auxiliar, Supervisor Técnico e Coordenador Técnico, devendo os dois primeiros possuir ensino fundamental completo e curso específico na área, e o último ensino médio e curso específico na área.
- 6) O contrato 24/2009 foi encerrado em 31/10/12 e ainda não foi finalizado o novo procedimento licitatório para a contratação dos serviços , em razão de impugnação do edital.

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Outras

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ (PR/PA)</b>														
UG/Gestão: 200075							CNPJ:26.989.715/0019-31							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	1	O	08/PRM-Altamira	08.064.978/0001-29	12/11/2007	04/11/2012	1	1						E
2007	1	O	10/PRM/santarém	08.064.978/0001-29	04/12/2007	03/01/2013	2	2						A
2009	1	O	09/PR-PA	10.450.194/0001-80	14/09/2009	13/09/2013	3	3						A
2011	1	O	04/PRM/Marabá	06.028.733/0001-10	11/10/2011	10/10/2013	3	3						A
2012	1	O	05/PRM-Redenção	06.028.733/0001-10	23/07/2012	23/09/2013	1	1						A
2012	1	E	09/PRM/Paragominas	06.028.733/0001-10	04/11/2012	03/01/2013	1	1						A
2010	3	O	05/PRM/Altamira	09.211.205/0001-90	22/11/2010	21/11/2013			4	4				A
2010	3	O	06/PRM/Marabá	09.211.205/0001-90	29/11/2010	28/11/2013			4	4				A
2011	3	O	03/PRM/Santarém	09.211.205/0001-90	21/07/2011	21/07/2013			4	4				A
2011	3	O	08/PR-PA	09.211.205/0001-90	01/12/2011	30/11/2013			18	18				A
2012	3	O	03/PRM/Redenção	09.211.205/0001-90	23/07/2012	23/07/2013			4	4				A
2012	3	O	04/PRM/Paragominas	09.211.205/0001-90	06/08/2012	06/08/2013			4	4				A
2008	6	O	04/PR-PA	06.028.733/0001-10	04/08/2008	03/08/2013	3	3						A

2012	6	O	10/PRM/Marabá	06.028.733/0001-10	01/10/2012	30/11/2013	1	1						A
2012	6	O	11/PRM/Altamira	04.558.234/0001-00	05/10/2012	05/10/2013	1	1						A
2012	6	O	12/PRM/Santarém	06.028.733/0001-10	04/10/2012	04/10/2013	1	1						A
2009	7	O	07/PR-PA	83.343.665/0001-25	24/08/2009	23/08/2013	1	1						A
2011	7	O	03/PR-PA	10.450.194/0001-80	04/10/2011	03/10/2013			3	3				A
2011	7	O	05/PRM/Altamira	07.808.681/0001-68	31/10/2011	30/10/2013			2	2				A
2011	7	O	06/PRM/Marabá	06.028.733/0001-10	31/10/2011	30/10/2013			2	2				A
2011	7	O	07/PRM/Santarém	04.630.524/0001-17	31/10/2011	30/10/2012			2	2				A
2012	7	O	06/PRM/Redenção	10.450.194/0001-80	30/07/2012	30/09/2013			1	1				A
2012	7	E	08/PR/Paragominas	06.028.733/0001-10	04/09/2012	03/01/2013			1	1				A
2008	8	O	11/PR-PA	08.610.363/0001-50	20/10/2008	19/10/2013			2	2				A
2008	10	O	10/PR-PA*	09.345.594/0001-47	04/10/2008	04/10/2013			2	2				A
2010	11	O	13/PR-PA	03.543.374/0001-41	30/12/2010	29/12/2013			1	1				A
2011	13	O	02/PR-PA	61.600.839/0001-55	01/08/2011	31/07/2013	4	4						A

**Observações:**

\* O contrato 10/2008/PR-PA é de serviço de manutenção de sistema de refrigeração do prédio-sede da PR/PA

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

- 12. *Brigadistas*
- 13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
- 14. *Outras*

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA (PR/PB)</b>													
UG/Gestão:200087/00001						CNPJ:26.989.715/0020-75							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	X	O	08/2012	07.004.861/0001-97	12/11/07	11/11/12		1					P
2007	5	O	14/2007	07.004.861/0001-97	12/11/07	11/11/12		2					E
2009	9	O	07/2009	07.004.861/0001-97	11/05/10	10/05/13		2					P
2009	6	O	19/2009	10.339.944/0001-41	20/07/09	19/07/13		1					P
2010	11	O	31/2010	09.069.476/0001-53	01/12/10	31/11/11				1			E
2011	6	O	05/2011	35.519.164/0001-04	04/07/11	03/07/13		1					A
2011	9	O	11/2011	09.171.533/0001-00	03/01/201	02/01/201				1			P

2012	5	O	14/2012	07.004.861/0001-97	12/11/12	11/11/13				1			A
2012	7	O	14/2012	07.004.861/0001-97	12/11/12	11/11/13				2			A

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO (PR/PE)</b>													
UG/Gestão: 200090/00001						CNPJ: 26.989.715/0021-56							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	35/2011	E & S SEGURANÇA LTDA – ME CNPJ: 04.896.282/0001-08	01/01/2012	31/12/2012	X						A
2011	4	O	15/2011	ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA – EPP CNPJ: 08.362.490/0001-88	15/04/2011	14/04/2013	X						P
2012	4	O	01/2012	GPL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 05.494.738/0001-76	14/02/2012	13/02/2013	X						A
2012	5	O	03/2012	GPL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 05.494.738/0001-76	15/04/2012	14/04/2013	X						A
2011	6	O	15/2011	ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA – EPP CNPJ: 08.362.490/0001-88	15/04/2011	14/04/2013	X						P
2012	9	O	13/2012	JENEC CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.153.669/0001-37	18/06/2012	17/06/2013			X				A
2011	12	O	13/2011	HISTER HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA ME CNPJ: 70.244.082/0001-03	15/04/2011	14/04/2013	X						p
2011	12	O	16/2011	SOCLIMA ENGENHARIA LTDA	18/04/2011	17/04/2011			X				P

				CNPJ: 03.613.848/0001-84	11	13							
2011	12	O	15/2011	ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA – EPP CNPJ: 08.362.490/0001-88	15/04/20	14/04/20	X						P
2012	12	O	08/2012	ADM TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 14.164.155/0001-78	17/04/20	16/04/20	X						A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte: Gerência de Contratos**

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ (PR/PI)</b>													
UG/Gestão: 200080/00001						CNPJ: 26.989.715/0022-37							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	15/2007	07.462.424/0001-17	20/11/07	19/11/12							E
2009	7	O	01/2009	05.695.725/0001-65	19/01/09	18/01/14			1				A
2009	14	O	05/2009	07.462.424/0001-17	01/07/09	30/06/13	1						A
2009	14	O	06/2009	05.695.725/0001-65	01/07/09	30/06/13			1				A
2009	1	O	16/2009	10.820.620/0001-20	10/12/09	09/12/13							A
2009	7	O	18/2009	05.695.725/0001-65	17/12/09	16/12/13			1				A
2010	14	O	04/2010	07.462.424/0001-17	01/08/10	31/07/13	1						A
2011	3	O	01/2011	10.674.819/0001-98	10/01/11	09/01/14							A

2011	3	O	08/2011	10.674.819/0001-98	21/07/11	20/07/13											A
2011	13	O	09/2011	61.600.839/0001-55	05/08/11	04/08/13											A
2011	1	O	10/2011	10.820.620/0001-20	01/08/11	31/07/13											A
2011	6	O	11/2011	10.820.620/0001-20	01/08/11	31/07/13											A
2012	14	O	07/2012	09.019.150/0001-11	20/11/12	19/11/13											A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ (PR/PR)**

UG/Gestão: 200053

CNPJ: 26.989.715/0023-18

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	4,12	O	114/2007	Executiva Serviços Patrimoniais (06.156.739/0001-73)	17/07/07	16/07/12	35	34					E
2008	9	O	138/2008	OMS – Engenharia (82.416.843/0001-38)	20/10/08	19/10/12			3	2	1	1	E
2009	5	O	145/2009	Executiva Serviços Patrimoniais (06.156.739/0001-73)	09/01/09	08/01/13			1	1			E
2009	7	O	147/2009	Autêntica Organização de Serviços Diversos (84.964.706/0001-88)	12/01/09	11/01/13			2	2			P
2010	11	O	201/2010	Associação de Educação Familiar e Social do Paraná (76.586.585/0001-35)	13/12/10	12/12/12	5	5					E
2011	9	O	204/2011	Recrutare Administração de Serviços (08.629.207/0001-31)	25/09/11	24/09/13			1	1			P
2011	5	O	205/2011	Labor Obras (08.431.911/0001-85)	12/09/11	11/09/12	4	4					E

2012	4, 5, 12	O	<b>208/2012</b>	Executiva Serviços Patrimoniais (06.156.739/0001-73)	<b>01/06/12</b>	<b>04/11/12</b>	<b>45</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			E
2012	9	O	<b>216/2012</b>	Gaesan Engenharia e Consultoria Técnica (09.438.067/0001-87)	<b>20/10/12</b>	<b>19/10/13</b>			<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	A
2012	4, 5, 12	E	<b>222/2012</b>	Labor Obras (08.431.911/0001-85)	<b>05/11/12</b>	<b>04/02/13</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			A
2012	4, 5, 7, 12	O	<b>226/2012</b>	Labor Obras (08.431.911/0001-85)	<b>09/01/13</b>	<b>08/01/14</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>3</b>			A

**Observações:** Contrato 208/2012 rescindido unilateralmente pela Administração, por interesse público.

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Comissão Permanente de Licitação da PR/PR.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE (PR/RN)</b>													
UG/Gestão: 200085/00001							CNPJ: 26.989.715/0025-80						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	15/2010	04.796.188/0001-87	03/01/2011	02/07/2011	4	4	-	-	-	-	P
2010	5	O	09/2010	04.796.188/0001-87	16/08/2011	30/11/2012	-	-	5	5	-	-	E
2012	5	O	08/2012	11.610.561/0001-29	03/12/2011	02/12/2013	-	-	5	5	-	-	A
2009	6	O	10/2009	08.563.494/0001-24	01/12/2009	28/02/2013	-	-	2	2	-	-	P
2011	7	O	11/2011	02.477.341/0001-88	05/09/2011	04/09/2012	-	-	2	2	-	-	E
2012	7	O	07/2012	04.796.188/0001-87	05/11/2011	04/11/2013	-	-	2	2	-	-	A
2010	9	O	10/2010	02.477.341/0001-88	01/09/2011	31/08/2012	1	1	-	-	-	-	E
2012	9	O	09/2012	09.171.533/0001-00	03/12/2011	02/12/2013	1	1	-	-	-	-	A

2011	11	O	20/2011	12.978.003/0001-83	19/09/2011	1	18/09/2012	4	4	-	-	-	-	E
2012	11	O	06/2012	12.978.003/0001-83	22/10/2011	2	21/10/2014	4	4	-	-	-	-	A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL (PR/RS)</b>													
UG/Gestão: 200061							CNPJ: 26.989.715/0028-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	9	O	5	MOA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO LTDA (00.192.707/0001-47)	25/01/08	24/01/13	5	5	1	1			P
2008	5	O	13	CLINSUL MÃO DE OBRA E REPRESENTAÇÃO LTDA (72.173.164/0001-21)	05/11/08	06/11/13			4	4			P
2010	11	O	9	MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (93.459.345/0001-99)	05/11/10	04/11/13	10	10					P
2011	4	O	27	UNISERV - UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA (02.294.475/0001-63)	01/12/11	30/11/13	2	2					P
2011	4	O	28	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA (10.439.655/0001-14)	01/12/11	30/11/13	2	2					P
2011	4	O	15	POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA (08.543.708/0001-09)	11/04/11	31/08/12	4	4					E
2011	12	O	15	POTENZA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA (08.543.708/0001-09)	11/04/11	31/08/12	7	7					E
2012	4	O	17	UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA (02.294.475/0001-63)	01/09/12	31/08/13	4	4					A
2012	12	O	17	UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA (02.294.475/0001-63)	01/09/12	31/08/13	7	7					A

**LEGENDA**

Área:

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Segurança; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PR/RJ)</b>													
UG/Gestão: 200043						CNPJ: 26.989.715/0024-07							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	02/2009	30.454.201/0001 -20	02/02/2009	01/08/2011	X						E
2012	4	O	23/2012	10.413.205/0001 -52	02/08/2011	01/08/2012	X						A
2012	5	O	19/2012	10.413.205/0001 -52	11/06/2011	10/06/2012	X						A

2010	9	O	33/2010	02.566.106/0001 -82	03/11/201 0	02/11/201 3		X							A
2012	10	O	10/2012	02.566.106/0001 -82	09/04/201 2	08/04/201 3				X					A
2010	11	O	22/2010	33.661.745/0001 -50	19/10/201 0	18/10/201 3	X								A
2011	12	O	22/2011	00.305.897/0001 -61	03/11/201 1	02/05/201 3	X			X					A
2011	12	O	13/2011	04.999.113/0001 -01	14/03/201 1	08/06/201 2	X								E
2012	12	O	17/2012	10.413.205/0001 -52	11/06/201 2	10/06/201 3	X								A
2012	12	O	18/2012	10.413.205/0001 -52	11/06/201 2	10/06/201 3	X								A
2012	12	O	20/2012	10.413.205/0001 -52	11/06/201 2	10/06/201 3	X								A

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte: Contratos**

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA (PR/RR)</b>													
UG/Gestão: 380006							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	05/2010	05.517.351/0001-98	05/05/2010	04/05/2011	2	2	0	0	0	0	P
2011	5	O	05/2011	08.940.297/0001-87	31/01/2011	30/01/2012	0	0	1	1	0	0	P
2011	4	O	05/2011	08.940.297/0001-87	31/01/2011	30/01/2012	1	1	0	0	0	0	P

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
 Transportes;  
 Informática;  
 Copeiragem;  
 Recepção;  
 Reprografia;  
 Telecomunicações;  
 Manutenção de bens móveis  
 Manutenção de bens imóveis  
 Brigadistas  
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenadoria de Administração da PR/RR

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA (PR/SC)</b>													
UG/Gestão: 200058/00001						CNPJ: 26.989.715/0029-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	6	Ordinária	28/2007	79.488.482/0001-20	02.01.08	15.03.13	2	2					Ativo Prorrogado
2007	7	Ordinária	28/2007	79.488.482/0001-20	02.01.08	15.03.13			2	2			Ativo Prorrogado
2007	11	Ordinária	28/2007	79.488.482/0001-20	02.01.08	15.03.13	2	2					Ativo Prorrogado
2007	14	Ordinária	28/2007	79.488.482/0001-20	02.01.08	15.03.13	3	3	1	1			Ativo Prorrogado
2009	6	Ordinária	10/2009	79.488.482/0001-20	16.03.09	15.03.13	2	2					Ativo Prorrogado
2009	7	Ordinária	10/2009	79.488.482/0001-20	16.03.09	15.03.13			2	2			Ativo Prorrogado
2009	14	Ordinária	10/2009	79.488.482/0001-20	16.03.09	15.03.13	2	2	1	1			Ativo Prorrogado
2009	6	Ordinária	22/2009	84.965.706/0001-	03.08.09	02.08.13	2	2					Ativo Prorrogado

				88									
2009	6	Ordinária	23/2009	84.965.706/0001-88	03.08.09	02.08.13	1	1				Ativo Prorrogado	
2009	6	Ordinária	28/2009	10.339.552/0001-82	21.10.09	20.10.13	3	3				Ativo Prorrogado	
2010	14	Ordinária	44/2010	10.652.114/0001-70	22.11.10	21.03.13					1	1	Ativo Prorrogado
2010	6	Ordinária	59/2010	09.284.904/0001-60	10.01.11	09.01.14	1	1					Ativo Prorrogado
2011	6	Ordinária	14/2011	09.284.904/0001-60	01.04.11	31.03.13	1	1					Ativo Prorrogado

**Observações:**

Contrato 28/2007 – área 11: zelador de manutenção predial e electricista; área 14: auxiliar de serviços gerais (fundamental) e encarregado (nível médio)

Contrato 10/2009 – área 14: auxiliar de serviços gerais (fundamental) e encarregado (nível médio)

Contrato 44/2010 – área 14: Professor de ginástica laboral

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte: Contratos celebrados pela PRSC**

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: <b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (PR/SP)</b>														
UG/Gestão: 200049							CNPJ: 26.989.715/0031-28							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	11	O	CT 07/2010	Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais AME 64.917.818/0001-56	03/05/2010	02/05/2013								P
2010	11	O	CT 30/10	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE 61.600.839/0001-55	12/07/2010	11/07/2013				X				P
2010	11	O	CT 32/10	RC E C Consult. e Gestão Hospitalar Ltda. 08.250.951/0001-20	28/06/2010	27/06/2013		X		X		X		P
2010	9	O	CT 38/10	EAP Engenharia Ltda. 07.550.869/0001-09	03/08/2010	02/08/2012								E
2010	9	O	CT 64/10	Rodoserv Engenharia Ltda. 01.935.556/0001-32	29/11/2010	27/01/2013								E
2011	11	O	CT 65/11	BK Consultoria e Serviços Ltda. 03.022.122/0001-77	09/01/2012	08/03/2013				X				P
2011	11	O	CT 51/11	Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais AME 64.917.818/0001-56	01/09/2011	31/08/2013								P

2012	11	O	CT 34/12	Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais AME 64.917.818/0001-56	01/06/2012	31/05/201 3													A
2012	6	O	CT 36/12	H Print Reprografia e Automação de Escritórios Ltda. 00.831.964/0001-81	01/08/2012	31/07/201 3													P

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE (PR/SE)**

UG/Gestão: 200022/0001

CNPJ: 26.989.715/0030-47

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/2012 2	17/09/2013 3	2	2	-	-	-	-	A
2012	5	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/2012 2	17/09/2013 3	-	-	2	2	-	-	A
2012	6	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/2012 2	17/09/2013 3	-	-	1	1	-	-	A
2012	7	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/2012 2	17/09/2013 3	-	-	2	2	-	-	A

2012	9	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/201 2	17/09/201 3	-	-	-	-	-	-	A
2012	12	O	04/2012	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (78.533.312/0001-58)	18/09/201 2	17/09/201 3	4	4	3	3	-	-	A
2011	11	O	06/2011	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE (61.600.839/0001-55)	23/08/201 1	22/08/201 3	-	-	-	-	-	-	A
2011	9	O	05/2011	POLO PROFESSIONAL SERVIÇOS LTDA. (04.163.678/0001-46)	18/07/201 1	04/06/201 2	-	-	-	-	-	-	E
2011	12	O	04/2011	MODERN SERVICE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. (08.594.305/0001-80)	15/07/201 1	14/07/201 2	-	-	2	2	-	-	E
2010	4	O	03/2010	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA. (03.906.867/0001-07)	14/07/201 0	13/10/201 2	2	2	-	-	-	-	E

2010	5	O	03/2010	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA. (03.906.867/0001-07)	14/07/2010	13/10/2012	-	-	2	2	-	-	E
2010	7	O	03/2010	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA. (03.906.867/0001-07)	14/07/2010	13/10/2012	-	-	2	2	-	-	E
2010	12	O	03/2010	TECSERV SERVIÇOS TÉCNICOS E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA. (03.906.867/0001-07)	14/07/2010	13/10/2012	4	4	1	1	-	-	E
2009	6	O	08/2009	JOMAK – COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. (32.826.240/0001-36)	03/09/2009	02/10/2012	-	-	1	1	-	-	E

**Observações:**

Pessoal do Contrato 04/2012, da área 4: 01 garçom (F), 01 copeira (F)

Pessoal do Contrato 04/2012, da área 6: 01 operador de multifuncional (M)

Pessoal do Contrato 04/2012, da área 9 : 01 eletricista, 01 bombeiro hidráulico/encanador (sem exigência de escolaridade mínima)

Pessoal do Contrato 04/2012, da área 12: 04 auxiliares de serviços gerais (F), 01 encarregado (M), 02 operadores de multifuncional (M)

Pessoal do Contrato 06/2011, da área 11: 04 menores aprendizes (sem exigência de escolaridade mínima)

Pessoal do Contrato 05/2011, da área 9 : 01 eletricista, 01 bombeiro hidráulico/encanador (sem exigência de escolaridade mínima). Este contrato foi rescindido em 04/06/2012, antes do fim da vigência inicialmente contratada (17/07/2012), e teve os serviços suspensos por ato do Coordenador de Administração em 02/03/2012, em virtude do descumprimento de cláusulas contratuais.

Pessoal do Contrato 03/2010, da área 4: 01 garçom (F), 01 copeira (F)

Pessoal do Contrato 03/2010, da área 12: 04 auxiliares de serviços gerais (F), 01 encarregado (M)

O Contrato 04/2011 teve vigência conforme quadro acima. Os serviços tiveram início em 01/08/2011, conforme Ordem de Serviço, e foram suspensos em 24/10/2011, por ato do Coordenador de Administração, em razão do descumprimento de cláusulas contratuais. A empresa foi penalizada com suspensão de licitar e contratar com a União.

O Contrato 04/2012 teve vigência iniciada em 18/09/2012. Os serviços tiveram início em 01/10/2012 (áreas 6 e 9) e em 15/10/2012 (áreas 4, 5, 7 e 12), conforme Ordem de Serviço.

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;

Transportes;

Informática;

Copeiragem;

Recepção;

Reprografia;

Telecomunicações;

Manutenção de bens móveis

Manutenção de bens imóveis

Brigadistas

Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte: Sistema de Controle de Contratos da PR/SE**

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA (PR/RO)**

UG/Gestão: 200046/00001

CNPJ: 26.989.715/0026-60

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	10/2011	84.580.141/0001-10	11/07/11	10/07/13		1					P
2011	12	O	10/2011	84.580.141/0001-10	11/07/11	10/07/13				3			P
2010	7	O	03/2010	07.662.244/0001-89	27/10/11	26/10/12							E
2007	7	O	06/2007	04.844.192/0001-73	17/12/11	16/12/12							E
2011	8	O	01/2011	01.402.545/0001-97	14/01/11	13/01/12							E
2008	11	O	03/2008	10.405.110/0001-97	29/12/11	28/12/12							E
2011	13	O	11/2011	61.600.839/0001-55	11/11/11	10/11/13	4						A
2013	5	O	01/2013	04.844.192/0001-73	02/01/2013	01/01/2014				4			A
2013	12	O	01/2013	04.844.192/0001-73	02/01/2013	01/01/2014				1			A
2012	12	O	01/2012	84.580.141/0001-10	09/01/2012	08/01/2014		1					P
2012	12	O	02/2012	03.069.998/0001-33	10/01/2012	09/01/2014				1			P

LEGENDA - Área:

Segurança;  
Transportes;  
Informática;

Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo

Copeiragem;	Brigadistas	Prorrogado; (E) Encerrado.
Recepção;	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos da PR/RO – Gudemberg Rita e Dennis Giovanni em 08 de fevereiro de 2013

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **Procuradoria da República no Estado do Tocantins**

UG/Gestão: 200201/0001

CNPJ: 26.989.715/0056-86

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	Contrato nº 05/2012	02.563.740/0001-61	10/09/2012	9/09/2013	F	F					A
2011	11	O	Contrato nº 05/2011	33.583.592/0001-70	25/07/2011	24/11/2011	F	F					P
2011	4	O	Contrato nº 13/2011	10.295.964/0001-68	13/12/2011	12/12/2011	F	F					P
2011	5	O	Contrato nº 13/2011	10.295.964/0001-68	13/12/2011	12/12/2011	M	M					P

**Observações:**

O contrato da Área 12 se refere a contratação de 2 (dois) carregadores.

Quantidade de menores aprendizes contratados : 04

**LEGENDA**

Área:

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Segurança; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO (PRR1)**

UG/Gestão: 200208

CNPJ: 26.989.715/0064-96

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	9	(O)	19/2010	09.516.103/0001-83	15/09/2010	14/09/2010	4	4	2	2			(P)
2010	11	(O)	Convênio 01/2010	33.583.592/0048-34	07/04/2010	06/09/2010	15	10					(P)
2011	10	(O)	16/2011	00.478.727/0001-89	13/09/2011	12/09/2011	8	8					(P)
2011	4, 5 e 6	(O)	10/2011	01.708.458/0001-	01/06/2011	31/05/2011	30	30	25	26			(P)

				62	1	3							
2011	12			12.978.443/0001-	08/06/201	07/06/201							
		(O)	11/2011	30	1	3	2	1	2	3	1	1	(P)

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Processos n<sup>os</sup> 1.01.000.000054/2010-62, 1.01.000.000002/2010-96, 1.01.000.000066/2005-20 e 1.01.000.000124/2010-82

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO (PRR2)**

UG/Gestão: 200045/000001

CNPJ: 26.989.715/0066-58

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	6	O	24/2008	05.630.085/0001-05	27/06/201	26/06/201	-	1	-	4	-	-	P

2009	8/9	O	09/2009	02.819.827/0001-57	14/05/2009	13/05/2010	5	2	-	3	-	-	P
2009	8/9	O	11/2009	73.678.005/0001-41	04/06/2009	03/06/2010	8	3	-	5	-	-	P
2010	11	O	11/2010	33.661.745/0001-50	01/10/2010	30/09/2011	10	10	-	-	-	-	P
2010	10	O	12/2010	01.229.958/0001-11	24/11/2010	23/11/2011	-	-	4	4	-	-	P
2012	11	O	11/2012	02.906.213/0001-02	01/09/2012	31/08/2013	-	-	14	14	-	-	A
2012	11	O	12/2012	02.906.213/0001-02	01/09/2012	31/08/2013	8	1	16	21	-	2	A
2012	7	O	14/2012	10.917.822/0001-95	28/09/2012	27/09/2013	-	-	-	4	-	-	A
2012	12	O	15/2012	27.763.754/0001-50	01/12/2012	30/11/2013	-	1	-	3	-	-	A
2012	4	O	24/2012	12.313.874/0001-88	01/02/2013	31/01/2014	-	5	-	17	-	-	A

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (PRR3)**

UG/Gestão: 200204

CNPJ: 26.989.715/0058-48

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	3	O	06/2012	61.600.839/0001-55	25/01/12	25/01/13	-	-	1	1	-	-	A
2008	4	O	22/2008	05.576.482/0001-46	20/10/08	19/11/12	-	6	-	10	-	1	E
2012	4	O	18/2012	05.576.482/0001-46	20/11/12	19/11/13	-	9	17	8	-	-	A
2012	5	O	19/2012	12.742.782/0001-13	01/12/2012	20/11/2013	-	-	5	5	-	-	A
2010	6	O	16/2010	05.373.051/0001-82	01/12/10	31/01/2011	-	-	1	1	-	-	A
2008	7	O	29/2008	08.824.452/0001-54	09/12/08	8/12/12	-	-	2	2	-	-	E
2011	9	O	18/2010	01.211.015/0001-61	01/01/11	31/12/12	11	5	1	7	-	-	A
2012	10	O	21/2012	09.474.967/0001-80	01/12/12	30/11/13	-	-	4	8	-	-	A

2010	11	O	8/2010	61.600.839/0001-55	01/07/10	30/06/13	-	-	-	10	-	-	A
2011	12	O	10/2011	08/283.259/0001-07	14/10/11	13/10/12	1	1	-	-	-	-	E
2011	12	O	14/2011	12.742.782/0001-13	21/11/11	20/11/12	-	-	8	6	-	2	E
2012	12	O	19/2012	12.742.782/0001-13	21/11/12	20/11/13	-	-	9	9	-	-	A

**Observações:** O contrato de brigadistas se refere a 4 postos e 8 bombeiros.

#### **LEGENDA**

##### **Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Contratos Administrativos da PRR/3ª Região

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**Unidade Contratante**

Nome: **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO (PRR4)**

UG/Gestão: 200102

CNPJ: 94.953.767/0001-89

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2008	12*	O	33/2008	91.221.390/0001-85	01/08/08	01/08/13	6	6							P
2008	4	O	36/2008	02.095.393/0001-90	22/12/08	21/12/13	5	5							P
2010	11	O	16/2010	93.459.345/0001-99	26/07/10	25/07/12	10	10							E
2010	8	O	21/2010	72.173.164/0001-21	03/01/11	03/01/13	4	4							E
2010	9	O	21/2010	72.173.164/0001-21	03/01/11	03/01/13	1	1							E
2011	5	O	05/2011	05.369.433/0001-32	03/05/11	23/01/13	2	2							E
2011	12*	O	06/2011	72.173.164/0001-21	02/07/11	02/07/13	2	2							P
2011	12*	O	07/2011	72.173.164/0001-21	12/09/11	11/09/13	1	1							P
2012	11	O	08/2012	92.954.957/0001-95	18/10/12	17/10/13	10	10							A

Observações: \*Contrato 33 2008 – Auxiliar de serviços gerais; Contrato 06 2011 – Telefonistas; Contrato 07 2011 – Garçom.

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Recepção;  
 Reprografia;  
 Telecomunicações;  
 Manutenção de bens móveis  
 Manutenção de bens imóveis  
 Brigadistas  
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
 Outras

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: <b>PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 5ª REGIÃO (PRR5)</b>														
UG/Gestão: 200207							CNPJ: 26.989.715/0059-29							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	4	O	09/2011	07783832/0001-70	15/12/2011	14/12/2011	6	6						P
2011	5	O	09/2011	07783832/0001-70	15/12/2011	14/12/2011			1	1				P
2011	6	O	09/2011	07783832/0001-70	15/12/2011	14/12/2011			1	1				P
2011	12	O	09/2011	07783832/0001-70	15/12/2011	14/12/2011			3	3				P
2009	7	O	09/2009	11690567/0001-	14/12/2009	13/12/2011			2	2				P

				53	9	3							
2011	9	O	07/2011	02633574/0001-22	01/11/2011 1	31/10/2011 3			2	2			P
2010	11	O	05/2010	109138610001-14	11/10/2011 0	10/10/2011 3	10	10					P

**Observações:** Na área 12 (outras) consta a categoria de Encarregado (1 pessoa) e Auxiliar de Serviços Gerais (2 pessoas).

**LEGENDA**

**Área:**

Segurança;  
Transportes;  
Informática;  
Copeiragem;  
Recepção;  
Reprografia;  
Telecomunicações;  
Manutenção de bens móveis  
Manutenção de bens imóveis  
Brigadistas  
Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Divisão de Aquisições Licitações e Contratos - PRR5

## 6.4 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	2544	2642	2600	2603	28.159.980,56
Área Fim	2115	2182	2167	2143	
Área Meio	429	460	433	462	
<b>Nível Médio</b>	89	100	109	88	776.104,00
Área Fim	0	0	0	0	
Área Meio	89	100	109	88	
<b>Total (1+2)</b>	<b>2633</b>	<b>2742</b>	<b>2709</b>	<b>2691</b>	<b>28.936.084,56</b>

Fonte:

Fonte: \* Relatório GPS/Módulo Estágio

\*\* Relatório GPS/Pagamento-Resumo Contábil Mensal

## VII – ITEM 7 DA PARTE “A”

### 7.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

FROTA DE VEÍCULOS									
	Tipo de Veículo							Total Geral	
	Qtd.Total Representação	Qtd.Total Especial I	Qtd.Total Especial II	Qtd. Total Transporte	Qtd. Total Serviço	Total Veículos			
<b>Menos de 5 anos de Fabricação</b>			67	6	30	103			
<b>Mais de 5 anos de Fabricação</b>	2	2		1	12	17		120	
DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS									
Tipo de Veículo: I) Esp. II II) Transporte III) Serviço	Marca	Modelo	Ano Fabricação	Ano Aquisição	Placa Veículo	Km	Média anual de Km rodados	Estado Conservação: I) Ótimo II) Bom III) Regular IV) Ruim	Justificativa para os estados de conservação: III) Regular IV) Ruim
Representação	GM	ÔMEGA	2002	2002	JFP-2635			Bom	
Representação	Citroën	C5	2005	2005	JKH-7011			Bom	
Especial I	Citroën	C5	2005	2005	JKH-7021			Bom	
Especial I	Citroën	C5	2005	2005	JKH-7031			Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4533	77471		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5851	71654		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4473	67290		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4383	67008		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5861	61178		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4623	58275		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4263	56389		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4903	53676		Bom	

Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4233	53586		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4323	52863		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4363	52760		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4543	51911		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4963	50623		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4563	50451		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4583	50312		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4493	49125		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4343	48859		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5871	48752		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4553	47932		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4253	45151		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4453	43694		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4613	39625		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5961	39562		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4313	39203		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4273	38953		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-6031	34438		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5951	33728		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4923	33447		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4243	32367		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4403	32233		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4643	31986		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4573	30566		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4913	30093		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5901	30004		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4423	29091		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4663	28774		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5941	28534		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4973	27959		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4523	27493		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4833	26825		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4283	26602		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5981	26426		Bom	

Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4463	25943		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4373	25927		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4653	25234		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5911	24219		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4603	22840		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4513	22698		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5921	21790		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4503	21083		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5881	21073		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4293	20764		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4673	19625		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4393	18287		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4993	16711		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4633	15607		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4483	15582		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4933	9796		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4953	7647		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5971	6046		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4593	5662		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4333	5430		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4983	4955		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4943	4859		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5931	3658		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4353	3545		Bom	
Especial II	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4413	1119		Bom	
Serviço	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4303	69469		Bom	
Serviço	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJQ-4893	60139		Bom	
Serviço	Peugeot	307 SD	2007	2007	JJE-5891	20954		Bom	
Serviço	Peugeot	Boxer	2008	2009	JHN-6063			Bom	
Serviço	Peugeot	Boxer	2008	2009	JHN-6073			Bom	
Serviço	Renault	Master	2005	2005	JFQ-5255			Bom	
Serviço	Renault	Master	2007	2008	JGC-0641			Bom	
Serviço	Renault	Master	2007	2008	JGC-0651			Bom	
Serviço	Renault	Master	2007	2008	JGC-0661			Bom	

Serviço	Renault	Master	2007	2008	JGC-0671			Bom	
Serviço	Renault	Megane	2004	2004	JFP-6766	21790		Bom	
Serviço	Renault	Megane Grand Tour	2011	2011	JIF-0551			Bom	
Serviço	Renault	Megane Grand Tour	2011	2011	JIF-0561			Bom	
Serviço	Renault	Megane Grand Tour	2011	2011	JIF-0571			Bom	
Serviço	Renault	Megane Grand Tour	2011	2011	JIF-0581			Bom	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIK-0642			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIL-9431			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIE-9809			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIE-9819			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JII-0652			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JII-0642			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JJI-0952			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIL-9211			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIL-9231			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JII-0632			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIL-9321			Ótimo	
Serviço	Fiat	Palio Weekend ATTRAC 1.4	2012	2012	JIL-9221			Ótimo	
Serviço	Fiat	Línea	2010	2010	JHN-9363			Bom	
Serviço	Fiat	Línea	2010	2010	JHN-9373			Bom	
Serviço	Fiat	Línea	2012	2012	JJU-6777			Ótimo	
Serviço	Fiat	Línea	2012	2012	JJU-6767			Ótimo	
Serviço	Toyota	Hilux	2010	2010	JJU-1751			Bom	
Serviço	Toyota	Hilux	2010	2010	JJU-1761			Bom	
Serviço	Toyota	Hilux	2010	2010	JJU-2371			Bom	
Serviço	Toyota	Hilux	2012	2012	JJU-6677			Ótimo	
Serviço	Nissan	X-Terra	2005	2005	JKH-6671			Bom	
Serviço	Nissan	X-Terra	2005	2005	JKH-6701			Bom	
Serviço	Renaut	Master Furgão	2002	2002	JFP-5514			Regular	Estado de conservação regular pelo avançado tempo de uso
Serviço	Peugeot	Boxer Furgão	2008	2008	JHN-6083			Bom	
Serviço	Peugeot	Boxer Furgão	2010	2010	JIL-1551			Bom	
Serviço	Mitsubshi	L200	2009	2009	JGL-4401			Bom	

Serviço	Nissan	Frontier	2004	2004	JFQ-5265			Regular	Estado de conservação regular pelo avançado tempo de uso
Serviço	Nissan	Frontier	2005	2006	HSH-0380			Regular	Estado de conservação regular pelo tempo de uso
Serviço	GM	Astra Sedan	2004	2005	CMW-3366			Bom	
Serviço	GM	Astra Sedan	2005	2005	CMW-8699			Bom	
Serviço	VW	PARATI 1.6 CITY	2004	2004	JFP-6225			Regular	Estado de conservação regular pelo tempo de uso
Serviço	Fiat	Palio Weekend ELX	2006	2006	JKH-6711			Regular	Estado de conservação regular pelo tempo de uso
Ambulância	Fiat	Iveco	2006	2006	JKH-1583			Bom	
Ambulância	GM	Ipanema	1997	1997	JFO-5032			Regular	Estado de conservação regular pelo avançado tempo de uso

Legislação aplicável: Portaria PGR/MPF nº 513, de 23 de julho de 2013.

## 7.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro A.7.1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>UF BRASÍLIA</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
	Distrito Federal - PGR	13	13
	<b>UF ACRE</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	Rio Branco - PR	3	3
	<b>UF ALAGOAS</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
	Arapiraca	01	1
	Maceió	0	1
	<b>UF AMAPÁ</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
	Macapá - PR	0	0
	<b>UF AMAZONAS</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
	Manaus - PR	3	3
	Tabatinga - PRM	1	1
	<b>UF BAHÍA</b>	<b>07</b>	<b>06</b>
	Salvador	2	2
	Feira de Santana	1	1
	Ilhéus	2	2
	Vitória da conquista	1	1
	Barreiras	1	-
	<b>UF CEARÁ</b>	<b>05</b>	<b>05</b>
	Fortaleza	3	3
	Sobral	2	2
	<b>UF DISTRITO FEDERAL</b>	<b>08</b>	<b>06</b>
	Brasília -	8	6
	<b>UF ESPÍRITO SANTO</b>	<b>03</b>	<b>02</b>
	Vitória - PR	2	1
	Linhares	1	1
	<b>UF GOIÁS</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Goiânia – PR	1	1
	<b>UF MARANHÃO</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
	São Luis – PR	02	02
<b>UF MATO GROSSO</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	

<b>CERES-MT</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>SINOP-MTCÁ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>CUIABÁ – MT</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>UF MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
Campo Grande	1	1
Corumbá	1	1
Três Lagoas	1	1
Ponta Porã	1	1
<b>UF MINAS GERAIS</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
BELO HORIZONTE - MG	1	1
DIVINÓPOLIS	1	1
GOVERNADOR VALADARES	0	0
IPATINGA	1	1
JUIZ DE FORA	0	0
MANHUAÇU	0	0
MONTES CLAROS	1	1
PARACATU	0	0
PASSOS (LOTE SEM CONSTRUÇÃO)	1	1
PATOS DE MINAS	1	1
POUSO ALEGRE	1	1
SÃO JOÃO DEL REI	1	1
SETE LAGOAS	0	0
TEÓFILO OTONI	0	0
UBERABA	1	1
UBERLÂNDIA (LOTE SEM CONSTRUÇÃO)	1	1
VARGINHA	0	0
<b>UF PARÁ</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Belém	11	11
Marabá	1	1
Santarém	1	1
<b>UF PARANÁ</b>	<b>09</b>	<b>9</b>
Curitiba	3	3
Londrina	1	1
Foz do Iguaçu	1	1
Paranaguá	1	1
Maringá	1	1
Ponta Grossa	1	1

Jacarezinho	1	1
<b>UF PARAÍBA</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
João Pessoa – PR	2	2
Campina Grande	1	1
Sousa	1	1
<b>UF PERNAMBUCO</b>	<b>07</b>	<b>07</b>
Recife	2	2
Caruaru	1	1
Garanhuns	3	3
Petrolina	0	0
Serra Talhada	1	1
<b>UF PIAUÍ</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Picos– PRM	1	1
<b>UF RIO DE JANEIRO</b>	<b>05</b>	<b>04</b>
Niterói (depósito judicial)	1	1
Resende	1	1
Rio de Janeiro (INSS)	1	1
São Gonçalo (depósito judicial)	1	1
São Pedro da Aldeia	1	–
<b>UF RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Natal – PR	2	2
<b>UF RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
Porto Alegre	7	7
Caxias do Sul	1	1
Santa Rosa	1	1
Cruz Alta	1	1
Pelotas	0	0
Passo Fundo	1	2
<b>UF RONDÔNIA</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Porto Velho – PR	1	1
<b>UF RORAIMA</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
Boa Vista – PR	0	0
Caracaraí	0	0
<b>UF SÃO PAULO</b>	<b>27</b>	<b>25</b>
Araçatuba	1	1
Araraquara	1	1
Bauru	18**	15*

	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	1	1
	Guaratinguetá	1	1
	Jaú	1	1
	Marília	1	1
	Santos	1	1
	São Paulo	0	1
	Sorocaba	1	1
<b>UF</b>	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
	Florianópolis	2	2
	Chapecó	1	1
	Itajaí	1	1
	Jaraguá do Sul	1	1
	Joinville	5	5
	Lages	1	1
<b>UF</b>	<b>SERGIPE</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Aracaju – PR	1	1
<b>UF</b>	<b>TOCANTINS</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
	Palmas – PR	0	1
	Palmas	1	0
<b>UF</b>	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>08</b>	<b>06</b>
	Distrito Federal – PRR1	8	2
<b>UF</b>	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	Rio de Janeiro – PRR2		
<b>UF</b>	<b>SÃO PAULO</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
	São Paulo – PRR3		
<b>UF</b>	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
	Porto Alegre – PRR4		
<b>UF</b>	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Recife – PRR5		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>159</b>	<b>153</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

Fonte: Informações prestadas por cada Unidade Gestora, onde alguns divergem do SPIUNET, os quais afirmam estar correto seu levantamento. Inclui-se a PGR.

Quadro A.7.2

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>UF BRASÍLIA</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Distrito Federal - PGR		
	<b>UF ACRE</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Rio Branco - PR		
	<b>UF ALAGOAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Maceió - PR		
	<b>UF AMAPÁ</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Macapá - PR		
	<b>UF AMAZONAS</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Manaus	1	0
	<b>UF BAHÍA</b>	<b>06</b>	<b>06</b>
	Feira de Santana	01	01
	Barreiras	01	01
	Jequié	01	01
	Guanambi	01	01
	Eunápolis	01	01
	Campo Formoso	01	01
	<b>UF CEARÁ</b>	<b>05</b>	<b>04</b>
	SOBRAL	2	2
	CRATEÚS	1	0
	LIMOEIRO DO NORTE	1	1
	JUAZEIRO DO NORTE	1	1
	<b>UF DISTRITO FEDERAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Brasília - PR		
	<b>UF ESPÍRITO SANTO</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	Município 1 – Cachoeiro de Itapemirim	1	1
	Município 2 - Colatina	1	1
	Município "3" - São Mateus	1	1
	<b>UF GOIÁS</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
	Anápolis	1	1
Rio Verde	1	1	

<b>UF</b>	<b>MARANHÃO</b>	<b>03</b>	<b>02</b>
	IMPERATRIZ	1	1
	CAXIAS	1	1
	BACABAL	1	0
<b>UF</b>	<b>MATO GROSSO</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Cuiabá – PR		
<b>UF</b>	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Dourados – PRM		
<b>UF</b>	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>28</b>	<b>22</b>
	BELOHORIZONTE - MG	0	0
	DIVINÓPOLIS	1	1
	GOVERNADOR VALADARES	1	1
	IPATINGA	0	0
	JUIZ DE FORA (SALAS COMERCIAIS)	10	9
	MANHUAÇU	1	0
	MONTES CLAROS	0	0
	PARACATU	1	0
	PASSOS	2	2
	PATOS DE MINAS (SALAS COMERCIAIS)	7	4
	POUSO ALEGRE	0	1
	SÃO JOÃO DEL REI	1	1
	SETE LAGOAS	1	1
	TEÓFILO OTONI	1	0
	UBERABA	0	0
	UBERLÂNDIA	1	1
	VARGINHA	1	1
<b>UF</b>	<b>PARÁ</b>	<b>17</b>	<b>04</b>
	Belém	11	1
	Altamira	1	1
	Marabá	2	1
	Santarém	1	1
	Redenção	1	0
	Paragominas	1	0
<b>UF</b>	<b>PARANÁ</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
	Apucarana	2	2
	Campo Mourão	4	4

Foz do Iguaçu	1	1
Francisco Beltrão	1	1
Guaíra	1	-
Guarapuava	2	2
Londrina	1	2
Maringá	1	1
Paranaguá	4	4
Paranavaí	1	1
Pato Branco	3	3
Ponta Grossa	1	1
Umuarama	1	1
União da Vitória	1	1
<b>UF PARÁIBA</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Campina Grande – PRM		
<b>UF PERNAMBUCO</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
CARUARU	1	1
SERRA TALHADA	1	1
<b>UF PIAUÍ</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Teresina – PR		
<b>UF RIO DE JANEIRO</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
Angra dos Reis	1	1
Campos	1	1
Itaperuna	1	1
Macaé	1	1
Niterói	1	1
Nova Friburgo	1	1
Petrópolis	1	1
São João de Meriti	1	1
São Pedro da Aldeia	-	1
Teresópolis	1	1
Volta Redonda	1	1
<b>UF RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
Pau dos Ferros	1	-
MOSSORÓ	1	1
CAICÓ	0	0
<b>UF RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>22</b>	<b>24</b>

BAGÉ	4	4
BENTO GONÇALVES	1	1
CACHOEIRA DO SUL	1	1
CANOAS	1	2
CAXIAS DO SUL	1	1
CRUZ ALTA	1	1
ERECHIM	2	2
LAJEADO	1	1
NOVO HAMBURGO	1	1
PASSO FUNDO	1	1
PELOTAS	1	1
RIO GRANDE	2	3
SANTA CRUZ DO SUL	1	1
SANTA MARIA	1	1
SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
SANTO ÂNGELO	1	1
URUGUAIANA	1	1
<b>UF RONDÔNIA</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Porto Velho	1	1
Ji- Paraná	1	1
<b>UF RORAIMA</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
Boa Vista – PR		
<b>UF SÃO PAULO</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
Assis	1	1
Bauru	0	1
Bragança Paulista	1	1
Campinas	1	1
Franca	1	1
Guaratinguetá	1	1
Guarulhos	1	1
Jales	1	1
Jaú	1	1
Ourinhos	1	1
Piracicaba	1	1
Presidente Prudente	1	1
Ribeirão Preto	1	1

	São Bernardo do Campo	1	1
	São Carlos	1	1
	São João da Boa Vista	1	1
	São José do Rio Preto	1	1
	São José dos Campos	1	1
	Taubaté	1	1
	Tupã	1	1
	<b>UF SANTA CATARINA</b>	<b>21</b>	<b>23</b>
	Florianópolis	0	4
	Caçador	1	1
	Concórdia	1	1
	Criciúma	5	5
	Itajaí	3	3
	Joaçaba	3	3
	Joinville	3	2
	Mafra	1	1
	Rio do Sul	2	1
	São Miguel do Oeste	1	1
	Tubarão	1	1
	<b>UF SERGIPE</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	Aracajú – PR		
	<b>UF TOCANTINS</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Palmas – PR		
	<b>UF DISTRITO FEDERAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Distrito Federal – PRR1		
	<b>UF RIO DE JANEIRO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Rio de Janeiro – PRR2		
	<b>UF SÃO PAULO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	São Paulo – PRR3		
	<b>UF RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Porto Alegre – PRR4		
	<b>UF PERNAMBUCO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Recife – 5ª Reg		
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>135</b>	<b>123</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		

	cidade 2		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>135</b>	<b>123</b>

Fonte: Informações prestadas por cada Unidade Gestora, onde alguns divergem do SPIUNET, os quais afirmam estar correto seu levantamento. Inclui-se a PGR

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
<b>PGR</b>								
200100	1. SHIS – QI 9, Conjunto 11, casa 21 (antigo QI 4/3)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	2. SHIS – Q13 , Conjunto 02, casa 08 (antigo QI 5/17)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	3. SHIS – QL 10, Conjunto 09, casa 16 (antigo QL 3/9)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	4. SQN 112 – Bloco B, Apartamento 607 (antiga projeção 02)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	5. SQS 203 – Bloco C, Apartamento 402 (antiga projeção 11)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	6. SQS 203 – Bloco C, Apartamento	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não

	604 (antiga projeção 11)							
200100	7. SQS 203 – Bloco H, Apartamento 505 (antiga projeção 04)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	8. SQS 316 – Bloco F, Apartamento 101 (antiga projeção 10)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	9. SQS 316 – Bloco F, Apartamento 603 (antiga projeção 10)	Imóvel Funcional	Bom				Não	Não
200100	9701.17439.500-2	Data Início: 04/11/2010 - Data Fim: 04/11/2012	Muito Bom		11/06/12	731700,57	Empenhada R\$633564,01 Restos a Pagar 2012	Não se aplica
200100	9701.17732.500-5	Data Início: 04/11/2010 - Data Fim: 04/11/2012	Bom		16/02/12	3646107,88	Não se aplica	Não se aplica
200100	9701.17399.500-6	Data Início: 10/11/1983 - Data Fim: 31/12/2001	Novo		27/05/08	78168186,71	Empenhado. R\$415535,35	Pago. R\$37075,35

200100	9701.22328.500-7	Data Início: 03/05/2002 - Data Fim: 03/05/2002	Não se aplica		30/05/07	624.960,00	Não se aplica	Não se aplica
<b>ACRE</b>								
<b>200069</b>	0139.0337.500-7			41600	08/11/10	326531,6		
<b>200069</b>	0139.0039.500-8			41416,08	08/11/10	325087,95		
<b>200069</b>	0139.00273.500-0			279469,48	08/11/10	755993,32		
<b>ALAGOAS</b>								
<b>AMAZONAS</b>								
<b>200071</b>	255005425000	IMÓVEL FUNCIONAL	REPAROS IMPORTANTES	680.000,00			598.626,00	62.243,17
<b>200071</b>	9847000745002	EM REFORMA	REPAROS IMPORTANTES	470.000,00			984.297,00	-
<b>200071</b>	255008835004	IMÓVEL FUNCIONAL	BOM	253.000,00			-	-
<b>200071</b>	255008855005	IMÓVEL FUNCIONAL	BOM	90.479,00			-	-
<b>AMAPA</b>								
380005	0605 00199.500-5	21	3		26/08/2002	121.783,63		
380005	0605.00201.500-4	21	3		26/08/2002	111.966,39		51.103,86
380005	0605.00193.500-2	21	3		12/07/2002	121.042,62		
380005	0605.00197.500-4	21	3		22/08/2002	134.549,98		
<b>BAHIA</b>								

200031	3573.00136.500.6	21	3	124.064,42	-----	124.064,42	-----	-----
200031	3965.00050.500.3	21	3	345.500,00	-----	345.500,00	-----	-----
200031	3515.00208.500.0	21	3	918.618,27	-----	918.618,27	-----	-----
200031	3573.00184.500.8	21	3	626.494,42	-----	626.494,42	-----	-----
200031	3849.00765.500.2	21	1	22.340.252,48	-----	22.340.252,48	-----	-----
200031	3849.00763.500.1	21	3	570.952,10	-----	570.952,10	-----	-----
200031	3363.00044.500.6	21	1	71.998,74	-----	71.998,74	-----	-----

**CEARÁ**

20082	1389 00364.500-9	Entrega - Administração Federal Direta	Bom	R\$ 2.350.000	18/12/2008	R\$ 3.368.556,60	559.495,42	442.241,09
20082	1389 00593.500-4	Entrega - Administração Federal Direta	Sem Valor	R\$ 140.000	26/12/2008	R\$ 140.000,01	-	2.465,65
20082	1389 00641.500-4	Entrega - Administração Federal Direta	Regular	R\$ 400.000	20/11/2008	R\$ 400.000,00	-	2.465,65
20082	1559 00403.500-0	Entrega - Administração Federal Direta	Sem Valor	R\$ 143.367	30/10/2008	R\$ 143.367,00	-	-
20082	1559 00405.500-1	Entrega -	Sem Valor	R\$ 182.758	30/10/2008	R\$ 182.758,92	-	-

		Administração Federal Direta						
<b>DISTRITO FEDERAL</b>								
200023	9701.17450.500-2	4	Bom	101.618,53	08/02/2011	101.618,53	3.000,00	0
200023	9701.22327.500-1	4	Bom	6.718.417,38	08/02/2011	6.759.013,63	979.588,05	124.462,50
<b>ESPÍRITO SANTO</b>								
200038	570500243.500-7	Em regularização	Muito bom		09/04/12	3.464.000,00	19.490,00	83.761,82
200038	570500215.500-4	Uso em serviço público	Em construção		21/08/12	11.119.000,00		
<b>GOIÁS</b>								
200066	9373.00456.500-6	21	2	1.695.763,20	23/06/09	22.000.617,68	24.000,00	58.917,07
<b>MARANHÃO</b>								
200078	0921.00621.500-9	4	3	569.476,50	08/02/2012	16.086.888,23	0,00	376.059,92
200078	0921.00640.500-2	11	3	17.001,60	19/02/2002	269.703,62	0,00	0,00
<b>MINAS GERAIS</b>								
200035	PRMG-BH	CESSÃO	EXCELENTE	20.140.000,00	2006	---		
200035	PRM-DVL	ENTREGA PROVISÓRIA	PRECÁRIO - RUIM		6/12/2011	Não informado SPU	0,00	0,00
200035	PRM-IPT	CESSÃO	EXCELENTE		2007	580.000,00		
200035	PRM-MOC	CESSÃO	EXCELENTE		2008	650.000,00		
200035	PRM-PSS	CESSÃO	LOTE SEM		2005	Não informado	0,00	0,00

			BENFEITORIA					
200035	PRM-PTO	CESSÃO	BOM		2010	675.000,00	0,00	0,00
200035	PRM-PSA	CESSÃO	EXCELENTE		2011	975.000,00		
200035	PRM-SJD	CESSÃO	BOM		2011	1.100.000,00	0,00	0,00
200035	PRM-URA 5401.00082.500-0	CESSÃO	EXCELENTE		2000	Não informado		
200035	PRM-UDI 5403.00291.500-3	CESSÃO	LOTE SEM BENFEITORIA		2007	Não informado	0,00	0,00
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>								
200040	9051.00329.500-5	21	3	10.200.000,00	10/05/2012	12.538.545,24	17.558,27	36.200,96
200040	9063.00202.500-8	21	4	410.000,00	15/05/2012	586.727,99	29.194,58	680,00
200040	9131.00233.500-5	21	4	170.581,23	12/04/2012	535.348,19		
200040	9165.00118.500-4	21	4	520.000,00	25/04/2012	601.142,48	24.290,03	
<b>MATO GROSSO</b>								
200064	898500058.500-9	ENTREGA	BOM	0,00	09/08/10	R\$604.319,13	R\$111.646,60	0,00
200064	904700195.500-0	ENTREGA	BOM	0,00	28/01/09	R\$310.000,13	92.120,62	16.392,25
200064	906700231.500-9	ENTREGA	BOM	0,00	28/08/10	R\$630.000,00	0,00	0,00
<b>PARÁ</b>								
200075	0427.00553.500-7	15	2		12/07/10	755.987,83	3.472	4.541
200075	0427.00780.500-1	23	4		12/07/10	36.340,00	-	-
200075	0427.00782.500-2	23	4		12/07/10	55.000,00	-	-

200075	0427.00784.500-3	23	4		12/07/10	159.830,00	-	-
200075	0427.00786.500-4	23	4		12/07/10	101.116,92	-	-
200075	0427.00821.500-3	23	4		12/07/10	64.000,00	-	-
200075	0427.00823.500-4	23	4		12/07/10	218.177,41	-	-
200075	0427.00825.500-6	23	4		12/07/10	150.000,00	-	-
200075	0427.00859.500--0	23	6		12/07/10	206.434,00	-	-
200075	0427.00861.500-1	23	6		12/07/10	83.623,70	-	-
200075	0427.00898.500-3	23	4		12/07/10	203.628,34	-	-
200075	0483.00898.500-3	23	4		12/07/10	48.750,00	-	-
200075	0535.00108.500-4	23	4		12/07/10	66.062,81	-	-
<b>PARAÍBA</b>								
200087	1981 00078.500-7	ENTREGA	Sem valor		08/02/09	129.360,00	0,00	0,00
200087	2051 00071.500-5	ENTREGA	Muito Ruim (valor residual)		22/02/10	566.738,95	0,00	0,00
200087	2051 00084.500-6	ENTREGA	Bom		25/02/11	1.542.036,90	58.885,89	43.214,72
200087	2225 00751.500-5	ENTREGA	Novo		13/02/12	915.466,49	0,00	1.969,75
<b>PERNAMBUCO</b>								
200090	2531008935001	Entrega	Bom	7.486.948,00	06/08/2010	9.293.512,25	325.837,60	31.534,58
200090	2381000515007	Entrega	(*)	640.000,00	27/02/2009	640.000,00	0,00	0,00
200090	2419000435004	Entrega	Regular	200.000,00	20/02/2006	206.322,40	0,00	0,00
200090	2419000445000	Entrega	(*)	359.551,63	15/07/2011	359.551,63	0,00	0,00
200090	2521001085005	Entrega	Novo	2.170.884,62	24/03/2008	2.183.054,45	0,00	8.184,24
200090	2577002585007	Entrega	(*)	558.494,00	06/08/2010	558.494,00	0,00	0,00

PIAUI								
200080	1159.00028.500-7	21	2 (MUITO BOM)	290000	22/05/07			
PARANÁ								
200053	7535.00344.500-6	21	Regular		26/12/2000	1.910.997,85		3.140,00
200053	7535.00407500-8	21	Muito bom		17/05/2005	3.518.185,30		81.346,28
200053	7535.00420.500-9	21	Muito bom		24/07/2006	859.064,65		
200053	7629.00031.500-6	21	Muito bom		05/12/2012	182.959,49		
200053	7667.00091.500-6	3	Sem valor		30/03/2011	179.357,10		
200053	7563.00810.500-4	3	Sem valor		30/03/2011	1.076.832,43		
200053	7745.00128.500-1	3	ruim		14/11/2003	30.041,08		316.927,55
200053	7691.0070.500-4	3	Sem valor		13/05/2009	682.932,46		14.956,00
200053	7777.00078.500-9	3	Sem valor		09/05/2011	13.803,68		
RIO GRANDE DO NORTE								
200085	1761 00390.500-6		Bom		01/10/2012	3.097.208,90		
200085	1761 00524.500-3		bom		01/10/2012	494.651,85		
RIO GRANDE DO SUL								
200061	8801.00438.500-7	13	3	1.344.419,78	25/01/08	1.344.419,78		
200061	8801.00484.500-8	13	3	778.752,00	26/12/00	778.752,00		
200061	8801.00498.500-4	13	3	166.881,47	26/12/00	166.881,47	4.190.000,00	
200061	8801.00503.500-0	13	3	4.030.198,53	27/11/01	4.030.198,53	86.845,01	26.329,02
200061	8801.00504.500-5	13	3	664197,31	26/12/00	664.197,31		
200061	8599.00026.500-9	13	3	531.804,16	08/06/07	531.804,16	1.560.000,00	2.795,00
200061	8847.00089.500-9	13	3	590.000,00	23/10/08	590.000,00		488,60
200061	8619.00029.500-3	13	3	450.000,00	21/12/11	460.000,00	81.593,98	

200061	8785.00046.500-5	13	3	1.078.000,00	28/02/12	1.078.000,00		6.734,22
200061	8791.xxxxx.yyy-z	12	1		31/12/12	4.101.736,17	41.849,40	200,00
Total	5.960.288,39	36.546,84						
<b>RONDONIA</b>								
200046	0000300352500-1		Bom	103.400,00	17/09/2010	103.400,00		-
<b>RORAIMA</b>								
380006	-	-	ótimo	-	-	-	130.666,06	92.272,38
<b>SANTA CATARINA</b>								
200058	8081.00032.500-7	13	2			700.000,00		
200058	8105.00219.500-4	13	5		28/09/2010	1.848.702,77		
200058	8105.00421.500-2	13	3	12.690.345,93				
200058	8161.00096.500-8	13	3	169.319,72				
200058	8175.00008.500-8	13	2	594.000,00				1.331,95
200058	8179.00042.500-6	13	4	230.086,31				870,00
200058	8179.00045.500-2	13	4	7.255,18				
200058	8179.00056.500-2	13	4	6.923,43				
200058	8179.00082.500-4	13	4	450.000,00				
200058	8179.00086.500-6	13	4	450.000,00				
200058	8183.00054.500-0	13	2	3.751.235,91				
<b>SÃO PAULO</b>								
200049	6155 00020.500-8	13	3	—	26/12/2007	750.000,00		
200049	6163.00015.500-1	13	2	—	02/03/2007	562.808,49		
200049	6219 00059.500-0	13	4	—	01/12/2000	269.241,59		
200049	6219 00076.500-3	13	2	—	10/10/2006	65.280,52		

200049	6219 00078.500-4	13	2	—	11/10/2006	1.672.295,34		
200049	6219 00080.500-5	13	2	—	13/10/2006	279.568,29		
200049	6219 00082.500-6	13	2	—	13/10/2006	28.988,58		
200049	6219 00088.500-9	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00090.500-0	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00092.500-0	13	2	—	13/10/2006	28.988,58		
200049	6219 00094.500-1	13	2	—	13/10/2006	28.988,58		
200049	6219 00096.500-2	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00098.500-3	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00100.500-2	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00102.500-3	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00104.500-4	13	2	—	13/10/2006	23.700,96		
200049	6219 00106.500-5	13	2	—	13/10/2006	31.469,86		
200049	6219 00234.500-1	13	—	—	17/11/2011	307.714,00		
200049	6219 00236.500-2	13	—	—	17/11/2011	209.214,00		
200049	6219 00238.500-3	13	—	—	17/11/2011	209.214,00		
200049	6251 00008.500-6	13	1	—	18/12/2007	600.000,00		
200049	6291 00044.500-1	13	—	—	29/09/2011	1.209.189,04		
200049	6469 00017.500-0	13	3	—	03/01/2008	600.000,00		
200049	6607 00016.500-8	13	3	—	08/09/2008	660.000,00		
200049	6681 00017.500-2	13	3	—	06/12/2000	794.891,15		
200049	7071 00138.500-0	13	3	—	01/01/2012	3.960.962,83		
200049	7145 00220.500-3	13	3	—	10/05/2005	500.000,00		

SERGIPE								
200022	3105.00120.500-9	VAGO PARA USO	BOM		27/07/2012	591.325,23	-	-
TOCANTINS								
200201	973300351.500-1		Bom	414.000,00	29/11/2011	414.000,00		
1ª REGIÃO-DF								
200208	9701 21417.500-8	21	3	5.419.021,53	28/12/07	8.617.833,89	261.670,00	801.384,14
200208	9701 27267.500-0	21	3		04/12/00	558.802,38		
2ª REGIÃO-RJ								
200045	6001.01970.500-0	4	BOM		03/02/2003	1.997.025,57	66.104,55	
200045	6001.02309.500-9	4	BOM	929.174,40	03/2011	1.590.000,00		
200045	6001.02495.500-1	4	BOM	1.002.350,05	03/2011	1.990.000,00		
3ª REGIÃO-RJ								
200204	7107 00772.500-2	21	3	25.000.000,00	18/08/2011	40.407.412,35	2.273.532,71	4.221.545,34
200204	7107 00550.500-5	21	3	821.908,54	18/08/2011	7.624.879,15	-	-
4ª REGIÃO-RJ								
200102	880100522.500-3	13	3	3.648.125,52	26/12/00	3.648.125,52	R\$ 159.617,67	R\$ 145.303,29
200102	880100519.500-7	13	3	607.200,00	26/12/00	607.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5ª REGIÃO-RJ								
200207	2531.00865.500-9	21	Bom	10.000.000,00	Dezembro/200 4	10.000.000,00	R\$ 211.990,42	R\$ 47.826,40
Total							Σ	Σ

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - Spiunet/ SIAFI OPERACIONAL 2012/2011/2010.

**OBSERVAÇÕES:**

**200071** - Na ótica da gestão de imobilizados, a Procuradoria da República no Amazonas – PR-AM visa disponibilizar a seus membros e servidores bens imóveis capazes de atender suas necessidades, bem como garantir a prestação do serviço público com qualidade e segurança, oferecendo, desta forma, melhor suporte às atividades desenvolvidas pelo órgão na busca de atingir os resultados desejados.

Dessa maneira, o prédio sede da PR-AM possui contrato de manutenção permanente, o que possibilita uma fiscalização diária das necessidades de ajustes e reparos nas instalações oferecidas ao público interno e externo. Tal contrato proporciona a presença diária de 01 (um) terceirizado, 08 (oito) horas por dia para realizar diretamente os reparos necessários.

Cumpra-se citar que o prédio sede da Procuradoria da República em Tabatinga, RIP 9847000745002, encontra-se em reforma e não vem sendo utilizado para alocação de pessoal, visto que atualmente não há condições nas edificações. Como pode-se perceber por meio dos valores com reformas, ocorrerão no exercício de 2013 adaptações no edifício que possibilitarão utilização adequada.

Cabe registrar que no âmbito da PR-AM não há bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência de impedimentos para regularização.

**200078** - O Valor Histórico refere-se ao preço do terreno - Prédio Sede da PR/MA

**200061** - Observação: O último imóvel corresponde à sede da PRM/Pelotas, já concluída mas não constante ainda do SPIUnet, por isso, sem número de RIP. O número inicial corresponde ao município. O valor especificado como “Valor Reavaliado” e o montante registrado no SIAFI, conta 14211.91.00 – Obras em Andamento.

## VIII – ITEM 8 DA PARTE “A”

### 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.

**4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:**

<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

**5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:**

<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

**6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:**

<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.

**7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre**

<input type="checkbox"/>	( 2 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	( 2 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	( 1 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	( 1 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

**8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)**

<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

**9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?**

<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

**Comentários**

Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

A questão 4 não contempla a situação atual do MPF. Acabamos de concluir o nosso primeiro PDTI. Ele será submetido às instâncias competentes para aprovação e posterior publicação.

Os dois últimos itens da questão 7 foram respondidos com (1) *nunca*, pelo fato de que o desenvolvimento de sistemas no MPF é essencialmente realizado com recursos humanos próprios. No exercício de 2013 o MPF irá promover a sua primeira contratação de uma fábrica de *software*.

## IX – ITEM 9 DA PARTE “A”

### 9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>⚡ A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <a href="#">Substituição de garrafas de água mineral por filtros, utilização de papel reciclado.</a></p>		X			
<p>⚡ Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>		X			
<p>⚡ A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>		X			
<p>⚡ Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesma condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	X				
<p>⚡ No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <a href="#">Ainda não foi possível mensurar.</a></p>		X			
<p>⚡ No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <a href="#">Papel reciclado</a></p>		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>▲ <i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i></p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <i>Os veículos de serviço adquiridos são flex podendo ser abastecidos com etanol (combustível alternativo), os veículos de autoridades continuam sendo apenas gasolina</i></p>		X			
	Sim (X)		Não ( )		
<p>▲ <i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i></p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>▲ <i>Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. <b>CLC</b></i></p>			X		
<p>▲ <i>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i></p>				X	
<p>▲ <i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i></p>					X
<p>▲ <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i></p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <i>Campanhas informativas (matérias no correio eletrônico semanal do Programa de Gestão Ambiental, cartazes afixados nos murais e elevadores etc), treinamentos, oficinas vivenciais</i></p>				X	
<p>▲ <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <i>Campanhas informativas (matérias no correio eletrônico semanal do Programa de Gestão Ambiental, cartazes afixados nos murais e elevadores etc), treinamentos, oficinas vivenciais, palestras, atividades na semana do meio ambiente, sensibilizações diversas</i></p>				X	
Considerações Gerais:					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

### QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel*</b>	16.929 resmas	17.489 resmas	17.696 resmas	R\$ 110.344,63	R\$ 118.741,25	R\$ 124.460,31
<b>Água</b>	55.304 (m³)	82.355 (m³)	86.177 (m³)	858.592,42	1.157.557,54	0,00
<b>Energia Elétrica</b>	6.525.328	5.606.071 (kWh)	5.856.782	2.490.359,16	2.124.638,83	2.080.112,98
			<b>Total</b>			

Fonte: Secretaria de Administração - SA/PGR/MPF

\* Detalhes do consumo de papel:

Papel Alcalino	14.143 resmas	14.940 resmas	15.690 resmas	R\$ 110.344,63	R\$ 118.741,25	R\$ 124.460,31
Papel Reciclado	2.786 resmas	2.549 resmas	2.006 resmas	R\$ 23.574,25	R\$ 21.922,20	R\$ 16.994,91

## X – ITEM 10 DA PARTE “A”

### 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### 10.1.3 Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 – PGR/SGP

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	49/2012		Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Secretaria de Gestão de pessoas			
Descrição da Recomendação			
4.11 – Encaminhar a relação dos débitos pendentes de recolhimento encaminhada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional pra inclusão na Dívida Ativa da União. 7. Comprovantes dos reembolsos realizados ao MPF, em abril de 2012, em relação os servidores cedidos com ônus para o órgão cessionário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
4.11 – Enviados a Auditoria cópias dos Ofícios encaminhados a Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa dos servidores Antonio Manoel de Jesus, José Carlos Veloso Filho, Maria Cristina de O. Lia, Luciana de Oliveira Avelino, Paulo Henrique Stolf e Felipe Luiz F. de Carvalho. Também foram solicitados endereços atualizados dos servidores requisitados Elda Barbosa Barrozo, Maria Célia Rodrigues de Sousa e Paulo Soares dos Reis e em cumprimento ao determinado na Portaria MF nº 75/2012 apenas os valores igual ou superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) devem ser inscritos em Dívida Ativa, nesse sentido os processos com valores inferiores ao estipulado, apesar de reiteradas notificações que não foram pagos, foram encaminhados para o arquivo corrente. 7 – Houve apenas um reembolso realizado no mês de abril/12, referente ao servidor Alexandre Cordeiro, cedido ao Tribunal de Contas de São Paulo			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendações atendidas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Sempre há dificuldade em localizar ex-servidor exonerado/vacância			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	43/2011		Ofício

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Secretaria de Gestão de Pessoas	

**Descrição da Recomendação**

4.3 – Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título do adic. de insalubridade aos servidores matriculas 11884, 2904, 4012, 7667, 20201 e 5642, cf manifestação do Exmo. Senhor Secretário-Geral do MPU, de 23/09/2011, constante em Parecer emitido no PA PGR/MPF nº 1.00.000.002188/2011-36, que analisou situação análoga no MPM e relatório dos valores com previsão de início e fim do desconto.

4.11 – Adotar medidas efetivas, nos casos de servidores desligados e que estão com débito junto ao erário, com vistas a cobranças dos valores eventualmente devidos, de forma a atender o artigo 47 da Lei nº 8112/90.

4.15 – Promover os recolhimentos das arrecadações realizadas para o Plan-Assiste, mediante consignações, utilizando código específico, CS04 – Retenção para planos de prev. e assistência médica, ou, se usado o código de dedução CS99, criar lista de credores, a fim de especificar os valores relativos ao Plan-Assiste.

4.18 – Aplicar a proporcionalidade de redução, no caso de jornada de trabalho reduzida com redução proporcional da remuneração, a todas as rubricas que compõem a remuneração do servidor, inclusive a VPNI (décimos).

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

4.3 – Providenciado levantamento dos valores pagos indevidamente à título do adicional de insalubridade aos servidores das matrículas: 11884, 2904, 4012, 7667, 20201 e 5642, iniciando o desconto em fevereiro/2012, bem como encaminhado a AUDIN relatório com os valores e previsão de início e fim do desconto.

4.11 – O trabalho de reiteração das cobranças iniciou-se no mês de mar/12, não sendo recolhidos, os débitos pendentes foram encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inclusão na Dívida Ativa da União. Em jul/12 foi enviado relatório a AUDIN dos servidores com débito junto ao MPF.

4.15 – O código de dedução CS99 é utilizado para promover os recolhimentos das arrecadações realizadas para o Plan-Assiste, mediante consignações e que foi solicitado a Secretaria de Informática a criação de listas de credores, a fim de especificar os valores relativos ao Plan-Assiste. Ainda houve o desmembramento da dedução CS99 e consolidação na dedução CS04 a partir de janeiro/2012.

4.18 – A aplicação da redução de remuneração nos casos de jornada de trabalho reduzida a partir de janeiro/2012 foi de acordo a decisão do Senhor Secretário-Geral do MPU no sentido da proporcionalização das verbas que compõem a renda bruta para servidores com jornada de trabalho reduzida, à exceção da Vantagem Pessoal decorrente da incorporação de quintos/décimos.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Buscou atender as recomendações

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Há dificuldade para localizar ex-servidor para cobrança do acerto financeiro de exoneração/vacância.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	29/2012		Ofício
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>1.b – Informar quais foram as providências adotadas para que o servidor Sem Vínculo Sergio Monteiro da C. Mesquita , matrícula 15588, exonerado em 26/09/11, efetuasse o pagamento da dívida remanescente com o Plan-Assiste.</p> <p>1.c – Informar quais foram as providências adotadas para que o servidor Sem Vínculo Leopoldo Klosovski Filho, matrícula 12071, exonerado em 16/04/12, para devolução ao erário dos valores pagos a maior nos meses de abril e maio/2012.</p> <p>3 – Planilha com listagem dos servidores que gozaram ou estão em gozo de licença para atividade política em 2011 e 2012, informando o período da licença, a data do registro da candidatura junto a Justiça Eleitoral e sua respectiva cópia.</p> <p>5 – Planilha com relação de servidores beneficiários do auxílio-transporte referente ao mês de junho/2012</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>1.b – Providenciado o acerto financeiro referente a exoneração do servidor Sem Vínculo Sergio Monteiro da Cunha Mesquita, matrícula 15588, o qual resultou num débito de R\$ 844,42, recolhido por meio de GRU, impossibilitando o desconto do saldo devedor do Plan-Assiste.</p> <p>1c – O acerto financeiro do servidor Sem Vínculo Leopoldo Klosovski Filho, matrícula 12071, relativo ao Cargo em Comissão de Secretário-Geral Adjunto, resultou num débito de R\$ 6.241,26. Como foi designado para outro Cargo em Comissão, a reposição ao erário foi incluído na folha de pagamento a partir de setembro/12.</p> <p>– A planilha solicitado foi enviada à AUDIN/MPU.</p> <p>5 – Encaminhado relatório com os nomes dos servidores que receberam auxílio-transporte no mês de junho/12.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendações atendidas			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Trabalhos que dependem de outras Coordenadorias			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	38/2012		Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Secretaria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
<p>4;3 Informar se já foi implementado mecanismo de controle no GPS, relativo à remuneração dos servidores cedidos no órgão cessionário.</p> <p>4.9 – Justificar o pagamento da GAMPU na remuneração dos servidores cedidos a ENTIDADES da Administração Pública Indireta, em desacordo com o disposto contido no parágrafo 4º do artigo 11 da Lei 11415/2006, e, se for o caso, providenciar a devida suspensão do pagamento.</p> <p>4.13 – Suspender o pagamento do adicional de insalubridade à servidora matrícula 6742 e providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.</p> <p>4.15 – Adotar mecanismos efetivos de controle de forma a tornar tempestiva a comunicação aos demais ramos do MPU quanto à existência de saldo devedor de servidores removidos e de forma a fortalecer os controles quanto à efetividade dos descontos.</p> <p>4.18 – Adotar medidas efetivas de forma a evitar prejuízos ao Erário decorrentes de valores devidos por servidores no momento de sua remoção para outro ramo do MPU.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
<p>4.3 – O mecanismo de controle relativo à remuneração dos servidores cedidos esta sendo providenciado em parceria com a STI e CCLP.</p> <p>4.9 – O pagamento da GAMPU aos servidores cedidos matr 17156 e 20529, encontram-se em desacordo com o dispositivo legal, e será excluído o citado valor a partir do mês de janeiro/13. Quanto ao servidor 20508 já havia retornado ao MPF em 30/8/12. O levantamento dos valores a serem ressarcidos ao erário será providenciado pela Coordenadoria.</p> <p>4.13 – Pagamento de Insalubridade esta sendo tratado no PA 1.22.000.001466/2009-56 e encontra-se no Gabinete do Secretário-Geral (Proc. 1.22.000.001466/2009-56)</p> <p>4.15 – O controle já existe, onde o ramo é comunicado por meio de ofício sobre débito proveniente de acerto financeiro do servidor.</p> <p>4.18 - São enviados ao ramo do MPU guia e ficha financeira com todas as informações pertinentes ao servidor para inclusão em folha de pagamento, bem como valores devidos pelos servidores, se houver.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendações parcialmente atendidas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Item 4.13 aguardando Decisão sobre o assunto			

### Quadro A.10.3 – PLAN-ASSISTE

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 43/2011	4.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>“Rever os procedimentos para pagamentos de auxílio alimentação efetuados ao servidor matr. 5432, o qual deverá manifestar opção pelo recebimento do benefício por um dos órgãos onde trabalhar e recebê-lo pelo valor integral, assim como adotar providências efetivas com vistas a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos em casos futuros”.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Opção do servidor pelo recebimento do benefício neste órgão e cancelamento no outro órgão que possui vínculo.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cancelamento desde de janeiro de 2012 do recebimento do benefício no outro órgão onde o servidor possui vínculo, conforme declaração emitida em 20 de agosto de 2012 pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 43/2011	4.12	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>“Incluir na base de cálculo de contribuição e custeio do Plan-Assiste, a remuneração recebida no órgão cessionário, devendo, nos casos apurados em que houver contribuição a menor, levantar os valores devidos para ressarcimento ao erário, informando a AUDIN dos resultados alcançados”.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Inclusão da remuneração do órgão cessionário na base de cálculo de contribuições e custeios do Plan-Assiste.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
54 servidores com inclusão e apuração de valores e contribuições a menor para cobrança nos contracheques dos meses vindouros.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 43/2011	4.13	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"Aperfeiçoar os mecanismos de controle do Plan-Assiste/MPF quanto à cobrança efetiva das dívidas de custeio de ex-beneficiários que adquiriram essa condição, seja por remoção entre ramos, exoneração, etc, informando a AUDIN dos resultados alcançados".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foram realizadas as seguintes ações: 1) transferência de saldos remanescentes do sistema antigo para o sistema Benner de todos os saldos de dívidas de beneficiários e ex-beneficiários; 2) transferência de saldo de dívidas dos titulares falecidos para os pensionistas; 3) identificação dos titulares falecidos que não apresentam pensionistas; 4) cobrança de dívidas, por meio do OF/CIRC/DEPAM/PA/Nº 58, aos ex-beneficiários; tudo conforme OF/DEPAM/PA/Nº5032, de 22 de agosto de 2012.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Do total da dívida de ex-beneficiários, R\$ 498.478,72 referem-se a servidores ativos e estão sendo descontadas em contracheque. Do montante restante, no total de R\$ 2.494.065,46, foi negociado, até janeiro de 2013, R\$ 228.120,39, dos quais já foram quitados R\$ 54.424,88, sendo que as cobranças continuarão sendo realizadas durante todo o ano de 2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 43/2011	4.16	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"Abster-se de conceder auxílio transporte para deslocamentos entre municípios não integrantes '... da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião', por estar a concessão em desacordo com a Portaria PGR n.º 350/2010".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Análise e cancelamento dos benefícios em desacordo com a Portaria PGR nº 350/2010.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cancelamento de 497 benefícios, sendo que alguns foram reativados posteriormente após atualização cadastral.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 43/2011	4.17	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"Adotar providências com vistas a manter constante a base de cálculo de participação dos servidores para fins de pagamento, aplicando o percentual de 6% sobre o valor do vencimento proporcional a 22 dias, independente da quantidade de dias trabalhados".			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

--	--

**Síntese da Providência Adotada**

Solicitação à área responsável pelo ajuste do sistema, Secretaria de Tecnologia da Informação, para adequação à solicitação da AUDIN-MPU.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

--

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

--

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
----------------------------	--

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.1	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Plan-Assiste/MPF	
------------------	--

**Descrição da Recomendação**

*“Providenciar a atualização cadastral do Plan-Assiste/MPF junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda”.*

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

--	--

**Síntese da Providência Adotada**

Atualização cadastral encaminhada à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Atualização efetivada, conforme consulta do sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

--

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<i>"Adotar providências com vistas a considerar o CNMP e o MPF – como centros de custos específicos, controlando em separado suas receitas e despesas com recursos diretamente arrecadados"</i>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Elaboração de relatórios de controle, para evidenciar em separado as despesas com beneficiários do CNMP e do MPF.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Controle adequado dos centros de custos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.28	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<i>"Adotar as medidas necessárias para que a execução financeira da ação '2004 – Assistência Médica e Odontológica' do Conselho Nacional do Ministério Público ocorra mês a mês, em conformidade com a utilização do programa pelos seus beneficiários".</i>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

A execução das despesas com beneficiários do CNMP, de janeiro a dezembro de 2012 totalizaram R\$ 973.587,13, valor inferior ao constante da LOA, R\$ 542.730,00, sendo a despesa excedente paga com recursos decorrentes de contribuições dos beneficiários.

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.10 e 5.21 a 5.26	

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

Plan-Assiste/MPF

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

5.10: "Informar os descumprimentos de prazos pela empresa Benner à autoridade competente, para que esta adote providências objetivando a aplicação das penalidades cabíveis, tendo em vista que a contratada não cumpriu os prazos contratuais"; 5.21: "Anular o recebimento definitivo do sistema de gestão em desenvolvimento pela empresa Benner, realizado em 26.02.2010 sem que o mesmo estivesse concluído, o que implicou no início do pagamento indevido da manutenção"; 5.22: "Providenciar a anulação do Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 04/2007, que prorrogou o contrato de manutenção do sistema de gestão do Plan-Assiste"; 5.23: "Providenciar a assinatura de termo aditivo ao contrato nº 04/2007 objetivando o estabelecimento de novos prazos para conclusão em definitivo da execução dos serviços contratados"; 5.24: "Apurar e providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente à empresa Benner com base no Termo de Contrato nº 04/2007, especialmente a título de treinamentos não realizados, de funcionalidades ainda não disponibilizadas e de serviços de manutenção pagos antes do recebimento definitivo do sistema pelos quatro ramos do MPU, informando os resultados à AUDIN-MPU"; 5.25: "Atender ao item 5 da Solicitação de Auditoria COAPE/SEAUD/AUDIN-MPU Nº 12/2010 informando, com base nos anexos I a IV do contrato 04/2007, firmado com a empresa Benner, os itens e subitens contratados que foram concluídos até 30.05.2008, aqueles que foram concluídos entre 30.05.2008 e 26.02.2010 e, para os demais itens e subitens, o mês em que foram concluídos ou o mês previsto para conclusão"; 5.26: "Providenciar o recebimento definitivo do sistema de gestão do Plan-Assiste somente quando todos os seus módulos contratados estiverem com 100% de funcionalidade, em conformidade com os anexos do contrato e ouvidos os demais ramos do MPU, de acordo com a Portaria PGR nº 118/2007".

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

Foi firmado compromisso entre os responsáveis interessados para implantação do sistema, na brevidade possível, nos quatro ramos do MPU, conforme reunião no Órgão de Controle Interno do MPU.

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.16	

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

Plan-Assiste/MPF

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

*“Encaminhar à AUDIN-MPU a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do exercício de 2010, evidenciado o saldo de cada conta contábil, elaborados com base no regime de competência das despesas e complementados por notas explicativas e outros quadros analíticos, se for o caso”.*

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

Foi encaminhado à AUDIN-MPU, anexo ao OF/DEPAM/PA/Nº 5104, de 1º de outubro de 2012, o Demonstrativo de Fluxo de Caixa do Plan-Assiste/MPF relativo ao exercício de 2011. O arquivo também está disponível no *site* da *internet* [www.planassiste.mpu.gov.br](http://www.planassiste.mpu.gov.br), na aba de informações financeiras.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Demonstrativos encaminhados.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

Relatório de Auditoria nº 01/2011	5.20	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Plan-Assiste/MPF		
<b>Descrição da Recomendação</b>		
<p><i>"Encaminhar à AUDIN-MPU cópia do relatório elaborado pela 'Comissão de implementação do Sistema Informatizado de Gestão do Plan-Assiste no MPU' em atendimento ao disposto na Portaria PGR nº 119, de 28 de março de 2007, alterada pela Portaria PGR nº 387, de 21 de agosto de 2007".</i></p>		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Relatório será elaborado imediatamente após a implantação do sistema nos demais ramos.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

### Quadro A.10.3 - ACRE

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Nº 19/2012	4.1.1	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<p><i>“Item 4.1.1 Reiteramos a recomendação para que a unidade adote providências para adoção do Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns conforme art. 4º do Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005 e OFÍCIO CIRCULAR/MPF/PGR/SG/N. 90, de 16 de setembro de 2011.”</i></p>			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p><i>“A Comissão Permanente de Licitação-CPL informa que esta Unidade Ministerial concluiu todos os procedimentos necessários à implantação e utilização do Pregão Eletrônico, principalmente no tocante ao cadastramento de usuários do sistema e à preparação dos servidores. Entretanto, merece registro a dificuldade para obtenção de treinamentos em nossa região, devido à inexistência de oferta de cursos para o objeto em específico, o que gerou maior morosidade para o início da utilização do mesmo. Ressalta-se ainda que, no exercício de 2012, esta Procuradoria realizou apenas 2 (dois) Pregões Presenciais, sendo certo, todavia, que o Pregão Eletrônico será utilizado nas próximas licitações até o final do exercício, o que inclui 1 procedimento ora em andamento para contratação de serviço de locação de impressoras para outsourcing (autos n. 1.10.000.000629/2011-19)”.</i></p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	Nº 19/2012	4.1.2	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<p><i>“Item 4.1.2 Adotar providências administrativas para adequação dos contratos de prestação de</i></p>			

serviços de natureza contínua aos termos da Resolução CNMP n. 3/2009, no prazo de 30 dias, por ela estabelecido”.

#### Descrição da Recomendação

A CPL informa que a Unidade incluirá nos próximos contratos a referida cláusula proibitiva. Vale salientar que tal vedação está sendo devidamente cumprida nos contratos hoje existentes.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

#### Recomendações do OCI

#### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nº 19/2012	4.1.2	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
“Item 4.1.2 Adotar providências administrativas para adequação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua aos termos da Resolução CNMP n. 3/2009, no prazo de 30 dias, por ela estabelecido”.	

#### Descrição da Recomendação

A CPL informa que a Unidade incluirá nos próximos contratos a referida cláusula proibitiva. Vale salientar que tal vedação está sendo devidamente cumprida nos contratos hoje existentes.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa** **Código SIORG**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nº 19/2012	4.1.3	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** **Código SIORG**

*“Item 4.1.3 Exigir da empresa contratada, com a periodicidade estabelecida na cláusula terceira do Contrato n. 1/2011, a apresentação dos comprovantes de entrega dos uniformes aos empregados alocados na unidade”.*

**Descrição da Recomendação**

“A CPL informa que a irregularidade detectada refere-se aos contratos de limpeza e copeiragem, ambos mantidos com a empresa Líder Serviços Gerais Ltda.. Observa que a Contratada foi devidamente notificada para sanar a impropriedade, tendo sido enviado documento que atesta o referido fornecimento.

A Contratada alegou, ainda, que a entrega dos uniformes ocorreu no prazo contratualmente fixado. O que teria gerado a irregularidade foi o esquecimento da mesma de repassar o recibo de fornecimento à Administração”.

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação** **Código SIORG****Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa** **Código SIORG**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nº 19/2012	4.1.4	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

*“4.1.4 Comunicar a Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto a assinatura de contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra com a empresa Líder Serviços Gerais Ltda, para fins do disposto no art. 18, § 5º C, VI da LC nº 123/06”.*

**Descrição da Recomendação**

*“Quanto à vedação de optante pelo simples para empresas que realize cessão ou locação de mão de obra, esta Procuradoria da República, acatando recomendação da Audin, expediu ofício à Receita Federal sobre o contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra com a empresa Líder Serviços Gerais para atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais providências”.*

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada	Código SIORG
Denominação Completa	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nº 19/2012	4.1.5	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

*“4.1.5 Exigir da empresa contratada e anexar aos processos de pagamentos, os comprovantes de recebimento de salário, vale-transporte, auxílio alimentação, bem como as Guias de pagamento da Previdência Social e do Recolhimento do FGTS, tendo como beneficiários os empregados que prestam serviço na Unidade, conforme orientação constante no Ofício-Circular nº 11/2006 – AUDIN/MPU”.*

**Descrição da Recomendação**

*“A Coordenadoria de Administração - CA esclarece que as ocorrências em questão referem-se a casos em que temos diferentes contratos de serviços terceirizados cujo prestador é a mesma empresa. Em razão disso, o setor competente estava procedendo, equivocadamente, à juntada dos documentos referenciados em somente um dos procedimentos, quando se deveria, na verdade, juntar um dossiê documental, mensalmente, para cada um dos procedimentos individuais de pagamento. O setor em tela já foi devidamente orientado à, doravante, abster-se de proceder em desconformidade com o que foi recomendado pelo controle interno”.*

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

**Síntese da Providência Adotada**

---

**Síntese dos Resultados Obtidos**

---

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

---

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nº 19/2012	4.1.6	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação****Código SIORG**

*“4.1.6 Adotar medidas junto à empresa contratada objetivando a comprovação do recolhimento relativo ao seguro de vida tendo por beneficiário e empregada que esteve prestando serviço na Unidade”.*

**Descrição da Recomendação**

*“A CPL informa que no tocante ao Seguro de Vida da funcionária terceirizada Sebastiana Oliveira, a Contratada foi notificada a apresentar Apólice de Seguro de Vida que evidencie a cobertura da mesma (Anexo III). Tão logo a Contratada regularize a pendência encaminharemos o comprovante ao controle interno”.*

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

---

**Síntese dos Resultados Obtidos**

---

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

---

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nº 19/2012	4.1.7	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
"4.1.7 Providenciar o efetivo controle das cópias extraídas conforme cláusula terceira na Unidade".	

**Descrição da Recomendação**

"A PRAC acata a recomendação desta Auditoria. O gestor do Contrato de Reprografia (07/2009) foi orientado a atestar o pagamento do serviço somente após apresentação do relatório do quantitativo de cópias extraídas, conforme contador automático da máquina, o qual será emitido na presença do referido gestor. Registra-se, ademais, que o controle de extração de cópias por membros e servidores foi implantado através da Portaria Nº 10/2012, de 17 de maio de 2012".

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Nº 19/2012	4.1.8	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

"4.1.8 Exigir da empresa contratada e anexar aos autos dos processos de pagamentos comprovação da regularidade da empresa perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme dispõe o inc. III do art. 29 c/c o inc. XIII do art. 55 da Lei 8.666/93".

**Descrição da Recomendação**

"A Unidade acata a recomendação dessa Auditoria, esclarecendo que a apresentação mensal das certidões relativas à Fazenda Federal sempre foi regularmente exigida das empresas contratadas, mas por um lapso da Administração deixou-se de exigir neste exercício os comprovantes com abrangência estadual e municipal, o que doravante voltará a ser observado".

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Nº 19/2012	4.1.9	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação***“4.1.9 Incluir nos processos licitados portaria com a designação do pregoeiro e equipes de apoio, em observância ao art. 30,VI, do Decreto nº 5.450/2005”.***Código SIORG****Descrição da Recomendação***“A CPL informa que a providência recomendada será observada nos próximos procedimentos licitatórios”.***Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Nº 19/2012	4.1.10	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação***“4.1.10 Observar o que estabelece o art. 17 do Decreto nº 5.450/2005 quanto a necessidade de publicação de avisos de licitação em jornal de grande circulação, com vistas à regular***Código SIORG**

publicidade dos certames licitatórios".

**Descrição da Recomendação**

"A CPL informa que a providência recomendada pelo controle interno será fielmente observada nas próximas licitações".

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Nº 19/2012	4.1.10	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

"4.1.10 Observar o que estabelece o art. 17 do Decreto nº 5.450/2005 quanto a necessidade de publicação de avisos de licitação em jornal de grande circulação, com vistas à regular publicidade dos certames licitatórios".

**Descrição da Recomendação**

"A CPL informa que a providência recomendada pelo controle interno será fielmente observada nas próximas licitações".

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Nº 19/2012	4.1.11	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

*"4.1.11 Abster-se de proceder a compras com base no menor valor total, sempre que for mais vantajosa a adjudicações por itens".*

**Descrição da Recomendação**

*"A CPL esclarece que, em atendimento aos princípios da legalidade e da economicidade, a PR/AC sempre evitou promover aquisições de bens e serviços adotando como critério único de julgamento e aceitabilidade de preços o menor valor global das propostas. A adjudicação por itens, portanto, é sempre levada em conta nessa hora. No particular, vale registrar a dificuldade enfrentada pela Administração para efetuar a compra de determinados produtos na praça de Rio Branco, principalmente os de informática, que por vezes exigem certos requisitos técnicos que a maioria dos fornecedores locais não está apta a atender. Diante disso, muitas vezes é preciso recorrer a empresas estabelecidas em outros estados da federação, e estas, dependendo da quantidade a ser fornecida, muitas vezes não se dispõem a enviar o produto para esta localidade, devido ao custo operacional envolvido. No caso em tela, o Presidente da CPL foi informado pelo representante da Systec que a empresa não teria intenção de atender ao fornecimento, exceto se fossem adquiridos ambos os itens (de mesma marca). Assim, diante da impossibilidade de se efetivar a compra por itens, esta Procuradoria optou pela compra direta com a Systec, uma vez que se mostrava economicamente mais vantajosa essa providência, utilizando-se, claro, o critério do preço global. Assim, a PR/AC acata a orientação da AUDIN e redobrará esforços para que tal mandamento continue a ser religiosamente seguido nas próximas aquisições, sendo certo, porém, que somente na absoluta impossibilidade de se promover a aquisição por itens, em razão de critérios técnicos ou de outrocircunstância relevante, é que a Administração adotará a adjudicação por preço global, hipótese em que haverá expressa justificativa nos autos".*

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Nº 19/2012	4.1.12	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
<i>"4.1.12 Proceder à retenção referente aso impostos e contribuições federais pela alíquota de 5,85%, conforme dispõe da IN RFB nº 1.234/2012".</i>	

**Descrição da Recomendação**

*"A CA esclarece que as ocorrências referem-se a pagamentos de assinaturas ou renovações de periódicos de interesse da Unidade, ocasião em que, por um lapsos, deixou-se de fazer o recolhimento devido, conforme estipula a legislação de regência. O setor em tela já foi devidamente orientado à, doravante, abster-se de proceder em desconformidade com o que foi recomendado pelo controle interno".*

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

**Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada**

Denominação Completa	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Nº 19/2012	4.1.13	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
<i>"4.1.13 Aplicar, nos próximos contratos de obras, as sanções previstas em instrumento contratual quando a empresa contratada der causa, injustificadamente, a atraso na execução do objeto".</i>	

**Descrição da Recomendação**

*"A CPL informa que doravante procederá de acordo com o recomendado pelo órgão de controle interno. Neste sentido, inclusive, impende informar que se encontra aberto procedimento de apuração de ocorrência em tese de infração contratual por parte da empresa atualmente contratada para execução da 2ª etapa da obra de construção do novo edifício-seda da PR/AC, estando o procedimento em fase de análise de defesa prévia (autos n. 1.10.000.000547/2012-55)".*

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

Síntese da Providência Adotada	
--------------------------------	--

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Nº 19/2012	4.1.14	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
<i>"4.1.14 Reiteramos a recomendação no sentido de exigir, nos contratos vigentes, e nos próximos a complementação do valor da garantia de contrato, quando ocorrer acréscimo de valor de obras e serviços, conforme estabelece o art. 56, §2º, da Lei n. 8.666/93".</i>	

**Descrição da Recomendação**  
 "A CPL informa que será providenciado conforme recomendação do controle interno".

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	Nº 19/2012	4.1.15	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.15 Incluir nos autos a portaria de designação da Comissão Permanente de Licitação, quando esta for responsável pelo procedimento licitatório realizado".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A CPL informa que será providenciado conforme recomendação do controle interno".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	Nº 19/2012	4.1.16	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.16 Fazer constar nos processos licitatórios, referentes a obras e serviços de engenharia, o detalhamento dos custos que compõem o BDI, conforme dispõe o Acórdão n. 1.881/2005 – Segunda Câmara".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"No particular, com todas as vênias de estilo, a CPL pondera que, ao contrário do registrado pela ilustre equipe de auditoria, consta do procedimento inquinado o detalhamento do BDI da proposta vencedora, conforme prova que se junta a este documento".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

Síntese da Providência Adotada	
--------------------------------	--

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Nº 19/2012	4.1.17	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

*"4.1.17 Fazer constar dos autos dos respectivos processos, cópia da publicação do resultado do julgamento da licitação, conforme estabelece o Decreto n. 3.555/2000, art. 21, inciso XII".*

**Descrição da Recomendação**

*"A CPL informa que a publicação em questão foi devidamente juntada aos autos".*

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	Nº 19/2012	4.1.18	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.18 Adotar medidas objetivando o cumprimento do prazo de publicação dos extratos dos contratos no DOU, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A CPL informa que será providenciado conforme recomendação do controle interno".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	Nº 19/2012	4.1.19	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.18 Adotar medidas objetivando o cumprimento do prazo de publicação dos extratos dos contratos no DOU, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A CPL informa que será providenciado conforme recomendação do controle interno".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

---

**Síntese dos Resultados Obtidos**

---

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

---

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa****Código SIORG**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Nº 19/2012	4.1.20	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação****Código SIORG**

"4.1.20 Adotar medidas objetivando a regularização da situação do bem não localizado ou, se for o caso, informar à AUDIN os resultados de eventuais medidas administrativas já adotadas".

**Descrição da Recomendação**

"Cumprir informar que antes da abertura de procedimento investigativo, a Seção de Controle e Administração de Material e Patrimônio – SCAMP informou que o bem em questão, que não fora localizado no inventário referente ao exercício de 2011, havia sido encontrado e estava de posse daquela seção".

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

---

**Síntese dos Resultados Obtidos**

---

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

---

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Nº 19/2012	4.1.21	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
"Apurar as causas das diferenças verificadas entre os registros de estoque do Almoxarifado e a existência física do bem, devendo ainda, adotar providências para a reposição dos bens ao erário, se for o caso, comunicado a AUDIN-MPU os resultados alcançados".			
Descrição da Recomendação			
<p>"Em atenção à recomendação em tela, a CA informa que procedeu minucioso levantamento no almoxarifado da Unidade e nos registros do sistema ASI WEB de modo a verificar a causa das inconsistências verificadas na inspeção realizada entre os dias 21 e 24 de maio de 2012, tendo sido verificado o seguinte:</p> <p>a) Papel A4 reciclado (cód. 200002788): O quantitativo registrado hoje no sistema é de 62 (sessenta e duas) resmas, ao passo que fisicamente a quantidade encontrada é de 71 (setenta e uma), conforme levantamento recente realizado pela CA. (...) Como justificativa para a diferença encontrada, a SCAMP informa que pode ocorrer eventualmente de algum setor solicitante – notadamente da área jurídica – fazer solicitação de uma quantidade maior de determinado material, à guisa de reserva, com vistas a utilizá-lo em algum evento extraordinário (audiência pública, correição ordinária, treinamento interno e etc.) e posteriormente verificar-se sua desnecessidade, voltando o material ao almoxarifado, fisicamente, sem o devido retorno no sistema, gerando daí o problema dos insumos excedentes. (...) O ajuste dos registros de estoques, irá dar-se pela liberação do material excedente e cancelamento do registro do sistema.</p> <p>b) Cartucho Epson C87 Preto (cód. 200004586): O quantitativo registrado hoje no sistema é o mesmo verificado à época da auditoria, ou seja, 6 (seis) cartuchos, e o levantamento físico atualizado aponta igualmente déficit de 2 (duas) unidades desse item. (...) É de se observar, todavia, que ao se proceder o levantamento do item Cartucho Epson C87 Ciano (cód. 200012437), verifica-se que, nesse caso, o quantitativo registrado é de 4 (quatro) e o existente fisicamente é de 6 (seis), exatamente o contrário do que se observa nos catuchos de cor preta. Forçoso admitir, portanto, que pode ter havido lametável equívoco na hora da entrega dos cartuchos desse tipo de impressora, confundindo-se um pelo outro no momento do atendimento da requisição. (...) Parece-nos que a única forma de ajuste do estoque, dado não ter havido dolo na perpetração da irregularidade e nem efetivo prejuízo ao erário, é solicitar-se o ajuste via sistema, através do suporte ao sistema ASI WEB na PGR, caso não haja óbice por parte dessa Auditoria Interna.</p> <p>Cartucho HP C9363WL (cód. 200005000): O quantitativo registrado hoje no sistema é o mesmo verificado à época da auditoria, 6 (seis) cartuchos, e o levantamento físico atualizado aponta igualmente excedente de 1 (uma) unidade desse item. (...) A SCAMP apresenta as mesmas justificativas aplicáveis ao caso explicitado na letra "a" deste item, defendendo igualmente que o ajuste do estoque se faça por distribuição do material sem registro no sistema, até que o excedente seja zerado.</p> <p>d) Cartucho D3470B (cód. 200019468): O quantitativo registrado hoje no sistema é de 2 (dois) cartuchos, e o levantamento físico atualizado aponta excedente de 1 (uma) unidade desse item, persistindo, portanto, o saldo a maior verificado à época da auditoria. Como justificativa, a SCAMP apresenta as mesmas justificativas aplicáveis aos casos explicitados nas letras "a", e "c" deste item, defendendo igualmente que o ajuste do estoque se faça por distribuição do material sem registro no sistema, até que o excedente seja zerado.</p> <p>e) Cartucho 3420 DN (Cód. 20000 2478): O quantitativo registrado hoje no sistema e o levantamento físico atualizado aponta a mesma quantidade desse item, não havendo a divergência verificada a época da auditoria. Como justificativa pela divergência encontrada à época da auditoria, a SCAMP apresenta a mesma justificativa para os itens "a", "c" e "d" deste item.</p> <p>f) Carregador Canon (cód. 2000117518): O material em questão foi localizado pelo setor responsável e feita a remessa do material ao atual detentor do bem (Assessoria de Comunicação da Unidade)".</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

**Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Nº 19/2012	4.1.22	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

"4.1.22 Atentar para o cumprimento da Portaria PGR nº 513 de 23/07/2013, quanto ao correto preenchimento dos campos da Autorização de Saída de Veículos – AVS".

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

"A Unidade acata a recomendação dessa Auditoria e informa que doravante o Setor de Transporte – SETRAN da Unidade redobrá esforços para que fatos dessa natureza não se repitam".

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Nº 19/2012	4.1.23	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
"4.1.23 Justificar o elevado consumo de combustível por veículos dessa unidade, evidenciando no "MAPA MENSAL DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – MACOM" de fevereiro de 2012".	

**Descrição da Recomendação**

"De acordo com informações do SETRAN, o elevado consumo de combustível apresentado pelo veículo oficial, marca FIAT, modelo Pálio, placa MZQ-3233, em fevereiro de 2012, objeto de recomendação por parte desse controle interno, deveu-se basicamente à forma e à periodicidade de abastecimento do referido automóvel. (...) o consumo médio é calculado pela razão entre o número de quilômetros percorrido e a quantidade de combustível consumida nesse deslocamento, o ideal é que todos os abastecimentos fossem realizados quando o nível de combustível no tanque estivesse suficientemente baixo para não comprometer a precisão do cálculo. Sendo que, o período de abastecimento não coincide com o fechamento dos gastos de combustível, o que influencia na média para o período considerado. A mingua de outra explicação plausível, isso é o que parece ter ocorrido no caso vertente, uma vez que é o que se pode inferir do exame de um novo levantamento de consumo providenciado diligentemente pelo setor responsável, que abarca um período relativamente maior de amostragem, minimizando as imprecisões de que se falou alhures".

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

--	--

**Síntese da Providência Adotada**

--

**Síntese dos Resultados Obtidos**

--

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

--

--

**Unidade Jurisdicionada**

Denominação Completa	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	
--	--

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	Nº 19/2012	4.1.24	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
"4.1.24 Incluir, nos processos de prestação de contas, documentos originais (Nota Fiscal/ Fatura/ Recibo/Cupom e etc.) devidamente atestados, emitidos em nome do órgão e comprovando as despesas realizadas, conforme dispõe o item 11.5.5 do Manual do SIAFI referente a Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos".	

"4.1.24 Incluir, nos processos de prestação de contas, documentos originais (Nota Fiscal/ Fatura/ Recibo/Cupom e etc.) devidamente atestados, emitidos em nome do órgão e comprovando as despesas realizadas, conforme dispõe o item 11.5.5 do Manual do SIAFI referente a Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos".

**Descrição da Recomendação**

"A Unidade acata a recomendação dessa Auditoria e informa que doravante a Unidade envidará esforços para que fatos dessa natureza não se repitam, e quanto à ocorrência em concreto, a Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF informa que as notas fiscais referentes ao Suprimento de Fundos nº 01/2012 já foram devidamente atestadas".

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG

--	--

**Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	Nº 19/2012	4.1.25	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

"4.1.25 Adotar medidas objetivando evitar a falta de prestação de contas aprovada pelo Ordenador de Despesas relativa à concessão de suprimentos de fundos devendo, no caso analisado, o processo ser submetido àquela autoridade para aprovar ou determinar as providências cabíveis, após indicar as irregularidades, se for o caso".

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

"Acatando a recomendação, a SEOF informa que o suprimento de fundos nº 01/2012, acostado ao processo 1.10.000.000032/2012, já foi submetido ao Ordenador de Despesas da Unidade, que o aprovou".

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG****Síntese da Providência Adotada****Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
26	Nº 19/2012	4.1.26	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.26 Adotar providências com vistas a evitar despesas com multas e encargos de cartão corporativo".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"Acatando a recomendação, a SEOF informa que foi feito o recolhimento ao erário do valor de R\$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos), referente ao pagamento indevido de multa e encargos do cartão corporativo do servidor EDGAR DE OLIVEIRA SILVA".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
27	Nº 19/2012	4.1.27	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.27 Adotar providências com vistas ao recolhimento, por meio de GRU, dos custos das ligações particulares efetuadas pelos membros e servidores".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A Unidade acata a recomendação dessa Auditoria e informa que desde o mês subsequente ao da auditoria em tela já vem adotando as providências necessárias à cobrança de legações particulares, como comprovam os registros de arrecadação realizadas pelo pessoal lotado na Sede".			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE	

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
28	Nº 19/2012	4.1.28	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
"4.1.28 Adotar providências, no âmbito do Anexo Administrativo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 4º da Portaria PR/AC nº 42, de 01/06/2009".	

<b>Descrição da Recomendação</b>
----------------------------------

"A CA esclarece que ainda não que não haja uma central telefônica tecnicamente apta para dar suporte a um controle de ligações via senha individualizada, ou uma estrutura que possibilite a centralização das operações em uma mesma operadora, como ocorre no edifício-sede. Tal fato, não significa que o pequeno número de servidores ali lotados, entre eles o próprio Coordenador de Administração, estejam isentos de controle e fora do alcance dos mecanismos de identificação e ressarcimento de ligações particulares, a que se submetem os servidores da Sede. Com efeito, além de um permanente trabalho de conscientização coletiva para que aqueles servidores assimilem a idéia de que o sistema de telefonia deve ser utilizado exclusivamente para o uso institucional, e que eventuais usos particulares devem ser voluntariamente ressarcidos, providências mais objetivas da Administração também são adotadas. (...) uma vez que o gestor do serviço naquele local analisa mensalmente a conta telefônica, de modo a identificar eventuais abusos ou desvios de finalidade, fechando assim um sistema que, embora não se possa afirmar categoricamente ser tão eficiente quanto o adotado no edifício-Sede, sem dúvidas mostra resultados relevantes, conforme se depreende dos registros de arrecadação realizados pelo pessoal que lá trabalha".

<b>Providências Adotadas</b>
------------------------------

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
---------------------------------------

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
29	Nº 19/2012	4.1.29	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.29 Observar o limite estabelecido na Portaria PGR nº 132/2009, devendo os usuários recolherem, mediante GRU, os valores apurados, no relatório de gastos mensais dos celulares corporativos da unidade, acima do citado limite, inclusive quando referentes aos serviços "Gestor Online – Controle Completo", "Modo Blackberry Especial" e do "Serviço Tarifa Zero".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A Unidade acata a recomendação dessa Auditoria e informa que logo após a visita da equipe de auditoria adotou o procedimento conforme recomendado, fazemos constar inclusive nas cautelas de entrega de novos aparelhos ou de substituição de modelo a partir de então".			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
30	Nº 19/2012	4.1.30	Ofício nº 429/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
"4.1.30 Justificar a ausência do registro de conformidade do dia 28/02/2012".			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
"A CA esclarece que por um lapso de esquecimento do servidor responsável o referido dia não teve registro de conformidade".			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Síntese da Providência Adotada	

### Síntese dos Resultados Obtidos

### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

## Quadro A.10.3 - AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03/12	RELATORIO DE AUDITORIA Nº 8/2012		RELATORIO DE AUDITORIA Nº 8/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ			
Descrição da Recomendação			
<p>13. Recomendação – Item 4.1.1</p> <p>Atualizar os registros do rol dos respectivos funcionários constante no SIAFI.</p> <p>14. Recomendação – Item 4.1.2</p> <p>Instruir os processos de pagamentos com comprovante de pagamento dos salários dos funcionários, conforme orientação constante no Ofício -Circular nº 11/2006-AUDIN/MPU, de 15/09/2006, item 10.</p> <p>15. Recomendação – Item 4.1.3</p> <p>Reiteramos a recomendação para solicitar à empresa I.M.P da Silva a comprovação da concessão do benefício do vale-transporte aos empregados que prestam serviços na Unidade, conforme orientação constante no Ofício -Circular nº11/2006 – AUDIN/MPU, de 15/09/2006, item 10.</p> <p>16. Recomendação – Item 4.1.4</p> <p>Reiteramos à Unidade para que disponibilize no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG as informações referentes aos contratos celebrados, conforme dispõe o §3º do art. 19 da Lei nº 12.465/2011 (LDO/2012).</p> <p>17. Recomendação – Item 4.1.5</p> <p>Utilizar a modalidade pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme estabelece o §1º, art.4º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.</p>			

---

18. Recomendação – Item 4.1.6

Adotar medidas para que as disposições contratuais sejam efetivamente observadas.

19. Recomendação – Item 4.1.7

Exigir da empresa contratada a apresentação de cópia das Guias de Recolhimento do FGTS relativas aos empregados utilizados na prestação de serviços na Unidade, bem como os comprovantes de recolhimento das Guias de Pagamento da Previdência Social.

20. Recomendação – Item 4.1.8

Adequar a planilha de custos constante da página da AUDIN na internet ao valor contratado.

21. Recomendação – Item 4.1.9

Nos próximos procedimentos licitatórios da espécie, comprovar a vantajosidade da adesão por meio da comparação da taxa de administração a ser paga à contratada.

22. Recomendação – Item 4.1.10

Abster-se de firmar contrato com prazo de vigência superior ao que for estabelecido para fornecimento de bens, acrescentando o prazo necessário para o recebimento definitivo dos mesmos.

23. Recomendação – Item 4.1.11

Abster-se de arguir a dispensa de licitação para contratação direta sem que, antes, obtenha proposta de preços em pelo menos três empresas aptas a prestar o serviço pretendido, objetivando, assim, justificar o preço, devendo atentar ao disposto no Acórdão 980/2005 – Plenário do TCU.

24. Recomendação – Item 4.1.12

Abster-se de publicar Termo de Apostilamento no DOU, atendendo, assim, o princípio da economicidade.

25. Recomendação – Item 4.1.13

Abster-se de realizar a publicação de atos de inexigibilidade de licitação, em observância ao princípio da economicidade, quando os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93, conforme item 9.2 do Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário.

26. Recomendação – Item 4.1.14

Manifestar-se sobre a destinação dos computadores que se encontravam no auditório quando dos trabalhos da equipe da auditoria na Unidade.

27. Recomendação – Item 4.1.15

Informa à AUDIN/MPU sobre os resultado das medidas adotadas na solução das impropriedades verificadas pela comissão de inventário de bens móveis.

28. Recomendação – Item 4.1.16

Adotar medidas com vistas à apuração da falta de 25 resmas de papel no estoque do almoxarifado, comunicando o resultado à AUDIN/MPU.

29. Recomendação – Item 4.1.17

Reiteramos a recomendação para que a Unidade proceda anualmente, e sempre que ocorrer mudança de responsável, a elaboração do inventário dos bens do Almoxarifado, em conformidade aos ditames legais da IN/MPF nº 001/1993.

30. Recomendação – Item 4.1.18

Reiteramos a recomendação para que a Unidade adote medidas no sentido de apurar as razões do elevado consumo de

---

combustível, informando os resultados à AUDIN/MPU.

31. Recomendação – Item 4.1.19

Observar o limite estabelecido na Portaria PGR nº 132/2009, devendo os servidores recolherem, mediante GRU, os valores apurados acima do limite.

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Administrativa	CA
Serviços Gerais	SSG
Patrimônio	SCAMP
Transporte	SETRAN
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	

- O registro do rol de responsáveis já foram atualizados.
- Já foi repassado aos gestores de contrato que exigem o comprovante de pagamento de salários dos funcionários.
- A empresa I.M.P da Silva, encaminha mensalmente os comprovantes de vale-transporte.
- As informações referentes aos contratos já estão disponíveis no SIASG.
- A Unidade sempre procura utilizar o pregão eletrônico, justificando no processo quando não for possível.
- Será redobrado os cuidados para que as disposições contratuais sejam efetivamente cumpridas, alertando os gestores para isso.
- Os comprovantes de Guia de Recolhimento do FGTS e das Guias de Pagamento da Previdência Social referente à empresa Ágili Segurança Ltda, apesar de serem cobrados não fomos atendidos, assim o recolhimento será feito pela própria Unidade em comum acordo com a a empresa.
- Os itens dos contratos que estão em desacordo com a planilha de custos da AUDIN serão analisados e corrigidos.
- Nos próximos procedimentos licitatórios a taxa de administração será considerada.
- Será observado nos próximos contratos de fornecimento de bens o prazo de vigência para esse tipo de aquisição.
- A Unidade sempre procura realizar consulta de preços, no caso em tela não houve a quantia mínima exigida de cotação devido às restrições do mercado local, além da urgência na realização do serviço.
- Os próximos Termos de Apostilamento serão publicados apenas na Imprensa Oficial, como manda o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.
- Só serão publicados os atos de inexigibilidade e dispensa no DOU quando os valores contratados estiverem acima dos limites fixados no art.24, I e II da Lei 8.666/93.
- Os computadores já foram patrimoniados e distribuídos aos servidores e membros da Unidade. Se encontravam lá devido às limitações de ambiente adequado para guarda na Unidade.
- A Seção de Almoxarifado e Patrimônio está realizando a identificação das diversas situações ocorridas: bens listados como não encontrados que estavam em depósito, bens doados, bens cujas plaquetas caíram etc. Em

---

breve será emitido relatório, detalhado, sobre esse levantamento.

- A Seção de Almoarifado e Patrimônio informou que devido ao acúmulo de atividades do setor e problemas no sistema ASI, não foi dado baixa em algumas solicitações de resmas de papel. A regularização já está em andamento.
- A Unidade já realiza anualmente, inventário dos bens do Almoarifado e também o fará sempre que houver troca de responsável.
- Segundo o Setor de Transporte, o elevado consumo de combustível se deve a características dos carros analisados, alguns são antigos. Parte da frota foi renovada o que deve melhorar os níveis de consumo.
- O recolhimento é feito através de GRU dos valores recomendados pela portaria nº 132/2009. Nos casos onde se der por necessidade do serviço, será feita uma justificativa pelo responsável da linha e juntado ao processo de pagamento.

---

### Síntese dos Resultados Obtidos

---

### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

---

**Quadro A.10.3 - BAHIA**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República na Bahia			A1756
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.1	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
2	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.2	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
3	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.3	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
4	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.4	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
5	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.6	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
6	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.7	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
7	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.8	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
8	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.9	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República na Bahia			A1756
<b>Descrição da Recomendação</b>			
1 – Proceder a inclusão do endereço do Procurador-Chefe nos registros do Rol de Responsáveis constante do sistema SIAFI;			
2 – Disponibilizar no SIASG as informações referente a todos os contratos celebrados pela Unidade;			
3 – Utilizar a modalidade pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns;			
4 – Efetuar as retenções e recolhimentos da contribuição previdenciária relativo aos serviços prestados, conforme IN RFB nº 971/2009.			
5 – Solicitar à empresa contratada a cópia da apólice de seguro de vida em grupo e os comprovantes de recebimento dos uniformes.			
6 – Anexar nas prestações de contas de suprimento de fundos os extratos da conta bancária discriminando todo o período de utilização.			
7 – Recolher aos cofres públicos os valores gastos com telefonia celular acima dos limites estabelecidos na Portaria PGR nº 132/2009.			
8 – Atualizar, no sítio da Transparência do MPF, os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG1</b>
1 – Divisão de Execução Orçamentária e Financeira.			
2 – Gestão de Contratos.			
3 – Coordenadoria de Administração.			

4 – Não há providências a serem adotadas. O item 4.1.4 do relatório foi um equívoco da auditoria.	
5 - Gestão de Contratos.	
6 - Coordenadoria de Administração.	
7 - Secretaria Estadual.	
8 - Gestão de Contratos.	

#### **Síntese da Providência Adotada**

- 1 – O Rol de Responsáveis no SIAFI foi atualizado com a inclusão do endereço do Procurador-Chefe.
- 2 – Todos os contratos vigentes no exercício de 2012 estão sendo registrado no SIASG.
- 3 – Adotar o pregão eletrônico.
- 4 – Não há providências a serem adotadas. O item 4.1.4 do relatório foi um equívoco da auditoria.
- 5 – As solicitações já foram encaminhadas para as empresas contratadas.
- 6 – Passou a ser solicitado dos supridos que anexem os extratos bancários nas prestações de contas.
- 7 – Quando da realização da auditoria já estava em curso o procedimento administrativo para cobrança dos valores ainda pendentes e implantação de sistema informatizado para controle dos gastos com telefonia móvel.
- 8 – As informações acerca dos instrumentos de contrato da unidade serão repassadas ao sítio da Transparência do MPF tão logo entre em vigor o novo portal.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

### Quadro A.10.3 - CEARÁ

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL	-

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.1	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.1** *Proceder à atualização dos registros do rol de responsáveis constante do sistema SIAFI. (item 3.1.2);*

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-
<b>Síntese da providência adotada:</b>	

*Rol de Responsáveis atualizado.*

*Recomendar ao NEOF que nas futuras alterações do rol de responsáveis, sejam os campos de cadastramento devidamente preenchidos.*

#### Síntese dos resultados obtidos

*Rol de Responsáveis atualizado.*

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: prontidão dos integrante do NEOF para verificar a pendência e corrigi-la.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.2	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.2** Reiteramos a recomendação à Unidade para submeter as alterações contratuais à análise e aprovação da Assessoria Jurídica, conforme dispõe o § único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 e ante o exposto na Acórdão TCU nº 3.909/2008 - Segunda Câmara. (itens 3.3.1, 3.3.3, 3.5.1 e 3.7.2);

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-

**Síntese da providência adotada:**

Conforme levantamento apresentado pelo NCAMP, todas as minutas dos termos aditivos aos contratos elaboradas a partir de 11 10 2011 têm sido analisadas pela Assessoria Jurídica da Chefia desta PR/CE, em atenção à Recomendação emitida no Relatório AUDIN nº 08/2011.

As anotações da AUDIN referem-se aos seguintes contratos:

Contrato PR/CE-RICÓPIA nº 02/2011 (item 3.3.1) - Parecer, de 27 07 2011

Contrato PR/CE-GESTOR nº 12/2011 (item 3.3.3) - Parecer, de 29 02 2012

Contrato PR/CE-Gold nº 16/2010 (3.5.1) - 1º Aditivo, de 02 03 2011 – sem parecer - 2º Aditivo, de 19 09 2011 – sem parecer

Contrato PR/CE-Expernet Nº 27/2010 (3.7.2) - 1º Aditivo, de 24 06 2011 – sem parecer

A data de referência acima refere-se ao recebimento, por esta Coordenadoria, do Ofício 422/2011/AUDIN-MPU, no qual fora rechaçada a proposição desta Unidade para a não-obrigatoriedade de emissão de parecer jurídico aos termos aditivos, reafirmando a disposição daquele Relatório AUDIN nº 08/2011.

**Do exposto, a unidade vem cumprindo a deliberação ora discorrida desde 11 10 2011.**

**Síntese dos resultados obtidos**

Nada a registrar, vez que a recomendação já vinha sendo atendida.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.3	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.3** *Proceder a glosa no próximo pagamento, tendo em vista os pagamentos a maior ocorridos nos meses de julho/2011 e dezembro/2011 e atentar para que haja compensação das cópias reproduzidas abaixo da franquia, em cumprimento à Cláusula Quinta do Contrato nº 2/2011 (item 3.3.1);*

**Providências Adotadas**

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-

**Síntese da providência adotada:**

*Promovida a revisão do contrato PR/CE-RICÓPIA nº 02/2011 pelo NCAMP, tem-se que a compensação reclamada pela AUDIN fora devidamente efetuada, obedecendo às disposições contratuais ora transcritas:*

*“Cláusula Quinta- Do Preço*

*...*

**Parágrafo Segundo - Mensalmente**, *as máquinas que não alcançarem o limite de franquia passarão o crédito àquelas que excederem o limite, pagando-se as eventuais cópias excedentes somente após a compensação do conjunto de créditos.*

*...” (grifo nosso)*

*Dessa feita, a interpretação mais acertada para a compensação em foco é que a mesma seja restrita ao mês do faturamento, não podendo eventuais saldos serem remanejados para cobertura de excedentes de cópias de outros meses, como asseverado pela AUDIN.*

**Síntese dos resultados obtidos**

*Nada a registrar, vez que a recomendação não procedia – smj.*

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.5	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.5** *Fazer constar dos autos dos respectivos processos, cópia da publicação do resultado do julgamento da licitação, conforme estabelece o Decreto nº 3.555/2000, art. 21, inciso XII (item 3.3.3);*

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração	-
<b>Síntese da providência adotada:</b>	

*Complementando a Informação PR/CE-CA nº 40/2012, apresentada oportunamente à Equipe de Auditoria, esclareço que nas próximas licitações serão estritamente observados os valores estimados para as contratações, providenciando-se a necessária e obrigatória publicação nos meios de comunicação adequados, como prescrito no Decreto 3555/00 e nas Lei 8.666/93 e 10.520/02.*

**Síntese dos resultados obtidos**

Nada a registrar, vez que se tratou de falha pontual.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

**POSITIVOS:** prontidão dos servidores da CPL para verificar o erro e firmar compromisso com a adoção da providência/verificação indicada pela AUDIN.

**NEGATIVOS:** nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.6	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.6** *Abster-se de conceder repactuação sem que haja solicitação formal da contratada (item 3.3.3);*

### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

*A repactuação discutida é relativa ao contrato PR/CE-GESTOR nº 12/2011. Entretanto, diferentemente do reportado pela Equipe de Auditoria, a mesma decorreu de provocação da contratada, conforme solicitação de 17 01 2012, de sua lavra, conforme documentação constante na pasta de acompanhamento do contrato, integrante do respectivo processo licitatório.*

#### Síntese dos resultados obtidos

Nada a registrar, vez que a providência fora tempestiva e acertadamente adotada.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: prontidão dos integrantes do NCAMP/Contratos para verificar a pendência apontada e constatar o atendimento.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.7	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.7** Nos próximos certames licitatórios, observar o que estabelece O ART. 17, II, do Decreto nº 5.450/2005, com vistas à publicidade do certame licitatório (item 3.3.3);

### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

Conforme asseverado no item 2.5 desta manifestação, o Pregoeiro observará nos próximos certames a publicação dos avisos, em estrita consonância aos ditames do Decreto 3.555/00, bem como das Lei 8.666/93 e 10.520/02.

### Síntese dos resultados obtidos

Atendimento às disposições legais pertinentes, consubstanciado com o entendimento do Controle Interno e Externo.

### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: capacidade dos integrantes da CPL em revisar procedimentos, regulamentos e normas afetas a licitações e contratos.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.8	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.8** Reiteramos a recomendação no sentido de fazer constar nas contratações realizadas mediante adesão a ata de registro de preços a justificativa da necessidade da aquisição (**item 3.4.1**);

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

A justificativa para a necessidade de aquisição dos equipamentos consta do Ofício Circular MPF/PGR/SG nº 111/2011, cuja cópia consta na folha 02 do respectivo processo de aquisição via adesão a ata de registro de preços, no qual figura a justificativa ora reclamada, quanto à aquisição de notebooks e netbooks para Membros e Servidores.

Citada aquisição integra o plano de metas da Secretaria de Tecnologia, daquela Secretaria-Geral para a PR/CE, tendo entendido desnecessário replicar os termos do citado ofício no despacho de autuação da adesão, vez que o plano de metas anunciado pela Secretaria-Geral fora referenciado nesse despacho.

Entretanto, com o propósito de atender à recomendação da AUDIN e a anterior compromisso desta Administração, nas próximas adesões haverá a inafastável narrativa da justificação ora reclamada no corpo do ato de instauração do processo de adesão.

#### Síntese dos resultados obtidos

Melhor instrução dos processos de adesão a SRP, facilitando as ações de controle interno.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

**POSITIVOS:** presença dos elementos e informações legais nos autos – muito embora a disposição de tais informações possa ser mais sistêmica e racional.

**NEGATIVOS:** nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.9	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.9** *Abster-se de contratar empresa para elaboração de projeto executivo para serviços de baixa complexidade (item 3.5.1);*

#### Providências Adotadas

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

*O contrato questionado pela Equipe de Auditoria é o PR/CE-Gold nº 16/2010, cujo objeto é a elaboração de projeto executivo de pintura de ambientes da sede da PR/CE.*

(...)

*Com efeito, esta PR/CE não dispõe de servidores com qualificação necessária para elaborar projeto executivo para serviços de engenharia – ainda que sejam de pintura e pareçam de baixa complexidade.*

*A aplicação dos materiais e da técnica prescrita pela ABNT foge do escopo dos cargos efetivos lotados nesta PR/CE, sendo temerário atribuir aos servidores a tarefa de dispor acerca das ações envolvidas na execução da reforma, sob pena de comprometer o resultado final por absoluta imperícia.*

*Dessa feita, entendo razoável a contatação de projeto básico-executivo, nos termos do artigo 7º da Lei 8.666/93, ora transcrito: (...)*

#### Síntese dos resultados obtidos

Otimização na aplicação dos recursos, sem, entretanto, incorrer em eventuais temeridades/arrojos, suprimindo o necessário e especializado emprego da técnica adstrita à contratação principal.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: compreensão da complexidade do objeto contratado.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-
----------------------------	---

**Recomendações do OCI**

**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.10	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-
---	---

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.10** *Atentar para o correto enquadramento das inexigibilidades de licitação (item 3.6.1);*

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração	-

**Síntese da providência adotada:**

A inexigibilidade em questão refere-se à contratação, da empresa **Komputer Informática Ltda**, certificada pela empresa **Novell**, para ministrar o curso 33063 – GroupWise Administration a servidores da Coordenadoria de Informática. Como se trata de curso formatado pela própria desenvolvedora Novell, o mesmo somente pode ser ministrado por empresa por ela certificada, como consta no Formulário de Solicitação de Participação em Evento Externo de Capacitação, no caso, a empresa **Komputer Informática Ltda**, reunindo, dessa feita, as condições exigidas no inc. II, do art. 25, da Lei 8.666/93 para sua contratação.

**Síntese dos resultados obtidos**

Nada a registrar, vez que o enquadramento reputo adequado.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: conhecimento da legislação aplicável e do objeto contratado.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.11	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.11** *Reiteramos a recomendação para incluir no projeto básico de serviços de reforma a totalidade dos serviços que deseja realizar, de modo que os acréscimos contratuais se restrinjam a situações excepcionais, em razão das necessidades supervenientes e com as devidas justificativas. (itens 3.7.1 e 3.7.2);*

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração	-

**Síntese da providência adotada:**

*Os acréscimos promovidos nos contratos PR/CE-Santa Tereza nº 17/2011 (item 3.7.1) e PR/CE/Expernet nº 27/2010 (item 3.7.2) referem-se a inclusão de itens decorrentes de falhas ou omissões no projeto básico-executivo das obras. Sem a inclusão de tais itens, o produto final de tais alterações restaria prejudicado, consoante as correspondentes justificativas apresentadas à Chefia da Unidade.*

*Demais, como se trataram de falhas/omissões do projeto básico-executivo, verificadas tão-somente após a conclusão do processo de licitação, tem-se atendida a superveniência ora reclamada.*

**Síntese dos resultados obtidos**

Nada a registrar.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: relativa familiaridade com o objeto contratado.

NEGATIVOS: Ausência de servidor com cargo compatível com a matéria Engenharia Civil, nas Unidades do MPF.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-
----------------------------	---

<b>Recomendações do OCI</b>
-----------------------------

<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>
---

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.12	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-
---	---

<b>Descrição da Recomendação:</b>
-----------------------------------

**4.1.12** *Demonstrar que os custos acrescidos são compatíveis com os preços de mercado/SINAPI (item 3.7.1);*

<b>Providências Adotadas</b>
------------------------------

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração	-
--------------------------------	---

<b>Síntese da providência adotada:</b>
--

*O questionamento diz respeito aos custos dos itens acrescidos ao contrato PR/CE-Santa Tereza nº 17/2011. Os preços integrantes da planilha de tais itens acrescidos foram extraídos da proposta comercial da empresa, a partir de itens compatíveis, cotados quando da licitação (item 1 – pintura e forro de gesso) e, relativamente ao item 2 (letreiros), daquele apontado no projeto básico-executivo.*

*Dessa feita, atendida a exigência de indicação de preços a partir das referências apontada pela AUDIN.*

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
---------------------------------------

Nada a registrar.

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
--

POSITIVOS: relativa familiaridade com o objeto contratado.

NEGATIVOS: Ausência de servidor com cargo compatível com a matéria Engenharia Civil, nas Unidades do MPF.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-
----------------------------	---

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.13	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-
---	---

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.13** Justificar a diferença nos preços do m<sup>2</sup> das pinturas do forro de gesso e paredes, do revestimento interno das caixas de ar-condicionado e da pintura do forro do banheiro/copa (item 3.7.1);

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

Coordenadoria de Administração	-
--------------------------------	---

#### Síntese da providência adotada:

Ainda relativamente aos itens acrescidos ao contrato PR/CE-Santa Tereza nº 17/2011, a diferença de preços alegada pela Equipe de Auditoria não procede, como se extrai da planilha de composição de custos do correspondente aditamento. Nela, os valores cobrados a título de pintura para forro e parede são os mesmos R\$ 21,05 (item 1 do despacho PR/CE-CA nº 6024/2010).

#### Síntese dos resultados obtidos

Nada a registrar.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: relativa familiaridade com o objeto contratado.

NEGATIVOS: Ausência de servidor com cargo compatível com a matéria Engenharia Civil, nas Unidades do MPF.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.14	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.14** *Fazer cumprir as normas de segurança previstas na Cláusula Quarta do Contrato nº 17/2011, firmado com a empresa Santa Tereza Engenharia Ltda. -ME. (item 3.7.1);*

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-
Síntese da providência adotada:	

*Habitualmente, o Fiscal do Contrato PR/CE-Santa Tereza nº 17/2011 interpela verbalmente o Mestre de Obra e o Engenheiro Responsável acerca do uso obrigatório dos EPI pelos funcionários da obra.*

*Entretanto, é recorrente a conduta de tais funcionários quanto à recusa do uso dos EPI, os quais costumeiramente são dispensados quando não presentes o Mestre e o Engenheiro.*

*O que cabe à Fiscalização fazer, vigilando e alertando a empresa através de seus responsáveis, vem sendo feito.*

*Entretanto, a conduta recorrente é comum no meio da construção civil.*

*A recomendação, entretanto, será reforçada perante os responsáveis da contratada.*

**Síntese dos resultados obtidos**

Atendimento às recomendações quanto ao uso do EPI pelos funcionários, inobstante as resistências ainda verificadas.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: relativa familiaridade com o objeto contratado.

NEGATIVOS: Ausência de servidor com cargo compatível com a matéria Engenharia Civil, nas Unidades do MPF.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.15	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.15** *Atentar para que nos próximos certames licitatórios ocorra a publicação do aviso contendo o resumo do edital, em observância ao inciso III, do artigo 21, da Lei nº 8.666/1993. (item 3.7.2);*

#### Providências Adotadas

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

*Quanto à avença PR/CE-Expernet nº 27/2010, o correspondente aviso de publicação do Pregão Eletrônico encontra-se à fl 14 dos correspondentes autos, restando sem objeto a recomendação da Equipe de Auditoria para este item.*

#### Síntese dos resultados obtidos

Nada a registrar.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.16	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.16** Fazer constar nas contratações realizadas a justificativa para a prorrogação do contrato. **(item 3.7.2);**

#### Providências Adotadas

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

*Ainda em relação ao contrato PR/CE-Expernet nº 17/2011, a justificativa para prorrogação da vigência encontra-se na pasta de gestão do contrato, integrante do processo de contratação.*

*Dessa feita, atendida a recomendação da Equipe de Auditoria.*

#### Síntese dos resultados obtidos

Nada a registrar.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.17	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.17** Adotar providências para estabelecer a participação proporcional das cessionárias no rateio das despesas com vigilância, conforme incisos VI e VIII do art. 13 do Decreto nº 3.725/2001 e Acórdãos nºs 1.122/2008 – Plenário e 2.169/2006 – 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União. **(item 3.8.4);**

#### Providências Adotadas

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração

-

#### Síntese da providência adotada:

Nova contratação, utilizando a sistemática ora reclamada pela AUDIN.

#### Síntese dos resultados obtidos

Ajuste dos contratos às determinações da Corte de Contas e legislação pertinente.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: conhecimento da legislação.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.18 a 20	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.18** Concluir as medidas adotadas para apuração das inconsistências verificadas pela Comissão de Inventário de Bens Móveis, principalmente quanto à situação dos bens não encontrados. **(item 3.9.8)**

**4.1.19** Informar à AUDIN/MPU sobre a solução dada aos bens não localizados pela Comissão de Inventário. **(item 3.9.8)**

**4.1.20** Adotar medidas objetivando o ressarcimento pelo prejuízo causado à União em face do dano ocorrido no veículo FIAT/Marea ELX, placa JKH7511. **(item 3.11.3);**

### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-

#### Síntese da providência adotada:

*Instaurados procedimentos para apurar as circunstâncias e envolvidos nos fatos mencionados.*

*Sindicância: 1.15.000.002519/2012-96 – desaparecimento de bens permanentes na PRM/Sobral.*

TCA - foram instauradas as seguintes apurações em 2012, para conclusão em 2013, utilizando procedimento sumário designado Termo Circunstanciado Administrativo, instituído pela Controladoria Geral da União pela Instrução Normativa CGU nº 04/2009, consoante despacho exarado na fl 172, pelo Procurador-Chefe da PR/CE, nos autos do PA MPF-PR/CE nº 1.15.000.002523/2012-54:

1.15.000.000371/2013-36 – erro em publicação de edital de citação – R\$ 528,00

1.15.000.000372/2013-81 – extravio de aparelho celular – R\$ 1.300,56

1.15.000.000373/2013-25 – avaria em veículo oficial – R\$ 700,00

1.15.000.000382/2013-16 – avaria em veículo oficial – R\$ 1.600,00

1.15.000.000385/2013-50 – avaria em veículo oficial – R\$ 300,00

1.15.000.000388/2013-50 – avaria em veículo oficial – R\$ 700,00

#### Síntese dos resultados obtidos

Apurações em andamento.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: Capacidade operacional reduzida para instauração de procedimentos simultâneos. Excesso de atribuições e limitação de pessoal para a Coordenadoria, impedindo a tempestivo e imediata adoção de providências.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	-

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.21	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082	-

##### Descrição da Recomendação:

**4.1.21** *Manifestar-se sobre a utilização de veículos oficiais para transporte escolar e para farmácias, destinos estes vedados pela Portaria nº 513/2003. (item 3.11.4);*

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração	-

##### Síntese da providência adotada:

*Consoante relatório da Seção de Transportes desta PR/CE, os registros apontados pela Equipe de Auditoria como sendo de uso indevido da frota oficial são respeitantes aos seguintes eventos administrativos:*

*Concurso de Procurador da República na FA7 (Faculdade 7 de Setembro)*

*Vara Virtual da Justiça Federal na FA7*

*Visitas técnicas de servidores do NRH na UNIFOR (Universidade de Fortaleza)*

*Compra de medicamentos para farmácia do Plan-Assiste*

#### Síntese dos resultados obtidos

Consolidação das práticas que resultam no registro e na correta utilização da frota oficial.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: sistema local de gestão de frota e sua adequada alimentação.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.22	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082			-
Descrição da Recomendação:			
<b>4.1.22</b> Utilizar-se de mecanismos que promovam a correta identificação dos responsáveis pelo recebimento dos materiais, com nome, cargo e matrícula do servidor ( <b>item 3.12.5</b> );			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Administração			-
Síntese da providência adotada:			

Serão os servidores da PR/CE e PRM vinculadas, cujas atribuições estejam correlacionadas ao recebimento de materiais, instados a utilizarem os carimbos de identificação funcional.

#### Síntese dos resultados obtidos

Clareza de instrução nos processos de aquisição de bens.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: compreensão dos servidores acerca de sua necessária identificação.

NEGATIVOS: nada a registrar.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			-
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
20/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.23	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082			-
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<p><b>4.1.23</b> <i>Abster-se de efetuar despesas por meio de suprimento de fundos em valores superiores ao limite legal. E ainda, evitar tanto o fracionamento da despesa, entendido como tal a fragmentação das aquisições (Acórdão TCU – Plenário – 216/2002), como o uso do mecanismo de emitirem-se vários documentos comprobatórios para que o valor de cada aquisição fique abaixo do limite (item 3.12.5);</i></p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração			-
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<p><i>Os suprimentos de fundos concedidos no âmbito desta PR/CE são destinados a despesas eventuais, cuja previsão legal para abertura (inciso II, do art. 45, do Decreto 93.872/86) difere daqueles instaurados para cobertura de despesas de pequeno vulto (inciso III, do art. 45, do Decreto 93.872/86) – estas regradas pela Portaria MF nº 95/2002.</i></p> <p><i>As despesas questionadas, notadamente a aquisição de telhas de amianto utilizadas para evitar o alagamento no 10º andar, foram realizadas sob o manto da eventualidade, vez que não mais se repetiram, à exceção das despesas com água mineral, cujos montantes envolvidos desaconselham a celebração de contrato.</i></p> <p><i>Dessa feita, não há valor previamente arbitrado que limite a realização de despesas com suprimento de fundos, como alegando no Relatório de Auditoria nº 10/2012, vez que a fundamentação legal utilizada por esta Unidade não é objeto do regramento apresentado.</i></p>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Revisão dos suprimentos de fundos, com a necessária contratação de fornecimento de água mineral, por não se tratar de despesa eventual			

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21/21	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.24	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082			-
Descrição da Recomendação:			
<i>4.1.24 Utilizar-se do devido processo licitatório ou dispensa nas aquisições de água mineral, combustíveis e produtos afins (item 3.12.5);</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Administração			-
Síntese da providência adotada:			
<i>Celebrados contratos de fornecimento de água mineral para as PRM vinculadas.</i>			

**Síntese dos resultados obtidos**

Desoneração do suprimento de fundos e seu emprego mais ajustado às disposições regulamentares.

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: resistência das unidades municipais em buscar, no mercado local, fornecedores.

---

### Quadro A.10.3 – DISTRITO FEDERAL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Procuradoria da República no Distrito Federal			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nº 17/2011	4.1.5	Ofício nº 451/2011 - Audin/MPU
2		4.1.10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
<p>Renegociar o contrato nº 37/2009, firmado com a empresa Multserv Ltda, para verificar a necessidade de manter o supervisor de vigilância, inclusive para a relação de 2 (dois) para 19 (dezenove) vigilantes;</p> <p>Regularizar a situação da cessão de espaço à Associação dos Servidores do Ministério Público Federal – ASMPF e da Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva – FPJ (itens 3.7.4 e 3.7.5).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi verificada a necessidade da permanência dos dois postos, para que não houvesse prejuízo à execução dos serviços, principalmente no que diz respeito ao comando dos servidores terceirizados na área de vigilância armada (A Administração estuda fórmulas para adequação a ser incluída na próxima contratação), conforme Nota de Auditoria SEAUD/AUDIN/MPU nº42/2012;</p> <p>Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva – FPJ – O rateio das despesas está sendo recolhido mensalmente ( processo nº 1.00.000.014267/2011-90)</p> <p>Associação dos Servidores do Ministério Público Federal – ASMPF – Recebido ofício ASMPF nº 732/2011, de 05 de outubro de 2011, informando a devolução do espaço cedido.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Decisão do gestor pela manutenção dos postos até nova contratação;</p> <p>Recolhimentos efetuados através de Guia de Recolhimento da União – GRU.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.10.3 - GOIÁS

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL	

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Diligência Contábil nº 038/2012	Único	MSG-SIAFI Nº 2012/0235630
2	Orientação Contábil nº 70/2012	Único	ENCAMINHADO POR E-MAIL
3	Diligência Contábil nº 119/2012	Único	MSG-SIAFI Nº 2012/0658733
4	Diligência Contábil nº 221/2012	Único	MSG-SIAFI Nº 2012/1140801

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado de Goiás	

#### Descrição da Recomendação

**ITEM.1** - Aplicar as Tabelas Progressivas aplicáveis para apuração e cálculo do IRRF – Pessoa Física- a partir de 1º de abril de 2011 até o ano-calendário de 2014. Aplicar o regime de tributação de caixa de acordo com o mês apurando-se o montante dos pagamentos efetuados dentro de um mesmo mês;

**ITEM.2** – Recomendação a adotar após a consulta efetuada pelo Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão da PR/GO;

**ITEM.3** – Regularizar a divergência de saldo em contas patrimoniais;

**ITEM.4** – Regularizar a divergência entre o SIAFI e o RMB ( Relatório Mensal de Bens).

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado de Goiás – Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e Nucleo de Patrimônio.	

#### Síntese da Providência Adotada

**ITEM.1** - Conforme instruções contidas na diligência nº 038/2012 de 13/02/12, informamos que pagamentos dos aluguéis da prm de rio verde/go foram realizados de forma acumulada no mês 01/2012 - sendo 2012ro000001 referente ao mês 12/2011 e 2012ro000003 ao mês 01/2012 - devido ao ordenador estar aguardando assinatura do aditamento do reajuste do aluguel (conforme igpm).as recomendações constantes na citada diligência serão acatadas nos pagamentos dos próximos meses.

**ITEM.2** – Recomendação acatada, com redução na impressão de documentos e, conseqüentemente, economia de papel.

**ITEM.3** – A divergência de saldo em contas patrimoniais foram corrigidos através de registros de cancelamento e novas entradas dos bens, no sistema ASI/WEB(sistema patrimonial do MPU), em Junho/2012.

**ITEM.4** – Emitida Nota de Lançamento (2012NL000067) no SIAFI.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Orientações aplicadas.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Orientações aplicadas sem ressalvas.

### Quadro A.10.3 - MARANHÃO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida1
3.1.2	4.1.1	4.1.1	OFÍCIO Nº 241/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO			
Descrição da Recomendação			
Proceder à atualização do rol de responsáveis da unidade constante do SIAFI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NEOF – Núcleo de Execução orçamentária e Financeira			
Síntese da Providência Adotada			
O Rol de responsáveis foi atualizado conforme portaria PR/MA nº 39 de 26/05/2010			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Positivo, haja vista que permite a atualização dos dados. Entretanto verificou-se que a inconsistência apontada em referência a PT. 033, não foi observada. Informo ainda que inconsistência dessa natureza é criticada e rejeitada pelo sistema.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3.2	4.1.2	4.1.2	OFÍCIO Nº 241/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Instruir os processos de pagamento com documentos comprobatórios de negociações realizadas, de modo a elidir a possibilidade de incidência na vedação do parágrafo único, art. 60, da Lei nº 8.666/93, que trata de contratos verbais, devendo a administração alterar o contrato para possibilitar a compensação entre as máquinas			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gestor de Contrato			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Esta PR/MA acatará as recomendações contidas no relatório nº 11/2012 evitando firmar contratos verbais, em obediência ao artigo 60 da Lei 8.666/93.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação acatada			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Positiva em função de que se efetiva um dispositivo previsto em Lei			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3.3	4.1.3	4.1.3	OFÍCIO Nº 241/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Reiteramos a recomendação para que a unidade adote providências para adoção do Pregão Eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, conforme art. 4º do decreto nº 5.450, de 31/05/2005			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
CPL – Comissão Permanente de Licitação	

#### Síntese da Providência Adotada

Conforme Ofício circular nº 90/2011. do Excelentíssimo Sr. Secretário Geral/MPF, para adoção da forma eletrônica de bens e serviços, com utilização do sistema de compras do Governo federal – COMPRASNET, esta PR/MA providenciou junto ao ministério do Planejamento, solicitando o cadastramento de equipe responsável pela realização de Pregão, encontrando muitas dificuldades para habilitação e realização do Pregão Eletrônico ainda em 2011. Em 2012, já começou a ser adotado na primeira licitação aberta nesta Procuradoria da república, em junho de 2012.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Entendemos a iniciativa positiva e já tomamos as providências para, prioritariamente, utilizarmos o sistema em nossas Licitações.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Entendemos a iniciativa positiva e já tomamos as providências para, prioritariamente, utilizarmos o sistema em nossas Licitações.

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.3.1 e 3.3.2	4.1.5; 4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.19; 4.1.12 e 4.1.14	4.1.5; 4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.19; 4.1.12 e 4.1.14	OFÍCIO Nº 241/2012

##### Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

##### Código SIORG

#### Descrição da Recomendação

Incluir nos editais de licitação, destinados à contratação de serviços continuados, cláusula que estabeleça a obrigação de apresentação de garantia da execução dos serviços na forma estabelecida em contrato. (4.1.5)

Abster-se de realizar licitação sem prévia definição do quantitativo de empregados a ser contratado p/ execução dos serviços de vigilância (4.1.6)

Proceder à pesquisa de mercado para determinar no edital o limite máximo do preço a ser aceito pela administração p/ todos os itens previstos na licitação (4.1.7)

Fazer constar dos autos dos processos cópia da publicação do resultado do julgamento da licitação, conforme estabelece o Decreto nº 3.555/2000, art. 21, inciso XII (4.1.8)

Quando da repactuação, solicitar da empresa contratada a exclusão da planilha de custos de item relativo a “Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal”, devendo nas futuras contratações abster-se de aceitar a sua inclusão na referida planilha (4.1.9)

Proceda a convocação dos interessados, mediante a publicação de aviso, nos termos estabelecidos no art.11, do Decreto nº

3.555/2000, em observância aos princípios da transparência e publicidade para não frustrar o caráter competitivo do certame (4.1.2)

Nos casos em que a empresa não indicar as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis aos empregados em sua propostas de preços ou na planilha de custos, deverá a unidade diligenciar junto à vencedora do certame para obter essa informação (4.1.14)

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CPL	

#### Síntese da Providência Adotada

A Comissão de Licitação e equipe de apoio do Pregão foram cientificadas das falhas existentes e adotarão as providências necessárias para que as recomendações da AUDIN/MPU sejam cumpridas conforme cópia do Memorando N° 32/2011

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Temos mantido reuniões frequentes para a adoção das medidas, uma vez que toda a equipe que compõe a CPL foi modificada.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Temos mantido reuniões frequentes para a adoção das medidas, uma vez que toda a equipe que compõe a CPL foi modificada.

#### Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.3.1	4.1.10; 4.1.11 e 4.1.13	4.1.10; 4.1.11 e 4.1.13	OFÍCIO N° 241/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO	

#### Descrição da Recomendação

Exigir da empresa contratada a apresentação de cópias das Guias de Recolhimento da previdência Social relativas aos empregados utilizados na prestação de serviços da unidade, conforme orientação constante do Ofício – Circular n/ 11/2006 – AUDIN/MPU, item 10. alínea “b” (4.1.10)

Exigir das empresas contratadas a apresentação dos comprovantes de entrega dos uniformes aos empregados alocados na unidade, conforme orientação constante do Ofício – Circular n° 11/2006 – AUDIN/MPU, item 10, alínea “c”, de 15/09/2006 (4.1.11)

Exigir da empresa contratada a regularização do fornecimento dos benefícios de assistência médica- odontológica aos empregados (4.1.13)

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gestor de Contratos	

#### Síntese da Providência Adotada

Os Gestores de Contratos foram cientificados para adotarem as providências para o cumprimento das recomendações.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Quanto aos itens 4.1.10 e 4.1.11, todos os documentos solicitados foram obtidos, conforme P.A. 1.19.000.000824/2012-02.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quanto aos itens 4.1.10 e 4.1.11, todos os documentos solicitados foram obtidos, conforme P.A. 1.19.000.000824/2012-02.

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.3.2	4.1.15; 4.1.16 e 4.1.17	4.1.15; 4.1.16 e 4.1.17	OFÍCIO N° 241/2012

##### Código SIORG

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

#### Descrição da Recomendação

Anexar ao processo comprovação do envio das solicitações de orçamento às empresas com vistas à correta instrução do processo (4.1.15)

Quando da determinação do preço máximo admitido para a contratação, proceda a ampla pesquisa de mercado para todos os itens objetos do certame, inclusive para mão de obra eventual e visitas técnicas junto a, no mínimo três fornecedores ou utilize os preços fixados por órgão oficial competente, sistema de registro de preços ou praticados em outros órgão (4.1.16)

Efetuar estimativa dos quantitativos e período de consumo (mensal ou anual) para os insumos a serem utilizados na prestação de serviços, bem como cotar os valores individuais em pelo menos três lojas/fornecedores do ramo e sempre que possível, verificar os preços fixados por órgão oficial competente, sistema de registro de preços ou praticados em outros órgãos (4.1.17)

Solicitar à empresa contratada a apresentação do comprovante da garantia contratual conforme p'revisto na seção XI do edital, devendo ser mantido atualizado, conforme dispões o art. 56, da Lei n° 8.666/93 (4.1.18)

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

CPL

##### Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

A Comissão de Licitação e equipe de Apoio do Pregão foram cientificadas das falhas existentes e adotarão as providências necessárias para que as recomendações da AUDIN/MPU sejam cumpridas conforme cópia do Mem. N° 32/2011.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Temos mantido reuniões frequentes para a adoção das medidas, uma vez que toda a equipe que compõe a CPL foi modificada.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Temos mantido reuniões frequentes para a adoção das medidas, uma vez que toda a equipe que compõe a CPL foi modificada.

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.4.1	4.1.19 e 4.1.20	4.1.19 e 4.1.20	OFÍCIO N° 241/2012

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

Abster – se de contratar diretamente, por meio de inexigibilidade, quando houver viabilidade de competição para o objeto pretendido (4.1.19)

Fazer constar dos processos de inexigibilidade a justificativa dos preços, conforme demanda a Lei n° 8.666/983, art. 26, parágrafo único (4.1.20)

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação**

CPL

**Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

Esta Procuradoria da República adotará as providências necessárias para o cumprimento das recomendações da AUDIN/MPU nas próximas solicitações de treinamentos e outros eventos, observado a viabilidade de competição antes da definição por inexigibilidade da Licitação como ocorreu equivocadamente no processo n° 1.19.000.000842/2011-03, citado pela AUDIN/MPU.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Providências serão acatadas

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

As recomendações do OCI são positivas a UG deverá adotar providências necessárias para adequar-se

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

### Recomendações do OCI

#### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.8.4	4.1.21	4.1.21	OFÍCIO N° 241/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

#### Descrição da Recomendação

Abster – se de permitir a condução de veículos oficiais por servidor que não possua habilitação na categoria exigida no Código Brasileiro de Trânsito.

### Providências Adotadas

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Setor de Transporte

#### Síntese da Providência Adotada

Segundos justificativas do Chefe da Seção de transportes, o servidor portador da carteira de habilitação categoria “c” não está autorizado a dirigir o veículo Peugeot/Boxer, placa NNF 4998, que exige habilitação categoria “D”. Conforme justificativas anexas, foi sugerido ao servidor que troque sua habilitação.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Conforme Memorando emitido pela SETRAN/PRMA, destinado à CA/PRMA, datado 20/06/2012, o servidor em tela ficou impedido de conduzir o referido veículo, bem como foi sugerido a ele que procedesse a mudança de categoria em sua habilitação.

O servidor agora está lotado na ASSPA/PRMA, a qual não dispõe do tipo de viatura em questão. Além disso, não foi previsto no edital de provimento ao cargo de TAE-T a necessidade de tal categoria de habilitação. Portanto, o servidor optou por não providenciar a mudança

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Conforme Memorando emitido pela SETRAN/PRMA, destinado à CA/PRMA, datado 20/06/2012, o servidor em tela ficou impedido de conduzir o referido veículo, bem como foi sugerido a ele que procedesse a mudança de categoria em sua habilitação.

O servidor agora está lotado na ASSPA/PRMA, a qual não dispõe do tipo de viatura em questão. Além disso, não foi previsto no edital de provimento ao cargo de TAE-T a necessidade de tal categoria de habilitação. Portanto, o servidor optou por não providenciar a mudança

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.10.4	4.1.22	4.1.22	OFÍCIO N° 241/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

**Descrição da Recomendação**

Exigir dos usuários o recolhimento mediante GRU dos valores que ultrapassem os limites estabelecidos pela portaria PGR n° 588/2006, observando os critérios fixados no art. 11, devendo a apuração do valor que exceder ao limite ser realizada mês a mês, não podendo haver compensação em meses subsequentes.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Gestor de Contrato

**Síntese da Providência Adotada**

Conforme justificativa do gestor de Contrato, os recolhimentos eram feitos através de GRU a cada 90 (noventa) dias, devido ao baixo valor. No entanto, atendendo as recomendações da UDIN e a portaria pgr N° 538/2006, ESTA pr/ma CUMPRIRÁ O RECOMENDADO CONFORME Memorando n° 32/20011.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Houve também entendimento que é necessário maior observação dos elementos propostos. Contudo, importa frisar temos nos esforçados para cumprir em curto tempo para o recolhimento. O ideal é que houvesse sistema próprio eletrônico para cobrança . Manualmente é pouco estratégico.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Houve também entendimento que é necessário maior observação dos elementos propostos. Contudo, importa frisar temos nos esforçados para cumprir em curto tempo para o recolhimento. O ideal é que houvesse sistema próprio eletrônico para cobrança . Manualmente é pouco estratégico.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3.12.1	4.1.23	4.1.23	OFÍCIO N° 241/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Divulgar na página da Unidade na internet os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e de seus aditivos e a relação mensal das compras efetuadas, conforme os prazos estabelecidos na IN TCU n° 28, de 5/5/1999. art. 2, inciso XVIII e XXIII.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gestor de Contrato			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As informações estão sendo atualizadas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação atendida com a atualização dos dados			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Positiva uma vez que os servidores responsáveis pelo preenchimento dos dados estão atualizando na maior brevidade possível conforme os prazos estabelecidos na IN do TCU.			

### Quadro A.10.3 – MATO GROSSO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	DIL 036/2012		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRMT			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Valor incorreto da Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Física			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
NUEOF			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Retenção correta do IR nos pagamentos posteriores.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Pagamentos posteriores efetuados com a retenção exigida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	DIL 175/2012		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PRMT			
Descrição da Recomendação			
Divergência entre SIAFI e RMB.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NUCAMP			
Síntese da Providência Adotada			
Retificação efetuada através da nota de lançamento 2012NL000053.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Divergência equalizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	DIL 241/2012		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PRMT			
Descrição da Recomendação			
Divergência entre SIAFI e RMB.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NUCAMP			
Síntese da Providência Adotada			
Retificação efetuada através da nota de lançamento 2012NL000081.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Divergência equalizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	DIL 275/2012		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PRMT			
Descrição da Recomendação			
Saldo na conta de despesa 33390.30.18 – Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NUEOF			
Síntese da Providência Adotada			
Retificação efetuada através da CD 2012CD000026.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Divergência equalizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	DIL 317/2012		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PRMT			
Descrição da Recomendação			
Divergência entre SIAFI e RMB.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NUCAMP			
Síntese da Providência Adotada			
Retificação efetuada através da nota de lançamento 2012NL000107			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Divergência equalizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.10.3 - PARÁ

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Pará			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria/AUDIN/MPU/nº 29/2011	4.1.2 e 4.1.3	Of. 483/2011/AUDIN/MPU
3		4.1.4	
5		4.1.6	
6		4.1.7	
11		4.1.13	
12		4.1.14	
14		4.1.16	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			
Procuradoria da República no Pará			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>2. Nas repactuações de contratos e futuras contratações, excluir da planilha de custos o item "Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal", assim como excluir da planilha de custos o item "Reserva Técnica" nas repactuações;</p> <p>3. Observar o prazo para a publicação resumida do instrumento de contrato e/ou aditamento na Imprensa Oficial;</p> <p>5. Não fixar nos editais de licitação cláusulas ou condições que, pela sua natureza, incorram em despesas prévias aos licitantes, anterior à celebração do contrato, ou frustem o caráter competitivo do certame;</p> <p>6. Efetuar o controle de participação dos inscritos quando da promoção de eventos (lista de presença);</p> <p>11. Adotar medidas para ressarcimento das faltas de materiais no estoque do almoxarifado e medidas para averiguação física completas de entradas e saídas, e melhoria nos controles;</p> <p>12. Elaborar relatórios com informações da situação patrimonial no encerramento do inventário final (bens permanentes e de almoxarifado);</p> <p>14. Implementar controle de consumo de combustíveis para cada veículo da unidade.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Pará			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>2. Atendido quando da repactuação dos contratos e contratações.</p> <p>3. Observado na celebração dos contratos.</p> <p>5. Observado nas licitações.</p> <p>6. Observado na realização de eventos.</p> <p>11. Aplicadas melhorias de controle. Foram ajustadas as diferenças entre o saldo e a existência física de alguns materiais.</p> <p>12. Observado no encerramento do inventário.</p> <p>14. Medidas de controle aplicadas no pelo Setor de Transporte.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Quadro A.10.3 - PERNAMBUCO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RELATÓRIO DE AUDITÓRIA N.º 16/2012	4.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090			
Descrição da Recomendação			
Adequar contratos com alocação de mão de obra aos termos da Resolução CNMP n.º 37/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Chefia Administrativa - PRPE			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os contratos com alocação de mão de obra serão adequados à Resolução CNMP n.º 37/2008, por meio dos próximos termos aditivos a serem celebrados (repactuação e/ou prorrogação).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Esta unidade ministerial, mesmo não constando formalmente os impedimentos da Resolução CNMP n.º 37/2008 em alguns contratos com alocação de mão de obra, já promovia a devida fiscalização.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	RELATÓRIO DE AUDITÓRIA N.º 16/2012	4.1.2	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090	

**Descrição da Recomendação**  
 Abster-se de desclassificar empresas punidas com penalidade de suspensão quando esta não tiver sido aplicada pela própria unidade.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Chefia Administrativa - PRPE	

**Síntese da Providência Adotada**

Esta unidade ministerial, após a recomendação em tela, vem atendendo o exposto pelo OCI.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Não se aplica

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090	

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	RELATÓRIO DE AUDITÓRIA N.º 16/2012	4.1.3	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090	

**Descrição da Recomendação**  
 Justificar a necessidade da inclusão, na execução dos serviços, de um encarregado para o quantitativo de 19 (dezenove) serventes.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Chefia Administrativa – PRPE	

**Síntese da Providência Adotada**

Esta unidade ministerial promoverá a supressão do posto de encarregado do contrato de limpeza e conservação, por meio do próximo termo aditivo a ser celebrado (repactuação e/ou prorrogação).

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Não se aplica

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A supressão do posto de encarregado do contrato de limpeza e conservação está dentro do limite legal, instituído pela Lei n.º 8.666/93 (25%).

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	RELATÓRIO DE AUDITÓRIA N.º 16/2012	4.1.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – UG: 200090			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Observar o que dispõe o Acórdão n.º 1.915/2010 – Plenário do TCU quanto à segregação de função entre servidores que assinam o Termo de Recebimento Provisório e o Definitivo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração - PRPE			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Esta unidade ministerial irá adotar o procedimento recomendado nos contratos vigentes que ainda não foram expedidos termos de recebimento, bem como nas próximas contratações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Não se aplica			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.10.3 –TOCANTINS

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.1	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Incluir nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços contínuos cláusula proibitiva da prestação de serviços por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos			

respectivos membros ou servidores dos órgãos do MPU, conforme estabelece o parágrafo único do art. 4º da Resolução CNMP nº 37, de 28/04/2009 (que alterou as Resoluções CNMP nº 01/2005, 07/2006 e 21/2007, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal) item 3.2)

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos e CPL	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi solicitado a Presidente da CPL a inclusão da cláusula nas minutas dos contratos dos pregões em andamento, o que já foi providenciado conforme minutas em anexo, assim como esta sendo providenciado os Termos Aditivos dos contratos em vigor, incluindo esta cláusula.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação acatada	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>		
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.2	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Anexar, nos próximos procedimentos licitatórios, a memória de cálculo ou justificativa dos valores máximos para contratação estabelecidos em conformidade com o inc. XII do art. 15 da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG (itens 3.2.1 e 3.2.2)			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos e CPL	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A recomendação atendida. Conforme documento em anexo, os pregões em andamento já contam com a memória de cálculo, conforme solicitado.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação acatada, todas os processos licitatórios de 2012 continham memória de cálculo	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

A Coordenadoria de Administração teve que fazer um modelo para a memória de cálculo, pois não tinha nenhum na unidade.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.3	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar medidas com vistas ao cumprimento do princípio constitucional da publicidade, publicando no DOU o aviso do Edital da Licitação, conforme dispõe o art. 17, inciso I alínea "a" do Decreto nº 5.450/2005 (item 3.2.1).			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Permanente de Licitação – CPL			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A unidade utiliza o sistema de pregão do comprasnet sendo que desde o ano de 2005 todos os pregões realizados pela unidade são eletrônicos. No pregão eletrônico utilizando o comprasnet, não tem como ele ser realizado sem a sua publicação, feita automaticamente pelo sistema no momento de cadastramento do pregão. Nesse caso o que ocorreu foi a falha da Administração em não colocar no processo cópia da publicação. Erro esse já foi corrigido. Para efeito de comprovação, encaminhamos cópia do documento.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação acatada.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.4	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

<b>Procuradoria da República no Estado do Tocantins</b>	
---	--

<b>Descrição da Recomendação</b>
----------------------------------

Atentar, nos próximos procedimentos licitatórios, para que o preço máximo anual utilizado na “Ata de realização do Pregão Eletrônico” corresponda ao valor máximo estipulado no edital (item 3.2.1)

<b>Providências Adotadas</b>
------------------------------

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

CPL	
-----	--

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
---------------------------------------

Recomendação acatada. Esse caso foi um erro material e esperamos que não ocorra com a nova equipe de Pregão e CPL da PR/TO, uma vez que esta Administração tem buscado treinamento externos, aperfeiçoando a equipe no desempenho das funções.

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

Recomendação acatada

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

Falta de servidor com curso de Pregoeiro e de elaboração de edital. Fizemos o treinamento durante o exercício.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Tocantins	
--	--

<b>Recomendações do OCI</b>
-----------------------------

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>
---

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.5	OFÍCIO Nº 2133/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

<b>Procuradoria da República no Estado do Tocantins</b>	
---	--

<b>Descrição da Recomendação</b>
----------------------------------

Adotar medidas com vistas ao cumprimento do princípio constitucional da publicidade, publicando no DOU o resultado do julgamento da licitação, conforme dispõe o art. 30, inciso XII, do Decreto nº 5.450/2005 (item 3.2.1).

<b>Providências Adotadas</b>
------------------------------

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração – CPL	
--------------------------------------	--

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
---------------------------------------

Recomendação atendida

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

Recomendação acatada, todas os processos licitatórios de 2012 tiveram seus resultados publicados no DOU

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.6	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Observar a obrigatoriedade de efetuar a retenção referente aos impostos e contribuições federais em conformidade com as alíquotas estabelecidas na IN RFB nº 1.234/2012 (item 3.2.1).			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração e SEOF			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi feita a comunicação ao Setor de Execução Orçamentária e Financeira, SEOF para atendimento da recomendação. Conforme comprovantes de recolhimento em anexo, a recomendação já está sendo atendida.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação acatada			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.7	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Comunicar a Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à assinatura de contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra com a empresa Seiton – Serviços Profissionais de Conservação e Limpeza – ME para a execução de serviços que vedaria a empresa a optar pelo Simples Nacional (item 3.2.1).			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

Coordenadoria de Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Conforme cópia do ofício nº 2097/2012 em anexo, comunicamos a Receita Federal conforme solicitado pela Audin	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação acatada	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.8	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Inserir no aplicativo “planilhas de custos” da página da AUDIN/MPU na internet, os valores referentes ao Contrato nº 13/2011 (item 3.2.1)			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Passamos uma semana aprendendo a utilizar o sistema da Audin. Após inserimos os dados conforme solicitado.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação atendida. A verificação poderá ser feita diretamente do site da Audin.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
O Sistema é ruim e após conseguirmos contornar as dificuldades e inserir os dados, a Audin mudou o sistema.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.9	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

<b>Procuradoria da República no Estado do Tocantins</b>	
---	--

<b>Descrição da Recomendação</b>
----------------------------------

Observar o que estabelece o art. 17 do Decreto nº 5.450/2005, com vistas à publicidade dos certames licitatórios (item 3.2.2).

<b>Providências Adotadas</b>
------------------------------

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração – CPL	
--------------------------------------	--

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
---------------------------------------

Encaminhamos expediente a Audin, esclarecendo que o Art. 17 do decreto nº 5.450/2005 diz:

“ Art. 17 A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

**I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):**

**a) Diário Oficial da União; e**

**b) meio eletrônico, na internet;**

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação local;

III - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional.”

Como o pregão tinha valor estimado de R\$ 241.539,36 e o valor contratado ficou em R\$ 231.080,52, ou seja, bem abaixo dos R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) exigidos na Lei, acreditamos que houve um equívoco da Audin ao analisar os valores já que as publicações exigidas (DOU e meio eletrônico) foram feitas de acordo com a Lei.

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

Justificativa aceita pela Audin

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

Procuradoria da República no Estado do Tocantins	
--	--

<b>Recomendações do OCI</b>
-----------------------------

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.10	OFÍCIO Nº 2133/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Tocantins	

**Descrição da Recomendação**

Atentar para que os valores utilizados como referência para contratação no prego correspondam aos valores constantes do edital ou que ocorra retificação, com as devidas justificativas desse valor de referência. (item 3.2.2).

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração – CPL	

**Síntese da Providência Adotada**

Recomendação acatada. Foi repassado o relatório da Audin para a CPL para atendimento das recomendações nos pregões futuros.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Todos os pregões no exercício 2012 atenderam o recomendado

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada**

Denominação Completa	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Tocantins	

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.11	OFÍCIO Nº 2133/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Tocantins	

**Descrição da Recomendação**

Publicar os resultados de julgamento da licitação e os extratos dos contratos firmados pela Unidade, de forma a cumprir o art. 20 do Decreto nº 5.450/2005 (item 3.2.2)

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos e CPL	

**Síntese da Providência Adotada**

Recomendação atendida. Conforme documentos encaminhados a Audin

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Recomendação atendida

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.12	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Reiteramos a recomendação para que se proceda, quando da repactuação do contrato com a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda., à exclusão da planilha de custos do item “reciclagem de pessoal”, conforme Acórdãos do TCU nºs 825 e 3.006/2010, Plenário (item 3.2.2).			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O referido processo foi repactuado em virtude de nova Convenção Coletiva de Trabalho. Na ocasião, solicitamos a empresa a retirada desse custo da planilha conforme recomendação da Audin o que foi atendido prontamente pela empresa.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.13	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			

**Descrição da Recomendação**

Abster-se de proceder Adesão à Ata de Registro de Preço registrado por estados e municípios, em virtude da inobservância do princípio constitucional da publicidade, uma vez que as publicações desses entes são realizadas apenas nos locais onde atuam, devendo a PR-TO observar os entendimentos do TCU em face da vinculação a que estão sujeitos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal às deliberações da Corte de Contas da União. (item 3.2.3);

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação**

Coordenadoria de Administração – CPL

**Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

Recomendação acatada. A unidade não efetuará mais adesão a Pregões de órgãos Estaduais ou municipais.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Não efetuamos mais nenhuma adesão a contratos de órgãos Estaduais ou municipais, mesmo que isso implique em economicidade para a administração.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.14	OFÍCIO Nº 2133/2012

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

Alterar o Contrato nº 01/2012 de forma que o valor total, o valor da cópia unitária e a franquia estejam em conformidade com a Ata de Registro de Preços aderida (item 3.2.3))

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação**

Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos

**Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

Explicamos a Audin que no final do exercício anterior a PR/TO recebemos autorização para terceirizar os serviços de impressão da Unidade. Durante o processo tentamos a adesão a Ata de Registro de Preço Nº 21/2011 do Pregão Presencial 54/2011 da PGR. Entretanto obtivemos uma resposta negativa da empresa e com isso tentamos efetuar o pregão. No momento da inclusão do pregão no comprasnet, o sistema informou que a data mais próxima em que ele poderia ser realizado seria 04 de janeiro. Diante da notícia solicitei que fosse realizada uma busca por pregões com Ata de Registro de Preço ao que no final obtivemos somente a Ata do Instituto Federal de Tecnologia do Tocantins – IFTO,

cujo valor era de R\$ 0,0789 por cópia. Na pesquisa de preço tivemos uma empresa que fornecia a cópia a R\$ 0,05 (cinco centavos), entretanto, forneciam a empresa somente uma máquina copiadora.

Como estávamos solicitando a empresa 37 equipamentos de impressão, todos com impressão duplex, impressora, scanner e funcionamento em rede, foi imposta a PR/TO uma franquia mínima de 70.000 cópias para atendimento do pedido. Como foi explicado no processo, a franquia da Ata da IFTO era de 100.000 cópias, ou seja 30.000 cópias a mais que a contratada. Alias, ao contrário da PGR, no contrato firmado pela PR/TO não temos custo fixo pelos equipamentos. Se compararmos os 2 pregões teremos:

PREGÃO	QUANT. MÁQUINAS	R\$ / CÓPIA	FRANQUIA	CUSTO FIXO EQUIPAMENTO	TOTAL PARA 40.000 CÓPIAS	MENSAL 40.000
PGR	37	0,0725	0	204,71	10.474,27	
IFTO	37	0,0789	100.000	0,00	7.890,00	
DEFENSORIA	37	0,06	70.000	0,00	4.200,00	

Obs.: O Valor do custo fixo informado refere-se ao da Multifuncional Lexmark X464DN que era o menor custo fixo da Ata de Registro de Preço da PGR.

Caso tivéssemos aderido a Ata da PGR ou da IFTO estaríamos pagando um valor muito maior do que o valor pago atualmente. Na tentativa de obter um preço melhor, não conseguimos nenhuma proposta de empresas locais para a entrega da quantidade de máquinas solicitadas em razão do número reduzido de cópias.

Após a explicação, continuamos afirmando que houve economia para a PR/TO a adesão ao Pregão Estadual.

Mesmo assim, em contato com a empresa na tentativa de reduzir a franquia ou até mesmo extingui-la do contrato, fomos informados que isso só seria possível se reduzíssemos a quantidade de máquinas solicitadas o que deixaria de atender as necessidades da PR/TO em virtude das divisões de salas e quantidade de andares da nova Sede.

Mesmo assim, estamos providenciando pregão eletrônico para contratação dos serviços, o que está previsto para acontecer no dia 25 de fevereiro de 2013.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Não conseguimos reduzir a franquia conforme solicitação da Audin. Para resolver o problema, elaboramos um novo projeto básico e iniciamos procedimento licitatório, cujo pregão eletrônico está previsto para ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2013.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa

Código SIORG

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

### Recomendações do OCI

#### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.15	OFÍCIO Nº 2133/2012

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** Código SIORG

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

#### Descrição da Recomendação

Abster-se de proceder adesão a registro de preços cujo item a ser adquirido esteja com valor unitário superior ao pesquisado em mercado, devendo nesse caso, informar a desvantagem ao órgão gerenciador, conforme estabelece o inciso II do § 4º do art. 3º do Decreto nº 3.931/2001 (item 3.2.3);

#### Providências Adotadas

**Setor Responsável pela Implementação** Código SIORG

Coordenadoria de Administração – CPL

#### Síntese da Providência Adotada

Informamos a Audin que o que houve foi uma falha na explicação dos preços obtidos. A pesquisa de mercado entre os órgãos federais de Palmas – TO foi feita somente obtendo o valor da cópia e se havia franquias ou não. A Gestora de Contratos não solicitou informação da quantidade de máquinas locadas e se havia pagamento de custo fixo por equipamento (a exemplo do que ocorre na PGR) ou não.

Esse erro foi sanado na pesquisa de mercado realizada na época e constatamos claramente que o preço do pregão, com a quantidade de equipamentos fornecida estava abaixo do valor praticado no mercado.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

A Audin aceitou a justificativa da Unidade.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

**Denominação Completa** Código SIORG

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

#### Recomendações do OCI

#### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.16	OFÍCIO Nº 2133/2012

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** Código SIORG

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

#### Descrição da Recomendação

Repactuar o Contrato nº 1/2012 de forma a adotar franquias mínimas adequadas à realidade da PR/TO (item 3.2.3)

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Administração – Gestão de Contratos	

#### Síntese da Providência Adotada

Entramos em contato com a empresa e fomos informados por telefone que eles não tem interesse em repactuar o contrato diminuindo a franquia devido ao grande número de equipamentos que nos foram entregues e ao número reduzido de cópias que está em aproximadamente 40.000 cópias.

Conforme explicado no item 4.1.14 o contrato é muito mais barato que o da PGR, pregão inicialmente informado pela S.A para tentarmos a adesão.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

A Audin entendeu que o contrato, apesar das explicações apresentadas, não demonstra economia para a Unidade, em razão do baixo volume de utilização em cotejo com o número de equipamentos. Ela efetuou a análise do número de cópias e impressões efetuadas no contrato anterior (Contrato nº 5/2009), vigente até 30/12/2011. O número de impressões foi obtido a partir de relatório gerencial fornecido por sistema desenvolvido pela Unidade. Montou tabela comparativa entre a produção da PR-TO no ano de 2011 e o valor mensal de R\$ 4.200,00 com franquia de 70.000 cópias, referente ao contrato nº 1/2012, com vigência até 01/01/2013.

MÊS	QTD. DE CÓPIAS (UN)	QTD. DE IMPRESSÕES (UN)	TOTAL (UN)	CUSTO EFETIVO/CÓPIA
Janeiro	11.448	11.417	22.865	0,184
Fevereiro	32.141	20.352	52.493	0,080
Março	19.623	20.512	40.135	0,105
Abril	11.840	16.900	28.740	0,146
Maio	21.533	17.164	38.697	0,109
Junho	22.108	14.318	36.426	0,115
Julho	18.657	10.725	29.382	0,143
Agosto	15.776	11.125	26.901	0,156
Setembro	14.043	8.685	22.728	0,185
Outubro	9.515	9.929	19.444	0,216
Novembro	8.924	12.784	21.708	0,193
Dezembro	8.838	7.332	16.170	0,260
<b>Total</b>	<b>194.446</b>	<b>161.243</b>		

Conforme a tabela acima, a Audin verifica que o consumo está bem abaixo da demanda da Unidade, sendo assim ela reiterou à recomendação de adequação da franquia com vistas a evitar a oneração do erário sem necessidade, devendo a unidade avaliar, na nova contratação, a real necessidade de 37 equipamentos, sendo que a Audin verificará a

efetividade das medidas na próxima auditoria.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A Administração não conseguiu convencer a Audin da economicidade do contrato, que para a Administração parecia bem claro. Ao analisar o caso, a Audin montou uma tabela com base nos relatórios gerenciais de impressões que a princípio demonstra que o contrato é antieconômico. O problema é que ela esqueceu que em TODOS os outros pregões aos quais tentamos adesão, ou a franquia era maior (100.000 cópias) ou existia um custo fixo a ser pago por mensalmente por cada máquina de xerox e NENHUM desses dados foram colocados na planilha acima. A Administração continua afirmando a vantajosidade do contrato, mais para evitar maiores problemas com a Audin, iniciamos em novembro de 2012 procedimento licitatório para esse contrato, cujo pregão eletrônico está previsto para ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2013.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.17	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Nas compras a serem efetuadas pela Unidade, proceder a adequada caracterização dos objetos que se pretende adquirir, conforme determina o art. 14 e art. 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/93 (item 3.3.1)			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – CPL e SCAMP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação acatada. No exercício anterior demos início a estruturação e formalização de manual para realização de compras, sejam elas através de dispensa, inexigibilidade, licitação ou pregão. No manual encontram-se os procedimentos e roteiros a serem adotados além de modelos de documentos e planilhas. Em 2012 seguimos o manual na formalização dos processos e uma das mudanças é a inclusão em todos os processos de compras de Termo de Referência ou Projeto Básico. A título de exemplo, encaminhamos cópias de alguns Projetos básicos de processos de compras efetuados em 2012 para Audin.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação acatada conforme solicitado para Audin			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.18	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de adotar dispensa de licitação nas contratações de serviços de mesma natureza baseada no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, quando o valor exigir instauração de procedimento licitatório específico (item 3.4.2);			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – CPL e SCAMP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação acatada. Acompanhamos de perto durante o exercício de 2012 evitando que o limite previsto em Lei fosse ultrapassado.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A Unidade fechou o exercício sem ultrapassar o limite de dispensa, conforme recomendado pela Audin.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	12/2012	4.1.19	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Somente efetuar doação de bens para entidades sem fins lucrativos que apresentem a devida certidão de utilidade pública federal emitida pelo Ministério da Justiça, conforme determina o item 15.2.3 da IN/MPF/SG/SA nº 001/93 (item			

3.7.4);

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Coordenadoria de Administração

##### Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

Recomendação atendida. O processo de doação de 2012, conforme parecer encaminhada a Audin, prova que no exercício de 2012, graças a ajuda e orientações da nova assessoria jurídica, a recomendação foi atendida, não se repetindo os erros dos processos anteriores.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Recomendação atendida

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.20	OFÍCIO Nº 2133/2012

##### Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

##### Código SIORG

#### Descrição da Recomendação

Justificar a diferença entre os valores registrados no inventário anual e os constantes do SIAFI (item 3.7.5).

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Coordenadoria de Administração – Comissão de Inventário

##### Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

Devido a mudança para o novo prédio ocorrida no final de setembro de 2011, o que acabou acarretando mudança de responsáveis e localização de bens, além das férias dos membro da comissão de inventário no final do exercício, houve um atraso na entrega do relatório, o que só ocorreu em 13 de janeiro de 2012. Com isso, eles acabaram incluindo no relatório bens que foram entregues e materiais que foram requisitados no início do exercício gerando assim a distorção entre os valores registrados no siafi no final do exercício de 2011 e os valores apresentados pela comissão de inventário. Em 2012, o inventário foi fechado em 30 de dezembro, assim, os valores apresentados foram os mesmos registrados no SIAFI.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Recomendação atendida conforme solicitado pela Audin

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

01	12/2012	4.1.21	OFÍCIO Nº 2133/2012
----	---------	--------	---------------------

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

Fazer constar das guias de recebimento de material a assinatura do responsável pela entrega do material (item 3.8.2)

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação**Coordenadoria de Administração – Seção de Controle e Administração de Material e Patrimônio  
- SCAMP**Código SIORG****Síntese da Providência Adotada**

A recomendação atendida conforme cópias de guias encaminhadas a Audin

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Recomendação atendida

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

01	12/2012	4.1.22	OFÍCIO Nº 2133/2012
----	---------	--------	---------------------

**Órgão/Entidade Objeto da Recomendação**

Procuradoria da República no Estado do Tocantins

**Código SIORG****Descrição da Recomendação**

Ultimar o processo de desfazimento dos bens patrimoniais em desuso (itens 3.9.3 e 3.9.6)

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Recomendação atendida, conforme cópia de termo de doação encaminhado para Audin	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação acatada	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.23	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder ao registro detalhado das finalidades dos deslocamentos de veículos com vistas ao cumprimento da Portaria PGR nº 513 de 23/07/2003 (item 3.9.4).			

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Setor de Transportes	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Recomendação está sendo acatada. Foi solicitado ao Chefe do Setor de Transportes, que recomende aos servidores do Setor o preenchimento adequado do formulário de deslocamento conforme recomendação da Audin.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendação atendida conforme solicitado pela Audin	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins	
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.24	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de proceder empréstimo de patrimônio público sob responsabilidade do MPF para outrem, sem a devida formalização (item 3.9.6)			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi efetuado o empréstimo de veículos para o 22º Batalhão de Infantaria, enquanto o mesmo aguardava a finalização do processo de doação. Entretanto, todo o processo de empréstimo foi formalizado, conforme cópia do processo encaminhado para a Audin			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Justificativa aceita pela Audin			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2012	4.1.25	OFÍCIO Nº 2133/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Tocantins			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Atentar para que não seja realizada despesa na modalidade saque sem a justificativa inequívoca da situação excepcional que o levou a realizar tal ato (item 3.10.2)			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração – Supridos			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação está sendo acatada. A Administração fez um melhor acompanhamento das prestações de contas de suprimento de fundos. Embora os fatos tidos como excepcionais em Brasília ou em outras localidades é muito comum no interior do Tocantins, um exemplo é a falta da máquina de cartão que é muito comum aqui no Estado. Entretanto,			

---

não é desculpa para a falta de justificativa dos Supridos. Comunicamos pessoalmente todos os supridos atualmente e informamos que as contas não serão aprovadas caso as compras por saques não sejam devidamente justificadas.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

Recomendação acatada. Todas as despesas efetuadas por saque foram devidamente justificadas.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

---

**Quadro A.10.3 – PRR 4ª REGIÃO - RS**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.1	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adote medida com vistas a expedição de laudos periciais para a definição de áreas de insalubridade, devendo ser atualizados anualmente			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A empresa Silvestre Administração e Serviços Ltda. foi notificada para apresentar os laudos indicados. A contratada protocolizou requerimento junto à Delegacia Regional do Trabalho – DRT, objetivando a emissão dos referidos laudos técnicos. Em resposta, a DRT informou não ser possível a emissão de tais documentos pela Seção de Segurança e Saúde no Trabalho, ao argumento de que a realização de perícias técnicas em órgãos públicos federais compromete sobremaneira o MTE na consecução de sua missão institucional. Desse modo, esta Procuradoria Regional por meio do Ofício PRR4ª/SECREG nº 3882/2012 de 27 de novembro de 2012, consultou a Auditoria Interna, AUDIN/MPU, acerca das providências a serem adotadas. Até a presente data, não houve resposta.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.2	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar medidas quanto ao controle de cópias reprográficas solicitadas pelo público externo, assim como de cópias extraídas de caráter particular pelos agentes públicos, imputando o ônus ao requisitante.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração / Demais setores que possuam copiadoras			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi adotada rotina de registro em sistema de "registro de cópias realizadas", disponível na intranet desta Procuradoria, com posterior recolhimento, por meio de Guia de Recolhimento da União, do valor calculado pelo sistema.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.3	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Repactuar o Contrato para adequar o preço da cópia ao valor de mercado, devendo também estabelecer estimativa de cópia para a franquia em conformidade com a média da tiragem nos últimos 12 meses. Caso não obtenha êxito, realizar nova licitação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos

#### Síntese da Providência Adotada

Nova licitação realizada, resultando no Contrato nº 11/2011, celebrado com a empresa Tecnoset Informática, Produtos e Serviços Ltda., com preço da cópia conforme valor de mercado (0,0286 e R\$ 0,0187, de acordo com o modelo da copiadora).

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.4	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

##### Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

##### Código SIORG

#### Descrição da Recomendação

Adotar medidas para que a empresa Movimento pelos Direitos da Criança e Adolescente, Contrato nº 16/2010, efetue os pagamentos aos menores aprendizes com base no salário mínimo nacional, devendo a redução dos custos refletir no valor da contratação.

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos

##### Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

O contrato com o Movimento pelos Direitos da Criança e Adolescente, contrato nº 16/2010 foi encerrado, tendo sido celebrado novo contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola do Rio Grande do Sul – CIEE/RS, contrato nº 08/2012, com vigência a partir de 18/10/2012, o qual observa o valor do salário mínimo nacional.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.5	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

**Descrição da Recomendação**

Solicitar à empresa contratada a exclusão da planilha de custos de item relativo a “Treinamento”, devendo ser restituídos aos cofres públicos os valores pagos indevidamente.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos

**Síntese da Providência Adotada**

O item “Treinamento” da planilha de custos apresentada pela empresa encontrava-se zerado, tendo sido a planilha de conferência preenchida incorretamente por servidora desta Regional, uma vez que os dados lançados como “Treinamento” referiam-se a “Seguro de vida em grupo”, conforme Despacho da Seção de Contratos de 03 de janeiro de 2012 e Despacho nº 092/2012 da Secretaria Regional de 04 de junho de 2012, respectivamente às fls. 206 e fls. 334/ 335 do procedimento administrativo nº 1.04.002.000110/2010-37.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.6	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

**Descrição da Recomendação**

Quando da próxima prorrogação ou repactuação, excluir dos custos do contrato o item relativo ao auxílio-alimentação.

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos

##### Código SIORG

##### Síntese da Providência Adotada

O novo contrato, celebrado com o Centro de Integração Empresa-Escola do Rio Grande do Sul – CIEE/RS, contrato nº 08/2012, com vigência a partir de 18/10/2012, não inclui em seus custos item relativo a auxílio-alimentação.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.7	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

##### Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

##### Código SIORG

#### Descrição da Recomendação

Abster-se de exigir dos licitantes como requisito de habilitação o registro da empresa ou do responsável técnico no Conselho Regional de Administração.

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Coordenadoria de Administração / Comissão Permanente de Licitação

##### Código SIORG

##### Síntese da Providência Adotada

Recomendação adotada nas rotinas concernentes às novas licitações.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.9	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder à caracterização e especificação dos objetos que se pretenda adquirir.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Unidade requisitante do material e/ou serviço			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação adotada nos procedimentos de novas aquisições.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.10	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Atentar para que, quando realizar pesquisa de mercado, indique o quantitativo de bens que pretenda adquirir, alinhadas nas mesmas condições correspondentes da Ata de Registro de Preços.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Administração / Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio			

/ Unidade requisitante do material e/ou serviço

#### Síntese da Providência Adotada

Recomendação adotada nos procedimentos de novas aquisições.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.11	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

##### Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

##### Código SIORG

#### Descrição da Recomendação

Atentar para que seja formalizado o instrumento contratual nas compras por adesão às atas de registro de preços, cujas características resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, ou cujos valores estejam dentro dos limites de tomada de preços ou concorrência.

#### Providências Adotadas

##### Setor Responsável pela Implementação

Coordenadoria de Administração / Seção de Contratos

##### Código SIORG

#### Síntese da Providência Adotada

Recomendação adotada nos procedimentos de novas adesões a atas de registro de preços.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

#### Unidade Jurisdicionada

##### Denominação Completa

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

##### Código SIORG

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

11	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.12	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
----	-----------------------------------	--------	--

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

**Descrição da Recomendação**

Abster-se de realizar contratações de serviços terceirizados, mesmo nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, sem que os valores estejam detalhados em planilha de custos.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Coordenadoria de Administração / Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio / Seção de Contratos	
---	--

**Síntese da Providência Adotada**

Recomendação adotada nos procedimentos de novas contratações.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
-----------------------------	---------------------

Procuradoria Regional da República da 4ª Região

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

12	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.15	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
----	-----------------------------------	--------	--

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
--	---------------------

**Descrição da Recomendação**

Comunicar a movimentação dos bens móveis ao Setor de Patrimônio, objetivando manter Termos de Responsabilidades atualizados.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Todos os setores administrativos envolvidos em movimentação de bens móveis	
--	--

**Síntese da Providência Adotada**

Recomendação adotada nas rotinas de movimentação de bens móveis.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.17	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

**Descrição da Recomendação**

Adotar medidas para localizar os bens não encontrados. Caso não localizados, instaurar procedimento administrativo com vistas à reposição ao Erário, dando ciência à AUDIN/MPU dos resultados.

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração / Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio /	

**Síntese da Providência Adotada**

Foi instaurado o procedimento administrativo nº 1.04.006.000039/2012-14, cujo resultado foi o ressarcimento ao Erário por meio de Guias de Recolhimento da União.

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Procuradoria Regional da República da 4ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.18	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

**Descrição da Recomendação**

Adotar medidas para que os responsáveis pelo controle da biblioteca reponham ou indenizem os livros não localizados.

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração	

**Síntese da Providência Adotada**

Foi instaurado o procedimento administrativo nº 1.04.008.000006/2012-54, cujo resultado foi o ressarcimento ao Erário por meio de Guias de Recolhimento da União.

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor****Unidade Jurisdicionada**

Denominação Completa	Código SIORG
Procuradoria Regional da República da 4ª Região	

**Recomendações do OCI****Recomendações Expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório de Auditoria nº 27/2011	4.1.21	Ofício nº 476/2011/AUDIN-MPU, de 12/11/2011

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG

**Descrição da Recomendação**

Proceder ao ressarcimento de ligações telefônicas que excederam aos limites mensais estipulados pela Portaria PGR nº 132/2009.

**Providências Adotadas**

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Regional / Coordenadoria de Administração / Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio /	

**Síntese da Providência Adotada**

Os valores que excederam aos limites mensais de uso dos celulares funcionais foram ressarcidos.

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Quadro A.10.3 – PRR 5ª REGIÃO – PE**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 5ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria n.º 13/2012	4.1.1	Ofício N.º 435/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Contrato N.º 4/2011 celebrado entre esta PRR5 e a empresa Rima Segurança Ltda.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Quando da repactuação, solicitar da empresa contratada a exclusão da planilha de custos o item relativo a “Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal”, devendo nas futuras contratações, abster-se de aceitar a sua inclusão na referida planilha.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos/Seção de Contratos – PRR 5ª Região			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Houve o comprometimento da PRR5 em realizar a exclusão em tela, quando da respectiva repactuação contratual, o que ocorrerá a partir de 1º de março/2013. Para tanto foi expedido ofício, nesse sentido, da Seção de Contratos desta unidade à empresa, a qual já manifestou sua aceitação.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A exclusão em tela representará uma economia mensal aproximada de 0,4% do valor contratual em questão.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Bom relacionamento com a empresa contratada facilitou o ajuste em tela, porém tendo em vista que a providência ainda não foi conclusa, tal análise é parcial.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Regional da República da 5ª Região			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Relatório de Auditoria n.º 13/2012	4.1.2	Ofício N.º 435/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRR 5ª Região - Divisão de Aquisições e Contratos e a Secretaria Regional			
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Informar à AUDIN os resultados das medidas efetivamente adotadas com vistas à responsabilização da empresa Lenovo tecnologia, no âmbito do Contrato n.º 2/2012.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Regional	

#### Síntese da Providência Adotada

Aplicação, à empresa, das penalidades de Advertência e Multa no valor de 1% sobre o valor contratado. Penalidades registradas no SIAFI

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Equipamentos fornecidos e valor da multa descontado do valor a ser creditado pelo pagamentos dos equipamentos pertinentes.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Facilitou a aplicação das penalidades as ações adotadas pela Divisão de Aquisições e Contratos da unidade, que registraram formalmente o atraso da empresa e as solicitações de regularização da pendência em comento.

#### Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Procuradoria Regional da república da 5ª Região – UG 200207	

#### Recomendações do OCI

#### Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria n.º 13/2012	4.1.3	Ofício N.º 435/2012/AUDIN-MPU

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
PRR 5ª Região – Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio	

#### Descrição da Recomendação

Informar à AUDIN se foram assinados os Termos de Reconhecimento Provisório e Definitivo relativo aos serviços contratados para o edifício-sede da PRR 5ª/PE.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Controle e Administração de Material e Patrimônio	

#### Síntese da Providência Adotada

Os termos em epígrafe já haviam sido assinados, conforme previsto na documentação e legislação próprias.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Os termos de recebimento foram anexados ao Processo n.º 1.05.000.001121/2011, pertinente aos serviços em comento.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não se aplica.

## 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### Quadro A.10.4 – BAHIA

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República na Bahia			A1756
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Relatório de Auditoria nº 07/2012.	4.1.5	Ofício nº 281/2012/AUDIN-MPU
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República na Bahia			A1756
<b>Descrição da Recomendação</b>			
1 – Excluir da planilha de preços do contrato de prestação de serviço de vigilância o item relativo a “Treinamento”.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
1 – Gestão de Contratos			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
1 – Aguardando a repactuação do contrato no exercício 2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.10.4 – RIO GRANDE DO SUL

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Relatório de auditoria de acompanhamento da gestão referente ao exercício de 2011	4.1.9	Ofício nº 475/2011 - AUDIN/MPU, de 09/12/2011
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
4.1.9 – Providenciar os contratos de cessão de uso de espaço da sede da Unidade e rateio de despesas junto ao Sinasempu, ASMPF e ANPR. *			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Comissão Permanente de Licitações	
Justificativa para o seu não cumprimento:	

Está sendo providenciado o atendimento à recomendação da Auditoria Interna, já estando concluídas:

- Cálculo das áreas em uso pelas entidades;
- Cálculo da área total do prédio;
- Cálculo dos custos a serem rateados;
- Comunicação às Entidades quanto à necessidade de formalização do Termo de Cessão, por meio dos ofícios

GABPC/PR/RS nº 7021 a 7024, expedidos em 11 de janeiro de 2012, para as entidades SINASEMPU, ASMPF-RS, ANPR e Comitê da Cidadania.

Após a resposta enviada pelas Entidades, os processos foram remetidos para análise da Assessoria Jurídica do Órgão, estando previsto para breve a formalização dos termos de cessão.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A celebração dos contratos de cessão de uso está em sua fase final, porém reside a necessidade da análise prévia dos respectivos termos por parte da Assessoria Jurídica da unidade, conforme disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### Quadro A.10.4 – CEARÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1/3	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.4	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082			-
Descrição da Recomendação:			
<b>4.1.4</b> Por ocasião da renovação do Contrato nº 5/2011, firmado com a empresa Faz Empreendimentos e Serviços Ltda., proceder à exclusão do posto de Encarregado (item 3.3.2);			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Administração			-

**Síntese da providência adotada:**

A recomendação é relativa ao contrato PR/CE-FAZ nº 05/2011, cujo objeto é prestação dos serviços de copeiragem no âmbito da PR/CE, ao qual foram alocadas 07 copeiras, uma delas com a função de Encarregado. Inobstante a justificativa apresentada por esta Coordenadoria em defesa da manutenção do Encarregado, a Equipe de Auditoria entende que a função deve ser extirpada do contrato, por desatender aos percentuais estabelecidos pela IN MPOG/SLTI nº 2/2008 (1 encarregado para cada grupo de 30 funcionários), equiparando o serviço de copeiragem ao de zeladoria e conservação.(...) Entretanto, como reportado naquela justificativa acima discorrida, tal medida inviabilizaria o contrato e colocaria em risco um dos pressupostos da terceirização: a ausência da subordinação direta.

Dessa feita, restaria desequilíbrio em desfavor da contratada, se a função de Encarregado for extirpada do contrato e, ainda assim, as atividades que lhes são afetas continuassem a ser exigidas pela Contratante, vez que não existiria a justa contraprestação pecuniária.

Demais, nas Auditorias anteriores realizadas nesta Unidade, a justificativa em questão fora entendida como razoável, diante do contexto do contrato nesta PR/CE.

**Síntese dos resultados obtidos**

Nada a registrar. Aguardando manifestação terminativa da AUDIN/MPU.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor****Unidade Jurisdicionada****Denominação completa:**

Procuradoria da República no Estado do Ceará

**Código SIORG**

-

**Recomendações do OCI****Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2/3	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.25	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

**Órgão/entidade objeto da recomendação**

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

**Código SIORG**

-

**Descrição da Recomendação:**

**4.1.25** Providenciar o recolhimento aos cofres públicos do valor de R\$ 3.796,00, referente às ligações particulares realizadas por servidores da Unidade. **(item 3.13.1);**

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

Coordenadoria de Administração

**Código SIORG**

-

**Síntese da providência adotada:**

Inobstante a cobrança sistemática dos valores registrados nos sistema local de telefonia fixa, há resistência de alguns Membros e Servidores quando ao efetivo recolhimento dos valores cobrados.

Ainda, de contato com a Secretaria de Gestão de Pessoas, não há como determinar a reposição de valores via folha de pagamento, sem a instauração de sindicância ou PAD.

Assim, o NCAMP/Contratos continua efetuando as cobranças, em atenção a regulamentação local.

### Síntese dos resultados obtidos

Recolhimento em níveis aceitáveis.

### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: existência de programas aplicativos e da bilhetagem da central telefônica.

NEGATIVOS: excessiva burocratização para desconto em folha. Resistência dos usuários ao recolhimento dos valores devidos.

### Unidade Jurisdicionada

#### Denominação completa:

Procuradoria da República no Estado do Ceará

#### Código SIORG

-

### Recomendações do OCI

#### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3/3	AUDIN/MPU nº 10/2012	4.1.26	Ofício 273/2012-AUDIN/MPU

#### Órgão/entidade objeto da recomendação

Procuradoria da República no Estado do Ceará – SIAFI 200082

#### Código SIORG

-

#### Descrição da Recomendação:

**4.1.26** Reiteramos a recomendação para divulgar na página da Unidade na internet os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e de seus aditivos, conforme estabelecido na IN TCU nº 28, de 5/5/99, art. 2º, inciso XVIII. **(item 3.15.1).**

### Providências Adotadas

#### Setor responsável pela implementação

Coordenadoria de Administração

#### Código SIORG

-

#### Síntese da providência adotada:

Esta Coordenadoria tem enfrentado dificuldades para atualizar a página do portal de transparência do MPF, em razão da limitação de servidores do NCAMP/Contratos e desta própria Coordenadoria.

Tal quadro deve ser revertido após a utilização do portal SIASG/Comprasnet, a partir de setembro/2012, quando qualificados os servidores dos grupamentos CA, NCAMP, CPL e NEOF.

Relativamente à inclusão dos dados na internet, esclareço que existe link no site desta PR/CE para o portal de transparência do MPF <http://www.prce.mpf.gov.br/conteudo/transparencia>., estando esta Coordenadoria finalizando os procedimentos de atualização, após ingresso de novo servidor a seu quadro.

### Síntese dos resultados obtidos

Pouco avanço no cenário à época verificado.

### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

POSITIVOS: nada a registrar.

NEGATIVOS: ausência de treinamento ou de material atualizado que possa qualificar os servidores envolvidos. Excesso de atribuições decorrente combinado à limitação numérica da equipe; falhas na concessão das senhas e dos perfis nos portais SIASG e SICONV.

## 10.1.5 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			<b>958</b>
	Entregaram a DBR			<b>945</b>
	Não cumpriram a obrigação			<b>13</b>
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			3774
	Entregaram a DBR			3718
	Não cumpriram a obrigação			56

### ANÁLISE CRÍTICA

Pela PT/PGR/MPU nº 185/2010, a entrega das Declarações de Bens e Rendimentos de membros e servidores passou a ser feita de forma eletrônica pelo Sistema GPS/Hórus. No caso dos servidores a obrigação recai somente sobre aqueles que no exercício anterior tenham exercido função/cargo de confiança e seus respectivos substitutos;

O próprio sistema identifica quem está obrigado a fazer a entrega e envia um pré comunicado por meio eletrônico lembrando ao interessado sobre a obrigação;

findo o prazo para entrega da declaração o sistema é acionado para que os inadimplentes sejam notificados sobre o não cumprimento da obrigação;

A sistemática foi alterada pela PT/PGR/MPU nº 74/2012, que passou a exigir de todos os membros e servidores (quadro/requisitado/sem vínculo) a obrigação de entrega, devendo fazer opção por um dos anexos à portaria (DBR ou Declaração de Acesso);

O gerenciamento de entrega será feito por meio eletrônico, a área de TI está desenvolvendo a ferramenta para o controle de entrega e os respectivos relatórios;

As DBRs ou Autorização de Acesso serão autuadas em procedimento administrativos, timbrados como sigiloso, e guardados em área de acesso restrito;

Não há nenhum tipo de análise quanto a evolução patrimonial e a incompatibilidade com os rendimentos auferidos;

A unidade responsável pela recepção e guarda das informações e da documentação física está a cargo da Secretaria de Gestão de Pessoas, na sua subunidade: Divisão de Cadastro de Pessoal (SGP/CCLP/DICAP/SDF).

## 10.2 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

### DECLARAÇÃO

Eu, **SÔNIA MARIA HERNANDES CORES**, CPF nº**150.978.541-87**, **Chefe da Divisão de Contratos**, exercido na Procuradoria Geral da República – MPF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Todas as Unidades Gestoras do Ministério Público Federal encontram-se devidamente atualizadas no Sistema acima mencionado

Brasília, 08 de Março de 2013.

**NASCIMENTO FILHO ALMEIDA**

**TÉCNICO EM ORÇAMENTO**

152.391.521-87 Mat. 4622

O Ministério Público Federal insere os dados dos contratos continuados em sistema próprio (Sistema de Controle de Contratos da UJ – (PGR), cujo acesso é feito por meio da página <http://intranet.pgr.mpf.gov.br>, link Controle de Contrato. Segundo página inicial deste sistema, tais dados são concentrados e enviados para o Módulo de Contratos do SIASG.

## **XI – ITEM 11 DA PARTE “A”**

### **11.1 – Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.**

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Fica à Cargos da Auditoria Interna do Ministério Público Federal adotar Critérios e Procedimentos quanto às Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Sendo assim, o Controle Contábil do MPF tem sua finalidade e competência fixada conforme arts. 1º e 3º da Portaria PGR/MPU nº 200, de 28 de abril de 2009. Disciplina ainda a Contabilidade do MPF, a aplicação de Contas contábeis estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

QUADRO A.11.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	200097

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	23/01/2013
Contador Responsável	Antônio Pereira de Carvalho	CRC n.º	DF-014879/O-5

# I – ITEM 12 DA PARTE “A”

## 12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Órgão: 34000 - Ministério Público da União  
 Unidade Orçamentária: 34101 - Ministério Público Federal

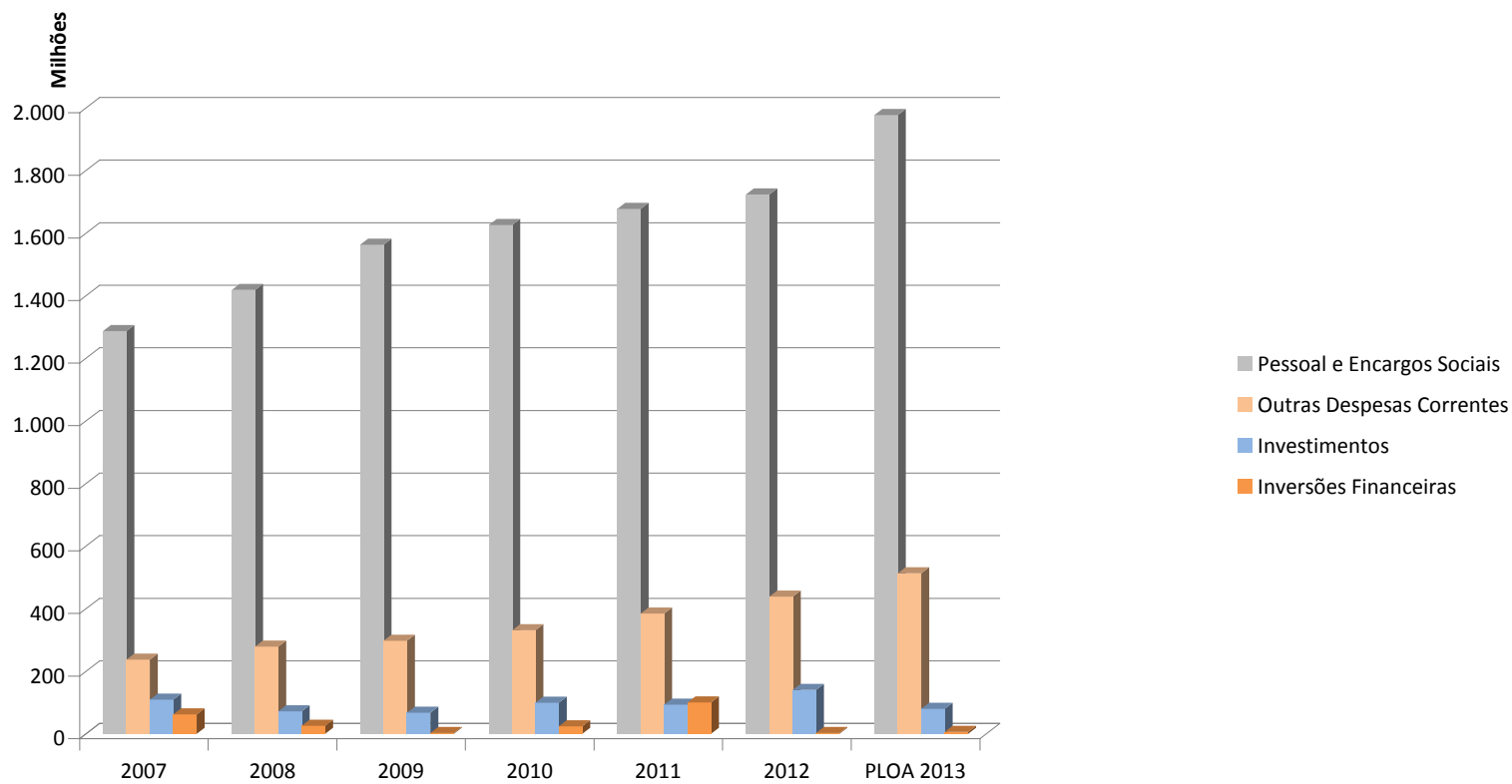
**Quadro Comparativo da Evolução Orçamentária (2007 a 2013)**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 1,00

Categoria Econômica / Grupos de Natureza da Despesa	Dotação Disponível												PLOA 2013		Variação Percentual (%)					
	2007		2008		2009		2010		2011		2012		Total	%	2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009	2011/ 2010	2012/ 2011	2013/ 2012
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%								
<b>Total Geral</b>	<b>1.694.201.388</b>	<b>100</b>	<b>1.793.640.948</b>	<b>100</b>	<b>1.929.231.612</b>	<b>100</b>	<b>2.078.702.917</b>	<b>100</b>	<b>2.254.609.992</b>	<b>100</b>	<b>2.303.522.269</b>	<b>100</b>	<b>2.575.109.590</b>	<b>100</b>	5,9	7,6	7,7	8,5	2,2	11,8
<b>Despesas Correntes</b>																				
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.286.919.347	76,0	1.418.057.018	79,1	1.562.636.138	81,0	1.625.928.383	78,2	1.677.167.772	74,4	1.723.432.971	74,8	1.977.179.975	76,8	10,2	10,2	4,1	3,2	2,8	14,7
Ativo	901.546.836	53,2	996.681.702	55,6	1.107.270.627	57,4	1.151.853.192	55,4	1.192.710.166	52,9	1.224.978.575	53,2	1.454.130.037	56,5	10,6	11,1	4,0	3,5	2,7	18,7
Inativo	200.494.459	11,8	229.545.290	12,8	219.513.044	11,4	233.962.865	11,3	250.591.787	11,1	262.691.716	11,4	267.684.109	10,4	14,5	-4,4	6,6	7,1	4,8	1,9
Patronal	184.878.052	10,9	191.830.026	10,7	235.852.467	12,2	240.112.326	11,6	233.865.819	10,4	235.762.680	10,2	255.365.829	9,9	3,8	22,9	1,8	-2,6	0,8	8,3
<b>Outras Despesas Correntes</b>	236.410.258	14,0	278.060.295	15,5	296.792.227	15,4	330.420.579	15,9	384.261.138	17,0	438.234.966	19,0	512.965.613	19,9	17,6	6,7	11,3	16,3	14,0	17,1
<b>Subtotal</b>	<b>1.523.329.605</b>	<b>89,9</b>	<b>1.696.117.313</b>	<b>94,6</b>	<b>1.859.428.365</b>	<b>96,4</b>	<b>1.956.348.962</b>	<b>94,1</b>	<b>2.061.428.910</b>	<b>91,4</b>	<b>2.161.667.937</b>	<b>93,8</b>	<b>2.490.145.588</b>	<b>96,7</b>	<b>11,3</b>	<b>9,6</b>	<b>5,2</b>	<b>5,4</b>	<b>4,9</b>	<b>15,2</b>
<b>Despesas de Capital</b>																				
<b>Investimentos</b>	108.833.883	6,4	71.891.635	4,0	67.333.247	3,5	98.876.153	4,8	93.003.900	4,1	139.934.332	6,1	79.164.002	3,1	-33,9	-6,3	46,8	-5,9	50,5	-43,4
<b>Inversões Financeiras</b>	62.037.900	3,7	25.632.000	1,4	2.470.000	0,1	23.477.802	1,1	100.177.182	4,4	1.920.000	0,1	5.800.000	0,2	-58,7	-90,4	850,5	326,7	-98,1	202,1
<b>Subtotal</b>	<b>170.871.783</b>	<b>10,1</b>	<b>97.523.635</b>	<b>5,4</b>	<b>69.803.247</b>	<b>3,6</b>	<b>122.353.955</b>	<b>5,9</b>	<b>193.181.082</b>	<b>8,6</b>	<b>141.854.332</b>	<b>6,2</b>	<b>84.964.002</b>	<b>3,3</b>	<b>-42,9</b>	<b>-28,4</b>	<b>75,3</b>	<b>57,9</b>	<b>-26,6</b>	<b>-40,1</b>

## Evolução do Orçamento do MPF

### Grupo de Natureza da Despesa



## XIII – CONCLUSÃO

### Considerações finais

O MPF iniciou a modernização de sua gestão em 24 de agosto de 2010 com o lançamento da Primeira Etapa do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa do MPF (PMGA-Parte I) regulamentado pela Portaria PGR Nº 472, de 24 de setembro de 2010. O resultado mais importante foi a conclusão do Planejamento Estratégico apresentado à sociedade em 30 de junho de 2011, estando em plena execução.

No exercício de 2012, o Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (DEPEI), regulamentado pela Portaria PGR Nº 725, de 22 de dezembro de 2011, contemplou a forma de contribuição dos órgãos, secretarias administrativas e unidades gestoras do MPF com a construção de: i) planejamentos temáticos para cada uma das 6 Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e para Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); ii) planos de ação da Corregedoria e Função Eleitoral; iii) painéis de contribuição para cada uma das 32 unidades gestoras e para as Secretarias e Unidades nacionais, validados em dezembro de 2012 com previsão de execução e monitoramento em 2013.

No caminho da modernização do MPF, a Secretaria Geral, com o auxílio da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE), tem envidado esforços para estabelecer uma cultura de planejamento com a mudança de paradigma com foco em resultados.

O grande avanço do DEPEI é a construção de ferramentas de gestão por área de atuação e a elaboração dos painéis de contribuição, permitindo que cada unidade de negócio contribua com a execução do planejamento de forma alinhada ao futuro do MPF. Tais ferramentas privilegiam a unidade institucional e valorizam o papel de coordenação das CCRs, PFDC, Corregedoria, Função Eleitoral e Secretaria Geral.

A cultura de planejamento está sendo fortalecida com destaque para uma das características positivas mais marcantes de todo o processo: a participação coletiva de membros e servidores do Ministério Público Federal. A metodologia do trabalho inclui entrevistas, workshops

e oficinas com centenas de membros e milhares de servidores das diversas unidades administrativas.

O conteúdo deste relatório é uma representação do quanto se tem laborado para o crescimento de todos os setores, cujo fim último é a excelência no cumprimento de suas tarefas administrativas e institucionais. A constante renovação nos métodos de trabalho, repensando e reorganizando as rotinas e setores, só confirma o esforço empreendido para prestar serviços mais ágeis e de maior qualidade à sociedade, consolidando ainda mais a atuação do Ministério Público Federal em todos os Estados da Federação perante a sociedade.

Cientes de que essa qualidade e presteza dependem, direta e proporcionalmente, de estratégias de trabalho bem definidas e bem executadas, assim como de habilidade e discernimento na gerência dos recursos físicos e financeiros, o compromisso para o próximo exercício é intensificar ainda mais as ações para que sejam suplantadas as dificuldades e cumpridas as metas estabelecidas.

Em que pesem as limitações enfrentadas durante o exercício findo e que em seu conjunto impossibilitaram a implementação integral de nossos objetivos, os resultados obtidos são positivos e traduzem a transparência, eficiência e eficácia com que foram conduzidas as decisões administrativas.



## XIV – ANEXO 1

### **1 - Itens da DN TCU nº 119/2012 , Anexo II, Parte A, que NÃO SE APLICAM à realidade do MPF:**

- Item 3.3 Remuneração paga a administradores
- Item 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Item 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos
- Item 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos
- Item 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
- Item 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- Item 4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- Item 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- Item 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- Item 5.5 Renúncias Tributárias sob Gestão da unidade jurisdicionada
- Item 5.6 Gestão de Precatórios
- Item 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
- Item 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
- Item 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

### **2 - Itens da DN TCU nº 119/2012, Anexo II, Parte A, que SE APLICAM à realidade do MPF, porém não houve informações no exercício:**

- Item 5.1 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Item 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
- Item 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- Item 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- Item 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
- Item 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- Item 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

